



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Ana Maria Augusta da Silva

Paisagens Sociais: a terra e o homem. Fronteiras em Movimento

Rio de Janeiro

2010

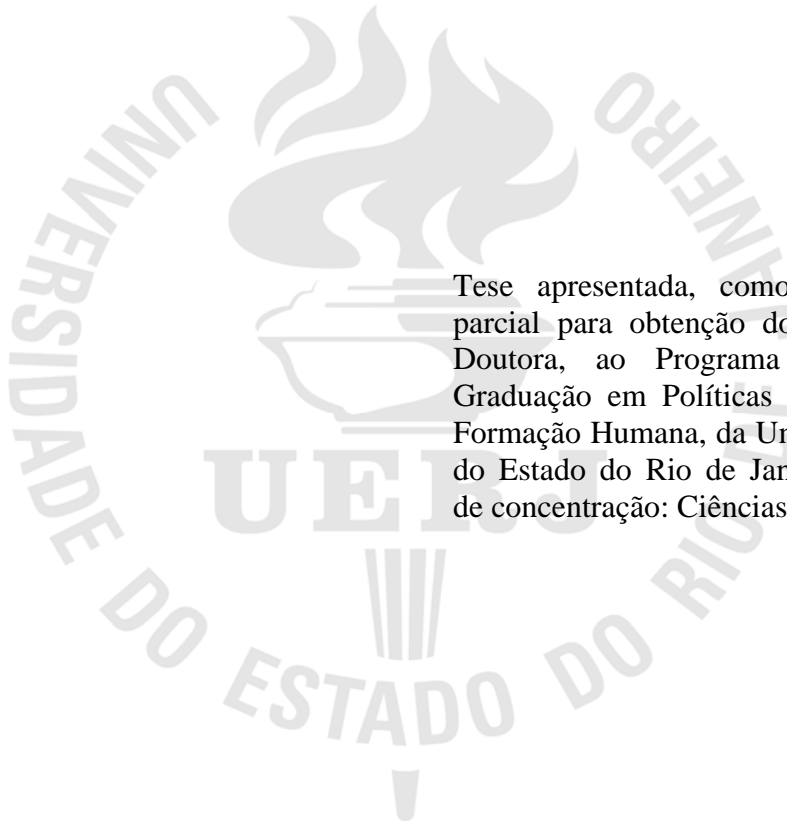
Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ana Maria Augusta da Silva

Paisagens Sociais: a terra e o homem. Fronteiras em Movimento



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Vanilda Paiva

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586	<p>Silva, Ana Maria Augusta da. Paisagens sociais : a terra e o homem – fronteiras em movimento / Ana Maria Augusta da Silva. - 2010. 202 f.</p> <p>Orientadora: Vanilda Pereira Paiva. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.</p> <p>1. Políticas públicas – Teses. 2. Exclusão social – Teses. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Teses. I. Paiva, Vanilda Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>dc CDU 304</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

Ana Maria Augusta da Silva

Paisagens Sociais: a terra e o homem. Fronteiras em Movimento

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais.

Aprovada em 17 de julho de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vanilda Paiva (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Maria Sarah da Silva Telles
Pontifícia Universidade Católica

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Calheiros Mata
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Deise Mancebo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Digite o ano da defesa

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são sempre subjetivos. Teríamos muito agradecer, as pessoas, aos fatos, as instituições e as circunstâncias que de uma forma ou outra possibilitaram trilhar o caminho até o momento do término dessa escrita.

Agradecemos às instituições que nos ajudaram nesta empreitada, nem sempre clara, nem sempre morna, nem sempre fácil, mas um caminho sempre a trilhar. Ao CNPQ, sem o qual este doutorado não poderia ter sido possível. Ao Programa de Pós-Graduação em Formação Humana – PPFH, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro pelo apoio.

Aos professores deste programa pelo estímulo e disposição sempre presentes.

Àquelas pessoas que sem nome, trabalhadores rurais, que vejo nos noticiários do jornal, das revistas e da televisão, que nos questionam sobre respostas ainda não colhidas.

Aos membros do MST, de dirigentes a acampados, de assentados a simpatizantes que me ajudaram na realização desta pesquisa trazendo vida aos questionamentos.

Ao meu amigo Sérgio, que se não compartilhou o término dessa escrita, mas acompanhou grande parte dela, obrigada pelo carinho, apoio e força.

À minha querida orientadora Profa. Dra. Vanilda Paiva, que com jeito tranqüilo, forte e direto me ajudou e ajuda a ver minhas inquietações sobre novo foco, leitura sempre atenta, atenciosa e crítica, obrigada, principalmente, por tua amizade.

À minha família pelo interesse e carinho sempre presentes.

À minha doce “mamazita”, Antonia Augusta, pela torcida sempre amorosa, fiel, atenta e generosa.

À minha querida “magrela” com esperança e amor sempre renovados.

Ao meu amigo Marco, que me ajudou nestes últimos tempos a não perder o foco, obrigada pelo carinho, disposição e presença constante.

À Denise, que me ajudou a ver os significados de uma escrita de tese, para além do que ela mobiliza como um objetivo científico.

E, principalmente, ao Nicholas, meu sobrinho-neto, pelo olhar sempre curioso sobre o mundo que me faz querer e tentar construir um mundo melhor.

RESUMO

SILVA, Ana Maria Augusta. *Paisagens Sociais: a terra e o homem. Fronteiras em movimento*. 2010. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Esta pesquisa tem por objetivo entender o motivo que leva trabalhadores rurais e operários da cidade a entrar no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Qual o desejo que move estes trabalhadores, considerando que a terra não é somente um meio de produção, mas implica um conjunto de relações sociais que moldam uma determinada sociabilidade conduzindo a certos valores e visão de mundo. Poderíamos considerar que o declínio na situação econômica fizesse surgir a motivação necessária para a adesão ao movimento, contudo circunstâncias miseráveis parecem ter sido uma constante na maioria deste segmento social pobre rural. Nesse sentido, as reivindicações e a percepção da exclusão social podem conduzir a busca por direitos e por participação política de trabalhadores rurais. Porém, tal fato, é conduzido, em sua maior parte, às associações e aos partidos ideológicos, de maneira que o desejo desses homens acaba sendo mobilizada para a instauração de uma luta maior, qual seja a dos trabalhadores rurais tornando-se uma classe revolucionária dentro desta organização - MST. O tema da participação popular para além das estruturas limites dos grupos militantes e dos padrões ideológicos ou da retórica política é uma questão que ainda está sendo formulada. As terras liberadas para cumprir sua função social, são em sua maioria parte, as terras em conflito, fronteiras em movimento que permitem a inclusão social de consideráveis parcelas de trabalhadores do campo e da cidade, à margem socialmente, economicamente, culturalmente e politicamente. Além disso, há os insumos e convênios federais e estaduais que ajudam a manter o homem na terra por meio de políticas públicas de créditos agrícolas. Assim, o que observamos é a redistribuição de renda que a ruptura das fronteiras das terras improdutivas realiza ao permitir o resgate não somente da terra como meio de produção, mas também do homem que sofreu processos de exclusão e marginalização social.

Palavras-chave: movimentos sociais, cultura, consciência, trabalhadores rurais, democracia e cidadania.

ABSTRACT

This research aims to understand the reasons for country and city workers to join to the MST - Rural Workers Landless Movement in Brazil. What is the desire driving these people, since land is not only a production means, but includes a set of social relations shaping a particular sociability, leading to certain values and worldview. We might consider the decline of economic environment could create the necessary motivation for ones to join such movement, however poverty conditions apparently have been constant in most of in the rural poor segment of the society. In this sense, the claims and the awareness of social exclusion can lead the fight for rights and political participation by rural workers. But this issue is mainly regard to associations and ideological parties, and so, those people desires turned out into a larger battle, which is the country workers becoming a revolutionary class within this organization. The issue of popular participation over passing the limits from active groups and ideological patterns or political rhetoric is a question still being discussed. The released land to fulfill its social function are mostly the land in conflict, with moving borders allowing the inclusion of significant portions of rural workers as well as city's border peoples (socially, economically, culturally and politically marginalized). Apart from that, there are incentives and govern partnerships helping to maintain the people in the land through public agricultural credits policies. So what we see is the redistribution of income which the borders disintegration of unproductive land causes, allowing the redemption not only the land as a means of production, but also the people who suffered exclusion and social marginalization processes.

Keywords: social movement, culture, conscience, country workers, democracy, citizen.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
BNDS	Banco Nacional para o Desenvolvimento Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Companhia Nacional de Educação Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FAG	Frente Agrária Gaúcha
ITERRA	Instituto Técnico de Captação e Pesquisa na Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JAC	Juventude Agrária Cristã
JUC	Juventude Universitária Cristã
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MEB	Movimento de Educação de Base
ONU	Organização das Nações Unidas

PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SAR	Serviço de Assistência Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SCA	Sistema de Cooperativas de Assentamentos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TAC	Técnico em Administração em Cooperativas
UNE	União Nacional dos Estudantes
ULTAB	União dos Lavradores e Agricultores do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	01
1	Capítulo I. No meio do mundo	14
1.1	Terra e Liberdade	23
1.2	Conclusão.....	48
2	Capítulo II . O Sal da Terra	52
2.1	Emergência dos Trabalhadores do Campo.....	56
2.2	Emergência dos Novos Movimentos Sociais	72
2.3	Emergência do MST.....	76
2.3.1	Viver como se luta, lutar como se vive	81
2.3.1.1	Setor de Educação	101
2.3.1.2	Setor de Cultura	104
2.3.1.3	Setor de Formação	105
2.3.2	Mística	114
2.4	Conclusão	124
3	Capítulo III. Sonho de Liberdade	127
3.1	O tempo que surgem as Ligas	128
3.2	Curar a doença do medo	135
3.3	Conclusão	163
4	Capítulo IV. Horizonte de Fronteiras	166
4.1	A cerca da exclusão	168
4.2	Uma mais um são dois ou não	178
4.3	Conclusão.....	182
5	Considerações Finais	185
6	Referências.....	189

INTRODUÇÃO

As lutas dos trabalhadores rurais no Brasil ganharam visibilidade a partir dos anos de 1950. Interessa-nos, a questão da formação da consciência desses trabalhadores através de tais lutas, entre as quais se ressaltam aquelas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e as vinculadas às Ligas Camponesas. Estas deixaram traços perceptíveis na década seguinte, mormente no estado da Paraíba onde não só elas ganharam amplitude e se radicalizaram, mas também onde a consciência por elas difundida foi recuperada através da mobilização pelas desapropriações rurais lideradas pela igreja, no processo de construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). E, mais tarde, no estado do Rio Grande do Sul pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em que surge o MST. Dados foram coletados em campo na segunda metade dos anos de 1970 na Paraíba e entre 2002-06 nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro que apontam para um processo de conscientização por essas lutas difundidas.¹

A tese em mãos é fruto de uma problemática que se colocou no transcorrer da pesquisa, acerca da formação de consciência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e nas Ligas Camponesas da Paraíba. Algumas décadas separavam os dados coletados em campo; a distância temporal (1977-1978 e 2002-6) e a distância física em relação ao material coletado entre o estado da Paraíba e o estado do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. O primeiro estado pertence a uma das regiões que apresentam graves problemas sociais e de desenvolvimento. Já os estados do Sul e Sudeste são mais desenvolvidos e as contradições com relação as desigualdades sociais são menores. Os contrastes entre uma região e outra ainda se confirmam quando uma das regiões, a do Nordeste, é tradicionalmente exportadora de mão-de-obra para a região que apresenta maior índice de desenvolvimento, a do Sul e Sudeste. Essas características serão apontadas no decorrer da pesquisa na medida em que justificarem ou corroborarem as análises realizadas. Um elo, contudo, parece unir estes dois momentos de luta e resistência dos trabalhadores rurais na construção de si como sujeitos coletivos que foi a relevância das CEB's e da CPT

¹ As entrevistas utilizadas nesta pesquisa representam uma pequena parte de um acervo muito maior que me foi gentilmente cedido por minha orientadora Professora Dra. Vanilda Paiva.

no processo de conscientização dessas lutas. Daí que a mística realizada dentro do MST, mereça destaque como um dos processos dessa conscientização política.

No MST, as entrevistas aconteceram junto há algumas lideranças do Setor de Educação e de Cultura nos anos de 2002-06. As entrevistas referentes ao período de 1977-1978 foram realizadas em diferentes cidades no Estado da Paraíba, então palco privilegiado dos conflitos de terras.

A questão que nos mobilizava acerca da permanência de trabalhadores rurais na luta pela terra mesmo diante da conquista da terra desejada nos movimentos sociais do campo acima referidos, nos conduziu a uma metodologia comparativa entre estes dois eventos históricos. Pois estes se referiam há dois momentos distintos e complementares da questão da terra no país. Tratava-se de deixar falar aquilo que estava sem voz. As entrevistas deveriam contar a sua história múltipla, a história de sua condição constitutiva, das condições sociais em que foram geradas.

Se as Ligas foram reprimidas pelo Governo e tiveram que dissolver-se sem obter a terra desejada, se seus participantes se dispersaram e eventualmente integraram, mais tarde, outros movimentos, esta não é a trajetória do MST. No entanto, nesse movimento, muitos continuam a militar, mesmo depois que a terra foi conquistada por seus membros. Levanta-se a questão: O que gera esta continuidade? O que poderia mobilizar idas e vindas de homens e mulheres que se espalham pelo Brasil, oriundos dos diferentes roçados, mesmo quando um pedaço de terra já foi conquistado? Diz-se que “quem viveu na roça sonha em voltar para o mato algum dia”; hoje, somente voltar para o mato parece não ser suficiente. É preciso afirmar a existência de demandas políticas diversificadas no campo que se desdobram num conjunto também variado de lutas, em que os trabalhadores rurais se confrontam com o Estado, com agentes coletivos diferenciados, grandes proprietários e empresas.

Das idéias que varreram o campo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 revestidas em práticas de luta e resistência de conflitos coletivos no campo, passamos nos anos de 1980 e 1990, aos processos de redemocratização no país. A partir de 2000, à atualização dessas lutas e da resistência no campo, vinculadas entre outros movimentos sociais, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra adquiriram nova coloração. Resgatar os significados desse

conjunto de iniciativas políticas ultrapassa os objetivos dessa pesquisa. As conexões que buscamos estabelecer entre estas décadas e seus respectivos movimentos sociais sugerem continuidades e rupturas nos moldes da luta e resistência destes trabalhadores rurais, nos encaminhamentos dados a esses conflitos e nas políticas públicas adotadas para a questão da terra.

A complexidade dessa relação diz respeito, por um lado, a uma idéia de “continuidade politicamente construída” em que as experiências vivenciadas nas iniciativas políticas históricas dos trabalhadores rurais são representadas aos trabalhadores rurais pela mediação de movimentos sociais, sindicais, lideranças religiosas e sindicalistas, agentes coletivos outros que acabam por “desnaturalizar” as implicações da política tendo por fundamento o passado. (PALMEIRA,1985), (MARTINS, 1984) e (SIGAUD, 1989) Os movimentos sociais devem falar acerca do passado, no local mesmo e próprio em que encontram suas contestações e reivindicações. Muito mais do que herdar a palavra escrita e os acontecimentos oficializados esta forma do ser coletiva deve dizer sobre os espaços que estão sendo construídos e das possibilidades futuras. (MELUCCI, 2001, p. 149), (CASTORIADIS, 1985).

Uma resposta a essa relação foi fornecida pelo estudo de Bastos (1984) que atribui ao projeto político das Ligas Camponesas, em torno da Reforma Agrária, ao distanciamento existente entre suas lideranças políticas e a sua base social. Este resultado foi apontado pela autora pela baixa organicidade desse movimento que não permitiu que as necessidades desses trabalhadores rurais - a questão social² -, tivesse preeminência sobre a questão nacional, abstrata e distante da realidade destes trabalhadores. O que nos interrogou acerca da permanência na luta dos trabalhadores rurais do MST diante da conquista do desejo da terra. Pois, o MST é um movimento social que possui como um dos seus princípios maiores o da organicidade.

A conjuntura política parece ser um dos pontos centrais dessa questão, pois pode potencializar ou viabilizar a consolidação dos trabalhadores rurais na cena política nacional. (MOORE, 1983), (DAGNINO, 2004). Os imbricamentos da questão da terra e dos movimentos sociais no campo podem ser mais bem observados nos períodos de mudança ou de transformação em que se verifica

² Para aprofundar essa problemática ver estudos de Donzelet (1994), Castel (1998), Santos (1995), Cardoso (2004).

um esforço na direção de preencher as lacunas que vão sendo deixadas em aberto ao longo da história e por estas mesmas mudanças. Isso acontece quando a produtividade da terra se amplia e se diversifica para atender a novas necessidades criadas pelas circunstâncias do momento, sejam elas práticas ou abstratas, relações sociais e de produção. Estas discontinuidades podem desencadear uma luta por manter os processos sociais intactos ou gerar oportunidades de ampliação de direitos, modificando com isso o sentido da luta e sua permanência. Os movimentos sociais do campo podem lutar por uma reforma agrária ampla e irrestrita ou pela instauração de novos mecanismos institucionais, dependendo do tipo de vínculo entre sociedade civil e os processos mais amplos estruturais.

Assim, a questão da terra e os movimentos sociais do campo atualizam disputas políticas como um instrumento de conservação ou de mudança social e diz respeito às formas pelos quais se produzem e reproduzem as relações sociais e de produtividade do capital no campo. As rupturas e continuidades se expressam, também, na forma como a política do governo tem se orientado nessa questão.

A pretensão não é uma exegese das formas de trato pelo governo, mas pontuar o quanto a luta e a resistência de trabalhadores rurais, bem como o direcionamento dos conflitos da terra são partes inerentes de disputa das forças atuantes presentes naquele momento na cena política.

De forma que, uma das teses referentes à agricultura diz respeito ao seu atrasado como inibidora do desenvolvimento econômico e que foi em diferentes momentos nacionais a origem das desigualdades sociais. (TORRES, 1978), (FREIRE, 1970), (LAMBERT, 1976), (FURTADO, 2003). No período das décadas de 1950, 1960 e 1970 a opção foi por um tipo de desenvolvimento econômico que privilegiou a expansão do capital no campo e o sistema das grandes propriedades em detrimento das pequenas propriedades familiares e ou cooperativas.

A partir das décadas de 1980 e 1990 com a incorporação dos índices sociais apontados pelo “Relatório do Desenvolvimento Humano” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou-se a evitar o uso comparativo imediato de desenvolvimento com crescimento econômico. E, juntamente, com a visibilidade que os movimentos sociais ecológicos passaram

a ter depois de 1960 frente aos danos ecológicos e climáticos causados pelo homem no seu processo de desenvolvimento industrial a questão do desenvolvimento passa cada vez mais a estar atrelada ao custo social envolvido, custo este, sustentável ou não. (VEIGA, 2007, 2008) Porém, no Brasil, as décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se por uma política compensatória na tentativa de diminuição de conflitos derivados da luta pela terra, pois durante estas duas décadas houve um aumento considerável de conflitos de terra.

Em 2000, com a ascensão do Governo Lula a perspectiva do desenvolvimento territorial passa a vigorar frente as políticas compensatórias e caracterizou-se por variados auxílios sociais, técnicos e de recursos que visavam não somente manter as famílias nos assentamentos, mas promover o desenvolvimento local promovendo o fortalecimento na tentativa de assegurar as condições de reprodução da agricultura familiar ou de cooperativas. (LEITE, 2004), (MEDEIROS, 2004).

Apesar da Reforma Agrária no Brasil atender, prioritariamente, as áreas de conflito de terras para função de desapropriação social, portanto agindo na forma de políticas compensatórias, executa na prática uma redistribuição dos recursos federais. Assim, o encaminhamento dos conflitos da terra vai depender em última instância das forças e coalizações políticas existentes nos jogos do poder em cena.

A Reforma Agrária, na expectativa do Plano do Governo Federal, não é um instrumento capaz de contribuir para o “desenvolvimento” do país, em função do modelo agroexportador adotado. Na medida em que somente considera as taxas de crescimento econômico e não levam em consideração outros índices sociais de avaliação do processo de desenvolvimento, como o índice de desenvolvimento humano (IDH) implantado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1970. A Constituição Federal, a propriedade da terra deveria atender a sua função social sendo a Reforma Agrária um dos instrumentos possíveis visados para este fim. O atual Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1999 e que tem por objetivo a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o reconhecimento, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas coloca como missão oferecer soluções de “inclusão social” no campo. A Reforma Agrária deve, portanto,

promover a “distribuição da terra” modificando com isso a forma de “posse e uso” da terra para atender aos princípios de “justiça social”.³

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.⁴

A Reforma Agrária a partir do Governo Lula apresenta-se como um produto de debates políticos e de forças sociais acerca da reprodução social de grande parcela da população ainda à margem dos processos de modernização. As transformações em curso parecem redimensionar a questão da terra ao apresentar rupturas em relação a tese da agricultura sem industrialização como sinônimo de atraso, remetendo a problemática ao desenvolvimento sustentável. Portanto, a um conceito de sustentabilidade que faça a opção por um determinado tipo de desenvolvimento que considere a redução de impactos ambientais, promovendo o uso adequado e responsáveis dos recursos naturais, bem como a utilização de manejos tradicionais ou de baixo impacto tecnológico e ambiental. (VEIGA, 2007, 2008), (SACHS, 2001). O desenvolvimento sustentável tenta responder a problemáticas como a geração de emprego, a redistribuição de renda, a utilização de tecnologia no campo, a agricultura orgânica, a novas formas de consumo que preservem o meio ambiente e não esgotem os recursos naturais. Portanto, na reatualização dessa tese a pergunta acerca do custo social do tipo de modelo de desenvolvimento econômico adotado fica na dimensão das lutas sociais que se fazem no país. Pois, o Estado não é apenas árbitro, mas espaço efetivo em que se digladiam as forças sociais e políticas. Não é nossa intenção analisar o custo social do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo: estudos sobre estes assuntos podem ser consultados para essa reflexão. (ABRAMOVAY, 1992)

³ WWW.INCRA.GOV.BR

⁴ (IDEM.IBIDEM)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desenvolve uma compreensão da terra como produto de relações sociais e de produção que informam certa sociabilidade social, política e econômica, uma determinada relação com a natureza, com o desenvolvimento da técnica e com o capital.⁵ A posse da terra é para o movimento o restabelecimento de vínculos sociais rompidos pelos processos de expropriação e exclusão da terra a que seus membros estiveram sujeitos. O “voltar a ter raiz” é uma expressão que representa um momento de passagem de uma situação de desamparo social e afetivo para este novo *status quo* quando o membro do movimento começa a compartilhar do corpo de idéias propagadas por meio das oficinas, cursos, treinamentos, palestras, etc que vão informar sobre a realidade social do país, do movimento, da questão agrária, das relações sociais desiguais e da justiça social.

Este movimento desenvolve uma estrutura multifacetada e recebeu influências multivariadas. O seu esforço de formação não é homogêneo e unitário possui idéias da doutrina social da Igreja, noções teológicas renovadas cruzadas com idéias de esquerda de mudança social e, principalmente da luta de classes derivadas do marxismo-leninismo. O que o MST entende por realidade social é derivada de sua prática, de suas experiências vividas, das análises apoiadas em autores católicos progressistas, da esquerda marxista e de marxistas-leninistas. A metodologia utilizada para a formação de consciência deriva, principalmente, do método utilizado pelas CEB's e CPT's redefinindo-o em função de uma visão e de uma prática formadora muito particular, qualificada pelo Setor de Educação como uma “pedagogia sem-terra” e pelo Setor de Formação como derivada do “enfrentamento e resistência de luta pela

⁵ O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Pois não é a consciência dos homens que lhes determinam o ser, mas pelo contrário, é o seu ser social que lhes determina a consciência. Em outras palavras, o homem trabalhador e produtivo está constantemente desenvolvendo e transformando o mundo ao seu redor e dessa forma transformando e criando sua própria natureza neste processo. De maneira que os instrumentos de produção não podem ser pensados em separados ou isolados de seu contexto social, ou seja, a unidade dos fatores objetivos e subjetivos. No “Capital”, observamos: “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. [...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais”. (MARX, 1985, p.150)

terra”. (VAZ, 1963) O ideólogo da concepção de consciência utilizado pelas CEB's e pelo MEB foi o Pe Henrique de Lima Vaz buscou a superação entre a consciência marxista e a interpretação idealista da consciência. Para isso elabora uma interpretação ampla dos limites desse conceito. Ele utiliza o termo consciência histórica no sentido heurístico, operativo pelo qual analisa a forma que assume a existência humana, o existir histórico do homem numa determinada época e expressão de uma cultura. No sentido ontológico é normativo buscando descobrir as exigências e as opções concretas dos homens. Assim, o autor une estes dois sentidos na sua formulação de consciência histórica. Em que o homem se encontra enraizado em seu próprio tempo. (GRAMSCI, 2004)

Brandão (2002) observa que a formação da consciência deve assumir uma perspectiva crítica vinculada aos interesses da população ou dos movimentos sociais e que deveriam conduzir a uma perspectiva de superação das tendências estanques diante de um real complexo e multifacetado e da problemática unificadora levando em consideração os limites da totalização que sempre foi os limites da teoria crítica. E, da mesma forma as questões dos movimentos sociais de redenção e de emancipação da sociedade. Bernfeld (1973) pensa a formação de consciência numa perspectiva marxista e psicanalista durante as décadas de 1920 e 1930, num experimento realizado numa colônia infantil entre 1919-1920 onde existiam a idéia de co-direção e co-responsabilidade nas decisões sendo que o resultado não foi diferente das propostas de auto-gestão comunitárias dos socialistas utópicos. O autor atualiza questões ainda sem respostas de como compreender o movimento dialético entre emancipação e integração na tentativa de apontar as perspectivas emancipatórias na sociedade. A experiência de formação do homem em sujeitos sociais aconteceria na relação dos homens entre si e com a natureza sendo que os determinantes econômicos do trabalho comprometeriam o esforço crítico marcado, portanto, por uma heteronímia. De maneira que todo esforço crítico estaria em apresentar toda a falsa totalização e integração em que se esconde a aparente valorização da escola e da educação. (ADORNO, 2000)

Integram também diferentes práticas e modos culturais regionais e locais com a doutrina nacional do marxismo-leninismo por meio de diferentes processos de aprendizagem que passam a ser veículos de conscientização,

afirmado em diferentes momentos de seu processo interno de representação como os encontros, as feiras, os seminários, os cursos, além das instituições características como a escola e os diferentes materiais produzidos por este movimento. Passando de uma “consciência ingênua” para uma “consciência crítica”, “consciência de classe” que são o resultado de processos de pedagogias marxistas diretivas, de reflexão interna e de outras pedagogias inspiradas numa mudança cultural atrelada a um modelo de desenvolvimento social, econômico e político transformando os indivíduos que vivem nos acampamentos e assentamentos em militantes, em “lutadores do povo”, em agentes de mudança social.

As diferentes pedagogias utilizadas são expressões, entre outros fatores, da crença na educação como um veículo possível de mudança de atitudes e de comportamentos individuais e sociais que pode conduzir a construção de uma outra sociedade a partir de um projeto político e pedagógico. Expresso por um sentido determinado de homem, de sociedade, uma determinada visão de mundo reconhecendo as conexões existentes entre a educação e as outras dimensões da realidade social. Não foi nossa proposta solucionar a problemática da questão da formação de consciência, nem sequer definir como o método escolhido como o que melhor convém. Mas, que a questão da formação de consciência continua a demandar reflexão e resposta para perguntas como a quem é atribuída legitimidade a este movimento para que ele exerça intervenção nos processos sociais. Dito de outra forma, a ele compete esta função?

Existe a relevância no estudo e no aprofundamento teórico, na explicação científica sobre a realidade e, em igual medida, o reconhecimento das experiências de enfrentamento, das vivências nos acampamentos e assentamentos como uma tensão adequada e necessária entre teoria e prática. Porém foi observada contradições e ambigüidades nesse processo, mas que não são reconhecidos como o questionamento, à crítica ou a contestação aos dogmas adotados, ao projeto político e pedagógico do MST, por parte de seus membros. As sínteses buscadas se debruçam sobre o cotidiano, cujos signos passam a ser portadores de novos sentidos. É integrando as vivências, compreendendo as práticas, o conhecimento adquirido que se hierarquizam as relações, os sentidos que os signos possam ter, atribuindo maior relevância a certos significados do

que outros no cruzamento das experiências cotidianas com os aspectos mais amplos da doutrina adotada por este movimento.

Desta maneira, o MST pretende que as análises das situações concretas seja o resultado do cruzamento da prática e da reflexão teórica edificada em seu interior visando a unidade e a disciplina por meio da formação de consciência. Contudo, relatos de autoritarismos, e demais contradições se explicitam em vários momentos na prática desta organização como, por exemplo, na fala de um dos membros do movimento sobre a experiência de enfrentamento com as forças de repressão policial em que a orientação dada pela liderança era de responder as ofensivas policiais com as armas disponíveis e a ordem não foi acatada. O que levanta a questão histórica acerca do reconhecimento de um projeto político dos próprios trabalhadores rurais o que ainda permanece em construção. (CASTORIADIS, 1985) E, aponta para a ambigüidade do processo de conscientização implementado pelo MST e colocado em prática pelos seus setores.

METODOLOGIA

Optamos por uma metodologia histórica e comparativa que nos permitisse produzir uma reflexão acerca das contestações e reivindicações políticas e os encaminhamentos desses conflitos de terra visando resgatar o significado que revestiram essas lutas nos períodos estudados. Trata-se de colocar em perspectiva, práticas, modelos de pensamento, circunstâncias históricas sem por esse fato estabelecer um coerência necessária e nem linear da história e de seus acontecimentos. A atividade, portanto, é por em perspectiva os valores e as escolhas que as sociedades fazem em determinado momento histórico. (DETIENNE, 2004), (BLOCK, 2001), (WEBER, 1992).

A idéia subjacente à pesquisa foi o de entender a permanência da luta de trabalhadores rurais sem-terra mesmo diante do fato da conquista da terra. Neste sentido, o conceito de adesão e de organicidade nos ajudou a entender nossa problemática. Assim, em que medida a maior organicidade do MST representa ou não uma conscientização por parte dos trabalhadores rurais de sua participação na luta que se trava por uma revolução social e pelo reconhecimento do poder formalmente instituído dentro desta organização. Já a menor organicidade dentro das Ligas Camponesas, na Paraíba, representou, inicialmente, a afinidade de interesses por parte daqueles trabalhadores rurais expressa nas associações que foram criadas com objetivos mutualistas. (BASTOS, 1984), (CAMARGO, 1983). Dentro desta perspectiva, os autores citados formularam que por haver uma menor organicidade nas Ligas elas não puderam expressar os anseios e os desejos dos trabalhadores rurais cabendo a existência de outro projeto pelas lideranças traduzido na busca pela Reforma Agrária. Partindo desta premissa, podemos aventar que no MST seria a maior organicidade expressão dos desejos dos trabalhadores expressos no projeto das lideranças e da organização ou seria a busca pela formação política e ideológica que estabeleceria a unidade das partes. Então, a permanência na luta depois de conquistada a terra pelos trabalhadores rurais sem-terra se daria pela formação política e ideológica ou seria a expressão do desejo de trabalhadores rurais sem-terra que assumiria o contorno de uma transformação social.

Dessa forma, nos debruçamos sobre os respectivos dados de pesquisa na tentativa de entender esse processo. Para o tratamento do *corpus* documentário

do MST – material produzido oficialmente por esta organização -, decidimos fazer em paralelo algumas entrevistas abertas na tentativa de não tomarmos a retórica das lideranças contidas no *corpus* como expressão dos significados produzidos na luta pelos próprios trabalhadores rurais. As entrevistas foram abertas e semi-abertas em relação a algumas lideranças desse movimento do Setor de Educação e de Cultura, bem como trabalhadores rurais assentados.

A hipótese acerca da permanência na luta dos trabalhadores rurais depois de conquistada a terra envolveu os conceitos de adesão e o de organicidade dentro do MST. Já nas Ligas Camponesas da Paraíba não foi possível observar essa questão da permanência na luta na medida em que esse movimento se dissolveu em função do Golpe de 1964. Porém, foi possível resgatar, pelo material das entrevistas cedido pela Profa. Dra Vanilda, algumas falas dos trabalhadores rurais das Ligas, que assim como a fala dos trabalhadores rurais sem-terra, apontam para formas ambíguas no tratamento da questão da conscientização tanto nas Ligas Camponesas quanto no MST.

Uma exigência que se fez presente ao longo da pesquisa foi a de precisar o que entendíamos por posse da terra como expressão de liberdade e como ausência do medo. Para isso 1. definimos essa representação a partir dos discursos dos próprios trabalhadores e 2. definimos esse conceito a partir de estudos já consagrados sobre a questão da terra. Uma segunda exigência se introduziu ao situar o tema da permanência na luta que foi abrigá-lo sob o conceito de adesão ao movimento. O que levaria as pessoas a aderirem ao MST ou as Ligas Camponesas na Paraíba. Observamos que a adesão ao movimento envolve diferentes fatores, que se referem a uma determinada conjuntura social, política, econômica e cultural. No caso da expropriação dos trabalhadores rurais do Nordeste, ao movimento de introdução do capital no campo no período das décadas de 1950, 1960 e 1970, a atuação constante da Igreja e dos padres progressistas por meio das CEB's, aos demais agentes coletivos que surgem no campo neste momento. Com o MST, esse processo se constituiu nas décadas de 1980 e 1990 a partir da expulsão de trabalhadores rurais pela alta mecanização das regiões do Sul e Sudeste, pelo papel relevante da CPT organizando estes trabalhadores rurais.

Poderíamos objetar que o declínio da situação material de trabalhadores urbanos e rurais fizesse surgir à motivação necessária para a adesão ao

movimento. Contudo, circunstâncias miseráveis parecem ter sido uma constante na maioria deste segmento social pobre rural. O que poderia nos levar a refletir sobre o empobrecimento dos trabalhadores urbanos e a ausência de perspectiva de trabalho conduzindo a adesão ao movimento. É certo que no processo de modernização no campo e de intensificação do capitalismo observamos agitações de camponeses seja no século XIX, seja no século XX, de acordo, com a maior ou menor participação e promoção destes segmentos nas benesses econômicas. Aos seus reclames econômicos podem se juntar demandas sociais e crítica ao *status quo* político, o que conduz ao questionamento da autoridade, e as esferas de participação efetiva nos processos de deliberações coletivas.

As entrevistas foram realizadas na Secretaria Nacional em São Paulo e nas Secretarias Estaduais de Porto Alegre e Rio de Janeiro. Além disso, acompanhamos encontros nacionais, feiras, congressos, palestras do MST onde entrevistamos assentados sem-terra vindos de todo o Brasil. Acompanhamos a produção de duas lideranças do Setor de Cultura, Roseli Caldart e Ademar Bogo do Setor de Cultura, respectivamente. Durante a pesquisa de mestrado conhecemos uma das lideranças do então Coletivo de Cultura o “Mineirinho” na Secretaria Nacional em São Paulo. Posteriormente, travamos contato, novamente, com essa liderança na Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, como encarregado do Setor de Cultura e, mais tarde, como responsável por um segmento do Setor de Cultura, o Coletivo de música de viola. Os coletivos são células ainda não totalmente estruturadas – setor -, dentro da organização. Na medida em que cresce, se arregimentam vão se tornando setores. Com essa liderança, Felinto Procópio dos Santos realizamos entrevistas de história de vida.

No capítulo 1 (um), trilhamos o caminho do processo de acumulação do capital no campo no momento de constituição das Ligas e, na década de 1980, na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para entender o contorno que assumiram tais confrontos políticos e sociais. O medo, como sentimento que resulta da perda da liberdade, da autonomia de dispor do próprio tempo, de dispor de meios para satisfazer suas necessidades básicas, parece ser uma categoria importante de todo esse processo de intervenção

política e social dos movimentos sociais do campo, apontando a ambigüidade de todo esse processo de conscientização nas lutas.

Partimos, no capítulo 2 (dois), do surgimento das Ligas Camponesas como movimento social do campo, que apesar de ter lutado e resistido ao processo de expropriação da terra não conseguiu obter a posse da terra na medida em que o Estado foi objeto de um Golpe Militar que coibiu as ações da sociedade civil e privilegiou políticas de desenvolvimento voltadas para o agrogócio e a economia de exportação sem modificar as estruturas sociais existentes.

A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é descrita em seus processos deliberativos e organizacionais, em suas lutas e resistências que marcaram a construção desta organização e geraram pressões sociais sobre o governo, contribuindo de forma decisiva para as desapropriações de terras improdutivas para os trabalhadores empobrecidos do campo e da cidade.

No capítulo 3 (três), nos debruçamos sobre estes trabalhadores para refletir como eles consideraram e explicaram as circunstâncias de sua vida, as razões complementares de seus comportamentos frente aos processos de expropriação da terra. Ou seja, que condições objetivas permitiram forjar subjetivamente estes trabalhadores. O desejo por terra e por liberdade que se transforma nos movimentos sociais em desejo por transformação social.

No capítulo 4 (quatro), veremos como o MST tem por prioridade a questão da formação política e ideológica, abrangendo todos os setores, coletivos e as ações estratégicas dentro da organização. Ao contrário das Ligas Camponesas que foi objeto da repressão política do governo militar, que apresentou um conflito de luta armada num processo visceral luta pela terra. O MST vivencia uma outra conjuntura política que lhe permite desenvolver sua formação política e ideológica podendo recorrer aos mecanismos democráticos para sua efetivação.

1. CAPÍTULO I: NO MEIO DO MUNDO

Introdução

O encadeamento entre as Ligas Camponesas da Paraíba e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) decorreu de uma escolha inicial de compreender como estes fenômenos sociais se percebem ou são percebidos e depois compreendê-las entre si, reconhecendo as diferenças construídas e as semelhanças existentes, constituindo o objeto, da temática da questão da terra. (BOURDIEU, 2007) Os dois acontecimentos coletivos colocam em perspectiva e por diferentes ângulos não somente o que pode ser comparável, mas principalmente aquilo que, num olhar superficial, poderia não ser comparável. Logo, o tratamento destas realidades comparadas deve permitir a construção do objeto sobre o qual nos debruçamos. Estes movimentos sociais do campo expressam algumas problemáticas teóricas relevantes para o pensamento marxista.

No século XIX, na Europa, em plenos ares de mudança social no debate socialista europeu que se travava, Karl Marx compreendia que a questão da terra poderia ser tratada como uma problemática específica das relações de propriedade e de produção existentes no campo (questão agrária) e ou como recurso histórico de estruturas sociais específicas de transição entre a burguesia e o proletariado (questão do campesinato). Tais idéias estão explicitadas no “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” em que Marx analisa a derrota da revolução operária de 1848 e o golpe de Estado em 1851 na França. É dentro desta perspectiva marxista que Kautsky irá se movimentar. (MARX, 1986)

Assim, o camponês, transformado em agricultor familiar, é introduzido ao mercado de trabalho e nas relações de produção capitalistas. O camponês isolado em suas terras, proprietário de seus meios de trabalho, dono da terra que cultivava, deixará de existir com o avanço do capital no campo, pois o desenvolvimento do capital irá estabelecer duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. Assim, é proposto para a implantação do socialismo as cooperativas, pois que são as cooperativas que transformariam o camponês em um tipo de proletário por meio da idéia do trabalho coletivo e das redes de solidariedades construídas a partir daí. (LÊNIN, 2003)

Kautsky (1986) pensa que a questão da terra deve ser orientada no sentido que o campesinato siga em direção da passagem do capitalismo para o socialismo. As contradições que o sistema capitalista apresenta se traduziriam na proporção em que o capital adentra o campo na eliminação das relações tradicionais no campo para relações sociais modernas, baseadas na idéia do contrato de trabalho e na expropriação da terra, na medida em que as relações entre campo e cidade se intensificam e cresce o processo de industrialização. Ele também demonstra as limitações do capitalismo para a exploração agrícola em conexão com a concentração da terra, da proletarização, da expropriação e da submissão do trabalhador rural ao capital. O que significa dizer que a concentração de terras gera uma falsa “escassez” de terras, que faz com que o trabalhador do campo não consiga nem permanecer na terra e muito menos progredir nela e, com ela.⁶ Os baixos salários geram a proletarização do trabalhador do campo, o que gera um baixo poder aquisitivo da maioria da população do campo e o atraso na implementação dos processos de modernização na agricultura, acabando por restringir o mercado no campo de produtos industrializados. (GONTIJO, 1984)

O capitalismo ao penetrar no campo, gera a concentração de terras, de riquezas, pois que as grandes propriedades absorvem as pequenas verificando a proletarização das camadas mais pobres dos trabalhadores rurais. Assim, Kautsky acreditava que o avanço das forças produtivas iria levar ao fim o sistema capitalista e à ascensão do socialismo: a resposta ao problema da questão da terra se daria como parte desse processo mais amplo. Lênin (1982), numa outra conjuntura sócio-histórica irá discorrer sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas enfatizando os antagonismos e o caráter combinado da sociedade camponesa russa na construção do proletariado.

⁶ Kautsky (1986, p. 187) assim descreve este processo de empobrecimento: Quanto menores as áreas, mais se procura um trabalho acessório. “Quanto mais esse trabalho avança para o primeiro plano, tanto mais as propriedades podem diminuir e menos podem atender as necessidades domésticas. De resto, nessas superfícies minúsculas, a exploração é cada vez menos racional. A insuficiência de animais de tiro e de ferramentas não permite uma cultura perfeita, sobretudo, um arroteamento muito profundo. São as necessidades do lar, e não o cuidado pela conservação da fertilidade do solo, que determinam a escolha das plantas a se cultivarem. A falta de animais e de dinheiro tem por consequência a falta de esterco e de adubo artificial. A isto se acresce ainda a falta de braços. Quanto mais o trabalho pago avança para o primeiro plano e o trabalho doméstico se torna acessório, tanto mais o primeiro absorve o tempo da família. Às vezes isso acontece no momento exato em que seria preciso que ela empregasse toda a sua energia na exploração de sua propriedade, por exemplo nas fases de colheita”.

Para o que aqui nos interessa, gostaríamos de enfatizar o tratamento dado por Lênin do desenvolvimento do capitalismo e a ascensão do proletariado. O autor acima possui uma postura mais elitista e pessimista em relação ao “espírito revolucionário” e a “consciência de classe” dos trabalhadores que entendia vir de fora, de uma organização profissional de revolucionários, que acabaria por imprimir uma direção forte à questão do campesinato.

Na introdução escrita por Engels ao livro de Karl Marx “As lutas de classes na França de 1848-1850”, o otimismo democrático da classe trabalhadora é observado pelo autor. (MARX, 1986) As lutas dos trabalhadores europeus em 1895 se apresentavam sob uma nova configuração, pois até aquele momento o movimento operário tinha se caracterizado como sendo o povo oprimido sendo conduzido pelos interesses de uma minoria revolucionária. Porém, as condições atuais eram outra “a barricada perdera seu encanto”, a organização das forças burguesas e seus aparatos de coerção tinham se desenvolvido. De maneira que a luta do proletariado não poderia mais ser conduzida tendo por modelos as lutas heróicas das barricadas de Paris. Essa nova forma de luta política, observada por Engels, se refere, agora, a uma organização proletária que deveria conscientizar a massa do povo oprimido. (IDEM. IBIDEM, p. 44)

Chegamos, aqui, numa tentativa teórica de reflexão marxista que nos ajudou a explicar a trajetória da questão da terra em conexão com os objetivos propostos pelo processo de investigação, dando lugar a uma interpretação mais adequada às motivações iniciais desta pesquisa. A tentativa foi de estabelecer uma relação entre a questão da terra e os movimentos sociais do campo.

Do surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste Brasileiro, ao Estatuto da Terra em 1964, à criação do INCRA em 1970, ao processo de redemocratização em 1984, desembocamos na criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária em 1985, ou seja, a década de 1980 viu a questão da terra sofrer do mesmo mal que as décadas anteriores. Mesmo com os conflitos de terra, as políticas governamentais e o Estatuto da Terra não lograram impacto sobre a estrutura social. Em 1986, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em 1989, um novo Ministério desponta, o da Agricultura com o revivamento do Instituto de

Colonização e de Reforma Agrária (INCRA). Em 1996, teremos um outro Ministério, o Extraordinário de Política Fundiária que imediatamente incorporou o INCRA, sendo neste período, diretamente vinculados à Presidência da República. Quase ou nada fizeram para fornecer uma solução para essa questão a não ser as tentativas teóricas de assentamentos e de terras disponíveis para a reforma agrária. Os incentivos à agricultura e ao crédito agrícola geraram mais concentração de terras do que a sua distribuição.

O plano da experiência histórica não é o mesmo de sua interpretação e elaboração conceitual, separando, portanto, a tensão de fundo existente entre a estrutura e a ação, entre o ato e o símbolo, pois as representações que os sujeitos possuem sobre determinado acontecimento ou evento moldam as relações concretas estabelecidas entre os homens e entre eles e suas práticas e discursos sociais. Este labutar sobre a cultura, em seus elementos simbólicos, sobre o fluxo dos acontecimentos ou a subordinação dos eventos históricos ao modo de pensar específico de homens e ou de agrupamentos humanos decorre da forma como suas ações e ou práticas podem ser submetidas às regras de coerência exigidas pelos sistemas simbólico e cognitivo, respectivamente. Dessa forma, é preciso conhecer de que maneira a experiência de luta e resistência que caracterizou e caracteriza a luta pela terra vem sendo percebida e vivenciada. Em outras palavras, o processo pelo qual o homem apreende a sua ação.

A presente pesquisa pretende construir um esquema de análise comparativa que, em sua amplitude, permita compreender o motivo da permanência na luta pela terra apesar de conquistada a terra por parte de seus trabalhadores rurais sem-terra. Para isso, tomamos as Ligas Camponesas da Paraíba como forma de análise do mesmo processo de luta pela terra, mas que foram extintas antes da conquista da terra por parte de seus trabalhadores rurais pelo governo militar.

Desde o seu surgimento, na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização, o MST tem sido um movimento social de referência no campo. O processo de transição política encontra uma sociedade muito mais complexa e moderna de quando o regime militar se instalou, mesmo diante de processos sociais tradicionais. A sociedade que emerge neste momento é mais urbana, diversificada socialmente, complexa em suas reivindicações sociais e

políticas, geradas diante das experiências de mudança e diante dos problemas estruturais agravados pelo regime autoritário.

No caso da questão da terra, nos anos de 1980, as lutas sociais se constituem numa dimensão essencial para o processo de abertura política do regime militar, os trabalhadores rurais, opõem-se ao canal oficial estabelecido pelo governo para atender às suas reivindicações, os sindicatos. E criam, apoiados pela Igreja Progressista, e no ímpeto de atender as necessidades emergenciais de sobrevivência, um novo canal de reivindicação o qual passou a exercer pressões diretas sobre o governo e sobre autoridades públicas por meio das ocupações de áreas devolutas e /ou latifúndios improdutivos. (MOISÉS, 1988)

Mais tarde, em 1986, esses trabalhadores do campo agindo coletivamente e orientados pela Igreja Progressista e por intelectuais, vão, ao longo desse processo de constituição deste movimento social, integrando suas articulações de liderança e poder de decisão. Surge o MST formado em sua maioria por pequenos produtores vindo do sul do país, excluídos das benesses da modernização da agricultura no campo que perderam suas terras e ou perceberam que seus filhos provavelmente não teriam acesso, a terra, o que nos remete à formação dos minifúndios no Sul do país bem como as suas tradições. (PETRONE, 1982)

As terras ao Sul do país apresentam algumas características que devemos explicitar. Em termos de uma agricultura domesticada, após o término do trabalho escravo no Brasil, com a abolição da escravatura, podemos aceitar que tivemos, em sua maioria, duas formas distintas de desenvolvimento agrícola no país: a que se originou em áreas restritas como as do Sul do Brasil e em algumas partes do Sudeste com predomínio de uma produção agrícola camponesa nos moldes dos imigrantes europeus, centrada no trabalho familiar; e, outro de exploração da economia capitalista de base latifundiária, como no Nordeste do país. Então podemos caracterizar que tínhamos, nas pequenas propriedades, um regime de trabalho de tipo colonato, salariado e de troca de serviços que envolviam os agregados, parceiros e arrendatários. No Sul, prospera uma economia camponesa baseada na pequena propriedade e que forneceu impulso ao processo de industrialização que começa no Sudeste, apesar da agricultura de subsistência estar espalhada em todo território nacional, exceto nas áreas

altamente especializadas como na Zona Cafeeira de São Paulo, na Zona da Mata Nordeste, na Zona Cacaueira da Bahia e na Zona Gomífera da Amazônia. (GONTIJO, op.cit)

Já no extremo sul, o desenvolvimento se deu em função da agricultura de subsistência baseada na pequena propriedade familiar. Contudo, este desenvolvimento estava com seus dias contados, na medida em que a expansão agrícola era principalmente resultante do processo de colonização estrangeira e reduzido número. Essa carência de mão-de-obra foi fatal para o desenvolvimento da agricultura do Sul, diante do processo de industrialização do Sudeste, principalmente para São Paulo. (PRADO JUNIOR, 1979) A impossibilidade da reprodução da economia familiar com base na pequena propriedade fragmentou e empobreceu os trabalhadores que acabaram por perder suas terras para os grandes proprietários, para as instituições financeiras, ou porque as terras então, já eram insuficientes para absorver os filhos do casal que casavam e constituíam suas próprias famílias. O que gerou o empobrecimento da família e os fluxos migratórios do Sul e Sudeste para a Amazônia Ocidental. (MARTINS, 1995)

Nessa área de imigração européia no século XIX, desenvolveu-se entre os colonos de origem italiana o costume de deserdar todos os filhos, menos o mais jovem que, casando, fica morando com os pais, como arrimo da família. Ele é o herdeiro da terra. Os outros filhos homens recebiam um dote e, mais recentemente, com o empobrecimento das famílias, passaram a receber apenas uma educação profissional. As filhas devem contentar-se com o enxoval, que é o seu dote. O único recurso é, para os que tem dinheiro, deslocaram-se para outras regiões à procura de terra. Ultimamente esses antigos colonos começaram a vender suas terras no Rio Grande do Sul e a comprar outras terras em Mato Grosso. Como o preço da terra no sul é muito alto, podem, com o mesmo dinheiro, comprar muito mais terra na Amazônia. (IDEM, IBIDEM)

A expropriação do trabalhador rural do Sul acontece pelo fato do filho do dono da pequena propriedade familiar não poder ser um trabalhador rural autônomo como o pai, tornando-se um trabalhador assalariado no campo ou na cidade, engrossando as frentes de expansão. No estado do Rio Grande do Sul, pré-1964, observamos os seguintes agentes coletivos no campo: o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), movimento social do campo relevante na década de 1960, iniciou suas atividades pela iniciativa do Governador do estado, membro do PTB, Leonel Brizola; a Frente Agrária Gaúcha (FAG) que

combatia o comunismo no campo e representava a ala mais conservadora e de direita da Igreja Católica; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surge em 1975 representando as forças progressistas da Igreja, entre outros agentes coletivos. A partir de 1964 a FAG se torna a líder do movimento dos sem terra no Sul, e, somente a partir de 1977 é que esta situação começa a se modificar. Para os trabalhadores rurais do Sul, a Igreja Progressista influenciou a base da organização do movimento dos sem-terra. (BASSANI, 2009), (FERNANDES, 2000).

As profundas transformações oriundas do campo derivadas entre outros fatores, da modernização conservadora, da herança que alimentava a luta pela terra, da ausência do medo, do desejo de liberdade de do trabalhador rural poder dispor de seu tempo livre, da expropriação dos meios de trabalho rural, da negação do acesso à terra como um direito faz com que ações coletivas sejam realizadas, não somente pelo MST, que vai se constituindo neste processo, mas também por outros atores sociais que vão surgir no campo. Estes agentes coletivos requalificam a questão da terra, juntamente, com outras mobilizações e greves que acontecem na cidade, que tornaram visíveis uma outra face do processo de desenvolvimento industrial, ou seja, as precárias condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Estas lutas sociais do campo e da cidade na década de 1980 ganham expressão nacional e ficaram conhecidos como os novos movimentos sociais por assumirem uma dimensão essencial para o processo de abertura pela recusa dos canais tradicionais de atendimento das reivindicações.

A terra e a riqueza continuam concentradas, fator que somado a outros degradam cada vez mais as condições de vida dos trabalhadores rurais na medida em que os interesses tradicionais da classe no poder mantiveram-se por meio da agroindústria e da expansão da fronteira, potencializando a concentração de terras e conduzindo aos questionamentos coletivos acerca das políticas agrícolas adotadas. O desenvolvimento político, econômico e social, por meio da industrialização, aumenta a produtividade interna e externa com o acesso a créditos e insumos que encaminham a industrialização para o setor agrícola. O país industrializa sem realizar a Reforma Agrária. O setor agrícola passa a incorporar os avanços tecnológicos, gerando desenvolvimento econômico.

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) reproduz a idéia acerca de uma agricultura atrasada que impedia o desenvolvimento, pois conforme seus idealizadores, ela não atendia à demanda interna gerada pelo crescimento das cidades urbanas derivadas do processo de industrialização e também por restringir o crescimento das exportações. Estas idéias influenciaram as discussões posteriores nos anos de 1990, trazendo a reformulação de antigas e também de novas teses acerca desta questão. Com isso, reduziu-se a função social da terra a seus índices de produtividade. O que significava dizer que toda a discussão realizada por Celso Furtado (2009, 2003, 1974) nos anos de 1960 e 1970 acerca da necessidade de desenvolvimento social é deixada de lado. Assim, se a terra apresentasse uma parte de suas terras produtiva, todo o imóvel era livre de desapropriação. É dessa forma que a década de 1980 e 1990, apesar de todo incentivo e crédito liberado pelo governo federal, acabou por gerar mais concentração de renda. A terra continuava sendo um instrumento de especulação imobiliária, apesar de o PNRA, estabelecer uma indenização para os proprietários de terra abaixo do mercado, de forma a penalizar seus proprietários por não terem cumprido sua função social.

A desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras para a Reforma Agrária, pois que tinha como programa básico, o assentamento de trabalhadores em imóveis desapropriados. Poderíamos entender este fato, como um avanço importante em relação às medidas propostas por outros governos, anteriores a década de 1990 e de 1980, que tenderam a considerar a desapropriação como último recurso e dessa forma pouco a utilizaram de fato. Apesar disso, na prática política e no jogo de forças existentes, venceu a identificação entre reforma agrária e colonização. Isso significou a opção política pelo fim dos conflitos pela terra a partir do oferecimento de terras em áreas não ocupadas por brancos.

Significou também, a invasão e o desmatamento de áreas de florestas ainda não ocupadas pelo homem branco que foram, posteriormente, incorporadas ao ciclo de ocupação de terras sendo vendidas a terceiros, por meio de documentos de terra fraudulentos. (AUBERTIN, 1988), (VINHAS, 1968), (SILVA, 1982), (MARTINS, 1997), (CARMAGO, 1989), (SANTOS, 1993), (VELHO, 1972).

A crença na tese da agricultura atrasada que impedia o desenvolvimento conduziu a uma ambigüidade do termo produtividade, pois que a modernização aumentou a produção, mas deixou intacta a posse da terra não questionando seu valor social. Foi esta interpretação da função social da terra que acabou por derrotar o PNRA, ou seja, a sua ausência. De maneira que a degradação da vida do trabalhador rural pela ausência da posse da terra e pela ausência da redistribuição daí advinda, levou aos trabalhadores rurais e os sujeitos coletivos, movimentos sociais a questionar as políticas agrícolas da década de 1980. Neste processo, a Constituinte mostrou-se como um veículo de transformações na estrutura fundiária nacional. A Lei Agrária de 1993 eliminou a categoria latifúndio sendo substituída por um termo menos politizado, na forma de cálculos nos moldes fiscais. A tentativa foi de sistematização das principais tendências do debate sobre Reforma Agrária durante o período de transição democrática. Assim, podemos destacar o surgimento do MST e sua inovação na forma da luta pela terra, a presença da Igreja por meio da CPT e seus intelectuais espalhados nos movimentos sociais do campo que forneciam legitimidade a luta por direitos, a desapropriação das áreas de conflito. Apesar disso, continuamos a encontrar entraves a sua execução por meio de ações judiciais que questionavam, junto ao Poder Judiciário, a desapropriação e seu valor pago.

Essa ambigüidade do termo de produtividade conduziu a algumas análises que apontavam a imprecisão dos critérios e do termo utilizado, pois que consideravam, simultaneamente, a questão da terra pelo ângulo econômico e político e seus critérios de eficiência e equidade. Do ponto de vista econômico a Reforma Agrária é desnecessária, pois o crescimento econômico na área da agricultura já foi atingido. Porém, do ponto de vista político e social deve ser objeto de políticas públicas para a equidade e justiça social. A transformação tecnológica gerada pela industrialização no campo contribuiu para uma análise reducionista da Reforma Agrária naquele momento.

O que observamos é que a opção pelo tipo de desenvolvimento mobiliza forças sociais e políticas que dizem respeito ao que seja o Estado e a política, portanto a compreensão do que seja um estado democrático, bem como os seus limites de atuação. É dentro dessa perspectiva que surgem as Ligas Camponesas, na década de 1960 e, na década de 1980 o MST em que se

processam continuísmos e rupturas no trato da questão da terra tendo como sujeito os trabalhadores rurais e seu desejo pela terra.

1.1. Terra e Liberdade

A continuidade do modelo político e econômico da questão da terra que se traduziu no “capitalismo autoritário”, na “modernização sem mudança”, no “pacto agrário” da década de 1930, significou uma aliança industrial e financeira que teve como contrapartida o monopólio da terra e o controle dos trabalhadores do campo. (VELHO, 1976), (GONTIJO, 1984), (CARDOSO, 1979), (FAUSTO, 1978, 1983). Aqui, o poder político passava pelo controle do voto, mas que diante do alargamento da participação urbana e das mobilizações dos trabalhadores do campo, outras mudanças no mundo rural se processam. (LEAL, 1993) No bojo da Revolução de 1930 e da reabertura de 1945 a integração os trabalhadores do campo não acontece no processo de formação e consolidação da sociedade moderna brasileira e do novo pacto a partir de 1945 que abraça os trabalhadores urbanos. (RODRIGUES, 1966) Este fato vai gerar na década de 1950 e 1960 a ruptura no pacto agrário pelo alijamento radical das novas lideranças rurais e sua redução na participação política.

Podemos definir 4 (quatro) etapas distintas do pacto oligárquico antes de 1930. (CAMARGO, 1983) A fase que se inicia no processo de Independência e que vai até o início do governo de D. Pedro II caracterizado pela indefinição de nossas elites em formação na defesa de interesses globais. Do Segundo Reinado até o início da República, o pacto agrário passa a ter como mediador o Estado até o momento em que diante da Abolição se segue à queda do Império. A tentativa por várias vezes foi de criação de pequenos agricultores, mas seguiu-se a opção econômica das grandes propriedades seguindo o pacto agrário intacto até 1960. As primeiras crises da República apresentam uma dissociação entre as formas de protesto rural e urbano, enquanto na cidade observamos o surgimento do movimento operário no campo se segue com os movimentos messiânicos e o cangaço. A Revolução de 1930 é expressão da crise do pacto agrário num reajustamento das camadas urbanas na barganha do poder que significou o reconhecimento legal dos trabalhadores urbanos. Tavares (2000) afirma que até 1930 nossa economia esteve voltada “para fora”, na dependência

de nossas exportações agrícolas da economia internacional, porém a partir do modelo de desenvolvimento adotado, de substituição das importações, passamos para um novo modelo de desenvolvimento “para dentro” a partir de 1950.

Ao longo dessa década, e depois no governo militar, a agricultura tem se beneficiado de créditos, insumos agrícolas e maquinário de primeira tecnologia seguindo um modelo agroexportador de desenvolvimento de grandes extensões de terra. O aumento da produtividade, dentro do modelo de desenvolvimento adotado, permitiu o crescimento da matéria prima e alimento para exportação, mas não resolveu o problema da desigualdade social dentro do país, pois que aumentou a concentração da terra, o êxodo rural, a desigualdade de renda.

A tese de Torres (1978) sobre as precárias condições sociais se encontrar no baixo aproveitamento da terra significou a reatualização da tese da agricultura atrasada que impedia o desenvolvimento por não atender a demanda interna gerada pelo aumento das cidades urbanas devido ao processo de industrialização e pela restrição externa ao comércio exportador. Essa tese, numa outra chave de leitura, significou o atraso nacional no campo das relações sociais e de produção pré-capitalistas existentes, principalmente, no Nordeste brasileiro. Como foi o caso da interpretação defendida por Jacques Lambert (1971), da dualidade da sociedade brasileira que foi muito popular entre nós. Na década de 1950, os intelectuais do ISEB explicam as relações entre a metrópole e a periferia, como uma coexistência ambígua da “dialética senhor e escravo”. (PAIVA, 2000)

Tavares (1991, p.130) aponta que a percepção por parte de Furtado do tipo de desenvolvimento existe no país (subdesenvolvimento) representou um avanço sobre a dicotomia atraso/modernização e também sobre a idéia defendida no ISEB e de intelectuais do período, acerca das etapas de desenvolvimento no país. Furtado teria a partir de suas análises, forjado o que futuramente, seria denominado por Cardoso e Faletto (1970) como a teoria da dependência a partir da dominação internacional que recriaria pelos elementos tecnológicos, culturais e financeiros a relação de dependência entre os países desenvolvidos e os de periferia ou semiperiferia.

A etapa de desenvolvimento do capitalismo industrial significaria para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) um estágio da Revolução

Burguesa no Brasil. Este momento conduziria a acumulação do capital derivada do avanço tecnológico, e que resultaria na melhoria da qualidade de vida da população se o descompasso existente entre as condições objetivas econômicas e as condições sociais e políticas pudessem ser ultrapassadas.⁷ O que ficou conhecido como Revolução Burguesa no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foi à ideologia que levaria ao cabo o processo de transformação social e política correspondente à modernização tecnológica e econômica por meio de processos de substituição das importações de forma pacífica, da conciliação entre os grupos sociais existentes que promoveriam as reformas necessárias para este intento.⁸ (PECAULT, 1990, p. 104) Assim, caberia um esclarecimento dos grupos sociais no poder a respeito das características histórico culturais atuantes no país (as etapas pelas quais se encontra em seu processo de desenvolvimento econômico, político e social), naquele momento, e do papel relevante que estes grupos teriam na condução de tais mudanças. (PAIVA, OP.CIT)

O nacionalismo desenvolvimentista expressou internamente, a afirmação da unidade social, o Estado definindo as fronteiras e as instituições desse mercado envolvidas no tipo de crescimento econômico adotado. Para muitos intelectuais isebianos as idéias no Brasil estariam “fora de lugar”, de maneira que construir um Estado Nacional significaria também eliminar a subordinação cultural.⁹ Dentro deste movimento de idéias que vamos observar a implantação do Plano de Metas que utilizou em grande medida o relatório feito pelo grupo misto de trabalho composto por intelectuais do CEPAL e do BNDE. Celso Furtado era membro ativo de ambas as instituições e, também, relacionado às estruturas estatais, seguindo nessa diretriz até o golpe de 1964. (LEITE, 2006) A produção teórica de Furtado buscava interpretar a formação histórica do país e os condicionantes do atraso, o que direcionou sua inquietação para a elaboração de um projeto de desenvolvimento capitalista gerido por um Estado

⁷ Para aprofundamento de estudos acerca do ISEB ver Paiva (2000), Pécault (1990), Toledo (1997).

⁸ Este tema será pesquisado, posteriormente, por Florestan Fernandes, em seu trabalho de referência “A Revolução Burguesa no Brasil” (2006) em que irá desenvolver idéias acerca da existência de um déficit de historicidade entre o social e o político reforçado pelo capitalismo dependente que aqui se figurou.

⁹ **A questão da eliminação da subordinação cultural estaria em par com a teoria da dependência que via a relação de subordinação não somente econômica, entre o Brasil e as potências mundiais, mas cultural também. É neste sentido que observamos as idéias que são trazidas da Europa se adequar as estruturas socio-culturais do favor passando a justificar práticas de dominância. Sobre este assunto ver (SCHWARZ, 2000), (FRANCO, 1997).**

Nacional neutro que se utilizaria para tanto de uma burocracia estatal voltada para o interesse do povo. (FURTADO, OP.CIT) Assim, sua produção teórica serviu de base para a política econômica do Estado brasileiro durante o Governo de Juscelino Kubitchek. Conforme a tese de Furtado, a Reforma Agrária deve ser parte inerente de um processo de desenvolvimento social, pois que a acumulação com avanço tecnológico resultaria na melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, uma Reforma Agrária como elemento de política redistributiva colocando em questão o modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir da construção do parque industrial e do modelo agroexportador adotado. A dualidade da sociedade brasileira estaria na coexistência de relações sociais tradicionais e modernas que seriam vencidas pelo desenvolvimento econômico e social. (LEITE, OP.CIT) Enfatiza a necessidade de haver um avanço na eliminação da pobreza como forma de diminuir a expansão das idéias revolucionárias que ascendiam na década de 1960. A Reforma Agrária, portanto atenderia as necessidades reais dos trabalhadores rurais, brecando com isso o avanço das idéias e práticas marxistas-leninistas no campo. Portanto, o desenvolvimento capitalista se reformado poderia fornecer melhoria e qualidade de vida a população do campo e da cidade.

Em 1959, se intensificam as lutas no campo com a presença das Ligas Camponesas. Internacionalmente, a Revolução Cubana sai vitoriosa nesse mesmo ano, aumentam as lutas internas com a presença dos sindicatos na cidade e no campo, dos movimentos sociais, gerando um alarmismo na direita brasileira que unificando os setores da classe média com os capitalistas nacionais e o capital internacional conduz ao Golpe Militar de 1964.

A ideologia deste período mostrou-se ineficiente, pois que deixou de considerar a realidade do capitalismo dependente e de seus desdobramentos sociais e políticos. Em artigo Tavares (2000) discorre sobre “o processo de substituição das importações” como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos”. Um desenvolvimento parcial que estimulou uma maior concentração de renda pela nova divisão social internacional do trabalho em que um determinado tipo de exportação é

substituído por outro em consonância com os produtos que passam a ser importados. (FRANK, 1980, p.163) Oliveira observa que pós-1930 o desenvolvimento no Brasil acontece

[...] introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributiva – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (OLIVEIRA, 1981, p. 36)

Em relação às diferenças regionais entre o Norte e o Nordeste e o Centro-Sul, o governo firma algumas políticas públicas para diminuí-las. (PEREIRA, 1983) Pois, a industrialização do Centro-Sul se processou desde o início do século, enquanto que a do Nordeste estava tendo início naquele período. As transformações nas relações de trabalho ia se processando no Nordeste passando as antigas figuras de foreiros, meeiros, agregado cedendo lugar ao trabalhador rural. No Centro-Sul os trabalhadores rurais viam seu poder aquisitivo aumentar, seu padrão de vida melhorar, tendo acesso à educação e aos bens de consumo. No Nordeste as novas relações sociais e de produção geraram mais misérias e ausência de perspectiva de vida. Historicamente, o Nordeste teve o seu desenvolvimento já no período colonial, com a adoção das sesmarias para o cultivo do açúcar. No Oeste Paulista seria onde encontraríamos as relações de produção mais avançadas com a união do trabalho assalariado e do colonato, do trabalho familiar ao salário com a rentabilidade do proprietário e a relativa independência do trabalhador do campo. No Vale do Paraíba seria a parceria a forma tradicional de produção com baixa produtividade e precárias condições de vida do trabalhador do campo. (CANDIDO, 2001) Vamos encontrar esta mesma forma no Nordeste, na forma do “cambão”, do “foro”. Já no Sul do país é a prevalência da pequena

propriedade que terá estímulo por parte do governo federal pelas políticas de colonização como foi o caso do Estado de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná. O que não impediu que ali também houvesse os latifúndios, porém são nestes estados que se concentram os pequenos produtores, principalmente no Rio Grande do Sul.

O Nordeste, outrora a parte mais rica do Brasil Colonial foi no decorrer do tempo se tornando uma das regiões mais empobrecidas e miseráveis do país, com elevados índices demográficos e uma economia que oscilava de acordo com o preço do açúcar no mercado internacional. Com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e com as atividades mineradoras em Minas Gerais o centro político e econômico passa desta região para o Centro-Sul. O que permitiu que o Nordeste contribuísse para uma espécie de “acumulação primitiva” da industrialização do Centro-Sul. (VELHO, 1976) A partir de 1930 com o desenvolvimento da indústria e da construção civil nas cidades desta região como a expansão das fronteiras do Estado do Paraná e de São Paulo, paulatinamente a concentração regional foi acontecendo e combinada com o desequilíbrio regional já existente e a necessidade de maior capital e de tecnologia mais avançada para a reprodução do capital acabou por ampliar os desequilíbrios no desenvolvimento econômico e social entre as regiões.

Dentro desta perspectiva é que a SUDENE, significou uma tentativa por parte do governo federal de fornecer uma resposta ampla para os problemas econômicos e sociais do Nordeste. Criada em 1959, como resultado de pressões esclarecidas da sociedade que a viam como um instrumento capaz de modernizar a região e neutralizar as tensões sociais naquela região, podendo ser resumida como expressão da crença na ideologia desenvolvimentista. Assim, o Nordeste atrasado para chegar a se desenvolver precisaria de uma intervenção direta do Estado por meio de um planejamento e a atividade técnica e burocrática do governo. Portanto, capaz de transformar o curso da história da região até então enquanto que as modernas indústrias do Centro-Sul que continuariam o seu desenvolvimento “natural”. Nesse sentido, seria necessária, por parte do governo, uma direção política do processo e que estaria relacionada pela opção de então entre socialismo ou capitalismo nacional autônomo, ou seja, independente do capital externo. A partir do golpe militar e da consolidação do modelo de desenvolvimento dependente se seguem várias

críticas no sentido de apontar os limites do desenvolvimento e o aumento das desigualdades internas provenientes da teoria da dependência sucessora da teoria desenvolvimentista.

Furtado propunha uma ação dupla ao mesmo tempo em que se modernizaria a produção desta região seguir com a expansão da fronteira agrícola para o Maranhão. No final, o que aconteceu foi à ênfase na expansão de fronteira no Maranhão e na Amazônia, com os fechamentos de fronteira na região do estado do Paraná, Centro-Sul e que acirrou com a construção das estradas de Belém-Brasília e Brasília-Acre no final dos anos 1950 e algumas estradas menores durante os anos de 1960. Sendo esta uma resposta espontânea e em parte funcional do governo como saída para os conflitos sociais do campo diante do desapontamento acerca das possibilidades de desenvolvimento da região.

A modernização do campo teve como conseqüência a liberação da força de trabalho para os setores que cresciam nas cidades do Centro-Sul reforçando o aspecto desigual de desenvolvimento regional além de reforçar a dicotomia entre o atraso e o desenvolvimento da estrutura econômica num processo desigual e combinado do sistema capitalista que aproximou fases históricas diferenciadas. Uma das saídas propostas pela SUDENE, por meio de seu intelectual mais famoso foi à frente de colonização para o Maranhão, porém na medida em que as tensões sociais aumentavam ficou claro para Furtado a necessidade de se realizar uma reforma agrária ampla na região. Para Furtado, as raízes do subdesenvolvimento não se encontram somente na economia, mas também e, principalmente, na política.

Em outras palavras, os processos econômicos devem ser entendidos sob o prisma das circunstâncias históricas o que conduziria a um descompasso entre a transformação econômica e as transformações das instituições política e social. Essa dualidade seria reforçada e reproduzida, permanentemente, por um desenvolvimento econômico atrelado a uma dependência cultural e política de nossas classes no poder em relação aos países desenvolvidos. Caio Prado Junior (1979) exorciza a interpretação nacional-burguesa que o ISEB e o PC - Partido Comunista haviam compartilhado, identificando em tal projeto político, a traição dos trabalhadores e do ideal socialista. Afirma que não houve relações pré-capitalistas no campo, mas relações capitalistas dependentes. Ele irá contra

a tese em voga acerca de que nossa estrutura agrária deriva de um passado brasileiro de estruturas feudais – tese da feudalidade - defendidas por diferentes estudiosos do assunto. E seriam estes resquícios destas estruturas sociais feudais o que impediria o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, como Martins (1995), ele irá fazer uma crítica ao PC que vai negar aos trabalhadores o direito ao próprio projeto político, considerando que a massa do campo não estava apta a assumir a direção de sua luta reivindicatória por melhores condições de vida e trabalho. Isto significava afirmar a superioridade da classe operária na relação de aliança operário-camponesa, além de insistir numa reforma agrária radical que geraria um prejuízo na tarefa principal que seria a de renovar a economia agrária. (SANTOS, 1998)

O autoritarismo subjacente ao isebianismo, que fora identificado nesta obra já em 1962 por Padre Vaz e denunciado mais tarde por Maria Sylvia de Carvalho Franco, tanto quanto o iluminismo da intelligentsia isebiana aparecem ao lado de uma espécie de 'populismo indutivista' que busca nas massas a interpretação correta da realidade e a orientação para a ação. (PAIVA, 2000, p. 174)

Recolocamos, aqui, as condições sociais pela qual este tipo de desenvolvimento irá se processar. O problema levantado pelas “Ligas” no Nordeste, na década de 1960, o seu projeto político irá girar em torno da Reforma Agrária, elaborado fora das bases deste movimento social, fora da realidade propulsora da luta dos trabalhadores do campo, ou seja, se verifica a desarticulação entre a dimensão econômica e a dimensão política, numa relação de tutela em relação aos trabalhadores rurais por parte de suas lideranças. (BASTOS, 1984)

Quanto à natureza dos movimentos sociais nos anos de 1950 e de 1960 no Nordeste, algumas tendências e estudos se apresentaram enfatizando aspectos relevantes, como foi o caso da análise de Oliveira (1978) que buscou no desenvolvimento desigual entre Centro-Sul e Nordeste a participação efetiva do Estado como elemento de mediação na luta de classe destas regiões. Idéia, posteriormente enfatiza, pelos estudos de Dagnino (2004) e Sader (1995) acerca do surgimento dos novos movimentos sociais na década de 1980.

Camargo (1983) afirma que as mobilizações dos trabalhadores rurais incidem de forma direta sobre as políticas locais e nacionais, pois que essas lutas pela terra respondem pelo atendimento de uma necessidade emergente.

Portanto, necessidades mais pragmáticas do que programáticas na busca de atender suas condições materiais de vida. O que não retirou o fato de os movimentos sociais deste período serem palco da disputa ideológica do partido, do sindicato, de agentes coletivos, de lideranças progressistas, de um projeto político que não lhe é próprio, pois que condições materiais de vida não refletem automaticamente o nível da consciência e as estratégias escolhidas pelos seus atores.

É nesse sentido, que tentamos entender o estar “no meio do mundo”, “estar na rua”, o que significa o “estar fora” para o trabalhador rural como um “ser obrigado” por força da necessidade econômica de vender sua força de trabalho a todo momento, durante todos os dias da semana a quem quer que seja. Na rua, a família vive junto a outras famílias, as mulheres lavam roupas junto a outras mulheres, as crianças brincam com outras crianças, pois os padrões de sociabilidade são alterados; no engenho as relações eram individuais de cada morador com o proprietário. A existência do roçado ou do sítio gerava uma unidade familiar e de produção dentro do engenho. A rua se define como o lugar da liberdade se comparado ao cativeiro do engenho, pois que na rua via de regra não existe vínculo empregatício entre o trabalhador do campo e o proprietário.

Na rua não sou cativo a ninguém. Mora na casa do engenho tem que trabalhar no engenho. Na minha casa trabalho onde quero. Agora, morar em engenho sem plantar e só trabalhando ao homem é melhor morar na rua, embora que continui trabalhando também. Na rua, minha obrigação e minha mesmo. Quanto trabalha nos engenhos o homem está sujeito, tem sempre gente espionando. Tem que fazer tudo que os homens quer. Aqui é melhor, porque estou no que é meu (na minha casa). Lá no que é dos outros. Rua é melhor. Não tem sujeição. Não tem trabalhar a pulso que nem engenho. Se não for bota pra fora. Aqui chega em casa e pode descansar. Tem engenho que o camarada na pode ficar um dia parado. (SIGAUD, 1979, p. 209)

Para os trabalhadores do campo, a demanda era por satisfação das suas necessidades mais imediatas, estando a tentativa de construção de um projeto político próprio fora de seu universo na medida em que se encontrava excluído *a priori* do debate político sobre as transformações de suas condições de existência. (BASTOS, 1984) A mobilização e reivindicação dos trabalhadores do campo forneceram forma a uma parcela não somente excluída dos processos de modernização, mas que sofriam o impacto da modernização que se desenvolvia

no campo. Neste sentido, denunciaram as mazelas vividas por estes trabalhadores. Seja como instrumento de pressão, seja como aliado os trabalhadores do campo não obtiveram espaço político correspondente nas correlações de força existentes a partir de sua entrada na cena política nacional.

As Ligas Camponesas foram possíveis, em função de circunstâncias sociais e históricas que se constituíram num dado momento a partir das transformações sociais, tecnológicas (as pistas, o rádio) e políticas que ocorreram na sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960. (MACHADO, 1986) Expressaram os diferentes sentidos atribuídos à questão da Reforma Agrária pelas forças políticas envolvidas naquele momento, as novas forças sociais que se movimentavam. Talvez o verdadeiro projeto do trabalhador rural se funda na autonomia de seu trabalho. Mesmo assim, houve uma articulação relativa das dimensões econômica e política destes trabalhadores, pois que eles foram sujeitos da reivindicação do atendimento de suas necessidades mais imediatas. Estes trabalhadores mostraram a sua face, como tentamos demonstrar, uma face maquiada sob outras bandeiras, mas um sujeito visível na cena política nacional.

À medida que a bandeira da Reforma Agrária é hasteada as forças e os interesses sociais ficam cada vez mais complexos em detrimento das necessidades mais imediatas destes trabalhadores. A luta pela terra que se traduzia na luta pela autonomia do trabalho envolvia diferentes formas e usos no trato com a terra de foreiros, morador, parceiros, posseiro, assalariado, arrendatário; eram muitas as formas pelas quais o trabalhador atendia sua sobrevivência. Da mesma forma, que suas demandas diziam respeito ao rompimento destas estruturas sociais e de produção tradicionais como o cambão, o foro. (JULIÃO, 1968), (ANDRADE, 1980), (MOURA, 1978), (SIGAUD, 1989).

Não sei se os camponeses, mesmo agora que abriram os olhos e que começam a manifestar com desembaraço suas idéias, poderão produzir os líderes de que necessitam. Mas uma coisa é verdade. Eles só parecem seguir aqueles que se dispõem a encaminhá-los a objetivos práticos e imediatos, como o de se organizarem em sindicatos para reclamar salários mais altos. Padre ou comunista, o que os camponeses querem é a liderança de gente prática e que lhe melhore as condições de vida. Querem auxílio, não querem conversa. (CALLADO, 1965, p. 50)

Para Furtado, as Ligas podem ser entendidas como um fenômeno social derivado da introdução do desenvolvimento capitalista no campo, pois que a partir de 1950 a produção açucareira se expande conduzindo a expansão da produção da cana-de-açúcar nas terras antes utilizadas para a agricultura de subsistência dos trabalhadores do campo, o que acirra as contradições sociais nesta região e conduz a uma “tomada de consciência” por parte destes trabalhadores do campo da defesa de seus interesses. Contudo, Velho (1972) nos informa de que tais expansões sazonais da produção da cana-de-açúcar para as áreas de subsistência de alimentos dos trabalhadores do campo não haviam anteriormente gerado tensões sociais. Assim, a tensão social no Nordeste não pode somente ser entendida como um processo derivado diretamente da modernização da agricultura, mas como um processo de organização política das massas se insurgindo no processo de política nacional. (SOARES, 1982, p. 24)

O que observamos é que a ambigüidade da atitude de resistência e luta destes trabalhadores rurais, foreiros, moradores, ex-moradores levou a formação de uma associação em 1955, formada por trabalhadores do Engenho da Galiléia, mesmo que esta tivesse como presidente de honra o seu feitor, como foi o caso.

O exemplo da Galiléia foi um estopim e em 1960 as Ligas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrou-se rapidamente pela Paraíba onde surgiram grandes núcleos em Santa Rita, em Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpiriuba, Espírito Santo e outros centos de menor importância. O núcleo de Sapé é o mais importante por contar com perto de 7.000 associados. Hoje, as Ligas tem influência em todo o Nordeste, uma vez que seus núcleos são numerosos no Piauí, no Ceará, onde as várias associações municipais se congregam formando uma federação sob a liderança de José Leandro e na área baiana do São Francisco. (ANDRADE, 1980, p. 254)

Esta seria uma das origens do surgimento das Ligas Camponesas: a expulsão do trabalhador rural de suas bases tradicionais de trabalho e de sobrevivência, o processo gradativo de subordinação da agricultura ao capital acompanhada da “proletarização” destes trabalhadores. Este termo busca unificar diferentes tendências de expropriação deste trabalhador de suas

relações sociais e de produção tradicionais.¹⁰ Em relação ao empobrecimento e a “proletarização” dos trabalhadores, podemos observar que a atitude de migração “espontânea” do trabalhador do campo verificada em diferentes momentos da história nacional, como saída para estes problemas, por vezes tem conduzido a compreensão de uma capacidade de migração atávica de nosso povo. Porém, o que verificamos é a tentativa desesperada deste trabalhador diante das pressões diversas exercidas pelos latifundiários e por outros agentes que sustentam esse ciclo de expropriação do trabalhador rural.

O processo de colonização “espontânea”, antes da construção das estradas Belém, Belém-Brasília (Transamazônica), a relação com a produção e com as relações sociais são de ausência de liberdade e de opressão, sendo que as condições anteriores, vividas por estes trabalhadores antes da penetração do capital são de uma autonomia e liberdade relativas, apesar das dificuldades, como por exemplo de poder dispor de sua locomoção, de poder mudar quando quiser e de poder decidir quando vão trabalhar, podem assim dispor de seu tempo e trabalho como melhor lhe convier. Ao mesmo tempo em que receiam uma “volta ao cativeiro”.

Velho (1976) cita ainda atitudes ambíguas na busca do “bom patrão”. A representação do “cativeiro” que antes era vivido com os “pretos”, agora acontece com todos os “pobres” incluindo “brancos” e “pretos”. Esta é uma visão do trabalhador rural recém-desmarginalizado (situação do trabalhador do campo de fronteira) e do trabalhador do campo marginal e tradicional embora sejam semelhantes quanto à base ideológica se diferenciam quanto a alguns conteúdos. É interessante observar o sentido que a condição de homem livre se reveste, pois para o escravo a liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho.¹¹ O que não é o caso do trabalhador do campo cuja liberdade, é de dispor de seu trabalho e de seu tempo.

O colono combinava a produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais

¹⁰ Estamos a entender a questão da proletarização do trabalhador como a sujeição do trabalho ao capital que tem como consequência a submissão do trabalhador a crença de que para ter acesso a propriedade é preciso trabalhar e poupar. (MARTINS, 1973).

¹¹ A hipótese do autor é que o capitalismo em seu processo de expansão e desenvolvimento redefine relações sociais e de produção tradicionais, subordinando-as ao capital, mas que também origina formas de relações sociais e de produção novas contraditórias e não capitalistas, porém necessárias para a nova etapa de reprodução do capital. (MARTINS, 1998).

novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batata, legumes, etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro. Quando o cafezal era velho, em geral não se recomendava a cultura intercalar. Nesse caso, o fazendeiro colocava à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, geralmente terrenos baixos impróprios para o café, a fim de que se dedicasse ali ao cultivo de gêneros de subsistência. Outras vezes, o fazendeiro cedia esse lote fora do cafezal e, ao mesmo tempo, autorizava o plantio de algum gênero no cafezal em condições determinadas. As vezes, a área fora do cafezal correspondia, em extensão, a uma outra fazenda, somadas as culturas de todos os colonos. (MARTINS, 1983, p. 83)

O regime de colonato se constituía na relação de uma produção de subsistência, numa sobrejornada que garantiria a reprodução da mão-de-obra, numa força de trabalho para o fazendeiro sem ônus e no excedente do trabalho do colono. Ao mesmo tempo em que o processo de trabalho do cafezal acontecia se constituía paralelo o processo de cultivo de plantas diferentes, portanto um processo combinado de trabalho em que se intensificava o resultado do seu trabalho. O trabalho necessário para a produção de alimentos necessários a sua sobrevivência, necessários à reprodução da força de trabalho do colono acontecia em instâncias diferentes da exploração do trabalho excedente apropriado pelo proprietário, pois que se efetivavam no mesmo processo de trabalho no cafezal. A família do colono consumia uma parte dos gêneros colhidos e vendiam o excedente – economia do excedente.¹² Essa pretensa autonomia do trabalhador do campo passava por uma combinação ideológica contraditória em que encontramos uma concepção pré-capitalista ou camponesa do trabalho autônomo e a exploração burguesa do trabalho. O que gostaríamos de enfatizar é que a autonomia no trabalho permaneceu como um forte desejo reforçado pela vinda dos imigrantes no século XIX, e a idéia da busca pela pequena propriedade, como forma de ascensão social.

O morador é uma situação constituída por trabalhadores do campo que residem nos engenhos, este fato perdurou antes da abolição da Escravatura até a década de 1950, nos engenhos de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco.¹³ As tarefas no engenho eram executadas pelos moradores, com

¹² O termo utilizado pelo autor para demonstrar o quanto se mesclavam no regime de colonato relações complexas sociais e de produção capitalistas e não capitalistas, paralelo a relação entre o colono e o proprietário também (MARTINS, op.cit., p.129).

¹³ O morador ou o ex-morador por se apresentar como uma das maiores parcelas expulsas dos engenhos em Pernambuco constitui o tipo dominante de trabalhador do campo em que todas as mazelas das relações sociais e de produção tradicionais são inseridos. O foreiro seria um tipo de

ajuda eventual de trabalhadores de fora quando em períodos de safra. É com a modernização da agricultura que os moradores abandonam suas propriedades e vão habitar nas cidades próximas. Por vezes, os moradores se mudavam de um engenho para outro e, durante o acerto do trabalho ficava com a família na cidade mais próxima. Neste período os moradores vão abandonar em massa os engenhos e os proprietários irão recusar aceitar novos moradores, ficando a cidade como o único caminho possível para os moradores. O Sistema de Morada termina quando deixa de existir uma relação direta entre o proprietário e o trabalhador do campo. Ao pedir morada, o trabalhador recebia uma casa para a família, um pedaço de terra, sítio ou roçado para retirar dali a sua subsistência e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração. Os produtos que não encontrava ou não produzia no seu roçado poderiam ser buscados no “barracão” da propriedade. A estas obrigações se atrelavam as relações de voto de cabresto no período das eleições, de braços para a guerra e contendas. Agora, o morador é um vendedor de sua força de trabalho, mas ainda não podemos caracterizá-lo como um trabalhador assalariado.

Como ex-morador, uma nova relação vai se estabelecer entre o proprietário e o inquilino, por meio da mediação seja do Sindicato, seja do empreiteiro, seja da Igreja, seja de outras associações civis. Uma das dimensões da relação do proprietário com o morador era por meio do foro, que consistia no pagamento pelo uso da terra.

O aumento da produção nas usinas acontecia na medida em que incorporavam as novas terras, cedidas para a subsistência dos moradores, sitiantes e ou foreiros que, dessa forma, passam a trabalhar mais para o proprietário. Esta situação gerou o descontentamento entre os foreiros que acabou na formação de associações que visavam proteger o trabalhador do campo contra abusivos aumentos do foro que visavam a expulsão dos foreiros e alteração dos dias do cambão. Assim, o movimento que se inicia na periferia da Zona da Mata com os foreiros, pequenos agricultores, principalmente os moradores, passa a engrossar na medida em que abraça também os trabalhadores do campo tornaram-se descontentes com a não aplicabilidade das leis do trabalho no campo, principalmente os moradores. A união de

morador ou ex-morador que se diferencia deste por pagar uma quantia ao proprietário pelo uso da terra e pelo pago do cambão, 20 dias de trabalho gratuito para o proprietário das terras por ano.

moradores, ex-moradores e foreiros ocorreu pelas semelhanças na luta. A luta por direitos não foi o que mobilizou os trabalhadores do campo na sua resistência, mas a partir deste instrumento a luta se potencializa e assume novos contornos políticos. Tais semelhanças dizem respeito à compreensão de direitos que não estão sendo respeitados, caracterizando assim a luta por direitos que devem ser reconhecidos e que justificariam a sua luta. Para o morador ou ex-morador, a luta por direitos assume uma perspectiva que designa a paga do salário mínimo, do repouso remunerado, das férias, do décimo terceiro salário e o sindicato. O termo direito não se definiu nas relações contratuais entre trabalhador e proprietário, mas fora destes domínios específicos que forneceram legitimidade a resistência e a luta. Agindo de forma coletiva, quebrando o isolamento, passando a envolver todos aqueles que de uma forma ou de outra apresentavam as mesmas mazelas sociais, reivindicando é que tornam-se um movimento social. (CAMARGO, 1983) É neste sentido que junto às lutas das Ligas se unem a luta dos Sindicatos e que são vertentes complementares de um mesmo movimento social no campo.

Neste processo de resistência e luta de moradores, ex-moradores, foreiros uma outra forma de relação entre eles e o proprietário se institui com base na legalidade do direito como trabalhador do campo e do direito ao uso da terra. O que antes era entendido como benesses do proprietário em relação ao trabalhador do campo agora passa a ser reconhecido como um direito, em que a resistência e a luta são travadas pela manutenção de direitos, de institucionalização de alguns elementos do sistema de morada. (FUCHTNER, 1980) Paralelos a este movimento, houve ações por parte dos proprietários que reforçaram a nova tendência a re-interpretação das relações sociais e de produção tradicionais a partir da idéia de direitos. Estas ações por parte dos proprietários dizem respeito à ruptura definitiva por parte destes últimos do sistema de morada e com eles da expropriação executada visando pressões e desconfortos futuros por parte deste movimento.

É deste período que podemos observar uma grande quantidade de trabalhadores do campo na “rua”. A resposta deste movimento por meio do Sindicato foi encaminhar petições a Justiça na tentativa limitar as ações dos proprietários, pois que se pretendia era institucionalizar alguns elementos do sistema de morada, revertendo o processo de exclusão e de expropriação do

trabalhador do campo. A luta por direitos, é a luta pela permanência na terra, no reconhecimento de que as benesses feitas pelo proprietário eram de posse do trabalhador do campo seja pelos tempos prestados, pelo serviço prestado, pelas horas de trabalho não remuneradas e que poderiam transformar estes trabalhadores do campo de moradores ou ex-moradores a pequenos produtores independentes.

Nos anos de 1950, militantes do movimento comunista difundem os ideários marxistas gerando uma renovação no campo destes estudos. O que significou não somente o debate teórico sobre o marxismo, mas as práticas revolucionárias levadas a cabo naquele período, Brasil, China, Cuba. Essa crescente formação dos trabalhadores rurais pelos sujeitos coletivos do campo atuantes naquele momento, a penetração do capital no campo e a satisfação das necessidades mais imediatas de sobrevivência, o desejo de terra, de autonomia e liberdade relativa parecem ser o estopim das lutas e resistências destes trabalhadores.

O marxismo-leninismo que se traduzia no PCB enfatizava um maior “protagonismo popular” que se traduzia numa representação eficiente no processo de construção de uma classe social. (LÊNIN, 2006) Uma formação social derivada de uma outra ou nova cultura em que se basearia uma nova forma de se fazer política. O PCB viveu diferentes crises como a de 1938/1929, a de 1956/1957, de 1960/1961 e a de 1976/83. Na década de 1950, (eleições presidenciais) encontraremos a retomada da questão da terra por parte do PCB; paralelo a isso se consolida o sindicato no campo.

No momento que se segue ao processo de redemocratização em 1945 o PCB decide ampliar suas bases políticas ao campo, uma aliança entre operários e camponeses para realizar a revolução burguesa. Em 1956, acontece o “Encontro dos Bispos do Nordeste”, que se expressa como uma nova força de transformação social, econômica e política no campo, visando uma nova orientação, na tentativa de aumentar a influência e o poder da Igreja. Dois anos depois, em 1958, surge o I Congresso de Trabalhadores da Paraíba.

O sindicalismo na cidade ou no campo, na década de 1960, não se coloca contra o sistema capitalista, mas defende sua expansão por meio da participação maior do Estado na economia. Isto porque, a liderança para o desenvolvimento não se encontra no setor empresarial, mas estatal, o que conduz a lutas políticas

visto que não existem representantes entre o povo e os partidos, aumentando com isto o peso das associações e das organizações políticas. (RODRIGUES, 1966) Existe confiança nas lideranças comunistas e não em projetos políticos comunistas, como expressam a ausência de um programa político claro, mostrando a ineficiência da consciência de classe e a ausência de uma luta de classes, mas de um conflito industrial. A crítica à sociedade por parte dos trabalhadores do campo e operários da cidade não partem das condições de trabalho concretas, da recusa à organização privada do trabalho. A mobilização popular visa ampliar sua participação no consumo e nas melhorias das condições de vida introduzidas pelo processo de industrialização do que a negação da organização do trabalho capitalista. A melhoria do padrão de vida dos trabalhadores urbanos derivou do aumento da oferta de trabalho e da obtenção de emprego na indústria do que uma elevação dos salários que corresponderia a uma distribuição de renda mais igualitária. Esta relação entre mobilização e consciência será melhor explicitada no capítulo que analisamos a questão da formação da consciência.

A ideologia desenvolvimentista tinha a intenção de estabelecer uma identificação comum com a nação. O PCB que externamente era contra as medidas de apoio aos EUA, internamente, cooperava com o movimento trabalhista de Getúlio. A “Cruzada Brasileira Anti-comunista” e o “Movimento de 24 de agosto” aceleraram o golpe e a posse de JK que assiste o agravamento das tensões sociais no campo. Seguindo o exemplo de Vargas, a questão da terra não é levantada diretamente, mas somente para ser palco de medidas populistas. O despertar das massas que o populismo apela, foge ao intuito deste estudo, mas concomitante a outros fatores, o populismo das classes dominantes fortaleceram os trabalhadores rurais, fornecendo ao campo relevância pela mobilização política que passa a caracterizá-lo. Esse processo de mobilização que retira a população de suas relações tradicionais fazendo com que participe do processo de modernização das relações sociais gera uma integração posterior a essa mobilização das camadas inferiores marginalizadas passando a sociedade a reconhecer como legítimas suas reivindicações. (SKIDMORE, 1976)

No interior o crescimento da ocupação espontânea de terras aumentava, gerando o crescimento das Ligas Camponesas no Nordeste. Não existia uma

instituição, entidade ou organização oficial que pudesse expressar ou canalizar as lutas destes trabalhadores do campo por inclusão política, econômica e social.

O desnível de desenvolvimento econômico, político e social em relação ao Centro-Sul e ao Nordeste brasileiro se expressava por um empobrecimento dos trabalhadores rurais do Nordeste em relação aos do Centro-Sul. Eram ali que as mazelas sociais apareciam de forma mais contundente. Por isso a Igreja Popular dedicou um trabalho de especial atenção aos trabalhadores do campo. As políticas públicas governamentais também se fizeram sentir por meio de ações racionais e de planejamento que não obtiveram êxito, mas intensificaram a precariedade social como foi o caso da SUDENE. É neste contexto que surgem as Ligas Camponesas, juntamente com uma mobilização política urbana que culminou com a eleição de candidatos progressistas.

Eram variados os agentes envolvidos com um trabalho de conscientização das massas no campo. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Popular (AP), a Juventude Agrária Católica (JAC) e os demais movimentos católicos estudantis, tomaram para si um programa de organização política das massas e eram tanto de esquerdas radicais, como os comunistas, como do centro, de tendência reformista, como foi o caso do clero progressista do Nordeste. O Movimento de Educação de Base (MEB), em parte financiado pelo Ministério da Educação, e em sua maioria controlado pelo movimento católico, se propõe a alfabetização em massa o que engrossaria as fileiras do eleitorado. A Ação Popular teve sua origem na Juventude Universitária Católica (JUC) e expressava a ala jovem, consciente, militante e progressista da Igreja Católica.

Em 1958 os trabalhadores do campo se organizam em uma Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, que acabou sendo conhecida como Liga Camponesa de Sapé. O seu contingente em sua maioria foi formado dos 1.500 (mil e quinhentos moradores) do Engenho Miriri que se situava entre a cidade de Sapé e Mamanguape, em seguida outros camponeses foram se associando na medida em que a associação obtinha algumas vitórias, como a redução das condições de pagamento do foro e dos dias de cambão. Estas vitórias derivaram do trabalho de proselitismo desenvolvido por suas lideranças como João Pedro Teixeira, Alfredo Dias, Pedro Fazendeiro. Este trabalho do PC junto às massas rurais, ganhava vida própria, pois os trabalhadores do campo

estavam interessados em terem atendidas as suas necessidades concretas e imediatas na área da saúde, alimentação, alfabetização.

A finalidade era de associação visando a prestação de assistência social e legal. No nível regional as esquerdas pernambucanas se articulavam com segmentos sociais no campo no sentido de organizar o campesinato. De 1958 até a sua morte em 1962, foi presidente da Liga da Paraíba, João Pedro Teixeira. Neste mesmo ano, se constitui a “Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba” cujo presidente foi Francisco de Assis Lemos, substituído um ano depois por Elizabete Teixeira. Em grande parte ela foi orientada pelo Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro seguindo uma orientação diferente da Liga de Pernambuco orientada por Julião e dos grupos considerados a margem pelo PCB. Assim, as Ligas da Paraíba acabaram por refletir tendências mais moderadas e compatíveis com o Estado populista.

Em 1961, se oficializam as Ligas da Paraíba. Diferentemente das Ligas Camponesas de Pernambuco que surgiram na área da cana-de-açúcar, as da Paraíba tiveram seu começo fora das usinas de cana, pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde pagavam o foro com o cambão. Em Pernambuco, a luta dos trabalhadores do campo era pela extensão da Legislação Trabalhista a usina de cana.

Estas mobilizações parecem ter sido atribuídas a uma consciência de exclusão e exploração em relação à falência do trato tradicional com a terra e das relações sociais derivadas, mesmo diante do fato de que na formação das Ligas Camponesas de Pernambuco, o proprietário do engenho seja convidado para presidir a associação.¹⁴ Este fato demonstra a consciência contraditória do trabalhador do campo que ao mesmo tempo em que questiona os regramentos sociais, mas parte deles para contestar o *status quo*. As Ligas surgem assim, como expressão de uma privação econômica por parte dos trabalhadores rurais, privação que não diz respeito à posse da propriedade burguesa, mas da perda da terra e dos vínculos sociais estabelecidos.

¹⁴ Para Touraine (1976, p.175), [...] o movimento social é sempre, ao mesmo tempo, apelo aos direitos que dá a participação na mudança e consciência de privação e exclusão do poder. Ele fala ao mesmo tempo em nome do trabalho e em nome da exploração. É natural, uma vez que a ordem dominante só fala de integração, de participação e de progresso coletivo, que os movimentos de oposição nasçam em primeiro lugar da recusa e, mais ainda, da denúncia da exploração e da alienação”.

Tudo ia bem até que o filho do proprietário resolveu assumir a direção do Engenho e substituir as plantações dos moradores por pastagens e criação de gado. Convenceu o pai a renunciar à Presidência de Honra da Sociedade e extingui-la. Os camponeses, não concordando, se deslocaram para Recife a fim de reivindicar direitos. O camponês José dos Prazeres à frente de uma comissão foi à Assembléia Legislativa, esteve com o Governador Cordeiro de Farias e chegou até Francisco Julião Arruda de Paula (Julião), advogado e Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) [...] Quando procurado pelos camponeses do Engenho Galiléia em sua residência, prontificou-se a defender a causa na Justiça sem cobrar honorários, ao contrário de outros advogados que foram consultados, que pediram elevadas somas. Foi à Galiléia, falou aos camponeses e voltou como Presidente de Honra da Sociedade, substituindo o proprietário Oscar Beltrão. A causa na Justiça demorou o bastante para Julião concluir que, através da Justiça, não haveria solução. Na realidade, tratava-se de um problema político. A Justiça era tão lenta que, muitas vezes, o camponês ganhava a questão, mas não recebia os benefícios da vitória, pois, cansado de esperar, mudava de localidade e não era mais encontrado. A Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia de autoria do deputado Carlos Luis de Andrade e o Governador Cid Sampaio sancionou. O preço da desapropriação foi tão elevado que animou alguns proprietários a incentivar a criação de associações camponesas para que suas terras também fossem desapropriadas. Entretanto, a maioria reagiu, pressentindo que aquela desapropriação seria o princípio de acontecimentos que poderiam causar-lhes dificuldades futuras. A Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, a partir daquela desapropriação, foi objeto de muito destaque na Imprensa e por ela chamada de Liga Camponesa. Foi a primeira Liga Camponesa do Nordeste. O Governador Cid Sampaio que assinou aquela desapropriação era usineiro, pertencia à União Democrática Nacional – UDN, e havia sido eleito por uma coligação, onde as forças nacionalistas e de esquerda predominavam. Miguel Arraes era seu Secretário da Fazenda. (LEMOS, 1996, p. 15-16)

Essa consciência contraditória pode derivar de um processo de identificação coletiva ainda em construção como é o caso da representação que os trabalhadores urbanos de diferentes segmentos produtivos fazem do sindicato e de sua vinculação, que implica níveis variados de comprometimento com esta associação e com a condição operária. Neste sentido, os sindicatos podem ser vistos como associações de assistência social caritativa, na ausência de outras instituições públicas e privadas que possam exercer esta função. Em outros casos, diante da experiência e do conhecimento da legislação vigente os trabalhadores urbanos podem utilizar esta instituição seja como meio para obtenção de um determinado fim, seja na melhoria de vida ou na ascensão social. Noutros casos, ainda, a organização sindical representa um meio de luta em defesa do meio profissional respectivo. A pesquisa de Rodrigues (1970), nos ajudar a perceber que a sindicalização urbana assume diferentes significados

para os diversos setores operários, e indica que a sindicalização não é sinônimo de consciência anti-capitalista ou grupal.

Como afirmou Julião: “As Ligas são as mães dos sindicatos”. (LEMOS, 1996, p. 145) A partir do Estatuto do Trabalhador Rural 6 (seis) ligas na Paraíba se tornaram sindicatos, como a de Sapé, de Mari, Itabaiana, Alhandra, Mamanguape e Rio Tinto. Os sindicatos de Souza, Caiçara e de Bananeiras foram organizados pela Igreja e somente o de São Miguel de Taipu foi organizado a partir deste estatuto. Do MEB surgiram as CEB’s e mais tarde a CPT e os novos movimentos sociais. (BENEVIDES, 1985)

Porém, as influências no campo são variadas, diferentes raízes que se articularam no surgimento do movimento social, das Ligas, e a relevância do PCB não deve ser esquecida. Mesmo sendo um partido proscrito continua agindo politicamente na clandestinidade, mesmo que a ilegalidade tenha contribuído para diminuir sua força e influência, pois que sua tática tenha sempre sido de trabalhar com as formas de luta ilegal e legal. Isto se modifica a partir de 60 com uma mudança de tática pela direção que via como inevitável a legalização do partido e o clima democrático na política. (CARONE, 1982, p. 02)

No pronunciamento de Elizabete Teixeira junto à “Comissão Parlamentar de Inquérito”, em Brasília em 1962, sobre o assassinato de João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé, podemos observar o significado da alfabetização de adultos, na formação de lideranças no campo, bem como o início do processo de politização das massas:

Os camponeses freqüentavam muito a minha casa. Há dias que lá vão cinqüenta, sessenta, oitenta camponeses. E lá sempre leio os jornais, com pouca leitura que tenho, que fiz o segundo primário. Meu pai não podia me manter na escola porque era muito pobre e eu trabalhava na roça. Mas os camponeses não sabiam ler, e iam aos domingos com os jornais, às vezes iam sessenta, oitenta camponeses para ouvir a leitura dos jornais. Todo mundo admirava a casa de João Pedro. O próprio Antonio Vitor, esse vereador, quando passava com a caminhonete para entregar a mercadoria lá da venda, dizia: A casa de João Pedro está cheia de camponeses. Eu cuidava da casa logo cedo, que levanto às quatro ou quatro e meia e ia ler os jornais para os camponeses. A minha atividade é que era essa. Mas meu marido é que era da Liga.

Neste mesmo ano, após as passeatas em João Pessoa que fizeram quase parar a capital, dando passagem para mais de 4 (quatro) mil trabalhadores rurais, portando cartazes que exigiam reforma agrária, sindicalização rural, a

punição dos assassinos de João Pedro Teixeira e de outras lideranças rurais assassinadas também naquele ano, o presidente João Goulart desembarca no aeroporto de Castro Pinto, na cidade de Santa Rita, seguindo para o Palácio da Redenção na capital, João Pessoa. De acordo com o escritor Rui Faço foi uma das maiores concentrações da história política da Paraíba com os trabalhadores do campo percorrendo quilômetros e quilômetros a pé, pela madrugada para chegar aos locais de concentração alugados pelas Ligas Camponesas.

A massa camponesa procedente dos municípios onde funcionam as Ligas – não mais de uma dezena – invadiu literalmente a capital paraibana, cuja população é de uns 150 mil habitantes. Naquele domingo tranqüilo, os 200 ônibus e caminhões, os 12 vagões ferroviários, literalmente repletos de trabalhadores rurais – muitos em pé nos veículos – despejaram em João Pessoa cerca de 12.000 camponeses. Desde a Praça da Estação, pelas ruas centrais da cidade, até o Parque Sólon de Lucena, a grande massa de homens rústicos, com sua roupa de brim, suas alpargatas, seus infalíveis chapéus, deu a nota dominante em meio à multidão. Era o campo na cidade. Nada de demonstrações de alegria ou entusiasmo. Era uma presença sóbria, mas grave, pesada, impressionante. Ali estavam não para tributar homenagem ao Presidente, mas para com ele se encontrarem e dizer-lhe que existiam, que se haviam levantado, que se estavam constituindo numa força que reclama voz ativa nos assuntos do país.¹⁵

O desenvolvimento do capitalismo no campo foi marcado por extremas contradições que se espelham no encaminhamento da questão no processo político. A modernização no campo foi conservadora, o desenvolvimento tecnológico produziu o aumento na produção, mas não traz juntamente, uma diminuição na desigualdade social, o aumento na melhora de vida. As contradições que se apresentaram no capitalismo no campo traduziram o processo de luta política entre as facções existentes naquele momento, cujos interesses estão atrelados a grande propriedade e a de uma forma determinada de desenvolvimento econômico, bem como a nova força que surge do campo.

Talvez, pudéssemos atribuir o surgimento das Ligas à necessidade de transferência da legislação trabalhista da cidade ao campo. Mas isso seria supor que os trabalhadores do campo já tivessem uma consciência de seus direitos como trabalhadores. Além disso, esse raciocínio nos levaria a outros sujeitos coletivos que existiram no campo, como a Igreja e outras associações, que por não haver espaço legal para suas demandas encontram respostas nestes

¹⁵ *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962. *apud* Benevides, César. *Op.cit.p.* 109.

mediadores reconhecidos. (SOUZA, 1982, p. 240) A crença de que com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) os espaços políticos deixariam de existir, não aconteceu. O que aponta outras demandas para além da necessidade de reconhecimento da legislação trabalhista rural.

O que parece é que o que estava em jogo eram necessidades mais imediatas e elementares em que a luta pelo reconhecimento de direitos humanos assume a principal área de conflito. A luta não visava à discussão da propriedade privada, mas a luta pela sobrevivência.

Não pretendemos, neste estudo, discutir a questão da Reforma Agrária no Brasil, todavia de que maneira certos movimentos sociais introduziram e recolocaram em pauta na cena política brasileira o processo de luta e resistência à expropriação da terra, atualizando neste processo, as teses que permitem mapear as continuidades e as permanências diante destas mudanças. A Reforma Agrária se tornou uma bandeira, por unificar de forma relativa os variados níveis de luta e resistência destes trabalhadores aos diferentes mecanismos de expropriação da terra. Para alguns estudiosos, a demanda por Reforma Agrária deve ser entendida a partir da ideologia do PCB que colocava a questão de qual lugar o campo ocupa no desenvolvimento capitalista – a questão camponesa.

Estes trabalhadores sofreram, neste período, diferentes influências das forças sociais presentes no mundo rural, tanto no que se refere aos diferentes interesses destes trabalhadores quanto às variadas ideologias naquele momento (das Ligas Camponesas de Julião com inspiração da Revolução Cubana, dos Comunistas Moderados do PCB de Prestes, da Igreja Progressista a partir de 1959 por meio dos padres progressistas e dos movimentos católicos estudantis como da JAC e do JUC, do PCB anti-Prestes, do grupo trotskista que se intitulava Vanguarda Leninista, da UNE). (CALLADO, 1965)

Para Julião, líder da Liga Camponesa de Pernambuco, a demanda por Reforma Agrária deveria se traduzir numa postura radical “na lei ou na marra”. Se antes Julião entende a questão agrária como algo que deveria seguir o apoio institucional estatal, por meio de reformas. A partir de sua aproximação com Cuba, seu ponto de vista radicaliza. Assim, a luta pela terra dos trabalhadores rurais se traduziu numa luta político-partidária ela superior a massa em classe, dos diferentes expropriados da terra em trabalhadores do campo, numa aliança

do operariado com o campo para a revolução nacional. O deputado pernambucano Clodomir dos Santos Morais membro destacado do PC estava comprometido juntamente com Julião na preparação da guerrilha, tinha relações próximas com Cuba e Fidel Castro sendo expulso do partido em 1962. Morais (1997) vai escrever uma cartilha sobre a História das Ligas Camponesas. (LEMOS, 1996) A região de Pernambuco foi um local em que se evidenciaram as contradições da modernização conservadora, nas diferenças entre desenvolvimento capitalista e desenvolvimento social e seus diferentes níveis de relações e manifestações sociais.¹⁶

Para as lideranças da Liga Camponesa da Paraíba, cuja maior expressão foi a de Sapé, a demanda por Reforma Agrária se traduzia numa reforma dos mecanismos institucionais e na tentativa era de estabelecer uma unidade na forma de conduzir a luta, embora as Ligas associadas tivessem autonomia própria. O que não significa dizer que a Liga Camponesa da Paraíba foi a menos violenta, a Liga de Sapé chegou a reunir no auge de sua popularidade mais de 10 (dez) mil pessoas.

Para as lideranças da Igreja, a demanda por Reforma Agrária surge a partir de estudos e análises sobre os problemas sociais e econômicos do Nordeste, da nova Encíclica da Igreja. Passa-se a refletir acerca da necessidade de manter e aumentar a influência da Igreja no campo. Em 1956, sob a cura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aconteceu o I Encontro dos Bispos do Nordeste na sede episcopal de Campina Grande, na Paraíba, sendo presidida pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara. Participaram desse evento, grandes personalidades públicas da época, bem como órgãos oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Departamento de Obras contra as Secas, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço de Informação Agrícola, etc, contando ao final do encontro com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek e outros parlamentares de expressão nacional. Paiva também irá apontar certa proximidade da ideologia nacionalista por parte de

¹⁶ Os estudos sobre o processo desigual e combinado do desenvolvimento capitalista podem ser observados em: Pereira, Luiz C. Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo. 1983. Silva, José Graziano da. A modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982. (FRANK, André Gunder. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1980).

alguns intelectuais e jovens católicos.¹⁷ Existe uma ampla produção intelectual representativa da prática renovada da Igreja Católica e da ideologia da Teologia da Libertação e da oposição que a CNBB realizou frente ao regime militar.¹⁸

A Igreja colocava suas forças em defesa dos cristãos e no combate ao comunismo. Foram os pesados anos da Guerra Fria quando a Igreja entrou num doloroso silêncio nos países onde os comunistas conquistaram o poder. Também no Brasil, a Igreja temia as conseqüências de um eventual governo comunista. Era preciso combater tal ideologia. O rádio vai aparecer como uma alternativa para a instrução e propaganda anticomunista. (LEMOS, 1996)

O primeiro programa radiofônico, fundado em 1949 por D. Eugênio Sales, no Serviço de Assistência Rural (SAR) desenvolvia programas voltados para os trabalhadores do campo de educação e saúde. (IDEM, IBIDEM) Neste momento, a Igreja se colocava oficialmente defensora dos valores tradicionais, patriarcais e anti-comunista. Em 1951, é que observaremos uma atitude mais agressiva em relação à questão da alfabetização por parte da Igreja Católica com a criação da Companhia Nacional da Educação Rural (CNER).

A Igreja Progressista, por meio de padres, bispos e de associações católicas passaram a organizar os trabalhadores do campo, na forma de associações, orientando-os e defendendo-os nas lutas e resistência contra os latifundiários. Assim, ela também esteve empenhada em fornecer estímulo e educação por meio das escolas radiofônicas do MEB's, acreditando que ao ensinar a ler e a pensar os trabalhadores do campo eles pudessem gerir a si próprios. Agindo de forma isolada, padres progressistas, a juventude católica e universitária católicos foram se posicionando em relação aos acontecimentos no campo, principalmente no Nordeste onde a Igreja iniciou um trabalho mais organizado no campo, onde o governo por meio da SUDENE vai tentar racionalizar políticas públicas voltadas para esta região.

¹⁷ Para Paiva (2000) os dados trabalhados em seu livro dizem respeito entre outros, ao II Congresso dos Bispos do Nordeste em Natal em 1958. Este dado é relevante na medida em que nos informa sobre as questões em pauta naquele momento.

¹⁸ Para aprofundar este assunto ver SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis: Vozes, 1982. MORAIS, Régis. *Os Bispos e a Política no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982. KRISTCHKE, Paulo José. *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979. PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e a Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social. Uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. HAMMES, Roque. *Igreja Católica, Sindicatos e Movimentos Sociais*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2003.

O MEB serviu como uma espécie de teste para o parto doloroso da Igreja popular, que iria frutificar anos depois com as comunidades eclesiais de base, com as comissões pastorais e projetos sociais alternativos, implementados e executados pela Igreja que, de maneira flagrante, conduziram a uma desestabilização da sua estrutura tradicional, a uma renovação a partir das bases populares e, interessante constatar, utilizando concepções, meios e métodos criados e dinamizados pelo Movimento em seu período áureo, e não só por ele. (WANDERLEY, 1984, p. 94)

A partir do Golpe de 1964 a Igreja fica reticente em relação à atuação de bispos e padres em ação no campo e na cidade, pois que poderiam estar cometendo erros que eles não podiam controlar o que acabou desmobilizando todo o trabalho dos padres progressistas, dos jovens católicos e dos universitários católicos. Só mais tarde é que diante de uma nova perspectiva interna a Igreja irá fornecer um novo estímulo ao mundo rural por meio da Comissão Pastoral da Terra.

O surgimento da CPT, como uma organização da Igreja, prestando um “serviço de educação” junto aos trabalhadores rurais na Região Sul do país, tinha por interesse conforme algumas análises e pesquisadores, de fornecer elementos para uma ação política na forma de organização e luta.¹⁹

1.2. Conclusão

Todo o processo de modernização do campo nas décadas de 1950 e 1960 significou uma opção por um determinado modelo de crescimento econômico que no trato da questão da terra dizia respeito a atualização da tese da agricultura atrasada que impedia o desenvolvimento. Esse modelo assumiu seu contorno diante das mobilizações sociais e políticas que caracterizaram a história nacional desse período. O que significa dizer que o movimento social do campo denominado Ligas Camponesas da Paraíba e de Pernambuco tiveram uma origem diversificada pelos diferentes agentes coletivos existentes no campo naquele momento e a forma como foram encaminhadas as lutas pela terra.

Teve como principal alicerce a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência que se traduziram na busca pela autonomia e liberdade relativa no trabalho e nas formas de associação. Como foi o caso da associação para

¹⁹ Com foi o caso de Grzybowski (1985, 1987).

financiar caixões os seus mortos, pois que “temiam de ser enterrados em caixas de papelão e não de maneira cristã, em caixões de madeira e com cruz de madeira”. (FUCHTNER, 1980) Era comum se economizar para o dia da morte e não para a vida. No seu trabalho prático, como advogado, palestrante ou deputado, Julião realizava uma propaganda meio mística, carismática aos seus discípulos, que ficava demonstrado na sua recusa do uso da violência. Callado nos fala acerca do misticismo observado como ferramenta de controle e identificação:

Pensei nisto enquanto Julião me descrevia seu plano de mobilizar para as Ligas o eterno prestígio que tem entre as massas nordestinas Padre Cícero Romão Batista, o beato de Juazeiro do Ceará. Julião pediu a Abelardo da Hora que lhe faça uma estátua do Padrinho Cícero. Pretende coloca-la numa espécie de caminhão-andor e sair pelo Nordeste afora com o monumento. Vai finalmente plantar a estátua em Bonjardim, onde tem propriedade. Assim, hospedando o padre que as massas continuam a considerar o maior santo do céu (eu trouxe de Salgueiro, no Alto Sertão pernambucano, um livrinho das profecias de Padre Cícero para 1964), Julião sem dúvida espera guardar um reflexo da sua auréola. A idéia pode parecer apenas pitoresca a quem não conheça o interior do Brasil, principalmente o interior do Nordeste. É muito grande a religiosidade daquela gente, e, com o declínio do prestígio da Igreja, ficou como os açudes do Departamento de Obras contra as Secas: inúteis, porque não completados pelos canais de irrigação. A religiosidade do caboclo está trancada. D'us virou um poço inútil dentro de cada camponês. Quem soubesse, não importa com que finalidade, liberar aquelas águas vivas ficaria dono de um rio caudaloso. (CALLADO, 1965, p. 60-61)

Mesmo a Igreja tendo optado pela organização do sindicato de forma autônoma, bem como a dos trabalhadores do campo e os posseiros independente do Estado ela não pode prescindir de recorrer ao governo. Renunciando a uma direção estritamente católica dos sindicatos e ou da organização dos trabalhadores do campo ela passa a formar quadros com visão cristã para assumir seu papel nestas instituições sendo preparados nas comunidades de bases. Estas lideranças leigas passam a ser os mediadores por excelência junto aos trabalhadores rurais, passando a negociar junto às autoridades. (ROMANO, 1979)

O trabalho sindical católico teve início no século XIX, tendo por iniciativa um empresário cristão originário de Recife, que em 1900 participou do I Congresso Católico Brasileiro para organizações mutualistas de operários. E, 1942 haviam 142 Círculos e 4 Federações Estaduais cujo intuito era estabelecer uma influência sobre os sindicatos. Até 1963 foram fundados 48 sindicatos

sendo 16 reconhecidos naquele período. Nas áreas de influências das Liga no interior de Pernambuco onde a influência de Julião se tinha desenvolvido o começo do sindicato católico foi mais difícil. Em outras regiões do Nordeste o sindicato católico teve influência como Recife e em algumas outras cidades do Estado, tendo-se desligado dos sindicatos católicos do Sul em 1961. Os sindicatos sob influência comunistas foram fortes também, porém a maioria não conseguia reconhecimento. Na Paraíba, o PCB transformou-se na maior força das Ligas.

Com o Estatuto da Terra, o Estado chama para si a responsabilidade de assumir o controle de uma situação que estava até então dominada pelo PCB, pela Igreja Progressista, pelas Ligas Camponesas do Nordeste e outros agentes coletivos do campo. Não podendo mais ignorar o avanço da organização política destes trabalhadores, o Estado assume a liderança e tenta domesticar o movimento buscando com isso tirar do palco o PCB, a Igreja Progressista e a Reforma Agrária radical aclamada pelas Ligas.

A década de 1970 foi expressão do vácuo de idéias e de ausência de forças a disputar os rumos da Reforma Agrária pelo silêncio e repressão que o governo militar estabeleceu. A questão da terra acabou por se traduzir nas políticas econômica do Regime Militar, o que significa dizer que as forças operantes naquele momento não permitiram um avanço significativo no sentido de diminuir as desigualdades sociais existentes no campo. Mesmo assim, em áreas localizadas travaram-se muitas lutas pela aplicação do estatuto, como ocorreu na Paraíba – exatamente em municípios nos quais atuaram as ligas ou em suas proximidades, com o apoio da Igreja Progressista. No entanto é na década de 1980, com os novos movimentos sociais, que veremos os trabalhadores do campo ressurgir de forma organizada e, nacionalmente, na cena política brasileira.

As experiências dos trabalhadores rurais foram acerca da busca pela autonomia e liberdade perdidas pela expropriação da terra em que trabalhavam e moravam o que representou o desejo da luta pela terra que se fez presente nos movimentos sociais deste período. Expressaram, também, a busca por direitos humanos, muito mais do que a busca por reconhecimento dos direitos trabalhistas de que gozavam os trabalhadores da cidade a partir do Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

Todo o processo de conscientização na luta pela terra se desenvolve de forma ambígua seja nas lutas sociais que colocam em cena os trabalhadores rurais e suas reivindicações na década de final de 1950 e 1960 até o Golpe Militar em 1964. Sejam as lutas sociais que possibilitaram o processo de abertura do governo militar nas décadas de 1980 e 1990. Ambas as lutas recusaram os canais tradicionais de atendimento das reivindicações sociais. Este processo que se inicia com o Golpe em 1964 e termina com o processo de redemocratização foi um período de ambigüidade da produtividade a partir da modernização do campo que visava essencialmente o aumento da produção, mas deixando intacto a posse da terra não questionando o seu valor social. A resposta que o governo encontrou para os conflitos de terra foi à expansão das fronteiras. O processo de acumulação do capital no campo, tanto nas décadas de 1950, 1960 e, posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, mantiveram o mesmo padrão de exclusão social de grandes parcelas de trabalhadores rurais fora das benesses conquistadas pelo processo de modernização. O que fica claro, a partir do momento, em que entramos no período de transição, em que surgem os novos movimentos sociais e, juntamente, o MST. Ambos os movimentos recusaram os canais tradicionais oferecidos pelo poder público para atender as suas demandas sociais.

No capítulo II, observaremos como a Liga Camponesa da Paraíba e o MST, movimentos que surgem atrelados às circunstâncias sociais e políticas de sua época, apesar de suas respectivas lutas pela terra e das forças sociais e política que mobilizaram mantiveram a bandeira da luta pelo desejo da terra em vigor.

2. CAPÍTULO II:

O SAL DA TERRA

Introdução

O que conduz as pessoas a aderirem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a posse da terra como um bem econômico e social. Como um bem social a terra veicula elementos culturais que dizem respeito não somente às relações materiais a ela atreladas, mas às relações sociais e culturais de vizinhança e dependência, pois as relações econômicas não podem ser compreendidas isoladas de suas bases sociais e culturais em que encontram respaldo e sustentação.²⁰

O MST desenvolve uma compreensão de terra como portadora de informes sociais e culturais que dizem respeito à terra enquanto meio de produção que implica um conjunto de relações sociais determinantes numa certa sociabilidade econômica, definindo uma relação com a natureza, com o desenvolvimento da técnica e do capital, conduzindo a uma forma específica de relações sociais.

Neste sentido, podemos entender o que Marx irá qualificar como a relação entre a superestrutura e a base ou infraestrutura, o trabalho, as estruturas sociais e a consciência.²¹

²⁰ O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Pois não é a consciência dos homens que lhes determinam o ser, mas pelo contrário, é o seu ser social que lhes determina a consciência. Em outras palavras, o homem trabalhador e produtivo está constantemente desenvolvendo e transformando o mundo ao seu redor e dessa forma transformando e criando sua própria natureza neste processo. De maneira que os instrumentos de produção não podem ser pensados em separados ou isolados de seu contexto social, ou seja, a unidade dos fatores objetivos e subjetivos. No “Capital”, observamos: “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. [...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais”. (MARX, 1985, p.150).

²¹ Em “O 18 de Brumário”, na “A ideologia Alemã”, no “O Capital”, na “Contribuição a Economia Política” observamos passagens que retratam essa concepção de dependência entre a consciência e o Estado. O que significa dizer que a superestrutura não é autônoma, porém que seu funcionamento se encontra nas relações de produção social. De maneira que relações de produção determinam formas de Estado e de consciência específicas. É preciso observar que esta relação não é maniqueísta, mas histórica, desigual e compatível com as relações de produção.

A posse da terra parece estar atrelada a idéia desenvolvida por este movimento de “voltar a ter raiz”. No *corpus* do movimento isso se refere aos processos de ruptura social e afetiva da migração, impulsionados pela busca de melhores condições de subsistência derivados dos processos de expropriação e exclusão social que encontra na possibilidade de aquisição da terra um caminho para o “voltar a ter raiz”, juntamente com os conteúdos organizativos deste Movimento. É dentro desta perspectiva que podemos entender a questão da formação da consciência, da formação de quadros no MST.

A migração em função da busca por condições de vida mais digna é um processo social antigo e contínuo no Brasil. Com foi na colonização das terras aqui existentes no período Colonial e no Império, na expansão de fronteiras no período das décadas de 1950, 1960 e 1970, juntamente com o processo de capitalização do campo.

O que o MST considera como “voltar a ter raiz” acontece quando o membro do movimento começa a participar do corpo de idéias existentes por meio das oficinas, cursos, treinamentos que vão informar sobre a realidade social do país, da questão agrária, do processo de expropriação da terra. Ou seja, ele começa a se apropriar do conteúdo disponível pela organização. Essa “raiz” possui um significado de estreitamento de laços familiares, de amizade e de compadrio sustentadas por esse corpo de novas idéias, que interpretam a realidade e justificam as ações e as crenças que seus participantes passam a realizar por meio de suas práticas. À luta pela sobrevivência, pela posse da terra vão se integrando aos conteúdos ideológicos deste movimento.

Poderíamos objetar que o declínio da situação material de trabalhadores urbanos e rurais faz surgir a motivação necessária para a adesão ao movimento – na busca por terra como meio de sobrevivência. Contudo, circunstâncias miseráveis parecem ter sido uma constante na maioria deste segmento social pobre rural. É certo que no processo de modernização no campo e de intensificação do capitalismo, observamos as agitações de camponeses seja no século XIX, seja no século XX, de acordo, com a maior ou menor participação e promoção destes segmentos nas benesses econômicas. Seus reclames econômicos podem se juntar às demandas sociais e à crítica ao *status quo* político. O que conduz ao questionamento da autoridade, colocando em questão a sua legitimidade. Portanto, uma modernização bem sucedida no campo

poderia levar à destituição de reconhecimento social e econômico da ação política de lavradores autônomos ou trabalhadores rurais. Estes são aqueles que vivem do seu trabalho no trato com a terra, e, também, no de sua família. Um dos correlatos possa ser o de camponês, mas que no presente trabalho será entendido como lavradores ou trabalhadores rurais. Os conceitos de camponês e de campesinato surgem para responder a fenômenos específicos na Europa durante o período de formação dos Estados Nação. No Brasil, estes conceitos foram utilizados durante a década de 1950 como forma de homogeneizar situações específicas e contraditórias de trabalhadores de cada região, como foi o caso do caipira para designar o lavrador de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, no litoral da região Sudeste e parte do Sul, o caicara, no Nordeste o tabaréu e em outras regiões conforme o período histórico o caboclo, mestiço de branco com o índio. O termo trabalhador rural acabou servindo para englobar, numa unidade, uma infinidade de situações sociais contraditórias de lavradores do campo. (MARTINS, 1995)

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado. (IDEM, IBIDEM)

O mundo rural brasileiro passou por transformações do início e no fim do século XX que conduziram à reatualização da desigualdade social que caracterizava o campo desde o início da colonização. Os movimentos sociais do campo, o sindicalismo rural, a Igreja Progressista e os partidos políticos que agiam no campo passaram a assumir uma parte considerável do espaço ocupado antes pelo messianismo e pelo cangaço no campo. Porém, é uma parte destes elementos culturais religiosos que são ritualizados nestes agentes coletivos do campo, sendo a outra vivenciada na estrutura social em que o trabalhador rural se insere. No século XX, o sistema agrícola correspondia a grandes extensões de terra, aos latifúndios, que visavam atender as solicitações de matéria-prima do mercado externo. Este poder econômico traduzia-se em

poder político e social sob formas diversas de dominação como o compadrio. E o trabalho, a forma como se dava a relação de produção, estabeleciam diferentes tipos de vínculos sociais que variavam na forma de dependências diversas, em relação ao senhor rural, da total independência, como no caso das colônias de povoamento até à total sujeição.

Mas o que significa exatamente a busca por terra por esta parcela da população pobre do campo? O desejo pela terra encarna diferentes concepções de bem e de boa vida e anima toda a prática e o imaginário dos trabalhadores rurais.²² Relaciona-se com a independência em relação ao próprio tempo de trabalho, numa reatualização de processos sociais que acompanham a história nacional deste segmento social. Ser dono do próprio tempo de trabalho é ter um meio de sobrevivência frente às incertezas da vida econômica e social e, acontecendo concomitante ao avanço de instrumentos tecnológicos e de novas técnicas no campo e sua capitalização.

No passado, a abundância de terras permitia que existisse entre nós um tipo específico de organização social atrelada à errância que, mesmo diante da extração dos mínimos necessários, conseguia manter-se social e culturalmente. O diferencial estava na terra e ao seu redor existia toda uma especulação e práticas capitalistas de busca por extração do excedente. Isso mostrava uma realidade diferente da atual. Como podemos entender não somente a adesão ao MST, mas a permanência de trabalhadores rurais, logo após a conquista da terra no movimento e, conseqüentemente, os seus efeitos políticos?

As Ligas Camponesas não lograram a conquista da terra, pois que o Golpe Militar acabou com qualquer possibilidade de acesso a terra por parte

²² Os modelos educacionais são formadores de tipos antropológicos. Ao descrevermos certos tipos e maneira de ser estamos a falar de processos de aprendizado e cultivo derivados de uma dada construção histórico-social. Assim, ao questionar o valor de determinados valores estamos a perguntar sobre o tipo antropológico que estes valores formam. Aristóteles estabeleceu uma hierarquização de valores para definir a virtude moral. Na hierarquização das virtudes é a política a maior das virtudes que irá conduzir a idéia de bem supremo – a felicidade que concerne a um número maior de pessoas – *eudemonia* – o bem que a política deve perseguir- sendo o hábito que fornecerá a base para a virtude. Posteriormente, este mesmo exercício será retomado pelos governante/príncipe com ênfase em determinadas virtudes morais como a paz em detrimento de outras como a liberdade. Neste momento, as cidades republicanas convulsionadas pelas lutas das facções internas, encontraram uma solução política na figura do governo a signoria. Esse intento será expresso no “Príncipe” de Maquiavel. O conceito de modelo ideal ou modelo educacional é análogo ao jargão acerca da autenticidade do gênio. Este está carregado de sentido heterônomo, autoritário, imposto a partir do exterior, e que se contrapõe à construção de uma condição humana de questionamento, de autodeterminação, de autonomia, de reflexividade, de atividade deliberante. (RANCIÈRE, 2004).

dos trabalhadores rurais. A partir de 1970, o processo de expansão da fronteira agrícola e a capitalização do campo aumentaram ainda mais as desigualdades no campo.²³ Uma metáfora deste período foi a introdução de sementes modificadas para resistir às pragas, e as doenças e as plantas daninhas do campo, pacotes agroquímicos com novos herbicidas, fungicidas e inseticidas que aumentaram a degradação do meio ambiente que elevaram a desigualdade no campo.

Esta situação somente agravou a expropriação dos lavradores que já estava em curso desde o final de 1950, na área da Zona da Mata no Nordeste brasileiro. Ali, a expropriação se iniciou e se estendeu pela expulsão dos lavradores de suas terras seja como morador, sitiante, foreiro, arrendatário seja pelo aumento do cambão, barracão e do foro que inviabilizava a permanência do lavrador nas terras do latifúndio. É dentro deste panorama que os trabalhadores rurais fazem a sua entrada na cena política brasileira.

2.1. Emergência dos Trabalhadores no campo

O país com terras abundantes precisou de braços escravos que trabalhassem a terra e tirassem dela a sua riqueza. No final do século XIX, com a iminência da abolição da escravidão era de braços que trabalhassem a terra uma das principais questões que acompanhavam essa questão. Tudo o que o escravo representava como propriedade, capital e mercadoria deveriam ser, a partir da abolição da escravatura, substituído pela terra. O fim do tráfico apontava um futuro de incorporação do trabalho livre por meio da incorporação de trabalhadores imigrantes nas lavouras no lugar dos escravos. Nesse sentido, era importante regular o acesso à terra não somente em relação aos libertos, mas também aos imigrantes na transição do trabalho escravo para o livre. Um processo gradativo de passagem de terras devolutas para o domínio privado, na medida em que era abundante a terra, transforma, a partir da lei de 1850, antigos sesmeiros, em situação irregular, e grandes posseiros em proprietários plenos da terra que ocupavam. (SILVA, 1996)

²³ Estudos sobre a expansão do capitalismo no campo MARTINS (1995), SILVA (1978), IANNI (1980), FURTADO (1987).

É importante observar que, se no período colonial e imperial abundava no país a possibilidade de posse de terra, o que iria fazer a terra tornar-se propriedade privada, um instrumento de produção e de relações sociais, seria o trabalho a ela incorporado, o que envolvia, principalmente, a mão-de-obra utilizada e as técnicas necessárias para uma exploração eficaz.²⁴ Após a abolição e com o advento da República, a terra é transformada, ao longo de um processo social e econômico, em propriedade fundiária e força motriz do trabalho. O domínio de classe sobre o trabalho expressa-se agora no domínio de classe sobre a terra. E a terra torna-se então espaço de disputa e luta. Assim, enquanto que no nordeste encontrávamos a utilização das grandes propriedades, no sul e sudeste podemos observar a produtividade em pequenas propriedades.

As iniciativas do Marquês de Pombal representam as primeiras tentativas de estabelecer no norte, no Vale do Amazonas, e no sul, nas futuras províncias de São Pedro do Rio Grande e de Santa Catarina, colônias de povoamento formadas por pequenos produtores. (HOLANDA, 1976) Os açorianos eram custeados pelo governo com os materiais necessários à sua fixação e ao desenvolvimento da terra. Cada colônia tinha um encarregado de acompanhar os trabalhos dos colonos de não permitir a utilização de outros trabalhadores que não fossem da família, como o caso do índio. Porém, tais iniciativas não tiveram êxito, pois o espírito dominante no país era o desprezo do trabalho considerado aviltante para o homem branco, o que coibia a produtividade na pequena propriedade. Esse ideário logo contagiou os açorianos e os estrangeiros, o que conduziu à falência da empreitada. Uma segunda tentativa foi a de D. João VI, baseada no trabalho livre do proprietário e sua família. O que se buscava era, além de tentar estabelecer a pequena propriedade e o trabalho livre, era o povoamento de regiões, usando de considerações morais como a dignificação do trabalho manual; sociais, como a formação de uma classe mediana; militares (a defesa das fronteiras); econômicos para o abastecimento das cidades que surgiam e cresciam; e para o exército.

²⁴ A noção de posse da terra privilegia o trabalho desenvolvido, pois que a terra é vista como um instrumento de trabalho, como um mediador do trabalho. Pois o possessor não valoriza a terra como terra, como propriedade, para ele o que importa é ser dono do trabalho. (MARTINS, op.cit. p.131).

É importante ressaltar também que com a abolição da escravatura era necessário não somente substituir a mão-de-obra escrava pela branca, mas estabelecer mecanismos que inibissem ou dificultassem o acesso à terra aos colonos. Afinal, a terra já existente era ocupada por posseiros, agregados, lavradores. O que se tentava ofertar aos colonos eram terras de fronteiras. O sistema de parceria como alternativa para a mão-de-obra escrava mostrou-se ao longo desse processo como ineficaz em função da própria mentalidade que a sustentava. O colono vinha atrás de sua própria terra, e não se adequava ao sistema de trabalho que, grosso modo, mudará pouco. Ao colono que iria trabalhar nas lavouras do café era impingido todo um sistema de endividamento que buscava prender o homem à terra, como foi o caso das antecipações realizadas pelo fazendeiro que envolvia a viagem, transporte, manutenção do colono e família até a primeira colheita, mais os juros. (COSTA, 1999)

Em 1907, ainda existia uma lei federal que impedia o acesso à terra aos brasileiros em lotes nos núcleos coloniais no sul e no sudeste do país. Temia-se que o espírito existente de desapego ao trabalho pudesse comprometer o desenvolvimento das pequenas propriedades. O sucesso da colonização da pequena propriedade em solo tropical colocou em questão o latifúndio e o trabalho escravo como resultados inevitáveis do clima tropical. O que observamos foi uma amálgama entre estes dois tipos de produção agrícola. (IDEM, IBIDEM) Enquanto a colonização portuguesa estava baseada na riqueza imediata ou no acúmulo de fortuna, a colonização de outras etnias brancas, como alemães, italianas, polonesas etc., foi baseada na pequena propriedade e pedia para a obtenção de um pedaço de terra como patrimônio e meio de subsistência da família.

No final do século XIX e início do XX, com o advento da República e do governo de Campo Sales inaugura-se a “política dos governadores” que funcionou como um sistema de troca de favores políticos e sociais, baseados, principalmente, nos fatores econômicos. Os chefes políticos do interior eram as forças governamentais, oficiais, e quando não eram os proprietários de grandes extensões de terra de onde saíam os produtos para exportação, estavam a ele relacionados por um sistema de reciprocidades. (LEAL, 1975)

Esse imbricado sistema de trocas envolvia desde a nomeação de funcionários públicos, autoridades policiais, judiciais, concessão de terras, benfeitoras públicas realizadas todas por indicação dos coronéis. Tal mecanismo reforça os mecanismos de dependência social, econômica e política já existente, pois saímos do *status* de colônia de Portugal para o *status* de Império Brasileiro e República, sem mudar a estrutura social da terra e a relação de patronagem.

No Brasil, a igualdade e a liberdade não encontraram formas de se expressar como na Europa, guardando por isso mesmo, formas particulares e idiossincráticas específicas às circunstâncias históricas e sociais aqui observadas. Assim, a liberdade do lavrador rural é a liberdade de locomoção, o que caracteriza ainda hoje o trabalhador rural. Mannhein (1952) afirma que os conservadores consideravam as idéias do Iluminismo como algo vago e sem aspecto concreto, pois o tipo de conhecimento válido seria o relacionado às orientações habituais e práticas. Portanto, a liberdade caberia aos homens livres enquanto que à propriedade, como eram considerados os escravos até a Lei da abolição. O trabalho no mundo rural esteve relacionado ao trabalho escravo, ao passo que o trabalho nobre estava relacionado ao ato de fazer trabalhar, pois a posse e a propriedade da terra no período colonial dependiam de doação de terras, na forma das sesmarias cuja única obrigação se restringia à ocupação da terra na forma do trabalho, fazendo assim com que a terra produzisse. O trabalho era feito por escravos índios e africanos, este o elemento fundamental da grande lavoura como força de trabalho, o que representava as bases da economia brasileira colonial. (HOLANDA, 1977) Paralela à grande lavoura estavam os trabalhadores livres, que se caracterizaram durante todo este período e o próximo, como produtores de gêneros alimentícios para consumo interno e para de subsistência.²⁵ Franco (1997) vai apontar a

²⁵ Para Martins (1995, p. 25), não existe um conceito pelo qual possamos definir o que seja o camponês brasileiro. A não ser definindo-o negativamente. Aquele que está em outro lugar, nas margens da sociedade, um excluído da condição de proprietário de terra e da condição de escravo. Um ausente dos resultados de sua atuação, alheia a própria história. Mas, contudo, fazendo a história. “A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não tivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fossem desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado”.

interdependência entre a grande lavoura e as lavouras de subsistência, a contradição destas duas modalidades de produção (produção dos meios para suprir a vida pelo trabalho direto X produção de mercadorias), disso resultando uma complementaridade que não permitia a existência de produtividade de uma sem a outra. Ele irá denominar tal interdependência de uma “unidade contraditória” presente em toda a historiografia nacional.

Diante da “falta de um canto de terra que o pobre pudesse chamar seu” essa população do campo migrava e vagava nas terras das fazendas, dos engenhos, da monocultura onde “achava agasalho, formando-se pequenos núcleos nos interstícios das propriedades agrícolas”. (NABUCO, 2000, p. 115-116) Sob essa população, o dono do latifúndio exercia uma autoridade variável de acordo com a forma de ocupação e o trato da terra. Encontramos, então, os agregados ou moradores com roça no interior das fazendas e, portanto, permissão do proprietário para morar e lavrar a terra com prestação eventual de serviço.

O posseiro não tem permissão e, freqüentemente, ignora a situação legal das terras que ocupa. Por vezes, expulso por capangas ou grileiros da sua posse nunca legalizada, ele procura e procurava novas terras onde tudo recomeçaria de novo. Desprovidos de recursos econômicos, a família realiza o trabalho agrícola, sendo empurrada para as áreas despovoadas, áreas de fronteiras. De forma geral, tende a trabalhar a terra de forma itinerante. Este recurso se ajustava às necessidades de sobrevivência e à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra.

O sitiante ou fazendeiro será o dono das terras conforme empregue ou não mão-de-obra externa à família. Estas definições e outras tantas estão relacionadas à cultura local e à forma de ocupação do solo como é o caso do caipira no estado de São Paulo. O sitiante possui mais ou menos o mesmo padrão de vida e posição social e dispõe de relativa margem de autodeterminação que lhe permitia manter o respeito a si mesmo. Sendo livre, ele tinha o poder de interromper o trabalho quando lhe conviesse. (FRANCO, 1997)

Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar 'vida nova na pátria nova', calculando libertar-se dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. (FERNANDES, 1964, p. 12)

O colono ou o assalariado, devido ao controle do patrão e às formas de organização do trabalho, estava sujeito a diferentes humilhações referentes à autonomia perdida. Essa ideia é expressa por Candido (2001) no costume de dizer que “sino é pra italiano”, apontando padrões sociais de dependência do imigrante europeu que o trabalhador brasileiro, como herdeiro de desbravamentos e aventuras, por meio da posse da terra não estavam sujeitos.

Cabe ainda ressaltar que o principal fator de mobilidade, e, portanto, de migração, era e é a insegurança da ocupação da terra, ou seja, a possibilidade da perda da posse ou da propriedade e a instabilidade social acarretada, seja pela violência, seja pela exaustão do solo.²⁶ Quanto mais tempo de posse mais laços sociais, afetivos e culturais eram e são rompidos neste processo de mobilidade. O processo envolve também o desejo de independência, seja como fuga à sujeição econômica total, o que conduziria ao trabalho assalariado, seja buscando zonas pioneiras para encontrar novas terras e manter assim a independência em relação ao seu tempo de trabalho. O sitiante e/ou fazendeiro ainda por um padrão de vida e posição social permeada por relações de compadrio - relações de amizade que rompem com as barreiras sociais entre as pessoas a elas vinculadas e estabelecem relações de dependência e proteção entre o menos favorecido através do batismo, sendo as promessas religiosas tomadas pelos mais influentes como obrigações decorrentes deste ato religioso como o de encaminhar a criança na vida. Contudo, este recurso social tomou forma, por meio de relações de apadrinhamento, numa intrincada rede de

²⁶ Para Martins (1995) a migração é indicativo de uma situação de penúria social, portanto não está relacionada a um ato espontâneo de deliberação pessoal, mas social de busca de melhores condições de vida incorporado na própria visão de mundo daquele que migra.

reciprocidades sociais expressas por técnicas de dominação entre semelhante, visto que a diferenciação social entre os envolvidos no compadrio não era nítida, pois era mergulhada na rudeza dos costumes, mesmo quando a antiga pobreza era substituída pela prosperidade de início da cana-de-açúcar, do café e demais ciclos econômicos.

Àqueles que não tinham posse da terra, e que caberia essa característica de alta mobilidade física e social, dever-se-ia ainda ressaltar a marginalização sofrida e, muitas vezes, expressa na sobrevivência por meios dos mínimos vitais. E por outro lado, numa imagem construída do caipira como preguiçoso, acomodado e vagabundo. Este quadro de situação começa a mudar com a Lei de Terras de 1850, com a abolição da escravatura e com a República.

Em 1891, quando da promulgação da primeira Constituição Republicana, as terras devolutas são transferidas do Estado para as oligarquias locais. É neste momento que as terras dos lavradores passam para as mãos dos grandes proprietários de terras. A questão da terra e do lavrador variava conforme a região sul, sudeste e nordeste, dependendo da forma como a questão do trabalho se apresentava para o proprietário da grande lavoura. (IDEM, IBIDEM) A política de concessão de terras variava de estado para estado dentro da União, e, de modo geral, teve como resultado, a concentração de terras nos latifúndios, e a conseqüente especulação da terra, como aconteceu, principalmente, nos estados do Sul e Sudeste. No Sudeste, o trabalho transferiu-se de mão-de-obra escrava para os colonos. No Nordeste, com a abolição da escravatura são os antigos lavradores que farão o trabalho reservado no sudeste aos colonos estrangeiros. Na ausência de novos braços para a lavoura, o trabalho intensifica-se junto aos lavradores locais que passam a ter que oferecer ao proprietário das terras, alguns dias de trabalho gratuito, por vezes mediante pequeno salário, tempo no qual se dedicava a trabalhos marginais e de agricultura de subsistência.

Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e aos seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que tem. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em conseqüência, por este mesmo mecanismo. Assim, com

mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal – e, sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (SCHWARZ, 2000, p. 16)

A Lei de Terras foi promulgada em decorrência direta do fim do tráfico negreiro da África ao Brasil efetivado em 1850 por pressão do Governo inglês. De 1822 a 1850 aumenta o número de posseiros no país. A lei proibia a abertura de novas posses e estabelecia que a aquisição de terras devolutas somente pudesse acontecer por meio de compra e, no mesmo processo, transformava as terras devolutas em monopólio do Estado. O objetivo parecia claro, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes lavouras.

Este processo aconteceu, principalmente, nos estados do Sul e, recentemente, no Sudeste do país. No Nordeste, a política agrícola assumiu outro contorno, posto que o trabalho mestiço era essencial na cultura da cana de açúcar. Esta diferenciação entre as políticas regionais referentes à terra expressou o modo como os donos dos latifúndios lidaram com a questão da força de trabalho livre. No Sul e no Sudeste, o camponês caipira continuou marginal, pois não teve possibilidade de integrar-se ao ciclo de produção do café, bem como a outras atividades de produção de exportação. No Nordeste, era importante a produção de subsistência para o consumo interno, desempenhando também uma importante função na produção do açúcar para a exportação. A colonização do Nordeste é muito antiga e, portanto, favoreceu a apropriação de cultivos diferenciados, especialmente na Zona da Mata.

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou

barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente de expulsão de forasteiros que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação mais recente de restrições à roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois. (MARTINS, 1995, p. 66)

O Estado-nação que surge do movimento de Independência alardeia o liberalismo e modela as instituições políticas com este ideário, mas intensifica a escravidão a partir de uma reatualização da economia colonial com o liberalismo. Esses princípios liberais mobilizam a política, estabelecendo uma forma moderna e atual e fornecendo um potencial modificador na economia.

Não estamos a trabalhar com uma crença na dualidade como chave de interpretação dos problemas nacionais, como dois Brasis, um novo e um moderno que se apresentam estanques e independentes. A leitura das paisagens sociais que aqui se desenrolam estão sob um olhar, atento aos interstícios, abertos à complementaridade e à contradição e que, portanto, poderão fornecer respostas mais satisfatórias aos problemas que a realidade brasileira impõe.²⁷

Barrington Moore Jr (1983) interpreta o sentido que a modernização no campo possui para o lavrador - se a modernização for bem sucedida, a sociedade encontrará um elo de ordem e apaziguamento e a criação de um governo centralizador forte, o que irá afetar os laços sociais existentes entre o camponês e o proprietário de terras. As relações sociais que serão construídas entre o trabalhador rural e o dono de terras irão determinar se estamos diante de instituições conservadoras ou radicais, liberais ou tradicionais.

Nessa perspectiva, podemos entender o que significou o patriarcalismo da ordem privada oligárquica e as relações de patronagem expressas pelo coronelismo como partes de uma forma de autoritarismo. (VELHO, 1976) No decorrer de todo Império e da República veremos o esforço de construção de uma estrutura estatal neutra, mas que não se realiza devido ao que alguns intelectuais denominaram de “mal de origem” ou “continuismo ibérico” que impossibilitava a efetivação de relações sociais mais igualitárias, democráticas. O “mal de origem” se refere ao legado deixado por Portugal na formação da

²⁷ VIANNA (2004); FERNANDES (2006); MARTINS (1999).

sociedade brasileira. A autocracia como uma forma de organização do poder, mais do que do exercício do poder, e que se relaciona ao uso privativo deste relacionado ao processo histórico de colonização e ao tipo de liberalismo caracterizou o Império e a República.

O patriarcalismo e o uso privativo do poder assumem a representação do domínio de uma oligarquia, que irá definir o tipo de liberalismo que o Estado assumirá. Holanda (1995, p. 160) destaca que

[...] trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajusta às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós [...] A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.

Isso não quer dizer que ele considerava que a democracia seria inviável no Brasil. A forma que assume a relação entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, os processos históricos e sociais é que configuram as instituições em cada sociedade e que delimitam as características que a democracia irá assumir, a passagem de uma estrutura social tradicional e agrária para uma estrutura social urbana, industrial.

Esse ideário liberal esteve presente nas demandas por direitos sociais no sindicato operário, na denúncia do sistema eleitoral a serviço das oligarquias²⁸ pela juventude militar – os tenentes –, e que se traduziram num descontentamento em relação às instituições políticas oligárquicas baseadas no sistema de reciprocidades sociais. (FAORO, 2000, p. 293) Nos primeiros decênios do século XX, entra em crise do poder oligárquico baseado no modelo de exportação. A greve de 1917 que paralisa a cidade de São Paulo deu forma à classe operária nacional, na medida em que incorpora as massas urbanas emergentes ao processo de industrialização e urbanização, porém de maneira contraditória entre o econômico e o político com o mínimo de mudanças para assegurar a permanência das estruturas tradicionais. O Estado é o instrumento

²⁸ Consideramos a definição feita por Camargo de que a oligarquia é expressão do monopólio da terra e do controle do voto. (Camargo, 1983, p. 121-224).

de ação econômica que faz subordinar o político ao econômico, aos interesses de grupos econômicos na conquista do aparelho estatal. (FURTADO, 2000)

As decisões políticas, a partir da década de 1930, são expressões de uma ideologia que buscava uma industrialização como projeto político de substituição das importações, bem como, a potencialização de um mercado interno a partir de uma modernização conservadora no campo. Caio Prado Junior (2000, p. 129) afirma que a agricultura sempre foi o nervo econômico da civilização. Assim, o excedente dessa atividade firma as primeiras aplicações no setor industrial, se efetivando, a partir de então, um período de intensa expansão do setor industrial. Concomitante a esse processo, os grupos dominantes originários da cidade passam a disputar e a influenciar cada vez mais as decisões políticas, na mesma medida em que incorporam as novas demandas sociais urbanas por meio de políticas populistas. A urbanização em seus aspectos culturais e sociais, reatualiza as representações ideológicas produzidas pela sociedade escravocrata, ou seja, a modernização na cidade e no campo reatualizou a exclusão social, fazendo com que fosse este o elemento fundante do processo de capitalização da indústria e da agricultura. A liberdade que parecia estar sendo vivida nas artes e na cultura é o “espírito liberal” encarnado. Mas, este “espírito” encontra grilhões por todo lado. O governo precisará ser forte para limitar a política descentralizada, a autonomia estadual e municipal, para, ao mesmo tempo, coordenar a economia e a sociedade. Realizar as reformas democráticas necessárias implicava tendências autoritárias, mas não oligárquicas: democracia populista que incorporava as massas urbanas por meio de um discurso populista inclusivo e práticas discriminatórias no campo.

1922 leva a 1930, numa trajetória necessária. Mas 1922 não é 1930, nem a revolução está nas revoltas militares. Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano perderam a consistência. As glórias sonhadas pelos propagandistas, as utopias dos extremados, o federalismo dos homens práticos convertem-se, na consciência geral, em instituições odiosas. Alguns elementos se transformam, o federalismo concentra-se no presidencialismo forte, o país essencialmente agrícola transige com as indústrias, mesmo as ‘artificiais’, o liberalismo cede o lugar ao intervencionismo estatal. Estas oscilações, com reformas secundárias, em vez de satisfazer as reivindicações, confirmam o humor cético, acentuam a descrença do sistema, sugerem a reorganização do teatro e a aposentadoria dos atores. Os governados que se agitam perdem a

confiança nos dirigentes, preocupados em cimentar as pedras soltas com a violência, quebrando o elo de solidariedade comum. [...] Destruída a confiança no aparelhamento presidencial, rompida a política dos governadores, era necessário colocar, na área vazia, um corpo de domínio estruturado por todas as classes, comandadas autoritariamente. Perturbado o mundo coronelista com o crescimento da massa urbana, os dirigentes, ciosos do mando, utilizam processos mais duros para domesticar o rebanho tresmalhado. Expediente elitista – maquiavélico na essência – com a pele doutrinária, a qual, com o mesmo desembaraço, poderia ser trocada ou alterada. (FAORO, 2000, p. 304-305)

O ideário democrático acaba por ser, na prática, neutralizado pelos processos que ligam o voto a oligarquia, tornando parcialmente sem eficácia as medidas que conduziram ao alargamento da participação e à ampliação na comunidade política. Em outras palavras, o poder da oligarquia rural em face da realidade urbano-industrial, expressava-se na manipulação do voto, nas relações de patronagem, no coronelismo. Tal pressão da oligarquia sobre o voto vai diminuir na medida em que aumenta a participação urbana e a mobilização dos trabalhadores rurais.

A partir da década de 1940, o Estado passa a ser o agente de transformação social, política e econômica, centralizando os esforços estatais no processo de substituição das importações pelas indústrias urbanas. Enquanto isso, o setor agrário permanece ainda dominado pelo padrão colonial: é na organização social e política que o setor industrial conduz uma modernização conservadora para poder atender às demandas do modelo econômico adotado no período. Será nesse momento que observaremos as primeiras manifestações da organização política dos trabalhadores rurais. A gestação dessa organização dos trabalhadores rurais encontra-se nas atividades do Partido Comunista Brasileiro que estabeleceu as primeiras Ligas Camponesas.²⁹

A valorização da cana é intensificada nas décadas de 1950 e 1960, aumentando a produção e a expropriação da terra dos trabalhadores rurais. As condições favoráveis ao desenvolvimento do processo de substituição das

²⁹ De 1946-1964, de acordo com Gorender, o PCB exercia uma forte influência no movimento operário, nas organizações e associações do campo, no movimento estudantil. Além, de possuir militantes devotados ao partido, sendo, pois, uma referência para a esquerda no Brasil daquele período. Este partido que até então sempre tivera uma atitude orientada pela direção adotada em 1935 da Aliança Nacional Libertadora liderado por Luis Carlos Prestes. Logo, após o decreto de sua clandestinidade em 1948, este processo é revisto e interrompido instaurando uma nova fase marcada pela repressão que talvez tenha sido os motivos de uma nova linha política de radicalização da luta no PCB. (GORENDER, 1981, p. 20).

importações internacionalmente aconteceu durante a depressão americana e a segunda guerra mundial, o que gerou uma crise no comércio internacional. Junto a estas condições externas, observamos uma população crescente nas cidades, uma economia de exportação vultosa, uma indústria de potencial, mas ainda incipiente e capital na busca de investimentos. Estimulam-se a integração nacional, por meio de incentivos a políticas de colonização, como foi o caso da colonização do norte do Paraná por empresas privadas e as colônias militares nas áreas de fronteiras do Brasil. A estrada Rio-Bahia, foi a primeira ligação rodoviária entre o Centro-Sul e o Nordeste. Depois da guerra, as exportações subiram e um novo surto favoreceu a industrialização e diversificação dos produtos importados, como os de consumo durável, como os automóveis. De maneira que, observamos, a partir da década de 1940, a centralização de esforços estatais no processo de substituição das importações, e, portanto, uma fase de transição para uma economia capitalista.

A construção de Brasília se acompanhou de diversas construções de estradas ligando a nova capital às cidades do centro-sul, efetivando, assim, a fase mais avançada do processo de substituição das importações. A estrada Belém-Brasília criou as condições de ocupação de fronteiras da parte oriental da região Amazônica, do Norte do Mato Grosso e do Maranhão, combinando a utilização da terra para pequena propriedade e a penetração de empresas madeirenses e pecuaristas. A abertura da fronteira oeste significou a intensificação de processos modernizadores e conservadores no país. (IANNI, 1994, p. 31)

É importante observar que ao mesmo tempo, são criados e recriados os canais institucionais para atender às demandas sociais e políticas dos movimentos que surgem no período. Tais medidas são atendidas numa perspectiva disciplinar e de conformar os sujeitos destas demandas aos limites do pacto oligárquico: participação controlada das massas urbanas.

No campo, esse pacto traduziu-se na exclusão política e social dos trabalhadores rurais. Esta exclusão aconteceu mediante o monopólio da terra e dos privilégios da antiga oligarquia rural que se traduziu no grande proprietário, na sobrevivência do mandonismo político por meio do coronelismo, nas relações de patronagem, submetendo o trabalhador rural a uma rígida coerção

econômica, social e política fundada na violência, na arbitrariedade, na repressão, pois a questão agrária é vista como uma questão policial.

O que observamos é a ausência da mediação do Estado e de seus aparelhos jurídicos, surgindo no seu lugar um mando privado cujos fundamentos ideológicos se encontram na grande propriedade, mantida intocada pelo pacto agrário-industrial. Quando o Estado assume a mediação, é na forma de políticas populistas entre a massa de trabalhadores e o poder oligárquico. Tal tipo de relação traduzia-se numa relação direta do produtor com os instrumentos de seu trabalho e com a terra, o que gerava uma dependência e submissão ao dono do latifúndio, o único capaz de lhe conceder o acesso à terra. Isso porque a organização do trabalho ainda não é capaz de assumir contornos capitalistas do despojamento total do produtor direto e de sua separação definitiva da terra, restando apenas sua força de trabalho e seu salário para a manutenção de sua sobrevivência. Assim, o mando privado assume a mediação entre o lavrador e o Estado. Na ausência deste, com os processos diferenciados de expropriação da terra, outros sujeitos passam a entrar na cena política como foi o caso de sindicatos, associações, movimentos sociais, Igreja Católica, partidos de esquerda.

No Nordeste, onde surgem as Ligas Camponesas, coexistem diferentes relações não capitalistas atreladas à grande propriedade, como o cambão, o barracão e o foro. Todos estes trabalhadores rurais tomam a forma de um exército de reserva utilizado e controlado pelos latifundiários conforme a necessidade. O que resulta, a partir das décadas de 1950 e 1960, na mão-de-obra para as indústrias e para os serviços nascentes nas cidades do Sudeste – êxodo rural. As relações de trabalho no campo não são mediadas pelo Estado e nem por nenhum tipo de legislação ou aparelho jurídico que pudesse atender às reivindicações dos trabalhadores rurais que estavam à margem dos direitos sindicais, das associações e sem acesso aos benefícios previdenciários. É dentro deste contexto que Furtado (OP.CIT) afirma:

[...] o status de morador é quase incompatível com o de cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um Distrito,

que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em alguma aldeia, esta se encontra implantada dentro de uma 'propriedade', razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.

As oligarquias rurais do Nordeste excluem política e socialmente, os lavradores monopolizando a terra e acionando uma política agrícola voltada para a monocultura agroexportadora. Ao mesmo tempo, nas cidades, um discurso populista efetiva se utilizando a categoria "povo" como fonte última de legitimação do poder democrático popular. Esta legitimação é buscada pelo voto por meio do processo eleitoral que se traduz, nos domínios oligárquicos, no voto de cabresto. Se por um lado o Estado atendia aos interesses objetivos do capitalismo agrário-industrial, por outro lado, também assumia práticas e discursos de uma democracia populista, visando às massas urbanas por intermédio de partidos populistas e sindicatos verticalizados como ocorreu de 1945 a 1964. (AZEVEDO, 1982, p. 36)

Na região Sul do país, o Estado exercia um papel mediador dos conflitos sociais por meio de uma política populista que intermediava as massas trabalhadoras e o poder. Já no Nordeste, o Estado como mediador de conflitos sociais estava ausente, de maneira que, nesta região, os enfrentamentos assumiram os contornos de uma luta aberta e de confronto de forças entre grupos distintos antagônicos de dominados e dominantes que tiveram por base a transformação nas relações de produção no interior do sistema econômico da região expressa por uma expropriação completa e irrestrita do trabalhador rural dos instrumentos de trabalho e da posse da terra. Para o posseiro, não é a terra que deve ser valorizada como posse, mas o ser dono do seu trabalho, dispor do seu tempo, de sua liberdade. A posse privilegia não a terra, mas o trabalho, sendo a terra o meio pelo qual o trabalho pode ser realizado.

A liberdade envolvida é a que diz respeito ao do trabalho autônomo, à locomoção da terra e que envolve uma agricultura itinerante. (MARTINS, 1995, p. 131) Assim, quando o trabalhador rural é expulso da terra, rompe as bases sociais e econômicas de sobrevivência. A expulsão da terra significa uma total sujeição do trabalhador rural ao dono do latifúndio. Isto expressava se em diferentes formas de opressão desde o trabalho exclusivo para o dono do

latifúndio, reduzindo assim o tempo que o trabalhador podia fornecer a sua própria lavoura, à proibição do roçado e da criação de animais, ao aumento do foro além de pressões diretas e violentas contra as lavouras tradicionais do trabalhador rural, destruição da plantação, matança de animais, intimidações diferenciadas que tinha toda a mesma finalidade de dispor do trabalhador rural como mercadoria em troca de um salário. Assim, a acumulação do capital apropria se do trabalho excedente do trabalhador rural que, desprovido de todos os direitos sociais, políticos e civis, pois que não existia órgão de defesa sindical no mundo rural, constitui se numa massa desorganizada que, expulsa da terra e desprovida dos frutos de seu trabalho no roçado, resiste diante do avanço do capital no campo.

Na década de 1950, a Igreja, com D. Inocêncio Engelke e com a Ação Católica Brasileira realiza a Primeira Semana Ruralista com a presença de membros da igreja, políticos, fazendeiros, professores etc. O objetivo era programar uma reforma de base a partir da formação de lideranças rurais para que fosse possível conquistar, para o trabalhador rural, os mesmos direitos do trabalhador urbano e que teria como consequência, a “desproletarização” do trabalhador do campo. (CAMARGO, 1983)

Junto a este processo e no final da década de 1950 com a ampliação dos grupos de discussão da reforma agrária, destacam-se outras organizações de trabalhadores rurais, entre elas a União dos Lavradores e Agricultores do Brasil (ULTAB). Originalmente, esta organização foi criada pelo Partido Comunista em 1957. Encontraremos também, neste período, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

Em 1961, constitui se o I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Agricultores realizado em Belo Horizonte e que apresentou uma proposta radical de reforma das terras nacionais. Como resposta a esta mobilização, em 1963, na administração de João Goulart, oficializa se o Estatuto do Trabalhador Rural, vinte anos depois de promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas do setor industrial. (DREIFUSS, 1981)

Neste mesmo ano é fundado Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que terá um papel importante na organização dos trabalhadores rurais daí em diante. As variedades de formas de associações

populares, bem como o mutualismo que permitiu aos trabalhadores rurais se reunirem nestas organizações sindicais e nas Ligas Camponesas, e, paralelo à organização dos trabalhadores no campo, ocorre a emergência da burocratização dos sindicatos, a institucionalização do Estado Populista-Autoritário e a instalação da indústria cultural.

Assim, chegamos até a década de 1980, considerando que a questão agrária torna-se um problema político, econômico e social, que poderia ter sido pensando a partir da construção de um projeto nacional de inclusão social. Mas não foi o que observamos: o tema da reforma agrária, até 1964, contava não somente com as mobilizações dos lavradores do campo, mas também com os trabalhadores urbanos, pois que dizia respeito às reformas de base necessárias para o avanço das conquistas trabalhistas e cidadãs destes trabalhadores da cidade. Porém, depois do Golpe e até a década de 1980, com o processo de redemocratização, é que assistiremos ao tema da questão agrária vir à baila como proposta dos trabalhadores rurais. Apesar disso, um personagem atuante no campo passa a assumir explicitamente seu apoio, bem como práticas de intervenção à luta dos trabalhadores rurais por terra. Isso aconteceu a partir do Documento de Itaci, produto da 18ª. Assembléia Geral da CNBB, em que a Igreja condena a terra expropriada e explorada e exalta a terra de trabalho que é aquela possuída por quem nela trabalha. Então a Igreja engajada por seus padres, bispos e freiras junto a CPT e a outros movimentos populares do campo, passam a se comprometer com o “homem do campo”.

2.2. Emergência dos novos movimentos sociais

Melucci (2001) afirma que os movimentos sociais podem ser o espaço em que a sociedade constrói a si mesma, a partir das condições herdadas, que não são determinantes. Da mesma forma, Sader (1995) coloca que os movimentos sociais do final da década de 1970 fazem parecer que os contornos classistas são elaborados a partir do cotidiano, de maneira que se diluem frente às necessidades sociais e são entendidas e interpretadas como produções culturais. (ROSSI-DORIA, 1995) Estes novos movimentos sociais reinterpretaram as categorias de totalidade de modo que as lutas particulares convergiram para

uma luta mais geral de transformação social, pois afirmavam a busca por uma unidade baseada no reconhecimento das diferenças. De agora em diante, não serão somente as bases econômicas, um determinado modelo de desenvolvimento econômico, que devem ser alteradas, mas as formas políticas, jurídicas, de pensar, de sentir, de agir, mudando, nas formas do cotidiano, a cultura e as relações sociais. Essa era a utopia dos anos de 1960 e 1970. Assim, as pessoas se engajaram em confrontos políticos – por meio de movimentos sociais -, que mudaram os “padrões de oportunidades e restrições políticas”, ao passar a se utilizar de redes sociais e estruturas cognitivas mais amplas. (TARROW, 1998)

No Brasil, estas exigências se somam aos contextos sociais, econômicos e históricos locais, como foi o caso de um novo sindicalismo ancorado no proletariado do ABC Paulista e afastado da tutela do estado. Para Sader (OP.CIT), os novos movimentos sociais do final da década de 1970 introduzem os “sujeitos sociais no cotidiano”, elaborando as necessidades sociais como produções culturais e, neste sentido, apontam para as duas dimensões de classe que se conjugam como as condições reais de existência e sua elaboração subjetiva, da organização de si nesta existência. Mesmo que o sujeito social seja produto das condições sociais, Sader considera a possibilidade de indeterminação.

Assim, os novos movimentos sociais que surgem no mundo rural são marcados por uma multiplicidade de atores coletivos, de associações a sindicatos, de partidos, da presença da Igreja Progressista por meio das CEB's que inauguram novas práticas de enfrentamento político, alheias às adotadas pelo sindicalismo rural da época. Legalmente, o Estado Populista-Autoritário havia definido duas possibilidades de enquadramento do sindicato no campo, o dos trabalhadores rurais, que genericamente envolveria todos os que vivem do trabalho na terra, como posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, de outro, o sindicato rural patronal.

Os pequenos produtores sempre foram alvos de disputas por um ou outro sindicato e o patronal afirmava que não existiam trabalhadores rurais, mas produtores em associações. Com o Estatuto da Terra de 1964 temos, novamente,

a recusa, por parte das classes dominantes, de efetivar e ampliar os estatutos da democracia e da cidadania no campo, pois apesar deste estatuto estabelecer novos conceitos como uma tipologia dos imóveis rurais por extensão, por exploração, minifúndio, empresa rural etc., juntamente com critérios de identificação desses imóveis, estudos para sua intervenção etc., estes aparatos legais não se efetivaram. O que o Estado Populista-Autoritário assumiu foram políticas de modernização no campo que significaram a modernização do latifúndio em que as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram fundamentais em detrimento das desapropriações de interesse social. Com a modernização conservadora deste período, pequenos produtores pauperizam-se e, seguindo caminhos variados, muito deles irão constituir as massas para a ocupação de terras que começaram a despontar neste período. E, que, no decorrer desta década, ficarão conhecidos como MST.

Falar de um movimento social que luta pelo acesso à terra é contar uma história que antecede a este movimento na atualidade e encontra suas raízes na forma mesma como se efetivou a colonização no Brasil, processos estes que dizem respeito, não somente a formas de dominação opressivas, mas a modos de resistência, de transgressão, de recusa às injustiças, de indignação, de contestação. (BOSI, 2000) Uma insistência em acreditar e desejar o diferente do que é e existe no momento presente. Assim ocorreu nos movimentos messiânicos do século XIX e XX, como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916). (QUEIROZ, 1976) Assim foi no banditismo social expresso pelo cangaço, e em outras rebeldias e contestações, como o Quilombo dos Palmares, a Revolta do Malês (1835), a Revolta dos Cabanos (1835-1840), a Revolta dos Balaios, no Maranhão (1838-1841), a Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro (1910), a Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana (1798). Estes movimentos sociais não foram simplesmente movimentos religiosos, de contestação à monarquia, a ordenamentos institucionais, mas uma tentativa de elaboração e questionamento constante dos regramentos sociais e políticos. Mesmo na ausência de respaldos liberais que pudessem fornecer a estes questionamentos legitimidade, eles encontraram na chancela religiosa a justificativa de sua contestação e a forma de sua mediação.

Os conflitos como a Revolta de Trombas e Formoso (1947-1964), a Revolta de Porecatu, no Paraná (1946-1951) e a Guerrilha do Araguaia (1966-1974) foram derivados da ausência de uma política agrária em regiões de colonização mesmo sendo incentivadas pelo Estado que deixou a cabo dos interesses privados a sua organização. Seja por conflitos derivados da luta armada e da intenção de construção de um outro projeto social e político. Estes conflitos foram eficazes na tentativa de apresentar a possibilidade de outro fundamento social que não fosse da dominação de uma classe por outra, pois que, ao questionar a desigualdade social e política existente, romperam com os grilhões que lhes atavam a um lugar excluído e a margem social.

[...] fizeram ver o que não cabia ser visto, fizeram ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, fizeram ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. Pode ser a atividade dos plebeus de Ballanche que fazem uso de uma palavra que 'não tem'. Pode ser a desses operários do século XIX que colocam em razões coletivas relações de trabalho que só dependem de uma infinidade de relações individuais privadas. Ou ainda a desses manifestantes de ruas ou barricadas que literalizam como 'espaço público' as vias de comunicação urbanas. Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposições que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos. (RANCIERE, 1996, p. 42)

Queiroz (1976, p. 413) faz uma aproximação dos movimentos messiânicos com os movimentos comunistas no seu aspecto estrutural, no que se refere à existência de uma liderança ou chefe carismático, em torno do qual se agregam os indivíduos por meio da afetividade, que é um traço característico de sociedades de parentelas. Esta é uma aproximação superficial, pois as orientações que guiam a ação são diversas. No caso do movimento messiânico, a tomada de consciência se faz pela religião. Mas, tanto a Igreja como o PCB assumiram-se como mediadores entre os trabalhadores rurais e o poder público. No movimento comunista é por um projeto ideológico e político. Como afirmaria Hobsbawn (1970) na sua análise dos movimentos sociais modernos, é o conteúdo que mantêm os membros destes movimentos unidos por uma causa comum.

O mesmo autor, ainda aponta algumas possibilidades de análise ao mostrar que onde existiu o primeiro tipo de movimento messiânico implanta-se com mais facilidade o segundo, o comunista. (HOBSBAWN, 1985) Isto para demonstrar que a tutela política assumida pela Igreja perante os movimentos sociais do Sul e do Nordeste do país não é uma situação isolada, mas uma prática recorrente na história nacional. E a mediação da Igreja perante os órgãos públicos e, com o avanço dos canais institucionais, entram na competição passando a competir também o Partido Comunista, os sindicatos e as associações.

Os novos movimentos sociais surgem no bojo de lutas populares que questionaram as instituições políticas tanto no campo quanto na cidade. Questionaram o lugar para elas sempre determinado pelo Estado e pela sociedade. Questionaram os locais de demanda social como o sindicato de então, um sindicalismo fraco e comprometido com os interesses do Estado. Questionaram as relações de trabalho e as formas de interação entre a sociedade, os trabalhadores e o estado. Neste processo, estabeleceram-se novas formas de organização social, de luta e de resistência contra a opressão, contra a exclusão social, contra a exploração do trabalho e a contra a perda da dignidade humana como parte de um processo maior de uma cultura de resistência. A partir do apoio das CEB's, da CPT e do novo sindicalismo.³⁰ Esta cultura de resistência traduz se na constituição de sujeitos coletivos e em processos de organização social em que emergem os novos movimentos sociais.

2.3. Emergência dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST surge na cena política como um ator social que coloca na pauta política a questão da reforma agrária por seu poder de organização e, conseqüentemente, de pressão sobre as autoridades legais. Esta pressão se exerce por meio das diferentes e variadas estratégias de enfrentamento mas que o movimento foi incorporando ao longo de sua história e que dizem respeito às

³⁰ O “novo sindicalismo” aparece representado na CUT e no momento de fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, e que, juntamente com a Igreja Progressista formavam a matriz política-cultural dos novos movimentos sociais.

formas de ocupação da terra, as marchas, as vigílias, os jejuns etc. O surgimento deste movimento esteve fortemente atrelado à Igreja Progressista, não somente como suporte de socialização política, mas a organização interna deste movimento. Muitas de suas lideranças tiveram sua inserção política e social atrelada à Igreja Progressista, às CEB'S e à CPT.

A formação do MST foi determinada por diversos fatores, dentre os quais podemos ressaltar o processo de transformação da agricultura brasileira a partir da década de 1960 e que ficou conhecida como “modernização dolorosa”. que acarretou a expulsão de um grande contingente de pessoas do campo, famílias que viviam como arrendatários, parceiras ou filhos de agricultores, meeiros, parceiros, posseiros etc, e, constituiu se como um processo intenso de mecanização da lavoura brasileira e de utilização de insumos na agricultura.³¹ Uma parte dessa população expropriada de suas terras se dirigiu para as grandes cidades, outra permaneceu no campo, realizando trabalhos sazonais, e outra, migrou para as regiões de colonização como Pará, Rondônia e Mato Grosso.³²

Esta mediação da Igreja se efetivou, não somente no trato da questão agrária e no corpo da teoria subjacente a estas práticas, mas também pelos novos significados e pela simbologia incorporada neste processo social de opção pelos pobres e excluídos realizados por esta Igreja: a utilização de símbolos religiosos como a cruz, a romaria, a promoção nos encontros dos princípios de que a terra é de Deus e não dos homens, bem como uma reflexão sobre a questão agrária por meio dos textos bíblicos.

As CEB's, na primeira metade da década de 1970, e, posteriormente, a CPT, utilizaram do convívio social que a comunidade religiosa possibilitava para refletir, organizar, resistir e lutar contras as injustiças e as condições de trabalho a que estavam submetidas a população rural e a da cidade. Assumiram-se, nesse sentido, como espaço de socialização política em que se conscientizava a sociedade a respeito dos mecanismos que atuavam e a que estavam sujeitos os

³¹ “A modernização conservadora, termo cunhado por Graziano, significa a opção do Governo em tratar a questão agrária como uma questão econômica e não política”. (MARTINS, 1995, p. 98).

³² (SILVA, José Graziano. A modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Zahar, 1982) Para aprofundar estudos nesta direção consultar também: PEREIRA (1983), PRADO JUNIOR (1987), OLIVEIRA (1981), FRANK (1980), VELHO (1976).

trabalhadores rurais como os despejos, a expropriação da terra, a tragédia pessoal derivada da migração, do abandono, do desenraizamento social, da expropriação do da terra e do trabalho. (SILVA, 2006)

Dessa forma, além de refletir sobre a sociedade e seus mecanismos de exclusão, as CEB's construirão novos valores e novas pautas de conduta e de inserção na realidade dos trabalhadores rurais, por meio da associação entre as leituras marxistas de análise estrutural e a leitura da Bíblia. Passou-se a compreender, de forma comparativa, a interpretação do Evangelho a partir do livro do "Êxodos" e da busca pela "Terra Prometida" pelo povo hebreu, com a história dos trabalhadores rurais e do povo de Deus. Assim, para Frei Betto (1996), as CEB's surgem como canais de participação na medida em que não existiam espaços de mediação entre o Estado e a sociedade organizando e emprestando legitimidade às suas reivindicações.

A CPT caracterizou de forma prática este novo posicionamento da Igreja, a partir das CEB's, unindo a busca por um conhecimento que transformasse a realidade vivida por meio da perspectiva de luta de classe e do valor ético de justiça social. (PAIVA, 1985)

A Pastoral da Terra nasce da prática de igrejas envolvidas pela violência que atinge comunidades de indígenas e de posseiros da Amazônia. Em termos eclesiais isso significa o compromisso de uma igreja local com um grupo social vítima de violências, motivada pela perspectiva de uma libertação integral, proposta e desejada por Deus, que exigia a libertação política concreta como uma etapa necessária. É a vivência da opção pelos pobres, assumida e definida como caminho de conversão e de compromisso evangélico da Igreja com os pobres da América Latina na Conferência do CELAM realizada em Medellín, Colômbia. Não se trata de ação de leigos com mandato, mas de ações pastorais de igrejas locais.³³

Com a III Conferência em Puebla, no México e a Teologia da Libertação sistematizou-se um corpo teológico e um método educativo de compreensão e transformação da realidade. Assinalamos a importância da Igreja do papel que "levas de militantes católicos" desempenharam junto aos movimentos sociais:

³³ Secretaria Nacional da CPT. A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra. 20 anos depois. Paulus. São Paulo. 1997: 31.

Retomavam a mística dos cristãos perseguidos [...] Foram evidentemente estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II que, ao falar da Igreja como 'povo de Deus', referia-se à participação ativa de grupos comunitários [...]. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. (SADER. OP. CIT, p. 151)

Em 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, a CPT organiza um encontro que marca a fundação do MST, em que o bispo D. José Gomes informa que “a Igreja estaria a serviço dos camponeses em sua luta por direitos”.³⁴ Assim surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra como expressão da união de trabalhadores rurais desprovidos de terras, mas organizados por este movimento.

O MST entende que a atividade de formação política pedagógica acontece nos diferentes e variados enfrentamentos de classe. Nessa perspectiva, as ocupações de terra, os acampamentos, as variadas táticas de resistência e luta a organização dos trabalhadores rurais em comunidades, a criatividade como saída para avançar a luta construindo novas formas de organização social, as mobilizações, as comissões municipais, as caminhadas, as vigílias são, entre tantas outras, formas de luta política pela terra e pela reforma agrária.

Assim, de 1978 a 1985, data do I Congresso Nacional do MST, as lutas e as experiências de resistência contaram com o apoio, articulação e a organização da CPT.

Podemos agrupar, até 1990, dois momentos específicos de formação e de organização do movimento. Num primeiro momento, a luta pela terra, até então fragmentada e dispersa pelo território nacional, unifica-se por iniciativa da CPT, numa frente mais ampla por meio do MST. Esse momento abrange o período de

³⁴ “Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim, os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. Depois de vinte anos de perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e das ULTABs, nascia na luta pela terra um novo movimento camponês que começava a recolocar a pauta da reforma agrária no campo político. A partir dessas lições históricas e do fazer-se na luta, os sem terra tinham apreendido que: Terra não se ganha, terra se conquista”. (FERNANDES, op. cit. 80)

1978 com a ocupação da Fazenda Sarandi, até 1985, quando ainda havia uma forte presença de setores da Igreja Progressista na organização do movimento.³⁵

Num segundo momento, observa-se a organização de diferentes setores; Setor de Educação e de Produção, em 1986, de experimentos relacionados à produção, como foi o caso do Laboratório Experimental para Formação de Organização em Empresas em 1988, e outras tentativas de cooperação agrícola.³⁶ Também as instâncias de representação se constituem neste período, assim como os símbolos estabelecidos em torno da imagem do MST (como o hino, a bandeira, agenda, pasta, chaveiro, etc. que são meios de divulgar a marca e fazer propaganda do movimento), os cadernos de formação, o Jornal Sem-Terra que expressavam a consolidação do movimento e a definição de sua organização e de novas formas de luta e de expressão política.³⁷

Daí em diante, o MST foi se formando, organizando e desenvolvendo a atividade de formação de professores e educando, estabelecendo frentes, definindo novas estratégias de luta, especializando setores, construindo escolas, “territorializando-se” e consolidando-se no espaço nacional. Assume ao longo de sua trajetória, principalmente durante seus vários encontros e congressos nacionais, as chamadas palavras de ordem que representam o caráter cada vez mais amplo que vai assumindo a luta pela terra e pela transformação da sociedade brasileira. O período de 1990 até 1994 foi de forte perseguição do governo federal e de seus mecanismos de controle sobre o movimento que, não encontrando apoio naquele momento das instituições responsáveis pela reforma agrária, como os setores de crédito e investimentos, teve que optar pela criatividade. E, neste processo de novas articulações internas, surge em 1993, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA),

³⁵ As datas podem apresentar discordâncias conforme o livro consultado sobre a origem do movimento e a análise mais ampla sobre sua formação. Sendo assim, consideramos que até 1990 houve dois momentos aparentes, um de formação e outro de consolidação do movimento.

³⁶ A produção nos assentamentos até 1985 se organizava de forma individual. Somente a partir de 1986 por meio de um modelo de cooperação agrícola, a produção começa a ter um caráter coletivo e importância estratégica nas transformações desejadas pelo movimento, não mais se dividindo o caráter econômico do político na luta pela terra e afirmando a necessidade do modelo de cooperação agrícola para a permanência na luta mesmo diante da terra obtida.

³⁷ Os cadernos de formação iniciam sua publicação a partir do ano de formação, com uma temática voltada para a organização e desenvolvimento interno do movimento.

como resultado da união do curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e do curso de Magistério.³⁸

Já em outro momento, em 1996, se consolida o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que passaria a funcionar como cooperativa e como um propagador pedagógico cujo objetivo seria o de articular os assentados em torno do debate econômico que envolve a implementação dos assentamentos.

Este foi um período de consolidação, de aprofundamento teórico e de formação de quadros, como podemos observar com a formatura da primeira turma do curso de Magistério do MST, em Braga, no Rio Grande do Sul, aprovado pelo MEC em 1996. Também o curso de Pedagogia para professores do MST nas universidades públicas de alguns estados, além de parcerias, como a da Universidade Estadual de Campinas e a da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre *Realidade Brasileira* realizado no período das férias, sendo que o último curso foi realizado no final de 2002. Dando continuidade ao aprofundamento dos quadros internos, realizou-se o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA em 1997, na tentativa de articular uma proposta pedagógica para o MST cada escola do MST será uma escola que se constituía como parte da identidade coletiva.

De 1995 até 2001, o movimento se expandiu, assumindo expressão nacional, aprendendo com suas experiências de enfrentamentos, construindo uma identidade no plano nacional e internacional na luta pela terra e pela reforma agrária.

De 2001 até nossos dias, o MST tem intensificado sua luta pela conquista da terra, por meio de pressões políticas estratégicas em sua formação que é a ocupação e as marchas. Paralelo a isso, tem apoiado diferentes segmentos sociais excluídos.

2.3.1. Viver como se luta, lutar como se vive

³⁸ É uma instituição mantida pelo MST e que abarca a Escola Josué de Castro de ensino supletivo de 1º. e 2º. graus e desde 1996 a escola profissional.

Incluimos alguns momentos de formação do movimento baseados na idéia de que o conflito social é formativo, como foi o caso do enfrentamento na trajetória do MST, que vão da gênese à sua consolidação. Estes enfrentamentos de luta se constituem como referência, pois se referem por um lado, ao reconhecimento da sociedade civil da necessidade da reforma agrária, e por outro, à constituição das diretrizes do movimento e de sua capacidade de mobilização interna e conscientização de que o movimento se fez no processo de luta pela conquista da terra.

Esta nova forma de inserção na cena política por meio de ações de enfrentamento e de ocupação vem atender às demandas por novas formas de representação derivadas da ineficácia do sistema político para atender as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais.³⁹ Estes conflitos sociais não se limitaram à perspectiva econômica, mas seguiram em direção a realização de transformações sociais.

A Fazenda Anoni, localizada no município de Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul, e que foi ocupada em 1978, desembocou no acampamento da Encruzilhada Natalino em 1980, reunindo no acampamento cerca de 3 mil famílias, por meio da luta e da resistência na terra, estabelecendo as diretrizes do movimento que então se organizava.⁴⁰ A ocupação da Fazenda Anoni forneceu experiência para o movimento que gerou novos posicionamentos, como a necessidade de maior coesão e organização interna para se fazer a ocupação, devido ao grande percentual de gente envolvida no processo que exigia unidade e disciplina para sua efetivação.

Mais tarde passaram a realizar encontros entre as lideranças destas lutas pela conquista da terra, espalhadas por todo território nacional promovida e organizada em sua maioria pela CPT e que culminaram na formação do MST em 1984.

Existiram outros momentos na formação do movimento como a ocupação da Gleba Macali (Madereira Carazinhense Ltda.), primeira ocupação

³⁹ É uma das mais importantes formas de luta que está presente desde o começo do Movimento, cujo objetivo é pressionar e obter a conquista da terra. Conforme o livro: “ocupar é tomar posse daquilo que não está cumprindo a sua função social”, ou seja, de um direito consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. (BOGO, 1999, p. 16)

⁴⁰ Entroncamento das estradas que conduz a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo.

dos sem-terra, e a Gleba Brilhante em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, em 1979, já mencionados. A Fazenda Burro Branco foi desapropriada em Santa Catarina, em 1980, e significou a primeira ocupação de terra que deu origem ao MST na região. Assim como a Fazenda Cavernoso, no Paraná, a Cachorrinha em Minas Gerais, o Cartilho e a Fazenda Primavera em São Paulo, foram referências para o surgimento do movimento nestes estados, por terem sido as primeiras ocupações nestas regiões.

Os antigos enfrentamentos pela terra no Brasil são reverenciados pelo movimento como lutas pela conquista da terra: o MST é herdeiro desta luta, na medida em que pretende continuar na luta não somente pela terra, mas para a construção de outra sociedade. Em referência à luta pela reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, o Movimento ressalta o Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Nordeste as Ligas Camponesas e a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, bem como outras instituições que apoiaram o MST em toda a sua trajetória com destaque para a Igreja Progressista e o novo sindicalismo, já referidos anteriormente.

Estes elementos constitutivos históricos referenciados pelo movimento dizem respeito a momentos de conflito social como é o caso de revoltas e revoluções nacionais e internacionais. O MST se considera herdeiros de “todas as lutas que existiram pela conquista da terra no Brasil”. E eventos internacionais reverenciados como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), a Revolução Popular Chinesa (1911), a Guerra Civil Espanhola (1936-39), a Revolução Sandinista, na Nicarágua (1979), a Revolução Cubana (1959), o Levante em Chiapas, o Massacre dos Astecas, o Massacre de Santa Maria de Iquique no Chile (1907), a Revolução Cubana, a Revolução Mexicana (1910).

Os massacres e os assassinatos ocorrem também com os sem-terra e seus lutadores do povo também são reverenciados como forma de não esquecer a memória daqueles que tomaram na luta – militantes formados pelo movimento, os “lutadores do povo” (sic). Esse é o caso de 15 de julho de 1995, em que ocorreu o Massacre de Corumbiara (ocupação da Fazenda Santa Elina no município de Corumbiara quando da expulsão dos acampamentos de parte das terras da fazenda), no sul de Rondônia, em que morreram nove sem-terra e

uma menina de 7 anos de idade; o Massacre de Eldorado de Carajás (ocupação da Fazenda Macaxeira que pertencia ao INCRA), no Pará, em 17 de Abril de 1996, onde 19 sem-terra foram mortos, 69 feridos e no mínimo 7 desaparecidos. A data serviu de marco para o *Dia Internacional da Luta Camponesa* em memória do massacre.

Em 1997, a *Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária* constituiu-se na mais importante mobilização feita pelo movimento no período. Composta de três colunas humanas que, saindo cada uma de uma região do país convergiram para Brasília no dia 17 de abril. O objetivo da marcha era marcar o primeiro aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás. As colunas provinham de diversos estados do Sul e de São Paulo, partindo da capital paulista, outra de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia partindo de Governador Valadares, e a terceira de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partindo de Rondonópolis, em Mato Grosso.

Na mesma época, denunciando a desigualdade e injustiça social no campo, foi inaugurada a exposição fotográfica de Sebastião Salgado em todos os estados do país e em oito cidades no mundo, com a temática sobre a luta pela terra, juntamente com seu livro “Terra” com prefácio e apresentação de José Saramago e o CD Rom de Chico Buarque que acompanha o livro. O objetivo da marcha foi o de chamar atenção para a questão da reforma agrária, pedir punição dos responsáveis pelos massacres dos trabalhadores rurais e efetivar a data como o *Dia Internacional da Luta Camponesa*.

Esta marcha, assim como as demais e as tragédias dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, tiveram o mesmo impacto do acampamento na Encruzilhada Natalino, pois houve solidariedade civil, inclusive internacional, em torno da questão sobre a luta pela terra, pela reforma agrária e por justiça social.

Em 1998, os trabalhadores rurais se dirigiram rumo às capitais através da Marcha pelo Brasil, juntamente com inúmeros outros movimentos sociais e entidades, com a meta de discutir com a população os problemas brasileiros. Neste mesmo ano, no *Dia Internacional de Luta Camponesa*, 17 de abril, aconteceram vários protestos e com diferentes entidades e movimentos entre eles, o MST, e que fizeram vigília na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

No ano de 1999, o MST dá prosseguimento à *Marcha Popular pelo Brasil*, que saiu do Rio de Janeiro em frente da sede da Petrobrás indo à Brasília por terra, trabalho e democracia. Em 2000, no período de “Comemoração dos 500 anos de ‘descobrimento’ do Brasil”, o movimento promoveu ocupações em latifúndios de forma massiva, mobilizações e outras formas de luta política buscando com isso visibilidade pública para os problemas vividos pelos trabalhadores sem terra. Nessa época, morreu assassinado o trabalhador Antônio Tavares, no Paraná, durante uma das mobilizações do movimento. De 2000 até agora, outras violações de direitos civis como assassinatos, excesso de violência, prisões arbitrárias têm acontecido sistematicamente no país, envolvendo o MST.

Estes processos de enfrentamento das autoridades públicas, seja por meio das ocupações e outras estratégias de luta do movimento, envolvem, por vezes, a desobediência civil como tática para afirmar a violação dos princípios de justiça em que pôr-se de lado ou retirar sua obrigação de obedecer as leis têm por objetivo apelar para a retificação da alegada injustiça. Nesse sentido, a desobediência civil é um ato de protesto político público a uma lei, tornando-se passível de punição. O conceito de desobediência civil é utilizado apelando a uma ordem social em que todos os valores sociais sejam distribuídos igualmente sem que ninguém seja beneficiado em detrimento de outrem. O julgamento e a prisão passam a ser testemunho de suas convicções. Este ato envolve um apelo à dimensão coletiva, neste caso, o movimento social. A ação refere-se ao esgotamento dos procedimentos constitucionais e legais por estarem bloqueados segundo a idéia de justiça desse movimento. (SILVA, 2007) Este movimento entende que, anterior ao direito de propriedade, é o direito à vida que deve ser imperioso. E, na perspectiva marxista-leninista, o direito à propriedade é também um direito burguês e, portanto, de exclusão social, de uma classe que detém os meios de produção e outra que depende da sua força de trabalho para sobreviver.

Conforme o *corpus* documentário, o movimento está organizado de forma colegiada em relação às decisões de poder, desde a direção, grupos de representantes que exercem o poder de decisão de forma colegiada, indo para os grupos de base nos assentamentos, aos setores regionais, estaduais e locais.

Aparentemente, estes grupos de base e setores possuem espaço de manobra para suas ações e decisões. Os militantes ocupam a direção do movimento e a assessoria cabe aos agentes pastorais e aos simpatizantes. É importante ressaltar que esta forma de organização representa as expectativas e as normas dispostas pelo MST, mas que não reproduzem exatamente a realidade: O movimento assume existirem dificuldades para a formação do grupo de base, alicerce da participação dentro da organização.⁴¹ Esta questão não está presente somente na forma de organização pela qual se estrutura o movimento, mas principalmente na atividade de formação política e pedagógica por meio da transformação de uma consciência social para uma consciência de classe. O desafio que o MST precisa responder é a atividade de formação da consciência política o alicerce da formação política e pedagógica assentada sobre a identidade de classe de seus membros. Esta questão será mais bem tratada no capítulo IV.

Isto porque as tomadas de decisões devem acontecer na base mediante assembléias, por indicação ou aclamação dos acampados ou assentados e seguidas pelos setores, pelas coordenações, etc.⁴² Dessa forma, a estrutura hierárquica vai desde o alicerce com representantes dos grupos de base formados por um número determinado de famílias que varia conforme a localidade, dos acampamentos, assentamentos, associações, diretorias das cooperativas, escolhendo suas coordenações microrregionais e estaduais, até a composição da Coordenação Nacional. Esta elege a Direção Nacional que compõe as instâncias de representação máximas do MST. O individualismo, o isolacionismo, o personalismo são alguns dos vícios apontados pelo movimento que devem ser desestimulados e que impedem os indivíduos de participarem. Considera-se que uma das primeiras lições que se aprende no movimento é que se deve participar. A representação política dentro do movimento busca

⁴¹ A transferência da consciência social para a consciência política acontece concomitante à transformação na cultura espontânea para a cultura programada. (Caderno de Cooperação Agrícola no. 07, 1998).

⁴² O grupo de base ou núcleo de base é um espaço de discussão e estudo que acontece a partir da proximidade das moradias nos assentamentos. Este núcleo de base é considerado pelo Movimento como [...] a instância de base para a tomada de decisões sobre os rumos do assentamento. Nele deverão participar todos aqueles que moram no núcleo”. “O núcleo de base é importante, pois ali se pratica a democracia direta, se constituindo no grande instrumento pedagógico popular e da gestão coletiva do território”.(Textos para debate no IV Congresso Nacional do MST, 2000, p. 49).

ênfatizar a necessidade de participação para que possa haver uma representação de fato da base do movimento.⁴³

Os encontros e eventos nacionais possuem importância crucial de amplitude, por envolver em sua maioria os sem-terra de todos os acampamentos e assentamentos do Brasil. Este é o momento para se afirmar a unidade e a permanência na luta. É um momento de formação política e pedagógica de seus membros, por meio do qual se generalizam conhecimentos sobre os diferentes estados, as estratégias de organização, divulgação da ideologia do movimento e de sua imagem que fortalecem a identidade do MST.

É o momento, também, em que se realizam estudos e palestras com intelectuais orgânicos e de referência nacional, acrescentando à luta conteúdo e reconhecimento social, como acontece com os convênios com as universidades públicas por ser um momento de estudo e de afirmação de um dos *slogans* do movimento, ou seja, ninguém se educa sozinho, mas em comunidade, em comunhão.

Os encontros estaduais também se realizam anualmente e têm por objetivo conferir o andamento das diretrizes políticas e os setores de atividades e de determinar as ações do movimento. O Congresso Nacional acontece num intervalo de cinco anos. É o momento em que se estabelecem os novos procedimentos de organização e estratégias político e social do MST por meio de troca de experiências entre seus membros. O Encontro Nacional acontece num intervalo de dois anos e determina as atividades dos diferentes setores dentro do movimento. Estas novas normatizações políticas referem-se às diretrizes que

⁴³ “A Coordenação Nacional tem por função fazer cumprir as metas do Congresso, do Encontro Nacional e dos setores de atividades. Constituído por dois representantes de cada estado que foram escolhidos no Encontro Nacional seguindo um cronograma anual de atividades. A Direção Nacional tem por objetivo acompanhar as atividades dos estados, zelar pelo bom andamento dos princípios organizativos do movimento e sua execução nos setores de atividades. É constituído por um grupo escolhido pela Coordenação Nacional. A Coordenação Estadual deve estabelecer as ‘linhas políticas’ do MST por meio do setor de atividades e realizar as ações que foram determinadas no Encontro Estadual. É formada por um grupo escolhido nos Encontros Estaduais. A Direção Estadual possui o mesmo objetivo da Direção Nacional com exceção de que acompanha e representa os estados da região nacional. É composta por um grupo escolhido pela Coordenação Estadual. A Coordenação Regional acompanha a execução da organização das atividades para o bom andamento das instâncias e dos setores de atividades. É formado por um grupo escolhido nos encontros dos assentados. A Coordenação dos Assentamentos e de Acampamentos tem por objetivo zelar pelos princípios organizativos e o desenvolvimento dos setores de atividades. É formado por um grupo escolhido pelos assentados e pelos acampados do movimento. O grupo de base é formado por famílias, jovens e grupos de trabalhos e compõe a coordenação do assentamento. Coordenação Nacional. (Secretaria Nacional. 2001, p. 208).

o movimento estabelece frente às circunstâncias históricas e que são decisões tomadas nos eventos nacionais como os encontros e os congressos. A forma como serão instituídas estas novas diretrizes políticas dependerá de diferentes fatores como localidade, base cultural, tipos de mobilizações e lutas etc. Os objetivos gerais do MST descrito no *corpus* documentário para o momento de sua constituição já assinalavam a busca por uma formação de trabalhadores rurais e a construção de uma reforma agrária.⁴⁴

Os princípios organizativos do movimento fornecem unidade à organização e são considerados como expressões de reivindicações históricas da luta pela conquista da terra como afirma o MST.⁴⁵ Mas, por outro, são derivados das novas formas de organização da luta política que envolvem mobilizações de massa como as marchas, as ocupações, jejuns, etc. A disciplina, como princípio organizativo do movimento, relaciona-se não somente com o compromisso a normas pessoais, mas a procedimentos assumidos pelos seus membros junto ao movimento, seguindo os preceitos organizativos do movimento e sua atividade de formação política e pedagógica. O vínculo orgânico com a massa é fundamental para o movimento garantir sua relação com o povo que pretende organizar, o que significa dizer uma relação muito estreita com a dimensão coletiva. Uma relação em que os intelectuais orgânicos devem saber o que fazer para direcionar a massa no melhor caminho a seguir, justificando a permanente busca por formação política e pedagógica.

A unidade nas ações somente será possível para o movimento a partir da atividade de formação política e pedagógica que é o alicerce gerador de seu projeto social, porque existe uma diferença crucial entre os intelectuais que fazem parte da direção do movimento e a massa que forma os acampamentos. É

⁴⁴ [...] 1. que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2. lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; 3. ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4. organizar os trabalhadores rurais na base; 5. estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6. dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7. articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.” (Coordenação Nacional. Agenda do MST. São Paulo. 1987).

⁴⁵ Os princípios organizativos são: [...] 1. direção coletiva, colegiada, fugindo do presidencialismo e do personalismo; 2. divisão de tarefas entre toda a militância, ampliando os espaços e dando oportunidade a todos que queiram participar; 3. profissionalismo ou formação permanente de quadros e de militantes; 4. disciplina, ou amor e respeito a nossa organização; 5. planejamento das atividades; 6. amor ao estudo: pesquisa, leitura, reflexão em grupo; 7. vinculação com as massas ou vínculo permanente com a nossa base; 8. crítica e autocrítica, pois não somos perfeitos.” (Cadernos de Educação. Pra Solettrar a Liberdade. Número 02. ano 2001, p. 31).

juntamente com a disciplina que este movimento irá garantir a permanência na luta mesmo depois que seus membros já estiverem assentados.⁴⁶ Diante desses princípios o MST se autoneia como uma “organização social e política de movimento de massa” enfatizando as lutas de classes como constitutivas desse processo social de formação de consciência de classe.⁴⁷ De maneira que o MST se autoconstituiu como movimento social e organização política por meio destes eventos públicos de enfrentamento de lutas de classes por permitir disciplinar e estabelecer uma unidade perante uma massa de pessoas que o formam.⁴⁸

Um dos momentos de importância da cultura como elemento de autoconstituição deste movimento foi a publicação do Caderno de Formação no. 34, “O MST e a cultura” de Ademar Bogo em 2000 como afirma uma liderança do MST.⁴⁹ Entretanto, já podemos observar, em 1999, no Caderno de Educação 08, que o movimento compreende a relevância da atividade de formação política e pedagógica também se realiza através do setor de educação e da cultura.⁵⁰ Estes setores devem seguir os princípios organizativos que manterão a luta permanentemente, mesmo depois que o assentado conseguir a terra. Sem a formação política e pedagógica não pode existir no movimento o enfrentamento de classes, pois o motivo inicial que levou o indivíduo a fazer parte do movimento não existe mais, já que a família conquistou a terra.

⁴⁶ (Caderno de Cooperação Agrícola no. 07, 1998).

⁴⁷ Estes princípios são afirmados no *corpus* do movimento como: [...] 1. luta de massa como única forma de avançar a luta pela reforma agrária; 2. força do MST advém da quantidade de trabalhadores que consegue organizar; 3. autonomia em relação a outras organizações; 4. aplicação dos princípios organizativos; 5. luta a nível nacional.” (STEDELI, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *BravaGente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.43).

⁴⁸ Um movimento de massas expressa um número considerável de pessoas com objetivos traçados e em constante movimento para realizá-los. Somente faz parte do movimento de massa quem estiver organizado; este é um fator determinante para se manter e avançar na busca de novas conquistas. Quem lutar por um período e permanecer apático após algum tempo de luta, deixa de ser movimento, pois perderá a capacidade de pressionar”. (BOGO, *op.cit.*, p. 133).

⁴⁹ Mineirinho foi dirigente do então Coletivo de Cultura do MST na Secretaria Nacional deste movimento em São Paulo em 2002. Nesse mesmo ano, o coletivo de cultura passa a se organizar como Setor de Cultura e o Mineirinho assumiu a direção do Coletivo de Música da Moda de Viola junto a Secretaria Estadual do Rio de Janeiro. Mineirinho é um assentado da cidade de Araraquara no interior do Estado de São Paulo.

⁵⁰ Internamente, o movimento criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos. Friso que não inventamos nada. Aprendemos com a experiência histórica de outras organizações de trabalhadores e achamos que aí está o segredo da organização e da sua perenidade”. (BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999, p. 86).

A formação de uma organização política e social dentro de um movimento de massa pode ser analisada como sugere uma liderança por meio da existência de três momentos distintos de articulação dentro do movimento: o primeiro, que vai até 1986 ou 1987, e que se refere à sua articulação nacional e à sua prática política; o segundo momento que se refere ao surgimento de uma organização social dentro de um movimento de massa e que se relaciona na escolha de que o movimento seja também uma organização de assentados, uma cooperativa, processo que se inicia naquele período, e segue até a atualidade.⁵¹ E, terceiro à construção de um projeto político de desenvolvimento para o Brasil e baseado na pequena propriedade.⁵²

Esta questão quase dividiu o MST, uma parte formada por aqueles que participavam das ocupações e, outra, por aqueles que já estavam assentados, o que obrigou o movimento a se configurar de maneira até então desconhecida, e que o caracteriza desde então – como uma “organização social de um movimento de massa”.⁵³

Aqui se justificam os dois princípios organizativos fundamentais e inseparáveis para o MST conforme seu *corpus* documentário: a organicidade (que pressupõe a unidade e disciplina) e a dimensão coletiva (que deve prevalecer acima dos interesses privados). A organicidade relaciona os princípios organizativos com uma forma de organização social que se instauram nos acampamentos, assentamentos diante do enfrentamento político, organizando a massa para que permaneça mobilizada.⁵⁴ Como uma organização

⁵¹ (CALDART, Roseli. *Pedagogia do movimento sem-terra*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 88).

⁵² “No Encontro Nacional dos Assentados, promovido pelo MST, em abril de 1986, foi colocada uma proposta de criação de outro movimento, somente de assentados. Era uma proposta desagregadora, que contrariava os princípios do movimento. Mas, após discutidos os prós e os contras, ela foi superada. Estava então em formação a Comissão Nacional dos Assentados do MST, voltada justamente a discutir e encaminhar as dificuldades enfrentadas pelas famílias.” (Secretaria Nacional, 2001, p. 207).

⁵³ O subsídio que o período da ditadura militar repassava para a pequena agricultura terminou com a Nova República e o processo de redemocratização, o que exigiu do MST uma postura frente à ausência de subsídios para a produção e que quase conduziu à ruptura do movimento, num momento em que se buscava fortalecer as bases como um movimento social. A parcela dos assentados se constituiu na Comissão Nacional dos Assentados e mais tarde em Setor dos Assentados, buscando a partir de então novas formas de experiências para se superar os desafios de se estabelecer um sistema de cooperativas no Brasil. (Idem, *ibidem*).

⁵⁴ “A organicidade, embora seja o oposto da espontaneidade, no movimento de massa, convive com ela sem dificuldades; pois é através da luta espontânea e desqualificada que as pessoas entram para o movimento, que aos poucos vai lhes apresentando a estrutura orgânica, onde cada família tem o seu lugar e procurará evoluir em sua participação na medida que compreender e assimilar os

de massa, aglutina um número considerável de pessoas para agir a partir de objetivos estabelecidos previamente, conforme sua carta de intenção, no período de sua formação e reafirmada nos eventos e congressos nacionais.

É a partir destes princípios que o MST estabelece suas principais características, como o seu “caráter popular” que advém da necessidade de participação de todos os membros da família, criança, jovem, mulher, ancião, partindo do entendimento de que a luta não se reduz à conquista da terra, numa visão mais ampla que se estende à concepção da natureza humana.⁵⁵ O componente corporativo do movimento refere-se à aparente necessidade de crédito, de energia, de saneamento etc., e também como o próprio movimento afirma, à experiência dos assentados e ao seu caráter político que busca estabelecer uma consciência política.⁵⁶ Isso implica que as relações individualistas e isolacionistas da sociedade atual devam ser substituídas por relações sociais baseadas em valores coletivistas e comunitários, enfatizando todos os espaços de participação em todos os níveis de representatividade do movimento.

Dessa forma, as atividades de formação dentro do movimento como as ações de ocupações, marchas ou no exercício contínuo das lideranças e militantes do movimento devem expressar práticas e valores de uma nova estrutura social que dilua as relações sociais individualistas e os “vícios” da cultura dominante para estabelecer uma nova sociabilidade.⁵⁷

objetivos que a coletividade estabelece para serem alcançados. Assim, quanto mais organizado o movimento estiver, menos espontaneidade de massa vai existir e quanto mais organizado estiver mais próximo de uma “consciência política”. (BOGO, *op.cit.*, p. 134).

⁵⁵ “A educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. Precisamos nos contrapor a isso cultivando, intencionalmente, com nossos educandos (a) nossos valores; pelo menos aqueles que já conseguimos vislumbrar como necessários a uma nova ordem social.” (Cadernos de Educação. Número 08. ano 1999, p. 09).

⁵⁶ (FERNANDES, *op. cit.*, p. 84-85).

⁵⁷ Estes valores referem-se: [...] 1. o sentimento de indignação diante de injustiças e da perda da dignidade humana; 2. o companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos; 3. a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais; 4. a direção coletiva e a divisão de tarefas; 5. o planejamento; 6. o respeito à autoridade que se constitui através de relações democráticas e de coerência ética; 7. a disciplina no trabalho, no estudo e na militância; 8. a força/dureza necessária à militância política mesclada com a ternura e o respeito nas relações interpessoais; 9. a construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa; 10. a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente; 11. o exercício permanente da crítica e da autocrítica; 12. a busca de formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites; 13. o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem-estar

A indignação, a solidariedade, a igualdade, a ênfase na dimensão coletiva, a valorização da espontaneidade nas emoções, o exercício da crítica e da autocrítica, a busca da criatividade, a incorporação da capacidade de sonhar, o despertar para a sensibilidade ecológica, dentre outros, são afirmados pelo movimento e que devem se contrapor às práticas arraigadas na cultura política nacional como a indiferença, o individualismo, o espontaneísmo para que possam fazer surgir uma revolução cultural e a formação de uma consciência de classe.⁵⁸

A atividade de formação política e pedagógica dos militantes deve ser geradora de unidade, pois a coletividade deve se sobrepôr às relações individualistas e isolacionistas. A organização é outro elemento preponderante, pois como é uma organização de massa necessita de administrar os diferentes segmentos sociais. A disciplina e demais princípios organizativos devem ter por objetivo a permanência na luta por meio da variação nas formas de comprometimentos com o MST. As práticas coletivistas devem dizer respeito às práticas de mutirão, à organização dos acampamentos e assentamentos, a participação nos cursos, nos setores do movimento. Tais atividades de formação dos militantes são desenvolvidas a partir dos cursos ministrados nos acampamentos, assentamentos, universidades, escola do MST, convênios, mas principalmente nas práticas de luta.⁵⁹ A proposta pedagógica do MST pode ser entendida como uma revolução cultural que se assenta sobre a construção de uma nova estrutura social que procura romper com as relações sociais individualistas e de uma organização da produção capitalista.⁶⁰

do coletivo; 14. a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas; 15. o cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentido internacionalista das lutas sociais; 16. a capacidade permanente de sonhar e partilhar o sonho e as ações de realizá-lo.” (Caderno de Educação. Número 09. ano 1999, p. 09).

⁵⁸ “Tanto os elementos e meios que vão sendo arranjados para se fazer a luta fazem parte da cultura, quanto a forma de andar, vestir, cantar, alimentar-se, armar lonas para morar por uma noite à beira das estradas nas longas marchas desenvolvidas”. (BOGO, op. cit., p.50).

⁵⁹ Uma estrutura social baseada num “projeto estratégico de mudança da sociedade, e, para tanto, reúne grande número de pessoas de forma organizada e prepara lideranças para promover sua disseminação”. Coordenação Nacional. (Secretaria Nacional. 2001, p. 231).

⁶⁰ O setor de educação já recebeu vários prêmios como: Prêmio Educação e Participação do Itaú & Unicef em 1995: Por uma escola de qualidade no meio rural; Prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos em 1999; Prêmio Pena Libertária pelo SINPRO/RS em 1999, pela Escola Itinerante; prêmio Itaú & Unicef em 1999: Por uma educação básica no campo; Prêmio Pena Libertária pelo ITERRA em 2000: Educação no RS em 2000.

Enfatizando a dimensão coletiva sobre a individual na forma de relações sociais e de produção coletivistas, podemos verificar diferentes tentativas dentro do movimento, como associar, ao longo de sua história, a produção com a atividade de formação de seus membros como foi o caso do I Laboratório Experimental para Formação de Organizadores de Empresas, em Palmeiras, no Rio Grande do Sul, em 1988.⁶¹ Neste laboratório se pretendia atender às necessidades de produção dos assentados e o desenvolvimento de uma “consciência política”. Entretanto, essas experiências, em sua maior parte não avançaram como modelo de produção, pois não se baseiam num modelo coletivista de produção como o MST busca para seus assentamentos.

Em 1987, implantou-se o Setor Nacional de Educação do MST, durante o I Encontro Nacional de Educação no Espírito Santo. É, também deste período, a escola do MST que expressava a relevância de certos aspectos do movimento, principalmente os relacionados a uma educação voltada para o campo. Estas ações se assentavam sobre a crença de que era necessária uma escola voltada para a realidade específica do trabalhador rural. O Setor de Educação passa, então, a ter um papel cada vez mais importante na luta dos sem-terra a partir de 1990, com a pedagogia do movimento, unindo a organização da produção coletivista e a formação político e pedagógica (formação de classe, pois baseada num modo de produção e organização social).⁶² Assim, é a partir deste período que se inicia a formação de escolas voltadas para a alfabetização de crianças e jovens além dos cursos supletivos de primeiro e segundo graus, de Magistério e de Técnico em Administração de Cooperativas. Em sua origem, estes dois processos dentro do movimento surgiram separados, mas na medida em que se consolidava o MST foi ampliada. Assim, estabeleceu-se no movimento a

⁶¹ O Laboratório Experimental foi criado por Clodomir Santos de Moraes foi “um ensaio prático e ao mesmo tempo real, no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessita para atuar em forma de empresa ou ação organizada. A consciência organizativa é introduzida no grupo social por intermédio de uma aceleração preconcebida da ‘práxis’ de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos quer sejam os que dão forma ou os que buscam desintegrar o ‘todo-orgânico’ programado, ou seja, a empresa”. A intenção era de estabelecer grupos de pessoas que pudessem desenvolver este tipo de organização denominada de empresa e dar continuidade por meio da formação de outros grupos. Acreditava-se então que pelo fato de acelerar a consciência organizativa, pudesse fornecer um salto qualitativo no plano da organização como um todo. (Caderno de Formação no. 11, 1986).

⁶² “A principal função do Setor de Educação seria (como tem sido) a de articular e potencializar as lutas e as experiências educacionais já existentes, ao mesmo tempo em que desencadear a organização do trabalho onde ele não havia surgido de forma espontânea, ou nos assentamentos e acampamentos que fossem iniciados a partir daquele momento”. (Idem, Ibidem, p. 161).

relevância da formação para “o engajamento consciente do sem-terra”⁶³ realizando a junção do Setor de Formação⁶⁴ com o Setor de Educação, considerando a importância de que os membros do movimento estejam envolvidos com as diferentes formas de luta (e aqui não estamos mais no referindo somente a luta pela conquista da terra, mas por um outro projeto nacional).⁶⁵

Além disso, também se verificou no *corpus* desta organização que as formas de produção de cada assentamento devem ser colocadas de forma flexível e, poderíamos acrescentar, pautadas por uma formação política e pedagógica, respeitando as diferenças locais e o desenvolvimento de cada região, assentamento e ocupação, mas baseados no modelo de formação, educação e cooperação agrícola instituído pelo movimento, seguido de perto pela pedagogia de relevância da dimensão coletiva e da luta de classes conforme demonstram os escritos de Bogo e de Caldart, lideranças encarregadas da formação pedagógica e política. No capítulo IV observaremos com maior acuidade a proposta de cada uma destas lideranças e a ênfase atribuída a determinados elementos na luta pela conquista da terra.

No III Congresso Nacional do MST em 1995, os objetivos do movimento ampliam-se para abarcar seguimentos sociais tradicionalmente excluídos, como as mulheres, e a reafirmação da busca por direitos e valores socialistas.⁶⁶ Questionando o modelo econômico neoliberal e procurando difundir os valores socialistas e humanistas, em 2001, a proposta do MST para a Reforma Agrária

⁶³ (Secretaria Nacional, 2001, p. 205).

⁶⁴ “Uma das atividades do Setor foi a organização de cursos periódicos de formação política chamados de escolas sindicais. No início eles eram realizados em conjunto com o movimento sindical vinculado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos diversos estados em que o MST já estava organizado. Nesses cursos, os trabalhadores articulavam os estudos teóricos com suas práticas na luta, fomentando a consciência crítica de classe”. (Idem, *ibidem*)

⁶⁵ (BOGO, *op. cit.*: 137).

⁶⁶ Estes objetivos estão assim discriminados: [...] garantir trabalho para todos, combinando com distribuição de renda; 2. produzir alimentação farta, barata e de qualidade à população brasileira, em especial à das cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade; 3. garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, em especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres; 4. buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos econômicos, político, social, cultural e espiritual; 5. difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; 6. contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais; 7. preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc., para um desenvolvimento auto-sustentável; 8. implementar a agroindústria e a indústria como os principais meios de desenvolvimento do interior do país”. (Coordenação Nacional, 2001, p. 168).

assume objetivos mais amplos em que se destacam: um novo papel para a mulher, a extensão e importância dos direitos culturais no rol dos direitos de cidadania. ⁶⁷ Nessa direção, são apontados os meios para se atingir as mudanças. Destacando-se a democratização da terra como essencial para o MST. ⁶⁸

A reforma agrária no movimento é compreendida como uma questão política. Portanto, engloba enfrentamentos de forças com interesses antagônicos, seja referente ao uso da terra, seja referente a um projeto político para a sociedade. Neste sentido, a reforma agrária pode ser entendida como um fim, quando é posta como um meio de sobrevivência para os sem-terra, a conquista pela terra, como objetivo e fim dos enfrentamentos. E, pode ser um meio, se os embates sociais foram um instrumento de luta que abarca um território e uma quantidade de pessoas, visando à realização de outro projeto nacional. ⁶⁹

O MST parece se constituir por meio de diferentes mecanismos de luta como a ocupação, o assentamento, a marcha, o hino, as vigílias, a poesia etc. Além disso, por meio de seus setores, a atividade de formação política e pedagógica toma corpo se inserido tanto no seu modelo de cooperação agrícola como no modelo de conduta que apregoa – a formação não acontece somente nas escolas, cursos internos e externos, mas e, principalmente, nos diferentes enfrentamentos pela conquista da terra. ⁷⁰

⁶⁷ Estes estão assim dispostos: “1. o sistema econômico deve buscar a eliminação de todas as formas de exploração e de opressão, a valorização e a garantia de trabalho a todos como forma de libertação e de construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas; 2. democratização da terra e dos meios de produção que devem seguir determinados critérios priorizando os interesses sociais e coletivos; 3. a organização da produção; 4. uma nova política agrícola; 5. a industrialização do interior do país; 6. o desenvolvimento do semi-árido (programa de irrigação e combate à seca do Nordeste); 7. um novo modelo tecnológico; 8. o desenvolvimento social”. (Idem, ibidem, p.168-172).

⁶⁸ É fazer com que o trabalhador rural tenha acesso a crédito, investimento, capital para que sejam eliminadas as desigualdades sociais do campo.

⁶⁹ Referente à questão da espacialização da luta pela terra consultar (FERNANDES, op.cit.)

⁷⁰ O setor de atividade é uma das formas pelas quais se organizam as atividades no MST e pode acontecer nas secretarias, nos sistemas de cooperativas, no coletivo de mulheres, de cultura, nos diferentes setores (frente de massa, formação, educação, comunicação, finanças, projetos, direitos humanos, relações internacionais, saúde, mística) que talvez venham a se articular ou não num coletivo. Estas formas estão em movimento de maneira que um coletivo pode vir a ser um setor e este um sistema, ou deixar de sê-lo ou permanecer na mesma estrutura. Todas estas atividades existem no plano nacional, estadual, regional, local e estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das atividades nos acampamentos e nos assentamentos. (idem, ibidem, p. 246-247).

O *corpus* documentário afirma que a variação na forma de luta é uma estratégia de organização para estimular a base e motivar para a formação de consciência política.⁷¹ A organização do movimento considera que estas diferentes reproduções de luta constituem uma maneira de formar a consciência, pois reforça a unidade, a organização, a convicção e a permanência na luta.

A ocupação é a porta de entrada no movimento e o meio de pressão mais utilizado. Na ocupação da terra ociosa, enquadra-se a sua função social estabelecida na legislação brasileira a partir do Estatuto da Terra, que aponta a necessidade do “proprietário utilizar a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumprir a legislação trabalhista”.⁷² A ocupação de terras também tem sido uma forma de pressão política, colocando sempre em pauta na agenda do governo a questão da reforma agrária.

A partir dos artigos 3 e 5 da Constituição Federal de 1988, privilegia-se a igualdade de direitos, o direito à vida, à segurança, à liberdade, à propriedade privada. Nesse sentido, o que fornece legitimidade à ação de ocupar a terra é o direito à vida e à dignidade humana e, não, o direito de propriedade privada, nos termos em que historicamente vigora no país. As ocupações de prédios públicos são realizadas em instituições que, de alguma forma, não cumpriram acordos negociados, constituindo-se, portanto, numa pressão para o avanço das negociações. As ocupações têm um papel importante, envolvendo um número considerável de grupos de famílias com o objetivo de conseguir a terra.

Para organizar a ocupação e definir as negociações entre a organização e o poder público, existe a Frente de Massas que prepara a ocupação aglutinando a massa para a ocupação. O local a ser ocupado é sempre escolhido pelo movimento. É pela ocupação que o MST cresce no número de pessoas que aglutina, pois se trata de um instrumento inicial de pressão para a conquista da terra. Como podemos observar no quadro 03 a quantidade de famílias envolvidas nos processos de ocupação tem aumentado desde de 2001 em todo o

⁷¹ Para a continuidade da luta é necessário a formação política de seus membros que se forma a partir da consciência política que é a compreensão da realidade por meio do conhecimento científico e da prática.

⁷² (Secretaria Nacional. 2000, p.199).

território nacional. Na Fazenda Anonni⁷³, em Sarandi, no Rio Grande do Sul, foi mobilizada para ocupação cerca de 6.500 indivíduos distribuídos em 1.500 famílias, a Fazenda Giacometi-Marondim, que envolveu cerca de 13.000 indivíduos distribuídos em 3.000 famílias e que foi imortalizada nas fotografias de Sebastião Salgado.⁷⁴ A atuação política de ocupação é considerada a mais importante e antiga das estratégias de luta do movimento, pois é a partir dela que ações, expressões e outras manifestações são desenvolvidas. (ver gráfico 01)

Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra entre 2001-2005

2001	28.945
2002	20.985
2003	44.839
2004	56.498
2005	41.595

*Fonte: MDA/INCRA

Elaboração DIEESE: Balanço 2005. (Gráfico 01)

Nessa perspectiva, podemos apontar como alguns exemplos de enfrentamento político do MST, os acampamentos à beira da rodovia, dos quais o mais conhecido por suas condições trágicas foi o da Encruzilhada Natalino. O acampamento provisório tem este caráter e as pessoas são deslocadas pelas forças da repressão, pública ou privada, ou simplesmente se dissolvem assim que atingem seu objetivo. Têm por meta chamar a atenção das autoridades para um fato consumado. Os acampamentos permanentes somente se dissolvem quando os acampados se tornam assentados. Os acampamentos nas capitais, nos prédios públicos, diante de instituições financeiras seguem a mesma lógica

⁷³ Natálio é o nome de um comerciante que possuía uma loja próxima ao acampamento e, coincidentemente, o primeiro acampado neste local também se chamava Natálio. (FERNANDES, 2000, p. 55)

⁷⁴ A fazenda Giacometi foi o maior latifúndio do estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 83.917 hectares, e que englobava várias outras fazendas como é o caso da fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu fotografada por Salgado.

– a da pressão sobre autoridades e da visibilidade pública.⁷⁵ As marchas pelas rodovias funcionam como *slogans* promovendo a discussão da questão da reforma agrária pela sociedade e como instrumento de pressão política para o Estado.

A caminhada também se enquadra nesta forma de luta. Outra forma de atuação política é o jejum, ou seja, uma quantidade de pessoas que ficam sem comer por um tempo determinado em um lugar público. Esta é uma forma de luta pacífica que tem por objetivo chamar a atenção das autoridades para a situação de fome e desamparo que vive grande parte da população do campo e da cidade.

A greve de fome ocorre da mesma forma, com o agravante de que é por tempo indeterminado até que sejam atendidas as reivindicações. Tem por objetivo acionar a opinião pública para que aja sobre o governo através da sociedade civil. As vigílias caracterizam-se por ser uma ação de massa programada por um tempo determinado e enquadram-se como formas de contestação.

Em todas estas manifestações que vão da ocupação a outras ações de visibilidade pública se encontram as palavras de ordem. Na análise de Pasquetti (1998), é importante assinalar que as palavras de ordem, que são pronunciamentos coletivos, expressam o momento histórico vivido de lutas e enfrentamentos. Também podem ser entendidos como bandeiras de luta. As palavras de ordem são escolhidas pelas instâncias de representação do movimento e discutidas em Assembléias e, somente após serem aprovadas por seus militantes, é que são utilizadas como estratégia de luta.⁷⁶

De 1979 a 1984 a palavra de ordem foi: *Terra para quem nela trabalha* (onde se buscou expandir a posse da terra para todos os trabalhadores); em seguida, no ano de formação do MST em 1984: *Terra não se ganha se conquista* (revelando conquistas obtidas pelo movimento).

⁷⁵ (Idem, *ibidem*).

⁷⁶ As “instâncias de representação” foram sendo construídas ao longo dos anos, mais especificamente de 1985 a 1990, e são “espaços políticos onde em que se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de atuação”. Acontecem nos encontros estaduais e nacionais do MST. (Secretaria Nacional, p. 203).

No I Congresso Nacional do MST em 1985 a palavra de ordem aclamada por unanimidade foi: *Ocupação é a única solução* e durou até 1989, quando o Movimento já se consolidava no plano nacional, com representantes em 18 estados da Federação e estabelecendo uma nova forma de luta política pela reforma agrária. Em 1988, houve tentativa para estabelecer a palavra de ordem: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (tentativa de articular as lutas urbanas e rurais), mas não houve muita adesão.

De 1990 até 1994, o MST enfrentou dificuldades para continuar crescendo “territorializando-se e espacializando-se” devido aos obstáculos postos pelo governo Collor, por meio da repressão e da não negociação, sendo um período de resistência e de perseguições, em que o MST precisou voltar-se internamente para não fragmentar-se e manter as conquistas obtidas até aquele momento. Isto gerou novos posicionamentos internos como novas articulações no plano nacional. O lema desta época era: *Ocupar, resistir e produzir* e representou com clareza o momento histórico de resistir à repressão.

Em 1995, no III Congresso Nacional do MST: *Reforma Agrária uma luta de todos*, expande para toda a sociedade de forma explícita a importância da luta pela reforma agrária como uma luta contra o capital e, conseqüentemente, contra seu modelo econômico.

Em 2000, no IV Congresso Nacional do MST, a bandeira de luta, *Por um Brasil sem latifúndio*, delineia um novo modelo de projeto econômico. O movimento passa a ser referência na luta pela reforma agrária na América Latina e em todo o mundo.⁷⁷

No decorrer da consolidação do movimento, outras bandeiras se apresentaram que expressavam os elementos circunstanciais na luta política daquele momento. Posteriormente, as palavras de ordem expressaram em curto prazo esta transformação nos objetivos do movimento.

O assentamento é considerado pelo movimento como o espaço de atuação política principal em que se institui o lugar sobre o qual o movimento busca

⁷⁷ Stedile (2000, p. 24-25) aponta cinco desafios históricos organizativos que o MST enfrentou até aquele momento: [...] a luta de massa como único elemento para realizar a reforma agrária, a força do movimento está no número de pessoas que organiza, autonomia frente a outras organizações e aplicações dos princípios organizativos do movimento, e luta política por todo o Brasil”.

afirmar efetivamente seu projeto político social.⁷⁸ Representa a terra conquistada depois de ocupada e desapropriada para reforma agrária. É neste espaço que se instaura uma nova relação com o Estado a partir das demandas com assentados e com a nova proposta de revolução cultural teorizada pelo movimento com a implementação de sua formação política e pedagógica. Existe no movimento o Setor de Produção de Assentamento encarregado de organizar e produzir um modelo de assentamento a partir dos preceitos organizativos internos.

O assentamento é um acontecimento relevante e recente no processo de construção da democracia no Brasil. A luta pela conquista da terra coloca em discussão a disputa, o acesso não somente da terra, mas aos recursos do estado bem como a afirmação de direitos e o exercício de cidadania. Neste momento, não mais pautado sobre uma idéia abstrata de cidadania, mas de uma desnaturalização da desigualdade por meio de uma nova articulação política visando à superação desta condição. (SALES, 1994) Esta não representa uma etapa final no processo de luta pela terra, porém a possibilidade de novas significações sociais e relações sociais, novos horizontes de vida e trabalho uma melhora no acesso da educação e da saúde. (SOUZA, 2006) E provoca também um rearranjo na disposição de forças políticas em seu interior, na medida em que passa a estabelecer possibilidades de integração social, transformando homens e mulheres excluídos dos processos sociais em sujeitos políticos.

O PNRA até 1990 confirmava a presença de 876 propostas de assentamento, mas que foram efetivados somente 515. De 1995, o número de propostas aumentou para 1.626 núcleos e, desta data em diante, até 1999 foram 4.373 núcleos de assentamentos firmados. (MEDEIROS, OP. CIT) Mesmo que estes números sejam baixo para a dimensão do país e para a caracterização de políticas para reforma agrária como um processo efetivo por parte do Estado, eles revelam que existe uma realidade no campo diferente e fruto de situações de conflito (ver gráfico 02).

Distribuição dos assentamentos da amostra de acordo com a concorrência ou não de conflitos em sua origem.

⁷⁸ Na Revista Sem Terra no. 12 (2001, p. 36-46), existe um artigo sobre o assentamento Ireno Alves dos Santos, em que um grupo de arquitetos auxilia na construção de uma cidade com os assentamentos.

Manchas	Com conflito	Sem conflito	Total
Sul da BA	14	-	14
Sertão do CE	09	01	10
Entorno do DF	12	02	14
Sudeste do PA	10	-	10
Oeste de SC	18	01	19
Zona Canav.NE	25	-	25
Total	88	04	92

*Fonte: Pesquisa Campo 2000 – Perfil dos Assentamentos. NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. (Gráfico 02)

Impossível de entender, os movimentos sociais que lutam pela terra como o MST, MLT – Movimento de luta pela terra, sindicatos rurais, a CPT foi neste processo o motor das desapropriações e estes movimentos têm conseguido estabelecer regiões prioritárias para as intervenções do Estado, considerando que muitos realizam a organização dos assentamentos mais próximos da cultura do camponês e, outros definem modelo de assentamento por meio de padronização das relações sociais coletivistas. Contudo, há de se considerar que o Estado, ao estabelecer o assentamento, assume a responsabilidade de torná-lo viável e com isso estabelecer novas formas de relações com o Estado numa espécie de coerção interna por meio de exigências formais como crédito, escolas, saneamento básico etc. Podemos observar que nos últimos dez anos o número de desapropriação para fins de reforma agrária aumentou em todo o território nacional, mas essa realidade ainda é pequena frente à questão social que a reforma agrária engloba (ver gráfico 03).

Evolução da área destinada a Reforma Agrária de 1995-2005 em ha.

1995/1998

1998/2002

2003/2005

*Fonte: MDA/INCRA

Elaboração DIEESE: Balanço 2005. (Gráfico 03)

2.3.1.1. SETOR DE EDUCAÇÃO

O Setor de Educação é encarregado pela educação formal ou informal das crianças, jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos. Está organizado em 15 dos 22 estados onde o MST marca presença. Para o movimento, existe uma relação muito íntima entre a educação e a cultura e que está relacionada à revolução cultural e à construção do “novo homem”.⁷⁹ Logo, o Setor de Educação, Setor de Formação e o Setor da Cultura trabalham para este intento. Para uma das lideranças do MST ela tem o sentido de filtrar os elementos perniciosos da cultura popular e de massa.⁸⁰

A relevância das expressões políticas e culturais origina-se da constatação de que esta pode potencializar a luta política. Isto se daria por meio de uma luta cultural que se desenvolve na forma de uma socialização política e uma identidade específica, relacionada com as experiências vivenciadas e os objetivos do movimento. O Setor de Educação reconstrói a identidade política, social e cultural do grupo aliando aos preceitos organizativos, a sua visão particular de cultura dos sem-terra. Estes filtros em relação à cultura dominante (massa) e camponesa (popular) acabam por estabelecer uma cultura programada que se traduz numa visão particular do mundo.⁸¹ É nesta lógica que as músicas, os modelos de formação, as relações sociais, as festas, a arte, a

⁷⁹ Conforme o Boletim de Educação (n. 08, 2001, p.46) a cultura Sem-Terra [...] é uma síntese cultural que junta seu passado, presente e futuro numa nova identidade coletiva e pessoal. Viver como se luta, lutar como se vive”.

⁸⁰ A cultura seria então [...] tudo o que fazemos para desenvolver a vida. Neste sentido, a vida não se compõe somente de trabalho ou de mercadorias, mas de centenas de aspectos que se misturam na convivência entre as pessoas, e que precisamos interpretá-los corretamente para desenvolvê-los, eliminando os desvios e aperfeiçoando os aspectos positivos.” (BOGO, op.cit, p. 97)

⁸¹ Os vícios ou os desvios da cultura camponesa e da cultura de massa parecem indicar um “estado” ideal da cultura que saneada de seus elementos impuros poderia ser fonte primeira de transformação social. (Caderno de Cooperação Agrícola no. 07, 1998).

escola, o lazer, as manifestações populares entram na concepção do movimento como “espaços privilegiados para a vivência e a produção de cultura”. Para desenvolver estes instrumentos, utiliza-se de diferentes pedagogias do movimento como o caso da pedagogia da história que se expressa pela mística, por seus rituais, pelos gestos, pelos sentimentos. A “pedagogia da história”, conforme o *corpus* visa a uma ação educativa por meio dos símbolos e da relação que estabelece entre a vida afetiva e material nos acampamentos e assentamentos.

Todos os setores do movimento, e, principalmente os de formação, educação e cultura pretendem afirmar os princípios internos do movimento, negando os traços da cultura camponesa e da cultura dominante. Para o movimento existe muito “lixo cultural” em letras de música, na forma de se vestir, no alimento ingerido, nos acontecimentos que cercam o cotidiano. E, este “lixo cultural” deve ser arrancado da cultura; isso não acontecerá, segundo palavras de suas lideranças, de um momento para outro, pois se vive um período de transição.⁸² Existindo uma dominação cultural se faz necessário se libertar de suas amarras e estabelecer uma cultura livre destes malefícios de origem.⁸³

Articular uma reflexão sobre o Setor de Educação, o Setor de Formação e Setor de Cultura requer considerar não somente a revolução cultural que o movimento considera em marcha na sociedade brasileira, mas a definição de homem que o movimento afirma em suas proposições.⁸⁴

Este “novo homem” que o MST busca constituir a partir de determinadas práticas e princípios e apontado como o alicerce da revolução cultural em curso por meio destas novas relações sociais e produção coletivista. A Revolução Cultural deve eliminar os vícios da sociedade capitalista que se traduzem em desequilíbrios, posturas e valores que causam malefícios ao homem em

⁸² “O novo homem e a nova mulher nascerão destas velhas cepas retorcidas pelo modo de produção atual”. (BOGO, Ademar. O MST e a cultura. Caderno de Formação. Número 34. ano. 2000, p.92).

⁸³ A verdadeira cultura se formaria a partir de “[...] nossas próprias idéias, nossa própria literatura, dar conteúdo próprio aos valores e ver o futuro com nossos próprios olhos.” (Idem, *ibidem*).

⁸⁴ Esta revolução cultural se caracteriza por [...] 1. autodeterminação; 2. a inter-relação entre as espécies; 3. a continuidade histórica; 4. a arte de fazer o belo; 5. a linguagem; 6. o conhecimento; 7. a imaginação; 8. a utopia; 9. o cuidado e 10. a luta de classes. E, que está em andamento nos acampamentos e, principalmente, nos assentamentos”. (Idem. *Ibidem*).

sociedade e a natureza. Devem ser eliminados para que possam ser resgatados os valores, as idéias, as condutas que levarão os indivíduos a se assumirem como “arquitetos de seus sonhos”. Portanto, aquilo que é entendido como Revolução Cultural deve possuir seu alicerce no desenvolvimento da consciência como forma eficaz de unir as condições objetivas de transformação das relações do modo de produção, com as condições subjetivas das relações sociais.

2.3.1.2. SETOR DE CULTURA

O Setor de Cultura se constitui não somente para o resgate dos elementos positivos da cultura nacional, mas para afirmar e propagar os valores nos quais se assentam este movimento.⁸⁵ Nesta perspectiva, foi organizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2002, a I Semana Nacional de Cultura Brasileira e Reforma Agrária. A idéia subjacente a este evento era a de que, para transformar a sociedade, era necessário estabelecer novos valores que devem ser praticados pelo MST por meio de todos os seus setores. As fotografias de Sebastião Salgado fornecem a divulgação da luta pela reforma agrária. Salgado caracteriza suas fotografias como de “reportagens”, um tipo de fotojornalismo que veicula informação no primeiro plano e não “arte” apesar de a fotografia ser uma “linguagem estética e formal”.

O teatro também passa a ser fonte de referência para a atividade de formação do sem terra. Neste sentido, o *Teatro do Oprimido* de autoria de Augusto Boal e que encenou várias peças e ministrados cursos aos militantes do MST, propondo um “teatro das classes oprimidas e de todos os oprimidos, mesmo no interior dessas classes”. A forma como se efetiva este tipo de encenação abarca o “teatro invisível, o teatro imagem e o teatro foro”. Estes, por intermédio de uma ação dramática, conduzem os espectadores a serem protagonistas, primeiramente da encenação e, depois, de ações efetivas sobre a realidade. Este “teatro radical” possui características de resistência, militância e mobilização pública. A encenação é improvisada a partir dos fatos cotidianos por meio de diferentes perspectivas, recorrendo a diferentes meios cujo objetivo é estabelecer uma “prática teatral revolucionária” que conduza à “libertação dos oprimidos”.

No “teatro invisível”, as pessoas intervêm na cena como se fosse um fato real, sem revelar que se trata de encenação teatral. O “teatro invisível” e o “teatro foro” possuem o mesmo mecanismo – uma encenação de opressão em que o oprimido é substituído por algum espectador que deve improvisar para poder sair da situação. O “teatro imagem” e o “arco-íris do desejo” manifestam

⁸⁵ O objetivo do Setor de Cultura é [...] a defesa da cultura brasileira, resgatando os valores das pessoas do campo e da cidade, em troca de experiências de cunho científico e de conhecimento do cotidiano”. (Revista Sem Terra. Número 15. ano 2002, p. 49).

uma “repressão” mais sutil em que aspectos subjetivos da sociedade agem sobre o indivíduo.

Além do *Teatro do Oprimido*, o movimento trabalha ainda com a *Companhia do Latão* que segue metodologia de Brecht e de Georg Buchner. Fundado em 1997, visando a um “teatro dialético”, incorpora elementos do marxismo clássico e, principalmente, sobre a reificação do homem dos fatos e das coisas. Nesse percurso, podemos acrescentar ainda, o teatro dos mamulengos, os folguedos e tantas outras encenações de teatro de rua da cultura popular.⁸⁶ O Grupo *Céu-na-Terra*, que desenvolve brincadeiras e encenações para as crianças sem terrinha em encontros e eventos do movimento; o coral *Filhos da Terra* do Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu; o grupo de teatro *Filhos da Terra* do Assentamento Dorcelina Folador em Arapongas, e tantos outros grupos culturais do MST e de simpatizantes que animam as noites culturais, eventos nacionais ou locais do movimento, são exemplos da tentativa do Setor de cultura que busca estabelecer uma cultura programada e seus filtros com outras produções culturais. Neste processo, não reconhecendo os limites tradicionais postos pela cultura popular ou a de elite.⁸⁷

2.3.1.3. SETOR DE FORMAÇÃO

O movimento pretende formar o indivíduo para a luta de classes, a luta pela reforma agrária que somente será possível na sua integralidade numa outra sociedade não capitalista. Os desafios que esta luta exige somente podem ser vencidos por meio de uma formação política e pedagógica. É sobre a consciência que incide a formação do movimento para superar seus limites se colocando com uma necessidade imperiosa.

A questão da formação reside nas predisposições ideológicas existentes na cultura de massa, camponesa e dominante que não favorecem a formação da

⁸⁶ Os folguedos são encenações de teatro de rua que possuem muito ritmo, dança, música e conta sempre uma estória resgatando as tradições locais e regionais assim como os fandangos, a congada, a cavalhada.

⁸⁷ (Jornal Sem Terra, jan/2002, p. 07).

consciência de classe. E nos acampamentos e nas atividades da Frente de Massa que surge a possibilidade destes indivíduos participarem das atividades coletiva, quando podem lutar pelo direito à terra de forma coletiva, ainda neste momento não existindo de fato uma consciência de classe. O que existe é um estado de indignação e revolta que se expressa como protesto e que conduz a ocupação com uma consciência de necessidade de mudança radical. Contudo, neste momento, eles não estão preparados para a revolução cultural, social e política. O que parece diferente é a construção de uma identidade de classe por parte das massas e de alguns militantes e dirigentes. De maneira que é a luta de classes que irá formar a consciência dos sem-terra.

Este setor possui cinco atividades pelas quais pretende formar seus membros: a formação básica, a formação dos militantes, o trabalho de base, a assessoria política e a articulação das práticas. Na primeira atividade os temas tratados referem-se à história do movimento com o resgate da identidade individual e coletiva na criação de relações de confiança, os valores da militância, o espírito de sacrifício, superação, disciplina, a pedagogia, por exemplo, etc. A formação de militantes é construir conteúdos e conceitos históricos para análise da realidade da exploração por meio dos clássicos marxistas.

O trabalho de base propõe comprometer e acompanhar a militância no exercício junto ao movimento, entendido como uma “ação política transformadora”, pois é quando se organiza uma ocupação ou alguma outra estratégia política de pressão bem como o buscar a solução derivada deste posicionamento. A assessoria política é a atividade realizada com a direção e as coordenações elaborando política de análise de conjuntura, estratégica e avaliação das atividades e, por último, a articulação prática é a divulgação e promoção de seminários, cursos, publicações, intercâmbio de pessoas, organização de viagens na continuação do esforço de estudo.⁸⁸

Um projeto investido do reconhecimento de uma sociedade dividida pela luta de classes exige a formação militante, pois ela deve esclarecer a realidade não somente pelo conhecimento, mas por um tipo de ação política que

⁸⁸ (PELOSO, Ranulfo. Formação Política de militantes. In: Cadernos de Estudos ENFF 1. A política de formação de quadros. Guararema. 2007, p. 41-48).

transforme a realidade. De maneira que a formação de quadros deve ser uma força social e política, articulando a experiência pessoal com a experiência de classe, da luta de classes. Os métodos de formação são variados e devem possibilitar a “participação” ao invés do autoritarismo. A formação é política porque prepara para a luta eliminando os elementos culturais da classe dominante, da ideologia burguesa alojada na “consciência” dos militantes e dirigentes, passando a ter a convicção necessária: ou se é “burguesia” ou se é “proletário”.⁸⁹ Um dos projetos estratégicos de formação para o movimento foi a criação da *ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes*, em 2005, construída em regime de mutirão de 25 brigadas de trabalho de todos os assentamentos e acampamentos do país e que demorou 5 anos para ficar pronta. Esta escola conta com um prédio de refeitório de 1.044m² com 4 prédios para alojamentos dos estudantes de 1.133m² e com um prédio de estudo de 2.400m² e que pretende ser a primeira *Universidade Popular do Brasil*.⁹⁰ Assim, o movimento entende que, como movimento social, é formador de um sujeito político e pedagógico, pois implementa um tipo de formação humana específica. Neste sentido, existem duas etapas dentro do processo de formação do MST uma que se refere à trajetória deste movimento em sua luta pela reforma agrária, no entrelaçamento das experiências pessoais com as coletivas e uma outra a que diz respeito a uma formação permanente.⁹¹ Esta formação permanente envolve uma compreensão de que seja o homem, seus valores e uma determinada intenção nesta formação. O sem-terra é um dos elos de uma tradição de lutadores do povo como o exercício ou um jeito de fazer a luta pela terra, como membro de uma organização social de massa, pois existe no MST uma pedagogia que se constitui como uma luta social e que pertence ao mesmo tempo ao movimento da história. Os homens como sujeitos históricos possuem a possibilidade de se fazer e se refazerem a si próprios enquanto contesta uma ordem social. Em outras palavras, estas duas dimensões referem-se ao

⁸⁹(PIZETTA, Adelar João. *A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidades*. In: *Cadernos de Formação ENFF 1. A Política de formação de quadros*. Guararema. 2007, p.85-93).

⁹⁰(KOHAN, Nestor. *As armas Secretas do MST*. In: *Cadernos de Estudos ENFF 1. A Política de formação de quadros*. Guararema. 2007, p. 99-112).

⁹¹(CALDART, Roseli. *O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo*. In: *SciELO*. www.scielo.br).

movimento da luta atado às circunstâncias históricas e sociais e ao movimento da história a seus processos de transformação social, cultural e política.

A proposta do MST é que, nos acampamentos e assentamentos, as pessoas seriam levadas a contar sobre sua trajetória de vida: de onde é, como era sua vida antes de entrar no coletivo do movimento. Isto é um meio de se introduzir uma perspectiva mais ampla de compreensão da realidade rural brasileira a partir das vivências particulares. Como consta no material coletado, o movimento, ao tecer a sua história, recupera a dignidade perdida da terra e do homem e, neste processo, é necessário considerar a memória histórica de luta pela terra como parte integrante desta re-construção.

Conforme o material levantado, o sem-terra “volta a ter raiz” quando se identifica como Ser sem terra, quando se socializa politicamente se revestindo com o projeto e com a memória do movimento, por meio da participação efetiva nas novas relações sociais. A “raiz” a que o movimento se refere representa a interiorização de elementos culturais e sociais e políticos de sua formação. Para o movimento, existe um passado que deve ser resgatado por meio da experiência de luta, diante das necessidades dos sem-terra, e que comporta aspectos negativos atribuídos pela história das classes dominantes e que se refere à história oficial. Essa outra história que se contrapõe a história oficial retoma aspectos de uma memória que foi esquecida, mas que frente às circunstâncias históricas atuais, é uma “memória de luta”, dos enfrentamentos que a história das lutas de classes assinala, de libertação frente à opressão.

É interessante observar que a luta de classes preconizada por este movimento recupera as experiências passadas de seus membros a partir de uma chave de leitura em que este passado recuperado contribui para estabelecer “novas formas de atuar politicamente” que se traduzem numa nova criação cultural e política, ou seja, a pedagogia da história que o MST instaura em sua cultura e formação. Assim, a memória que este movimento articula é formada por uma história de luta determinada pelos “lutadores do povo” e também, pelos diferentes e os variados enfrentamentos históricos nacionais e internacionais de lutas sociais.⁹² Estes processos se inserem na perspectiva de

⁹² É uma identidade que se constrói a partir da inserção do indivíduo no movimento por meio do processo de ocupação. É um indivíduo que [...] luta pela terra, pela reforma agrária” e por “um

“viver como se luta, lutar como se vive”, estes lutadores do povo expressam a nova identidade dos sem terra, pois são modelos de conduta e valores que caracterizam o jeito de “Ser sem-terra”.⁹³

Nessa direção, os monumentos construídos são marcos que registram a memória dos que tombaram na luta e que demonstram a valorização da memória social no interior do movimento. Portanto, são herança de um passado de luta e de enfrentamento como podemos observar pelos monumentos como o de *Eldorado da Memória*, realizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado a 7 de setembro em Marabá, e que, posteriormente, foi derrubado a golpes de picareta por pressão dos latifundiários; o monumento em homenagem a Antônio Tavares Pereira, no Paraná, assim como o monumento em memória ao *Massacre de Eldorado de Carajás* por Dan Baron, que representa a memória sempre presente dos companheiros que tombaram na luta, feito de árvores queimadas. Visam afirmar a coesão do grupo em torno de uma história comum, do universo de violências privadas e públicas. Por outro lado, outras iniciativas do MST apontam para esta questão da importância da memória traduzida em obras. Como é o caso no município de Rio Bonito do Iguaçu, na região Centro-Oeste do Paraná, do Assentamento Ireno Alves dos Santos com 27 mil hectares, considerado o maior assentamento do MST no Brasil, e palco de uma proposta em que se pretende construir a *Cidadela da Reforma Agrária*.⁹⁴

Sabe-se que este projeto reúne uma quantidade enorme de vários profissionais liberais que trabalham juntamente com os assentados na construção da cidade. Pode-se supor que, assim como houve pressão e enfrentamento político para a conquista desta terra no passado, como terras contínuas do maior latifúndio do Paraná, também ocorrerão conflitos, disputas e controvérsias em torno da cidade que se quer construir. Conforme o cronista da região Danilo Ferreira:

país com justiça e liberdade para todos”. De acordo com o material coletado são [...] sujeitos sociais e políticos dispostos à tarefa de transformar-se e humanizar-se enquanto transformam e humanizam o mundo em que vivem; sujeitos históricos que assumem a identidade de lutadores do povo e de militantes de organizações e movimentos sociais que visam construir uma existência social de dignidade, justiça e felicidade para todos”. (Idem, *ibidem*, p. 50).

⁹³ (Caderno de Formação op. Cit).

⁹⁴ Antonio Tavares Pereira morreu assassinado a caminho de uma manifestação em Curitiba.

Dezessete de abril me lembro daquele dia que ocupamos a Giacometti com mais de 3 mil famílias. Começou no rio Bonito, terminou em Brasília. Negociamos nossos direitos para impor respeito e acabar com a burguesia. Companheirada, a nossa luta não pára, vamos juntos com justiça queremos reforma agrária.

O assentamento Ireno Alves parece ir mais além, tornando-se mais que um modelo de referência de assentamento, um espaço da “utopia da terra”. Nessa direção, o assentamento Conquista da Fronteira também é referência para o MST, conhecido como República Socialista da Fronteira, localizado entre os estados da Santa Catarina e de Paraná, a 35 km de distância da Argentina. Esta história começou em 1985, com 2.000 famílias que iriam ocupar algumas terras na região de Bandeira e de Abelardo Luz, no oeste catarinense. A ocupação não foi bem sucedida e seus remanescentes se organizaram novamente e, em 1988, ocuparam as atuais terras da Fazenda Tracutinga, em Dionísio Cerqueira.

O Calendário Histórico do MST é utilizado principalmente na marcação do tempo que deve ser referenciado nas escolas, nos encontros, nas reuniões do movimento, nos cursos de formação e capacitação, nas assembléias de assentamento e acampamento, nas associações, nas cooperativas, nos sindicatos, secretarias. As datas que são reverenciadas no calendário são referências, juntamente com as que dizem respeito às datas de ocupação, de conquista da terra, dos líderes populares mortos ou de outros acontecimentos importantes que devem ser comemorados no estado, na região no assentamento ou no acampamento, enfim no local em se vive.

É comum batizar as escolas, os assentamentos e os acampamentos com o nome de personalidades históricas consideradas relevantes para a luta do povo, de membros que tombaram em enfrentamentos, de datas de ocupação da terra, de datas que marcaram chacinas, assassinatos de membros do movimento, nomes que simbolizam a esperança. Exemplos: no Assentamento Oziel Alves Pereira⁹⁵, Fazenda do Ministério em Governador Valladares, Minas Gerais, em 1997; o Assentamento Ireno Alves, Fazenda Giacometti, Paraná, em 1997; a *Escola Nacional Florestan Fernandes*, em Guararema, São Paulo; o Assentamento 17 de abril, Macaxeira; a Escola Josué de Castro; o Assentamento

⁹⁵ Assassinado no massacre de Eldorado de Carajás.

Liberdade no Futuro, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul; o Assentamento 16 de Março, Rio Grande do Sul; o Assentamento Nova Canudos, São Paulo; a *Escola Sepé Tiaraju* em Santana do Livramento; e o Assentamento Conquista da Fronteira. ⁹⁶

Assim, o lutador do povo é aquele sem terra que assume sua identidade sem terra como sujeito histórico visando transformar a sociedade e que demanda um “espírito de sacrifício”, pois este vive mais em “prol da coletividade” do que de sua família, de seus interesses, de seus aspectos individuais. ⁹⁷ Estes lutadores do povo são imortais pela obra que constroem e que servirá de modelo (modelo de conduta) para as gerações futuras por meio da memória histórica que o movimento perpetua, pois estes são “herdeiros de sonhos e não de patrimônios”. Assim, a pedagogia da história educa pela “força do exemplo” e pela história de luta dos lutadores do povo, sendo um dos pilares da “consciência histórica” desenvolvida pelo movimento e se insere por meio da divulgação de modelos históricos de condutas e valores expressos pelo “lutador do povo” que assume perspectivas de modelos educadores pela história de vida e comportamento que exprime a lição pedagógica de “educar pela conduta”. ⁹⁸

A formação política e pedagógica vista com uma proposição unitária que faz convergir a identidade pessoal com a identidade coletiva pode ser observada na reportagem da Revista *Sem Terra*, por Darville Pinatti, 60 anos, um assentado de Dorcelina Folador, no Paraná e participante de uma oficina de teatro, em que as referências culturais passam a se articular às convicções políticas dos sem-terra, expressas em sua “prática teatral”, como podemos atestar também, por meio da exposição de Regis Gonçalves sobre este relato. ⁹⁹

⁹⁶ Líder guarani assassinado na Guerra das Missões no século XVIII.

⁹⁷ “Aos lutadores do povo poderíamos também chamá-los de militantes, quadros ou revolucionários. São aqueles que se ariscam, fazem tremer os torturados que pensam que através da dor conseguem retirar informações da consciência de pessoas tão dignas, que bebem energia nas virtudes e valores que acreditam. E, nesta fonte que bebem e buscam forças para resistir.” (BOGO, 2000, p.51).

⁹⁸ Para o Setor de Educação o princípio educativo por meio de modelos significa [...] ser exemplo da prática de valores que libertam. Valores pelos quais se considera que vale viver ou que vale lutar até morrer. Valores que ajudam na humanização das pessoas e na construção de uma sociedade socialista. Educar para estes valores humanos é nosso dever; mas neste caso não há como educar sem ser exemplo vivo, sem mostrar na prática que é possível viver deste jeito novo, sem ter sentimentos e convicções fortes”. (Boletim de Educação. Número 08. 2001, p. 62).

⁹⁹ (Revista Sem Terra. No. 15. 2002, p. 35).

“O velho está sentado em frente ao barraco de lona e convida as pessoas a entrar. E, na medida em que elas vão se ajuntando, ele lhes conta uma história, a sua própria história de vida, que se confunde com a de tantos trabalhadores rurais brasileiros, e das peripécias da luta pela terra que o levaram, finalmente, junto com a família, a um assentamento do MST. O barraco é apenas um cenário, pois ali está sendo representada uma peça teatral, mas o personagem é real, assim como o seu relato”.

A oficina desenvolvida por Braga tinha por objetivo estabelecer: ¹⁰⁰

[...] uma história e na formação de ações para contar essa história¹⁰¹. A matéria bruta que se pretendia manusear seriam ‘as referências culturais’ deles, mas quando perguntei pelos cantos populares, pelas histórias, os contos, percebi que eles estavam muito enfraquecidos nessa memória cultural, estavam realmente embrutecidos. [...] Essa é, para mim, a maior manifestação de memória cultural deles, a relação com a terra e os produtos da terra transformados em alimento.

Conforme Regis Gonçalves:

O sr. Darville é um personagem de Bya Braga, um homem real, um camponês analfabeto e sem terra a quem a vida no assentamento, apesar de sua dureza, conferiu um enorme sentido de dignidade. Bya fez dele um personagem de si mesmo, incorporando-o à peça que ensaiou e encenou com o grupo do assentamento. Darville tornou-se, portanto, um elemento importante na história que estava sendo contada, no fundo a história deles, mesmos, os sem-terra, contada pelos próprios. Assim como ele adquiriu um certo valor “cênico” dentro da dramaturgia proposta, também pôde ser percebido como um personagem jornalisticamente interessante, sendo por isso destacado em minha matéria.¹⁰²

Um dos eixos norteadores da mudança de consciência é a compreensão da realidade presente e a do passado, de forma diferenciada, em que as

¹⁰⁰ Bya Braga é professora de teatro da Universidade Federal de Minas Gerais que desenvolveu uma oficina de teatro no assentamento Dorcelina Folador, no Paraná. Esta oficina se formou a partir da proposta de um dos “Projetos de Maio”, que são cursos para indivíduos excluídos à margem da produção cultural com o intuito de fazer com que possa criar produtos culturais. Estes “projetos” surgiram no Festival Internacional de Teatro de Londrina que pretende levantar problemáticas sobre a relação da sociedade com o teatro. E, neste sentido a população excluída integra idosos, penitenciárias, sem-teto, sem-terra etc.

¹⁰¹ (Revista Sem terra no. 15, 2002, p. 38).

¹⁰² Entrevista cedida gentilmente por Regis Gonçalves repórter freelancer sobre seu artigo na Revista Sem Terra.

identidades progressas como as do indivíduo e a atual, como sem-terra, podem ser conciliadas quando são assumidas perspectivas unitárias, conciliatórias, mesmo diante das diferentes trajetórias pessoais dos seus membros. E estabelece uma analogia entre essa memória social e as narrativas dos sem-terra. Se a recuperação da memória seria a possibilidade de se coibir a fragmentação das relações, a sua recuperação aconteceria num espaço de transformação das relações sociais. Isso aparece na maneira como o MST articula a transformação histórico-social, o próprio movimento e os sem-terra. O retorno à terra é uma forma de recriar os homens e seus sonhos, retomar as raízes pessoais e históricas de uma população itinerante, migrante a partir da cultura sem terra. Mas é mais que isso. É a expulsão da terra e seu possível retorno a partir do contexto social da luta de classes.

Contar é fácil. Ser coerente exige fibra. No Massacre em Eldorado dos Carajás a polícia militar, a mando do latifúndio, feria o jovem Oziel e dizia com ar de desafio: grita agora. E Oziel gritava: Viva o MST! A arma novamente atirava e a voz com raiva mandou: grita sem-terra. E o Sem Terra, de cabeça erguida gritou: Viva o MST! O braço armado do latifúndio voltou a rugir. Oziel juntando as forças gritou, antes de cair: Viva o MST! (Acampamento do PA)

Esta afirmação aponta para um dos elementos já anteriormente ressaltados como valor pedagógico do MST que é o espírito de sacrifício expressos nas “virtudes extraordinárias” que todo lutador do povo deve ser. Esta “virtude extraordinária” ou “ato extraordinário” pode ser a busca de uma forma de conduta que se coloque contra os “vícios” e os “desvios” da “cultura camponesa” e da “cultura de massa” que, neste caso, dificultariam a perspectiva de transformação da consciência. Bogo (2000) nos mostra o caminho para desenvolver a virtude extraordinária que são as 10 (dez) lições para o extraordinário. Estas lições não devem existir abstratamente, mas inseridas numa experiência de enfrentamento e luta¹⁰³ como afirma Caldart.¹⁰⁴

¹⁰³ “A formação do sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores da existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque isto exige elaboração de novas sínteses culturais”. (CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem-terra*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 106).

¹⁰⁴ As dez lições para se atingir o extraordinário referem-se a: [...] 1. apontar a necessidade da consciência da luta permanente; 2. a consciência política; 3. a organização da cooperação; 4. a

2.3.2. A mística

“Sem mística não há revolução”¹⁰⁵

Tais como os novos movimentos sociais, podemos entender que a formação do MST aconteceu num pano de fundo de lutas populares que desafiavam as formas institucionais políticas de então, tanto no campo quanto na cidade. (SADER, 1995) Seguindo em suas reivindicações, estas lutas populares buscavam novos canais de expressão e, neste percurso, estabeleceram diferentes formas de organização social, de luta pela apropriação da terra, contra a exclusão social, contra a exploração no trabalho e à perda da dignidade como parte de um processo maior de uma cultura de resistência. A partir do apoio das CEB's, da CPT e do “novo sindicalismo”, esta cultura de resistência se traduz na constituição de sujeitos coletivos e em processos de organização social em que emergem os novos movimentos sociais.¹⁰⁶

As CEB's, na primeira metade da década de 1970, utilizaram o convívio social que a comunidade religiosa possibilitava para refletir, organizar, resistir e lutar contra as injustiças e as condições de trabalho a que estavam submetidas as populações da cidade e do campo. Assumiram-se, neste sentido, como espaços de socialização política em que se conscientizava a sociedade a respeito dos mecanismos que atuavam sobre ela, e os malefícios a que estava sujeita como os despejos, a expropriação da terra, a tragédia pessoal derivada da migração, do abandono, a exploração do trabalho por eles entendidas como resultado de manobras econômicas e políticas.

Dessa forma, além de refletir sobre a sociedade e seus mecanismos de exclusão, as CEB's construirão novos valores e novas pautas de conduta e de inserção na realidade, por meio da associação entre as leituras marxistas de

organização dos pequenos detalhes, do tempo e do espaço; 5. a organização da convivência social; 6. a organização da educação para desenvolver o sem-terra e para transformar o mundo ao seu redor; 7. canalizar o 'entusiasmo de massa' para o fortalecimento do princípio da unidade; 8. direção coletiva em que o indivíduo se subordina ao coletivo; 9. a disciplina consciente e 10. o desenvolvimento da mística para que se estabeleça a unidade, um sentido mais amplo em que se pode instituir uma relação entre as partes que compõe a organização”. (BOGO, Ademar. Lições sobre a luta pela terra. Memorial das Letras. Salvador. 1999, p. 102-129).

¹⁰⁵ Cartaz exposto numa mística na PUC do Rio de Janeiro em 2002 diante de uma mística que se realizava em comemoração a I Semana Nacional da Reforma Agrária.

¹⁰⁶ O “novo sindicalismo” aparece representado na CUT e no momento de fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, e que, juntamente com a Igreja Progressista formavam a matriz política e cultural dos novos movimentos sociais.

análise conjuntural e histórica e a leitura da Bíblia. Passou-se a compreender, de forma comparativa, a interpretação do evangelho a partir do livro “Êxodos” e da busca pela “Terra Prometida” pelo povo hebreu, com a história dos trabalhadores rurais, o “povo de Deus”.

Dessa forma, o processo que vem se constituindo entre os católicos progressistas, se concretiza numa nova articulação com a realidade, pautada por uma mudança de valores, comportamentos e formas de atuar politicamente. Esta nova sintaxe política tem na cultura um eixo de atuação que atribui novos significados para a realidade e seus conflitos. Neste sentido, a constituição do MST pode ser considerada como parte da luta pela redemocratização do país e somando-se a um forte movimento operário que emergia no ABC paulista e aos movimentos populares urbanos que assumiram visibilidade pública e reconhecimento social nas cidades principais do país.

As ações pastorais, as CEB's, a CPT e as múltiplas outras instâncias de atuação comunitária se constituíram – a partir de Medellín –, tornando-se instâncias importantes de apoio às lutas camponesas e populares no Brasil.¹⁰⁷ E, é, por esta trilha, que se pode entender um pensamento radical que associa um pensamento de “libertação” com transformação da realidade. Podemos encontrar tal associação na relevância dada a “mística” como elemento fundador de uma nova atitude frente à realidade social e humana.¹⁰⁸ Cabe ainda destacar que, sendo uma “reflexão teológica, um método de análise da realidade e de ação pastoral”, a teologia da libertação – enquanto experiência e práxis – derivou em parte, de uma interpretação da situação dos povos da América Latina, tendo por reflexão principal a realidade de extrema pobreza,

¹⁰⁷ A partir dos anos 50, os movimentos comunistas orientados pela política da URSS no contexto da Guerra Fria, propagaram os ideais revolucionários do marxismo em vários lugares distantes do mundo, da África, a Cuba e na China. O impacto destas práticas levaram a uma revisão criteriosa no debate sobre o marxismo na Europa o que gerou uma renovação temática no campo do marxismo e dos movimentos sociais. Em outras palavras, a crítica a ortodoxia marxista não aconteceu somente no que se refere aos meios acadêmicos, mas na prática revolucionária. Um dos mais importantes trabalhos nessa direção foi o de Hobsbawm, *Os Rebeldes Primitivos*, significando uma mudança nos estudos marxistas voltados para a temática dos movimentos sociais, cujo debate central envolvia a relação entre revoluta e revolução em que condições uma revolução poderia ser ou não bem sucedida em países em transição de economia, que guardava ainda sobrevivências culturais e que diante de elementos modernos e a tensão daí derivada poderia encaminhar para revoltas populares ou revoluções. (HOBSBAWM, 1970), (DECCA, 1992).

¹⁰⁸ A Teologia da Libertação é, por conseguinte, resultado, e não realidade primeira. Resulta da experiência de libertação, que é bem mais rica que a teologia da libertação. Esta se entende e conserva sua validade enquanto reflete a libertação-ato e leva ao enriquecimento do processo de libertação. Caso contrário, degenera em ideologia, superpõe-se à realidade e cinde a experiência, contrapondo teoria e práxis, aliena-se. (SADER, op.cit. p. 37)

marginalidade e a dominação destes povos. Assim, a nova sociedade que a teologia da libertação quer construir, vai ao encontro de uma sociedade sustentada pelo povo organizado e, nesse caso, ressalta quatro pontos de sustentação para essa sociedade: “participação mais ampla, igualdade como resultado da participação crescente, diversidade e comunhão”.

Na mesma direção, Vaz (2000) cita a experiência mística como um fenômeno totalizante que surge do encontro com o outro Absoluto, expressão de mistério, principalmente nas “situações-limites” da existência humana em que se tem a experiência do sagrado. Este fato acontece dentro da esfera do sagrado por meio da manifestação do Absoluto. Uma experiência totalizante em que se localiza o “lugar antropológico” de passagem do sujeito em si para o sujeito para o outro, é numa perspectiva dupla de “para-si” e “para o outro” que a experiência mística se instaura. Pois a palavra de Deus é também palavra humana que coloca o homem como um ser histórico que transcendendo o presente possa numa atitude radical de encontro com o outro encontrar o próprio Deus que se fez homem.

Assim, a reflexão de Padre Vaz, desenvolvida num quadro de referência católica, toca naqueles pontos que também eram objeto de discussão pelos filósofos do IBF e, mais tarde, pelos ‘isebianos históricos’. Sua discussão se faz num quadro de influências e leituras comuns: o existencialismo (cristão), o historicismo, a sociologia do conhecimento de Mannheim, o hegelianismo, a história e a filosofia da cultura alemães, a fenomenologia. A utilização do conceito de ‘consciência histórica’ evoca Jaspers, tanto quanto a preocupação com o diálogo, com o comunicação com o outro – sendo a sua dialética apontada como a dialética fundamental da história. A história é, por sua vez, pensada como história da cultura criada pelo homem ao transformar a natureza e não como história da produção material ligada a relações de produção precisas. Sua reflexão, ao desembocar na defesa da democratização da cultura, uma vez que o acesso de todos à obra cultural é apresentado como a condição básica da humanização, aponta numa direção que coincide com aquela defendida pelos ‘isebianos históricos’: a proposição de que à cultura tivesse acesso toda a nação correspondia, no plano político, à questão da constituição da sociedade civil brasileira. Essa idéia se conecta com uma outra, igualmente defendida por Padre Vaz, e que é a de ‘projeto de existência histórica’ da nação. A comunidade-nação deveria ser construída sobre uma base cultural comum de seus integrantes. (PAIVA, 2000, p. 94)

Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff nos apontam as formas pelas quais com o apoio da Igreja o homem pobre latino americano redescobre novas formas de lutas sociais no campo, por meio do pensamento crítico para

superação da realidade. Boff procura na própria religião os elementos de superação dessa realidade. É, nestes termos, que para os autores, “a revolução social seria uma necessidade histórica para a constituição do homem livre e cristão”. Isso se evidencia pela compreensão da teologia do cativo ou teologia da libertação, como “uma anti-história dos pobres, excluídos, oprimidos e humilhados”, sendo a “libertação” e a “opressão” partes de um mesmo processo. Conforme estes autores, a busca pela liberdade é entendida como um fator de esperança humana, pois os vários grupos oprimidos vivem a contínua “opressão” do cativo, mesmo lutando continuamente. Portanto, o tipo de “libertação” proposto pela Conferência de Medellín, diante do martírio, da violência, da humilhação sofrida pelos povos da América Latina é de libertação integral do homem – ou melhor, a construção de uma nova sociedade.¹⁰⁹ Nestes termos, emerge a idéia de que somente será possível resistir à homogeneização da cultura de massa e da padronização do consumo e das necessidades, através do resgate das culturas populares e da preservação da terra para os que nela trabalham. Medellín assume explicitamente a existência de conflitos permeando as sociedades, os homens e as classes sociais. A declaração que a realidade social é permeada pela luta transforma o imaginário de resistência num espaço imaginário também de luta.¹¹⁰

Ponto crucial foi a discussão sobre se o camponês, com suas próprias condições, poderia justificar a sua ideologia de libertação da exploração. A resposta foi não, e em consequência havia a necessidade de sua conscientização e politização: ‘conscientizar é educar, é integrar o indivíduo em seu grupo, é fazê-lo passar do seu nível de consciência histórica para outro.’ Para consegui-lo, havia as idéias cristãs, da consciência histórica, e o instrumental teórico de Marx era tido como válido, apesar de o grupo reconhecer os erros dos sistemas socialistas implantados e escudados na visão marxista. Interessante a colocação sobre o ritmo da conscientização: ‘Como norma não podemos precipitar uma linha de imposição ou massificação, mesmo que outros grupos o estejam realizando. É preciso sempre uma revisão crítica com a realidade, pois ela traz situações, fatos, que também conscientizam e que farão renovarmos

¹⁰⁹ Na “teologia da terra”, vertente da Teologia da Libertação, a questão social como questão ecológica se desdobra para a análise dos problemas específicos derivados do mundo rural na América Latina. (BOFF, 1996)

¹¹⁰ De acordo com Chauí (1997, p. 43), o termo “popular” é complexo e multifacetado, pois carrega em si “... uma primeira unificação, extremamente problemática, de todas as camadas de população que não estejam imediatamente ‘no alto’, e que, postas como consumidoras de uma cultura que não produziram, levam ao risco de dissimular diferenças reais como aquelas que provavelmente existem entre operários e pequenos burgueses, entre proletário urbano e rural, entre os assalariados de serviços e os setores mais baixos da pequena burguesia urbana, etc”.

nossos métodos e nos adaptarmos ao ritmo do processo histórico'. Estas palavras traduziam a dinâmica acelerada que já se processava na sindicalização rural e que iria envolver a todos os agentes atuantes no movimento, reestruturando o papel do MEB no contexto. (WANDERLEY, OP. CIT, p, 291)

Dessa forma, o processo que vinha se firmando desde o Vaticano II, se concretiza numa nova articulação pautada sobre uma mudança de valores, comportamentos e formas de agir inspirados inicialmente nas CEB's. Esta nova sintaxe cultural tem na cultura um eixo de atuação que atribui novos significados para a realidade. Fornece subsídios para uma nova consciência da realidade e seus conflitos, a partir das experiências vivenciadas e sobre sua reflexão, pautados sobre a idéia de uma nova articulação com a realidade. É o valor da vida humana, a idéia de “libertação” contra a “opressão” que constrói uma nova rede de significados e corrobora a ação.

Neste mesmo período, a CPT realizou a V Romaria Conquistadora da “Terra Prometida” em que participaram 20 mil pessoas que percorreram o trajeto de Sarandi a Porto Alegre, com o objetivo de pressionar para que o assentamento da Fazenda Anoni se efetivasse.¹¹¹

A vitória dos acampados da Encruzilhada Natalino, em 1983 é comemorada no dia 03 de outubro e aparece no Calendário Histórico dos Sem Terra, como marco simbólico na luta pela terra. Nela aparece à resistência por três anos na espera do assentamento, período em que contaram com a solidariedade da sociedade civil. Isto resultou na construção e na definição de estratégias e de novos meios de reforçar e de persistir na luta, estabelecendo instrumentos para alcance de um fim: “a luta pela conquista e defesa da terra”. A terra, como o documento afirma, “está nas mãos de poucos que são favorecidos pela lei, pelo poder e pela riqueza”. Em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, a CPT organiza um encontro que marca a fundação do MST, em que o bispo D. José Gomes informa que “a Igreja estaria a serviço dos camponeses em sua luta por direitos”.

A compreensão da realidade numa nova perspectiva reforçava a luta e a resistência, por meio de um cimento social que associava as variadas trajetórias individuais e familiares com a leitura da Bíblia, com a “palavra de Deus”, com o

¹¹¹ A romaria da Terra é uma atividade organizada pelo CPT – Comissão Pastoral da Terra, a partir de 1979, em homenagem a Sepé Tiaraju, líder guarani assassinado na Guerra das Missões no século XVIII. (Secretaria Nacional, 2001, p. 60-61).

“calvário de Jesus Cristo”, com a opção pelos pobres da teologia da libertação, com a busca pela “Terra Prometida”. As diferentes trajetórias dos indivíduos que estavam unidos por uma experiência comum, de despejo, de desapropriação, de exploração do trabalho, de morte, são reinterpretadas, resignificadas por meio da dignidade humana, do respeito à vida, do direito à cidadania, à esperança, à auto-estima. Nesta perspectiva, as ocupações de terra, os acampamentos, as variadas táticas de resistência, a organização dos posseiros em comunidades, a criatividade como saída para avançar a luta construindo novas formas de organização social, as mobilizações, as comissões municipais, as caminhadas, as vigílias são, entre tantas outras, formas de luta política pela terra e pela reforma agrária. A construção de vínculos coletivos a partir de experiências comuns é para as lideranças do MST algo definidor na formação de seus militantes e de seus quadros.

O processo de busca pela terra prometida segue aquele enfrentamento político e ideológico transformando-se na luta por direitos visando à construção de um mundo de referência socialista. A forma de apropriação que o movimento faz da história interpreta o passado dos seus membros, sua trajetória pessoal, o nomadismo, a errância pelo olhar do sofrimento e martírio sofridos pelo “povo de Deus”, pelo “calvário de Cristo”¹¹². Posteriormente, a interpretação religiosa será substituída pelo movimento com o olhar político da luta de classe.¹¹³ Nela são lembrados e homenageados aqueles que sofreram ou que morreram em episódios de confronto - os mártires do movimento. Neste sentido, pode-se dizer que o movimento tem necessidade de mártires que permitam construir

¹¹² Na Teologia da Libertação, a presentificação da ação pastoral acontece na perspectiva “trinitária” que se dá a junção da fé com a prática social, expressando anseios populares por uma sociedade mais justa e também por uma nova forma de interpretação da Santíssima Trindade como programa de libertação. (BOFF, 1998)

¹¹³ No dia 10 de agosto de 2000, aconteceu em Brasília o IV Congresso Nacional do MST, conforme José Arbex Jr., em reportagem a Caros Amigos: “No final da tarde, os delegados fizeram uma vigilância contra a corrupção, diante do Congresso Nacional. Acenderam 10.000 velas que formavam a sigla CPI. A vigília foi aquecida com discursos de líderes de partidos políticos (PT, PSTU, PC do B) e de dirigentes sindicais (CUT, UNE, CONTAG, CMP), além de música e poesia. Houve até uma encenação teatral, pela libertação dos seis militantes do MST (Valquimar Reis Fernandes, Benedito Ismael Alves Cardoso, Elvis Vieira Ferreira Lima, Edmar Pereira dos Santos, Odair Moisés da Rosa e Rosalino Bispo de Oliveira) que foram presos em Boituva, SP, em 10 de novembro de 1999, e condenados a quase 10 anos de cadeia, sem qualquer prova material de seu suposto ‘crime’. Na peça encenada, os seis prisioneiros políticos foram soltos. No seu lugar, foram para atrás das grades o ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, o ex-senador Luiz Estevão, o foragido juiz Nicolau (Lalau) e o banqueiro Cacciola. A grade da cadeia e os bonecos que representavam os corruptos foram deixados no gramado, diante da sede do Congresso Nacional, como uma ‘lembrança’ do MST e dos movimentos populares às ‘elites’ do país”. (Revista *Caros Amigos*, no. 06, out/2000, p. 37)

sua história através da mística e que as estratégias de enfrentamento desempenham um papel nesta construção.

A mística retratada na entrevista com Mineirinho, acima, aparece cercada de efeitos teatrais, o que é algo recorrente no movimento. Acontece em diferentes momentos e com variadas intensidades. Os motivos são retirados das circunstâncias histórias vividas pelo movimento, pelo assentamento ou pelo acampamento e podem se referir à memória de algum feito ou tragédia que se pretende rememorar. São, contudo, sempre permeadas pela memória de luta do movimento. A mística acontece também nos momentos de chegada e de saída de companheiros para trabalhar em outras regiões do movimento.

A mística ainda pode ser analisada a partir de um plano mais geral ou de um conjunto. Por exemplo, o tema da mística que se realiza e, num segundo momento reforça a luta, memória e identidade num plano mais geral e de fundo. No plano geral, estariam os elementos relacionados à nova sociedade, ao novo homem, à luta social e, no plano de detalhes, os acontecimentos presentes. É também fator de sonho e de antecipação do futuro e, neste sentido, pode ser considerada expressão ou imagem de uma utopia. A mística neste processo não somente significa o futuro, mas presentifica um passado, pois traz consigo uma memória que reverencia – a “memória de luta”.

Executar a mística significa, antes de tudo, atuar sobre uma camada afetiva traduzindo os preceitos organizativos, os valores e a cultura dos sem terra, por meio de uma dramatização dos símbolos e das metáforas que canalizam o corpo de idéias do movimento. A mística se encena como uma mistura de linguagens sensoriais, combinando gestos, símbolos, memória, sentimento, valores, condutas, ética, política e estética, envolvendo os valores de emancipação política. Como podemos observar na fala de Mineirinho abaixo retratada:

Porque quando eu tenho a minha roça, tendo ou não tendo a terra, mas eu tenho a minha roça. É uma relação diferente. Ali na minha roça é o lugar do meu trabalho, meu trabalho é meu. Meu trabalho. Então, eu levanto a hora que quero. Ali, eu tenho essa ligação com a minha planta, porque é minha planta. A planta que eu plantei. Trabalhando na roça dos outros, eu não tenho nenhuma ligação com aquela planta. Eu apenas adiciono força de trabalho aquela planta. Ou eu trabalho ou não sobrevivo. O trabalho em minha terra é dignificante. Eu sinto prazer. O trabalho legalizado é degradante porque eu trabalho por uma necessidade ou eu trabalho ou não tenho

como me sustentar. Então você não tem uma relação de prazer com essa terra. Essa pessoa não tem uma mística com o trabalho dela.

Os motivos subjetivos e afetivos são considerados as molas propulsoras para a participação popular na organização, e derivam sua expressão maior na mística. Esta, para realizar-se, demanda disciplina, planejamento, organização e criatividade. É comum encontrarmos expressões que: “Sem mística não há revolução”. A mística parece aguçar todos os sentidos humanos, seja pela música, pelo painel, pelas flores e cereais, frutos e frutas que podem estar dispostos nas representações encenadas. A mística, como Bogo (2004) já assinalava é uma vontade política, uma imagem que se conecta com a dimensão subjetiva humana, que envolve a luta pela terra na forma de uma textura emocional, estabelecendo uma unidade em seus propósitos e sem o qual seria impossível haver experiências de enfrentamento político como as desenvolvidas pelo movimento.

Os atos executados na mística são revestidos de significados e sentimentos de pertencimento a uma coletividade, da glorificação dos símbolos que fornecem identidade numa totalidade complexa, buscando instaurar valores e condutas que interpretam o mundo com base em um corpo de idéias reinterpretado pelo movimento.

Estas referências coletivas são instituídas pelo MST por meio da memória, da identidade coletiva, das experiências e sentidos compartilhados pela interpretação da realidade nacional e da trajetória de cada indivíduo dentro do movimento. A mística, para os militantes, é um espaço de memória do movimento e, neste sentido, os “lutadores do povo” são uma referência para o imaginário que se desenvolve na luta pela terra – espaço de antecipação do futuro e de sentido para os acontecimentos presentes e, por isso, fonte de ânimo e motivação.

Pode-se registrar que é na mística que a simbologia e o imaginário “sem-terra” se expressam com maior vigor, pois é ali que a cultura, identidade coletiva e memória “sem-terra” se presentificam, revestidos de uma película de reencantamento e de motivação para a luta. O simbolismo que acompanha o movimento se refere à identidade da luta pela terra que se constitui a partir de determinados enfrentamentos políticos. Neste caso, reforçam um imaginário de

identidade política e de contestação que caminha lado a lado com o imaginário especular que busca estabelecer uma unidade. Isto se verifica, principalmente, nos momentos de crise. O imaginário criador aparece no espaço público que o sem terra ocupa, ao assumir um posicionamento político frente à opressão sofrida, o que implica sempre um resgate da memória de lutas.

Se fizermos uma comparação com a mística do período de formação do movimento, podemos verificar que ela é prenhe de elementos religiosos como é possível observar no filme *Terra para Rose* de Tetê de Moraes de 1986.¹¹⁴ Pois a mística não é algo estanque, mas segue a evolução do movimento, como podemos observar pelo diferentes painéis utilizados ao longo de seus eventos, bem como as fotografias que registram os encontros e congressos do MST. As místicas posteriores incorporaram cada vez mais os preceitos organizativos, as solicitações históricas dos momentos da luta, sejam reivindicações de justiça, ou antecipação de um futuro desejado.

Como conjunto de símbolos, a mística procura fornecer uma identidade política, uma utopia comum e um sentimento de afetividade, de pertencimento, condições subjetivas que fazem com que a “revolução” seja possível por meio do imaginário social que aciona. É comum acontecer à mística nas escolas dos assentamentos no início das aulas, um momento em que estão presentes a história, os símbolos e a utopia do movimento. No decorrer das aulas existem também espaços para que as músicas e as canções populares encontrem expressão e, também, as “noites” ou “tardes culturais” em que estes momentos de arte e cultura são aprofundados pelos educadores do movimento. A articulação entre a mística e os valores pedagógicos aparecem em alguns documentos analisados, como uma crença superior à própria vida e que se considera que “valha a pena viver”, ou “morrer”. O “espírito de sacrifício” faz parte dos valores pedagógicos ressaltados e valorizados pela cultura “sem terra” e expressos nas “virtudes extraordinárias”. Estas parecem ser mecanismos instituídos por meio da cultura dos sem-terra para atribuir o sentido de hábito a estas virtudes.

¹¹⁴ O filme *Terra para Rose* conta a estória de Roseli e sua luta, juntamente com outros sem terra no acampamento da Fazenda Anoni. Roseli morreu assassinada no trevo da Fazenda Sarandi, com mais dois companheiros quando participava de uma manifestação com mais de 5.000 pessoas. Dez anos depois, Tetê de Moraes fez outro filme - *O sonho de Rose*.

Esta unidade simbólica que a mística proporciona se estabelece a partir das expressões político e cultural do movimento que, conforme os documentos analisados se afirma sob três eixos: a dimensão da “memória histórica”, das virtudes e atos “extraordinários” e da “consciência estética”.¹¹⁵ Os valores do MST são propagados nos seus símbolos, na mística, na música, no seu teatro, por meio de diferentes processos em que, pouco a pouco, se forma a “consciência política” que é, na visão do movimento, um “estágio superior” de consciência humana.¹¹⁶ Para o movimento a “consciência social” reflete aspectos “naturais” dos indivíduos em sua convivência, enquanto que a “consciência política” gera uma ação com capacidade de renúncia.¹¹⁷

Dessa forma, os símbolos permitem expressar formas de organização da vida, estruturas de existência, parâmetros e limites por meio do qual os indivíduos se inserem na realidade, estabelecendo representações diversas, recriando, resignificando os símbolos da cultura, instituindo novas formas de relação e instaurando novos espaços públicos pelas ações que desencadeiam. São presença constante e marcante desde a gênese do MST, e alguns deles marcam enfrentamentos, como o caso do acampamento na Encruzilhada Natalino que definiu dois símbolos do movimento: a cruz, que seguiu naquele momento, sustentada por estacas que representavam o apoio da sociedade civil à luta pela terra, e os panos brancos (crianças mortas durante este período), e pretos (adultos mortos) amarrados à cruz carregada na Romaria da Terra articulado pela Igreja como meio de apoio e pressão sobre as autoridades responsáveis.¹¹⁸

Assim, “mística” é a palavra utilizada pelo MST para definir a unidade e a permanência na luta, que fornecem o “chão comum”, em que a unidade se institui na convergência entre formação militante e processo pedagógico e experiências de enfrentamento. Assim, podemos concluir que os símbolos que o movimento ostenta dizem respeito à realidade que retratam e lhes atribui

¹¹⁵ A “consciência estética” se expressa por meio da “pedagogia do bom gosto”. É o ato de criar, de buscar a beleza e a estética como um hábito. (Caderno de Formação no. 34, 2000)

¹¹⁶ Para o movimento a consciência [...] está relacionada com a formação da consciência a partir dos conhecimentos científicos. Neste sentido adquirem uma nova categoria e eleva-se para assimilar aspectos da realidade global interligada com a realidade local. Aqui a consciência se transforma em ação política, firmada sobre as contradições e o movimento interno que existe em todas as coisas. (Idem, ibidem).

¹¹⁷ Ela é entendida como [...] formada pela sociedade. Está relacionada ao ato de refletir sobre a existência social, assimilando os aspectos imediatos que envolvem a vida das pessoas em relação ao trabalho e a convivência, forma de pensar, crença, etc. (Idem, ibidem).

¹¹⁸ A história da luta pela terra e o MST, (Secretaria Nacional, 2001)

sentido. Quando o MST utiliza a frase “Sem mística não há revolução”, dois princípios fundamentais encontram sua convergência na unidade e na luta de classe – luta e desejo. Na mística são recorrentes as menções ao “nascer”, ao “nascimento” ou ao “renascimento” e que expressam a idéia do “novo” por meio de uma criança, um bebê ou uma mulher grávida, e diz respeito à idéia de um “novo homem” e de uma “nova sociedade” fruto desta revolução.

Cabe a mística, diante da posse da propriedade da terra por parte dos trabalhadores criar um novo desejo, visto que o desejo inicial da busca pela propriedade da terra já é uma realidade. Este novo desejo que a mística tem por função antecipar deverá impulsionar a luta histórica do MST.

2.4. Conclusão

Nesse capítulo, mostramos como a formação do MST acompanha desde sua origem uma determinada sustentação ideológica. E que diz respeito às orientações da tutela política do movimento social no período de seu surgimento, fornecendo a organização da luta política bem como sua legitimidade. Por vezes, essa orientação se expressou como uma fé comprometida com uma prática de transformação social. Manifestava também um conjunto de idéias colocadas em cena pela noção de cidadania e de uma democracia populista, encaminhando-se para um marxismo-leninista. Na medida em que este movimento social se organizava, passam a estar atreladas cada vez mais, oficialmente, a uma corrente marxista leninista. É importante destacar que o “interesse de classe” não é um fato social objetivo e inequívoco, mas algo constituído pela interação e discussão das experiências da vida cotidiana e das interpretações fornecidas a estas vivências pelas teorias políticas que o Setor de Formação mobiliza. O que significa dizer que não podemos separar a questão o que é a organização política MST da questão o que é a política hoje.

A consciência da desigualdade pode ser considerada como um dos elementos definidores dos movimentos sociais do campo. É sobre este fundamento que a desobediência civil se faz presente frente à ordem estabelecida. (THOREAU, 2007), (OAKESHOTT, 1980) E vai se expressar na

tentativa de exigir a aplicabilidade do princípio da igualdade social, ou seja, dos direitos sociais que denominaríamos como direitos da cidadania relacionados à integridade física e a mobilidade. A luta por direitos sociais como uma experiência singular, ultrapassa os estreitos limites da significação histórica para tornar-se uma expressão ideológica, uma visão de mundo associada a uma determinada forma de ação política.

Na década de 1960, existia um conjunto de instituições políticas e sociais, agentes coletivos e circunstâncias históricas definidas que moldaram as experiências destes trabalhadores rurais. Na década de 1980 e em diante, as circunstâncias históricas são outras, o que demanda novas formas de atuação e compreensão da realidade. Nos interrogamos acerca das condições objetivas e subjetivas existentes, atualmente, que permitem forjar estes trabalhadores rurais, envolvidos na luta pelos seus direitos sociais e imbuídos pelo desejo da terra. Uma maior organicidade do MST poderia responder pela necessidade de formação permanente de seus militantes. O que envolveria todos os setores desta organização, principalmente, os setores de educação, de cultura e de formação. Bastos (1984) afirma que uma menor organicidade respondeu pela não representação dos interesses destes trabalhadores rurais nas Ligas. Consequentemente, uma maior organicidade responderia pela representação dos interesses da base social do MST. A problemática por trás destes questionamentos é o processo de conscientização desenvolvido dentro das duas organizações. É fato que as Ligas se extinguíram antes de atingir seu objetivo que foi a luta pela terra, apesar de que podemos observar nas entrevistas a ambigüidade desse processo. O MST continua na luta pela terra, apesar de conquistada a terra por seus membros. A luta que moveria estes trabalhadores diz respeito à luta por uma transformação social o que demandaria um processo de conscientização relacionada ao *ethos* político que sustenta essa transformação social. Este processo de formação política é definido por uma liderança da seguinte forma:¹¹⁹

A luta pela terra ensina. Cada família da luta tem uma história rica em acontecimentos que marcam para toda a vida. Não há como esquecer, tanto sofrimento na caminhada, quanto pela alegria da

¹¹⁹ (FERNANDES, *op. Cit*, p. 56).

chegada, na conquista da terra. Nesse sentido, Natalino foi uma escola. Muitas das ações de resistência construídas nessa luta forma referências principais na troca de experiências com outras lutas que aconteciam em todo o Brasil. Foi um exemplo de luta e resistência que animou os trabalhadores. Como símbolo de resistência, os sem terra fizeram uma cruz rústica. Começaram a receber apoio e contribuições de sindicatos de várias categorias de trabalhadores, de comunidades de diversas paróquias, de alguns prefeitos, de agricultores e de estudantes. De modo que na festa da Páscoa comemoraram a caminhada e colocaram escoras na cruz, que tinham os nomes das entidades que auxiliavam na luta. No princípio, a cruz era fincada na terra. Depois, com as ajudas que receberam, a cruz passou a ser sustentada pelas escoras que simbolizavam os apoios. Assim, sempre que havia uma manifestação, a cruz era transportada e era mantida em pé pelas escoras. Durante o período do acampamento morreram cinco crianças e as famílias colocaram cinco faixas brancas, representando as suas presenças na luta pela terra.

Esta transformação social aconteceria por meio da mudança do trabalhador (operário) para um revolucionário marxista, pois os interesses imediatos do operário, a busca por sua satisfação egoísta, impede que ele observe o seu papel histórico como uma classe que irá conduzir a mudança social. O que, de forma geral, tem sido a regra em relação à organização dos trabalhadores rurais e suas reivindicações no campo, legando o aspecto político a um nível inferior diante das necessidades programáticas. Assim, a mística realizada dentro do MST, se propõe a uma resignificação dos dados imediatos da experiência na medida em que fornece outros valores, princípios e práticas atrelados a transformação social que se busca implementar.

A adesão ao movimento acontece entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos que sem perspectiva de vida e de trabalho, encontram nesta organização muito mais do que uma tentativa de entrar no círculo das mercadorias novamente, sobretudo pelo respaldo social, cultural e afetivo que ele realiza junto a estes trabalhadores excluídos do sistema.

No próximo capítulo veremos de que forma os trabalhadores rurais explicam as circunstâncias de sua vida, a expropriação da terra e de seus instrumentos de trabalho como o processo de adesão ao movimento social e o desejo pela terra a intenção por trás da participação.

3. CAPÍTULO III:

SONHO DE LIBERDADE

Introdução

Mesmo frente à tutela de instituições sociais como a Igreja, partidos políticos, lideranças ligadas a outros interesses as novas práticas dos trabalhadores rurais partiam de sua própria experiência e interesses comuns.

A percepção da desigualdade entre os trabalhadores rurais e o latifundiário passava pela consciência de que suas mazelas derivavam das ambições dos proprietários. Frente a isso, os trabalhadores associam-se e buscam, pelos canais legais, fazer chegar às autoridades as informações necessárias sobre o dismantelo social de que estavam sendo vítimas, pois para eles, as autoridades desconheciam o que estava acontecendo. Relatos nas entrevistas mostraram o quanto a leitura da realidade, no começo das associações no Nordeste indicavam uma compreensão ambígua da realidade por parte destes trabalhadores. Esta contradição se exemplifica, na ausência da se explicitar o conflito existente entre os latifundiários e os trabalhadores rurais. Na medida em que a descrença pelos veículos tradicionais de representativa aumenta, cresce a frente dos movimentos sociais do campo.

Com o tempo, a partir das próprias experiências, os trabalhadores puderam chegar à conclusão, diante de um conjunto de variadas circunstâncias sociais, culturais, históricas e econômicas, de que a desobediência civil se faz necessária frente à ordem estabelecida, que privilegia o grande latifundiário em detrimento do trabalhador. Esta mudança na percepção dos quadros de referência tem como consequência a exigência da aplicabilidade, dos direitos à cidadania que deverá então se estender aos trabalhadores rurais também, mas numa exigência de baixo pra cima, de reconhecimento de seus direitos humanos. Tarrow (1998, p.04) considera que este tipo de atitude está na base de todos os movimentos sociais modernos que é uma ação coletiva de confronto em que pessoas que antes não tinham acesso regular a determinadas instituições, passam, em nome de novas exigências ou de exigências não atendidas se comportarem de forma a desafiar as autoridades constituídas, legais ou costumeiras.

Essa condição subjetiva de contestação tem na liberdade o ingrediente fundamental deste processo, fomenta a coragem, a favor da vida, da luta por direitos como uma experiência singular que ultrapassa os limites da significação histórica

para torna-se expressão ideológica, atrelada a uma determinada forma de ação política, e que permitiu forjar subjetivamente os trabalhadores envolvidos na luta por direitos e pelo desejo da terra.

Para isso, as lealdades sociais das relações sociais tradicionais precisaram ser dissolvidas, sofrendo rupturas até o momento em que deixaram de ter a força necessária para determinar e motivar para a ação. Assim, veremos como a resistência à obediência, ao enfrentamento do medo, à contestação assumiu perspectivas diferenciadas. Por um lado teríamos as ideológicas utilizadas pelos sujeitos coletivos e as circunstâncias sociais, econômicas e políticas envolvidas. Por outro, observamos o potencial de luta e resistência que os movimentos sociais modernos estão engajados, cristalizando confrontos com autoridades tradicionais e/ou legais. Como as pessoas consideram e explicam as circunstâncias de sua vida, as razões complementares de seus comportamentos, o núcleo de características comuns ou compartilhadas de determinada concepção?

Começamos a descortinar essa ação dos trabalhadores rurais pela constituição das Ligas e as fases pela qual passaram, mostrando os jogos políticos que tais ações fizeram aflorar de uma associação mutualista de ajuda no início de sua formação para um movimento social político de enfrentamento armado com os poderes estabelecidos. Caminhando em seguida para o MST e sua formação de militância.

3.1.O tempo que surgem as Ligas

As Ligas surgem como expressão da ausência de mediação entre o Estado e a sociedade civil e ocupam um espaço formado a partir das solicitações e demandas dos trabalhadores rurais. Representam a voz e o corpo dos trabalhadores que se fazem presentes em passeatas em Recife, em João Pessoa. É o povo ocupando a rua e se fazendo presente, numa luta não somente pelo reconhecimento de direitos humanos, por sentidos construídos a partir de suas reivindicações e contestações.

Diferentes sujeitos coletivos presentes no campo forneceram novos significados que contribuíram para a construção da luta e da resistência pela terra dos trabalhadores rurais. Tudo isto permitiu um novo olhar para interpretações da cultura dominante, provocando o desafio à práticas institucionalizadas na política, em uma luta referente a um novo significado às noções que predominavam na

cultura política. Assim, os diferentes significados e as práticas culturais em conflito apontam para uma perspectiva política expressa em processos mais amplos que buscam redefinir o poder social. Sendo todo esse processo contraditório, velhos e novos significados convivendo numa combinação particular conforme as circunstâncias sociais, econômicas e políticas junto a cada trabalhador rural.

As Ligas tiveram três fases, a primeira de 1955 até 1959 quando da expropriação do Engenho Galiléia, período em que a Liga se orienta para a assistência e a organização dos trabalhadores em litígio com os grandes latifundiários, para a campanha de denúncias e de agitação das condições sociais a que estavam submetidos estes trabalhadores como o cambão (trabalho gratuito), a expulsão violenta do roçado, as arbitrariedades policiais e ou dos capangas do senhor do latifúndio, sem contar os salários aviltantes, a humilhação, a vergonha, a fome por que passavam.¹²⁰ A segunda fase, de 1960 a 1962, projeta nacionalmente o nome da Liga e de Julião e das outras lideranças.¹²¹ É o período de crescimento das Ligas em Pernambuco e em outros estados do Nordeste e do centro-sul, onde se define também uma reforma agrária radical – na “marra” ou na lei. As Ligas então passaram a encorpar a luta armada, criando vários campos de treinamento de guerrilheiros.¹²² Na terceira fase, a partir de 1963, a Liga entra em crise por uma dissidência ideológica e política interna, perdendo a liderança do movimento dos

¹²⁰ As atividades das ligas como associação mutualista data de 1955 quando por meio da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, os trabalhadores rurais recorreram ao advogado Julião para representar seus interesses junto aos órgãos competentes. O objetivo da liga era mutualista, jurídica (manutenção da posse), médica e social (autodefesa no caso de ameaça a seus membros). A desapropriação das terras do Engenho Galiléia foi autorizada em 1959 tendo por base um antigo projeto de Julião encaminhado à Assembléia Legislativa por meio do Governador Cid Sampaio. Com essa vitória, a Liga da Galiléia passa a ser um símbolo da reforma agrária. As Ligas e as outras associações civis, como a ULTAB, eram expressão da ausência de organismos oficiais que representassem os interesses e os direitos dos trabalhadores rurais.

¹²¹ Esta é uma definição inserida por Azevedo (1982) e que reforça a idéia de que as Ligas como nenhuma outra organização deste período representou de forma mais acaba as contradições vividas pela esquerda deste período, como expressão de condução dos movimentos do campo frente ao pacto agrário industrial. Para Clodomir de Moraes (1997), as Ligas podem se apresentar como as do período de 1945-1947 em que o Partido Comunista propunha uma unidade entre os trabalhadores rurais e operários com base para uma tática de acumulação de forças. De 1948-1954 parece que os movimentos rurais ensaiam práticas independentes do PC que lhes forneceram as primeiras formas de organização. Daí em diante, elas se apresentam sob influências do marxismo-leninismo de inspiração cubana, de posicionamentos reformistas como o de Francisco Julião. Bastos (1984) nos informa acerca do período de crescimento interno das Ligas de 1955-1961 e de sua expansão nacional de 1961-1963.

¹²² A “Carta aos foreiros de Pernambuco” foi feita por Julião, em 1945, defendendo os trabalhadores rurais contra os mandos dos grandes latifundiários. E pretende informar sobre os direitos que os trabalhadores rurais tinham esclarecendo sobre os abusos sofridos pelos trabalhadores. Como era o caso do “cambão”, um dia de trabalho gratuito para o proprietário das terras, além de outras formas de vínculos tradicionais do campo ligados a relações de trabalho escravo.

trabalhadores rurais para o sindicato comunistas e a Igreja Progressista.¹²³ Este é o momento em que o Estado tenta carrear as lutas do campo por meio da sindicalização rural, do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964). Final de 1963, as Ligas se reestruturam por meio de uma Organização de Massa e de uma Organização Política, baseadas em princípios do centralismo democrático e do marxismo-leninismo.¹²⁴

O Estatuto da Terra possibilitou as condições formais e institucionais para que o conflito da posse da terra pudesse ser resolvido por meio de contratos e acordos pacíficos, possibilitados pela desapropriação por interesse social. O que se observou, na prática, foi o descrédito legal do Estatuto em favor de um modelo econômico fundado sobre a modernização tecnológica dos grandes latifundiários, com estímulos fiscais como o crédito agrícola que produziu de imediato a posse da terra para especulação imobiliária. Neste momento, encontramos as políticas agrícolas do Estado voltadas para a área de fronteira por meio das concessões de terras públicas.

A Liga de Sapé foi a mais extensiva e maior de todas as Ligas tomando forma a partir de 1962 quando foi assassinado seu primeiro líder João Pedro Teixeira a mando do proprietário local.¹²⁵ A morte de José Teixeira faz parte da radicalização

¹²³ Em 1948 o PCB se torna ilegal e as organizações e associações civis ficam acéfalas sem direção.

¹²⁴ Francisco Julião, advogado, decide oferecer seus serviços ao camponês, pois acredita que a consciência de direitos pode ser um agente de transformação das condições de pobreza que vivia esse segmento social. Tentou esclarecer aos camponeses que não podiam trabalhar sem pagamento, pois era ilegal e se comprometeu a defendê-los na justiça. Julião é eleito deputado estadual em 1954 pelo Partido Socialista Brasileiro e foi um de seus fundadores. Em 1955, ele representa os camponeses do Engenho Galiléia que se uniu formando a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco conhecida como a primeira Liga Camponesa. Em 1965, é preso e posteriormente se torna exilado político no México onde reside durante 15 anos. Retorna ao Brasil em 1979 participando na década de 1980 do processo de redemocratização no país. Ele publicou vários livros e foi uma inspiração viva para muitos movimentos e organizações políticas envolvidas com o processo de reforma agrária e da luta dos camponeses. Morreu em 1999 aos 84 anos.

¹²⁵ Em 1959, as Ligas Camponesas ressurgem, principalmente, em Pernambuco e, depois na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Goiás e em outras regiões. Elas se espalham por vários municípios de Pernambuco e, fora desse estado, a Liga mais emblemática foi a Liga de Sapé, na Paraíba. Azevedo (1982) informa que a partir de 1961, na época do Congresso das Ligas em Belo Horizonte, inicia-se uma transformação na organização das Ligas com a formação de grupos que vão disputar a liderança e o controle da ação deste movimento. Evidencia-se que as duas maiores ligas fora de Pernambuco, a de Sapé e a de Mari, passam a ser lideradas pelos grupos de orientação da visão ideológica do PCB e, portanto, diferenciada da visão ideológica de Francisco Julião. Essa dissidência assenta-se nos fundamentos do PCB para o movimento dos trabalhadores rurais, vitórias parciais visando o fortalecimento deste movimento como um todo homogêneo para a luta pelas transformações estruturais. Com a ideologia da Revolução Cubana, mais um elemento vem se somar à recusa pelas lideranças das Ligas em aceitar a reforma agrária proposta pelo PCB. Com isso, rompe-se a pretensa unidade existente deste movimento, conforme Bastos (1984). Como expressão dessa ruptura das lideranças das Ligas, uma outra organização deste movimento se efetiva, por meio de um novo projeto, que se configura, como de uma luta por direitos para uma luta armada, de um movimento político para uma organização política com confronto militar. O objetivo é a

das Ligas, que se dividiram entre uma luta armada, a partir de uma reforma agrária radical por meio de guerrilhas defendida por Clodomir de Moraes (1987) uma outra linha política defendida por Francisco Julião (1968), que via nos mecanismos institucionais uma forma de acesso às transformações estruturais necessárias para a reforma agrária portanto, com a participação ativa do Estado. Estas duas tendências opostas de orientação das Ligas acabaram por não se efetivar contribuíram também para o isolamento político delas, principalmente, com a sindicalização dos trabalhadores rurais na tentativa de desmobilização do campo e com a entrada em cena, a partir de 1964, da Igreja Progressista.

Essa transformação dos objetivos das Ligas expressou não somente a percepção da mudança da conjuntura social, o isolamento e a perda de força das Ligas, mas, e principalmente, a ruptura entre os interesses imediatos dos trabalhadores rurais e os interesses históricos atribuídos ao campesinato. Isso ocorreu por unificar as diferentes facções numa única força política, visando à transformação social e política, e que ficou conhecida, a partir da iniciativa da proposta de Padre Alípio de Freitas, como um organismo centralizador que substituiria o Conselho Nacional, reunindo grupos autônomos, passando a ter como base fundamental a Organização das Massas, o segmento popular, a Organização Política, o segmento intelectual, expressos numa ideologia de centralismo democrático e do marxismo-leninismo.¹²⁶ A Organização das Massas caberia aos trabalhadores rurais e a outros segmentos sociais populares já para participar da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil seria preciso um convite a partir da comprovação de certos adjetivos políticos, ideológicos e morais que colocaria o candidato apto para a função de liderança. Tal radicalização também se expressou por parte do Governo Federal, numa postura mais enérgica em relação às Ligas. Estes acontecimentos são relatados pela esposa de João Pedro, Elizabeth Teixeira em entrevista ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Elizabeth Teixeira – Eu participei das ligas camponesas porque meu marido, João Pedro Teixeira, foi quem fundou a Liga Camponesa em Sapé,

organização do trabalhador rural por meio de formação nos campos de treinamento de guerrilhas na forma de uma resistência armada a partir do campo.

¹²⁶ Ex-padre, professor atual da Universidade Lusófona de Lisboa, mora em Portugal. Foi militante das ligas, preso e torturado no período da ditadura. Cristão adepto da Teologia da Libertação, tornou-se alvo do regime ao mesmo tempo que, pela postura valorativa, uma reserva moral para muitos que aderiram à resistência.

na Paraíba. Ele fundou em 1958. Na época, o homem do campo, dos engenhos, das fazendas estavam todos se associando. E porque ele foi tomando conhecimento da situação do homem do campo, foi assassinado barbaramente. O homem do campo vivia uma situação muito difícil. Próximo à casa que a gente morava, tinha o engenho Melancia, o Sapucaia e o João Pedro foi tomando conhecimento da sobrevivência daqueles trabalhadores, pai de filhos, a situação dos filhinhos passando fome, analfabetos, sem ter direito a ir a uma escola. O João Pedro foi conversando com eles, fazendo reuniões, até que fundou a Liga Camponesa e eles foram se associando e o número da liga crescendo. Passou para dois, três mil e um latifundiário mandou tirar a vida de João Pedro numa emboscada, em 2 de abril de 1962, numa estrada que ligava João Pessoa, Sapé.

As Ligas foram uma resposta às condições políticas, sociais e econômicas de expropriação da terra e da condição de dono dos seus instrumentos de trabalho, como a posse da terra por parte dos trabalhadores rurais. O que gerou a luta e a resistência por meio de contestações, de associações que assumiram contornos de confronto político, constituindo-se numa força social que rompeu a exclusão política a que estavam submetidos os trabalhadores rurais até então.

Inicialmente, esteo processo de resistência à expulsão das terras aconteceu de forma isolada contra o proprietário e, depois, na medida em que a associação de ajuda mútua se organizava, foi assumindo contornos de uma organização política, passando a expressar uma ideologia comunista que revestiu e tutelou o desejo do trabalhador rural por autonomia do seu trabalho e pelo direito aos frutos de seu trabalho e da terra, nos contornos de uma reforma agrária radical.

Ele como meu esposo e eu, como mãe de 11 filhos, a minha luta era em casa, mas, nos sábados, acontecia de eu chegar até lá, na Liga Camponesa, e era justamente era o dia dos companheiros do campo irem se associar. Eu ia escrever o nome deles, ia fazer a carteira deles para entregar. Com o João Pedro, o número de associados cresceu tanto que ele dizia pra mim que iam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária ia ser implantada em nosso País. Já fez 45 anos da morte dele, agora, no dia 02 de abril, e ainda não foi implanta. Eu me sinto triste... por que já era pra ter sido implantada uma reforma agrária em nosso País. Justa! Uma reforma agrária, como João Pedro dizia, reforma agrária: terra para os sem terra e condições para que ele pudesse plantar, colher, ver seus filhinhos ter alimentação, ter direito a uma escola que não tinha. Eles trabalhavam naqueles engenhos como escravos, o filho do homem do campo não tinha direito.¹²⁷

Para o trabalhador rural o que interessava era a manutenção da posse, os laços afetivos, suas fruteiras e viver em paz. (MEDEIROS, 2003) A resistência e a luta no movimento dos trabalhadores rurais possibilitaram o apoio para o conflito

¹²⁷ Relato de Elisabeth Teixeira, esposa de João Teixeira ao MST.

intermediado não somente pelo PC, como também pela Igreja Progressista, e, principalmente, pela afirmação da noção de se ter direitos, como a idéia de que “direitos não se ganham se conquistam”. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 61) Esta realidade é também vivida pelos sindicatos comunistas. Todas estas instituições serviram como respaldo para novos significados e práticas que forneciam ao conflito a permanência e a legalidade na luta pela conquista da terra para os trabalhadores rurais. O aumento da resistência e da luta no processo de expropriação do posseiro, do morador, do ex-morador mostrava claramente que não seriam somente os grandes latifundiários, as grandes empresas e o governo que decidiriam o futuro destas terras.

Eu fui morar no sitio, mas não que papai desse apoio a João Pedro. Morando lá no sitio em Sapé, foi quando João Pedro iniciou a luta. Era uma casa boa [...] tinha muita fartura, muito inhame, muita batata, milho [...] quem tirou a vida de João Pedro foram dois policiais [...] com a morte dele, eu continuei a luta e fui presa várias vezes. Teve um dia que dois tenentes e um policial foram me prender. Chegaram lá em casa, chamou a mim numa certa distância e a cada passo que eu dava era um tiro de um lado, outro de outro de um jeito que meus pés ficaram cobertos de terra. Foi quando eu disse: “tenente, é uma prova de covardia. Vocês não mataram meu marido de emboscada? E dá tanto tiro nos meus pés [...] cheios de terra” Ele disse que eu estava presa e mandou eu entrar no carro. Pedi que esperasse para eu pegar meus documentos. Quando eu voltei em casa, a filha mais velha, Marluce Teixeira disse “mainha, vão tirar a sua vida [...] painho eu vi ele morto, eu peguei na mão dele e fiquei toda melada de sangue, mas a senhora eu não quero ver morta” Eu falei: “minha filha, não vão tirar a minha vida. Estão fazendo isso para me fazer medo. Pode ficar ai tomando conta de seus irmãozinhos que eu vou, mas volto. Eu fui levada para João Pessoa e o advogado Doutor Santa Cruz já estava para me defender. Defendeu e liberou. Quando eu chego em casa, a minha filha mais velha já estava morrendo. Ela tinha ingerido veneno com o mel. Tinham mandado comprar num mercado que tinha próximo. Era para colocar nos ratos que estavam comendo o inhame, mas ela ingeriu e quando eu cheguei ela tinha me dito que ela tinha tomado veneno com mel e que estava morrendo. No mesmo carro do Doutro Santa Cruz, eu voltei com ela para João Pessoa. Quando cheguei lá, o médico disse que ela estava morrendo [...] já estava lá [...] Ela morreu e foi uma tristeza muito grande. Quando João Pedro morreu, eu tinha 11 filhos [...] era tudo vivo os bichinhos [...] Hoje só tenho 6 vivos. Um deles levou um tiro com 10 aninhos. Foi na cabeça e perdeu o cérebro e foi o mesmo capanga que mandou matar o pai. O João Pedro Teixeira Filho e o João Eudes Teixeira foram assassinados. O Zé Eudes, depois que eu voltei com a anistia, ele chegava, abraçava e dizia que ia continuar a luta do pai dele para o que der e vier. Minha mãe já havia morrido, em 85. Meu pai tinha me dado um pedaço de terra e Zé Eudes me pediu os hectares de terra para construir a casa para ele morar e um salão para fundar o sindicato do camponês. Ele construiu a casa e o salão e fundou o sindicato rural e já estava com 200 companheiros associados e mulheres, quando meu irmão mandou matar [...] tirar a vida dele. Ele tinha me convidado para uma reunião com os homens e com as mulheres do campo para falar lá. Quando cheguei lá, veio um cara, chamou ele e pá... pá... pá... não tinha chegado ainda nenhum camponês [...] na minha presença, ele caiu e bateu a cabeça no meu pé e ali morreu. Pensei também que iam até me matar, mas não me mataram.

Matou meu filho Zé Eudes, porque ia continuar a luta do pai para o que der e vier. A mensagem que eu deixo é que todos continuem. Que todos os companheiros que lutam no campo continuem a luta por uma reforma agrária justa, que dê condições para sobreviver dignamente no campo, porque era isso que João Pedro dizia pra mim que poderiam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária iria ser implantada. Eu desejo para todos os companheiros que continuem a luta de João Pedro, que Deus os abençoe e que essa reforma agrária seja implantada para todos os companheiros que trabalham no campo, que tem uma vida sacrificada no campo, sem condições financeiras. Que continuem firme com a luta de João Pedro e a minha luta, com o poder de nosso senhor Jesus Cristo. ¹²⁸

As contradições que observamos na fala de nossos interlocutores são elementos de um único processo – o processo de produção e de reprodução do capital – no campo. Entretanto, observar como os trabalhadores rurais lidam com a expulsão e a expropriação da terra varia a partir de diferentes posições em que cada um se encontra na forma de trato com a terra, pois são distintas as atuações e as propostas políticas a expansão do capital e sua reprodução ampliada não acontecem sem que todo o processo seja ao mesmo tempo um processo de reprodução também das contradições do capitalismo. O capital não pode se expandir se não separar o trabalhador da terra em que trabalha, se não reduzir o trabalhador a proprietário unicamente de sua força de trabalho, transformando radicalmente a forma de propriedade anterior do posseiro, do morador, do ex-morador cuja terra era objeto de trabalho e meio de produção de valores de uso para um instrumento para explorar a força de trabalho.

Assim, quando o trabalhador é dono de seus instrumentos de trabalho e de sua terra, esse processo atinge o produto de seu trabalho, mas não o alcança diretamente. Porém, ao separar o trabalhador rural de seus instrumentos e da terra para que, ao invés de trabalhar para si, ele trabalhe para o capital como acontece com os trabalhadores da cidade, a exploração e a expropriação acontecem concomitantes articuladas neste mesmo processo. A modernização no campo expulsa o trabalhador rural, mas não necessariamente o transforma numa classe social, por existirem ainda a expansão das fronteiras que permitem que novos territórios possam ser conquistados e a autonomia do trabalho recriada. (MARTINS, 1980, p. 17)

¹²⁸ Entrevista feita durante o V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Ginásio Nilson Nelson em Brasília, em junho de 2007.

[...] então rei para entrar na corte ele só entra no sangue. Senão se houver uma bancarrota geral, aí o rei entra fácil, fácil. O rei ia entrar na corte . O rei é um governo só pra mandar o mundo todo .. é um governo só pra todo o Brasil. Então eles não quer .. eles diz que o governo, o rei tá assim comunista. A propriedade do rei era comunista. Mas desde que o comunismo pra quem sabe, pra quem tem estudo bom. É coisa boa. Da Liga falavam que pra entrar reforma agrária, pra combater eles dizem que comunista acompanhava. Quer dizer que o comunista era o rei, né isso? Agora, o rico diz que não quer, porque se entra rei na corte entra lei comunista. Ela é a lei trabalhista. Eles falam comunista, mas é lei trabalhista. Então o pequeno tem direito de trabalhar em todo canto e o rico fica só com um tanto assim. Vai trabalhar também .. Eles ensinavam assim. É isso, rico vai trabalhar também, ele tem 5 empregos ele só vai ter direito a 1. Fico tudo igual. Todo mundo tem ter carro pra passear. Então diz que em Cuba lá tem feira, mas não tem ninguém pra despachar na feira. Vocês chegam na feira e o freguês sabe ler, todo mundo é leitor. Então chegando lá tá vendo o preço da mercadoria, tirou a mercadoria, deixa o total do dinheiro lá não tem ladrão. Lá ninguém rouba, se roubar morrer.¹²⁹

Esta citação deixa ver claramente as imensas contradições e misturas que vão se formando no homem do campo que, embora tenha clareza daquilo que deseja para si, mistura as formas de governo do tempo do império com as de uma República relativamente centralizada, como à época de Goulart, trabalhismo, comunismo, socialismo (palavras em voga naquele momento e que sobre as quais ele não tem clareza), informações que circulam a respeito do que se passaria em Cuba, deixando ver que existe – no fundo – uma forma de milenarismo que atravessa seu pensamento.

3.2. Curar a doença do medo

É como trabalhadores rurais que suas reivindicações e sua percepção da exclusão social, da expropriação da terra e da violência que sofrem são vividas. É uma tensão entre a legitimidade da posse e do estatuto legal da propriedade da terra, a consciência comum de não ter terra para o direito vigente da terra.¹³⁰

As lutas do trabalhador rural são bem diferentes das do trabalhador urbano. Enquanto o segundo luta por melhores condições de trabalho e melhoria de direitos

¹²⁹ Material de pesquisa cedido pela professora Dra. Vanilda Paiva entrevista de 1978.

¹³⁰ Grzybowski (1987) realiza uma separação entre o posseiro que não discute a estrutura agrária e o processo de desenvolvimento do capital no campo, mas que se opõe diretamente ao direito vigente da terra. É o sem-terra que contesta o modo de desenvolvimento do capital no muno rural, pois, a emergência dos trabalhadores rurais coloca em cena os trabalhadores como classe e como cidadãos.

adquiridos, o primeiro luta contra a sua própria exploração física e moral, ele luta contra a expropriação de suas condições de vida, de sobrevivência familiar, da terra e do trabalho. Martins (1980) observa que na quase totalidade dos casos de conflitos envolvendo posseiros, a causa é a invasão das posses pelo grande latifundiário. Tais invasões são praticadas por pistoleiros, jagunços que fazem parte da folha de pagamento dos empregados do latifúndio. Não é raro acontecer que logo após a invasão ou a intimidação de jagunços ou pistoleiros nas terras de posse seja seguida por policiais estaduais e municipais, apoiados por decisões judiciais dirigidas por oficiais de Justiça. Isso porque a ordem pública está, com frequência, influenciada pela ordem privada, ou seja, o coronelismo, o sistema de patronagem. (LEAL, 1993)

No Censo Agropecuário de 1975, a categoria que mais cresceu foi a de posseiro frente às categorias de proprietário, posse legalizada, parceiros e arrendatários o que indica o aumento na concentração de renda. Na luta contra a sua expropriação, o trabalhador rural utiliza-se do discurso da Igreja para legitimar sua ação, fornecendo novos quadros de referência para o conflito desencadeado frente à capitalização no campo. Os pontos levantados pela fala do trabalhador rural durante a reunião em que foi lido e refletido o texto: “A missão dos 72” (Lc. 10, 1-12 e 17-20) e que nos informa como permanecer na luta a partir da articulação dos trabalhadores rurais e de sua ação.¹³¹ Começa com o cotidiano de vida destes homens, suas lavouras, as colheitas e com estas vivências que eles passam a interpretar o mundo onde se faz necessário “orientar os que ainda estavam cegos” e “ajudar a curar a doença do medo”.

Eu acredito que era como no começo de nossa caminhada, uns pra uns cantos e outros pra outros orientar os que ainda estavam cegos, unindo o povo para caminhar. Jesus mandou os discípulos entrar como ovelha dentro dos lobos. Como nós, entramos uns em Piacas, outros em Teju e outros lugares. Devagar e mansos, reunindo gente. Assim, os dois que estão caminhando, não vão nas casas dos lobos, mas dos trabalhadores. Porque uma ovelha só pode procurar outra ovelha. Nós como ovelha não podemos procurar administrador ou patrão. Temos que nos procurar. Era como a caipora, a primeira vez foram 5 para a reunião, depois vieram 10. Assim, deve Souza. Hoje vieram 3 amanhã virão outros. Quando alguém de Caipora for procurar os outros de Souza, vão vir. Se na casa que chegar o morador não aceitar a reunião, deve ajudar a curar a doença do medo. Acontece que tem lobos também. Mas tem ovelhas também. Tem que saber quantos lobos tem e quantas ovelhas, para fazer os lobos mais mansos. Os lobos que foram nas nossas reuniões, os olheiros dos proprietários, logo se afastaram porque quando falamos as palavras de Jesus Cristo e o que

¹³¹ Agricultores de Alagamar, Paraíba. Arquivo Profa. Dra. Vanilda Paiva.

vamos fazer eles vão embora porque não agüentam. Quando conseguimos uma ovelha para nosso lado, ele vai cassar outra ovelha. Jesus disse para não desprezar quem D'us enviou. Assim, seu Abdom não desprezou os seus companheiros mesmo tendo que se afastar do seu irmão que é administrador e que o desprezou os outros porque estão na luta. O importante é a frase que 'eu darei poder para vocês pisar cobras e escorpiões sem sofrer nada de mal'. A prisão dos agricultores não foi um mal, foi um bem para mostrar a verdade, a nossa luta. O povo experimentou sua força. A prisão foi colocada para fazer medo e desunir o povo, mas trouxe mais união. A prisão é criada pelo dinheiro. A prisão é como uma cacimba que devagar vai se secando com seca. Outra coisa importante é que os discípulos sacudiam o pó das sandálias aonde não eram recebidos. Aqui nas reuniões somos bem recebidos, então devemos sair com o desejo de voltar e assistir as reuniões.¹³²

Durante toda a década de 1960 e 1970, o isolamento e a negação da cidadania a que estava subjugados os trabalhadores rurais conduziu a Igreja Progressista a atuar como mediador junto às instituições legais e à sociedade civil com as CEB's, o MEB e os padres progressistas. É preciso lembrar que apesar de o PC após o golpe sofrer um impacto negativo muito grande, os demais partidos de esquerda ficaram sob pressão, e a Igreja Progressista foi que se colocou frente ao governo autoritário do período da ditadura. O reconhecimento social e político da luta pela conquista da terra pela Igreja Progressista colocou em jogo todo o seu poder institucional para trazer "luz" aos trabalhadores rurais na luta pela conquista da terra levando-o a analisar a situação concreta em que viviam. Luz e fermento que conduz o trabalhador rural a "ver" o que está por trás do problema da terra sendo o "fermento" o próprio movimento social que atuou junto à massa de trabalhadores rurais. (NOVAES, 1985) A proposta é romper o isolamento dos trabalhadores rurais e proporcionar meios para que eles mesmos pudessem agir por conta própria em prol de sua libertação. A Igreja passou a ser um suporte na construção da atividade de formação dos trabalhadores rurais que se organizavam neste período. É o caso específico da Paraíba, onde a Igreja criou um setor de Diretos Humanos para atender ao trabalhador rural e atuou nos municípios abaixo citados.

E, esta acontecendo assim. Os moradores de Santana, Massangana, Açude Arrombado. Coqueirinho, Cachoeirinha estão começando a se unir, refletir juntos e lutar juntos para ficar nas suas posses. Para o bem deles e para o bem da nação que não pode viver só de cana e capim. Precisa de muito feijão, farinha, batata, frutas, para ter a alimentação para o povo brasileiro. Alimentação boa e barata. Nos tempos antigos, antes de Jesus Cristo, o povo de Deus guiado por Moisés lutava para conseguir entrar na terra

¹³² **Idem, ibidem.**

prometida. Eles não tinham terra e precisavam de uma terra para viver e trabalhar. E Deus guiou seu povo até conseguir a terra. Hoje o povo de Deus que está na terra, luta para ficar na terra de que precisa para viver e trabalhar. Também hoje, Deus está guiando seu povo, ele está conosco. Ele quer que todos tenham vida, hoje e sempre.

A importância das Ligas se traduziu, por exemplo, na mudança nos quadros de referência dos trabalhadores rurais que passam a assumir uma atitude frente à insegurança e ao medo da perda da liberdade representada pela expulsão e expropriação da terra. A maioria dos proprietários de latifúndios não queriam que os seus posseiros, moradores, arrendatários participassem das Ligas, mas não foi esse o caso do exemplo acima mencionado. Em outras histórias contadas por Manuel, o proprietário não permitiu que depois de 1964 entrassem na fazenda dele para ‘dar um ensino’ aos seus moradores. A forma dele, proprietário, negociar quando os seus trabalhadores que se recusaram a cortar o agave, foi mandar buscar João Pedro Teixeira em Sapé. Ou seja, aceitando e até buscando a mediação das Ligas. Neste relato, podemos considerar como verdadeira a atitude do proprietário de encaminhar seus moradores para as reuniões das Ligas.

Mas a forma como Manuel conta nos indica que ele foi para as Ligas por obediência ao proprietário. Defendendo a posição de que foi porque era leal ao patrão, explicando a participação como obediência e não como resultado da revolta das condições em que vivia. Era o proprietário que achava o que era melhor pra ele. Porém, isso não exclui o fato de que ele também achou isso bom. E, um dos indicadores da relevância das Ligas na vida de Manoel é que ele guarda ainda hoje a sua carteirinha. Como segue abaixo. E, junto à carteirinha, uma foto de João Pedro Teixeira. Enfatiza que somente foi à Liga porque o proprietário mandou e que ele não podia desobedecer atribuindo dessa forma à anuência e ao estímulo do proprietário a sua adesão a Liga como uma maneira de se proteger de futuros danos. Mas mesmo que o proprietário tenha mandado, ele também é responsável pelas conseqüências, ou seja, pela desobediência. O medo é um ingrediente fundamental em todo esse processo. Este discurso específico nos faz ver as contradições e ambigüidades que permeavam trabalhadores e proprietários. Existiam bons proprietários que eram assim reconhecidos pelos trabalhadores, independente da questão da extração do excedente, da expropriação da terra.

Entrou para as Ligas ‘porque o patrão, o meu proprietário, mandava a gente ir’. ‘Ele disse: pode ir. Então ele dava ate o caminhão dele pra levar a gente. Ele mesmo vinha e dizia: tem reunião em Sapé amanhã. O caminhão □a aí e vocês podem ir. Tira a carteira de vocês, paga que aquilo é um negócio melhor pra vocês mais tarde’. [...] “Os homens botaram fim naquilo, queimaram, mas a minha eu digo não como carne nem farinha, vou guardar. Custou meu dinheiro. É minha”. [...]“Vamos ver o que aquele caboclo vai dizer? Tinha tempo que eles diziam. Vamos? Agora não vou não porque o meu patrão é muito bom. Pode ser que quando eu for ele queira marcar. Rapaz, ele não manda? Dizia. É, ele manda. Mas a gente volta, depois ele □a pisando a gente de pé. Pois eu vou, se ele quiser pisar ele pisa.

A idéia do medo como uma das categorias fundamentais em todo o processo de conscientização nos aponta também para a questão da ambigüidade de todo esse processo social. Pois, as reivindicações e a percepção de sua situação de exclusão e marginalização social acontecem na medida em que os trabalhadores rurais se constituem na realidade por meio de sua prática social. Por que, se por um lado, o processo de desenvolvimento do capital no campo significou a eliminação das relações de patronagem, de favor e dependência, por outro se deu sob novas formas que aguçaram as contradições já existentes.

Uns queriam, outro não. Uns diziam: bem rapaz é melhor a gente se aquietar com isso, porque mais tarde o proprietário manda meter o cacete. Eu disse: que nada rapaz, vai pra frente. Vamos vencer a batalha. Ele dizia: quem tem a cabeça pra levar cacete leva. Quem não tem não vai. Se ajuntava 4, 5 então fazia aquela reunião. Um dizia: é melhor acabar com isso. Então a gente já respondia: você é latifúndio. Disse: olha, você, por favor, grite logo que é camponês senão você apanha”. A reunião não era pra decidir se iam ou não a tal lugar ou qual “campanha”. “Só passava um e dizia: Vamos pra tal lugar? Vocês vão? Vamos aí saía um avisando. Quem não queria ir se escondia.

Aquilo que provoca o medo, ou seja, as causas que fazem com que o “povo” esteja com medo são de vários tipos. No entanto, todas elas estão encadeadas, provocam-se umas às outras e fazem parte de uma mesma lógica – a perda da liberdade. Algumas vezes, as causas para explicar a expropriação para os trabalhadores rurais estão ligadas a uma questão ética, como o caso da ambição do proprietário.

Alguns camponeses sabiam ler. “Aí ele punham aqueles livros, que nem a Igreja punha aquele sócio que sabe ler, não tem aquele livrinho? Aí a mesma coisa, ele põe aquele livro para aqueles camponeses. Pra eles

estudar e vê e se corrigir. Esses livros eram da Liga, então esses livros rezava a liberação das terras. Quem sabia ler, lia debaixo de 67 capas e não dizia a ninguém. Lia sozinho e não contava nada com medo do proprietário. Porque o cabra ouvia, então ia se arrepiando, ia se ajuntando, ia se arrepiando [...] Chegava lá ouvia eles declarando que os camponeses pode muito bem se corrigir. Aqueles que sabem ler se ajunta com aqueles que não sabem e informa a eles como é. Com é que se corrige, pra onde é que se vai. A gente as vezes respondia: mas quem sabe não ensina a ninguém. Disse: é porque ele só quer pra ele, por medo de quem? Por medo do proprietário, porque se ele disser o proprietário bota ele pra fora.

Os trabalhadores rurais reconhecem que, de antigamente para cá, houve uma ciclo completo de pioras nas suas condições de vida que passou da fartura para a carência, para a fome. Existe cada vez menos terra disponível para a agricultura e para as pastagens, por causa da ambição do proprietário que expulsa os posseiros, moradores, arrendatários de suas terras. E o alimento não cresce mais de forma natural, mas com inseticida e fertilizante. É unanimidade dizer que o povo tem medo porque perdeu sua liberdade, seu meio de sobrevivência, segurança e abrigo da família. Mesmo quando as outras carências são ressaltadas, a fome parece ser o fantasma mais presente.

Proprietário ruim: Em Miriri era assim. O proprietário lá cavava um buraco na frente da casa e amarrava uma corrente e mandava o cabra puxar, puxava por um tratorzinho, a casa caía. Então, eles corriam pra dar parte. Chegava lá, como os ricos também tinham dinheiro, a justiça o que ia fazer? O pobre, o pequenino tinha o que? Aí foi o tempo que abriu as ligas e se uniram. Aí foram fazendo união e foi tempo que foram acontecendo esses negocinhos. Tratorista não botava o trator dentro da lavoura dele.. eles mandavam pra trás e se armavam e lá ninguém ia. A polícia vinha, prendia eles, soltava, eles iam e davam parte na federação da liga, ajuntava uns camponeses e os dirigentes, aquele diretor e falavam com ele. E, então, eles iam lá trazia eles de novo e assim.. pra dentro e pra trás até que o dono de lá de Miriri aperreou-se demais, até morreu do coração, deixou tudo por conta dos camponeses e do filho. Isso é que é trabalho, deixar de cortar o terreno do povo.

As representações feitas pelos trabalhadores rurais a respeito das suas condições atuais de trabalho e os seus efeitos sobre a sua vida como a expropriação, a miséria, a fome, a doença, a insegurança da família não é só político, é ético também, pois envolve noções de justiça, de bom e de ruim. É a ambição que vai fazer com que o proprietário expulse o trabalhador rural da terra, pois é a injustiça que faz com as autoridades se associem aos proprietários contra os trabalhadores que trabalham com a terra.

Proprietário bom [...] ele era um proprietário bravo, dava pancada, machucava, pisava, matava. Tudo ele fazia, mas em gente safada, gente de responsabilidade ele não dava. Ele dizia: homem se mata, mas não se dá, cabra safado se dá”. Depois do plantio do agave¹³³ o proprietário se encarregava ele mesmo de fornecer os aumentos nos salários. É, ele mesmo se encarregava e não queria mais que ninguém fizesse reunião [...] era ele ir e o povo fazer cara feia. Dizia: vocês tenham paciência, façam seu servicinho direito, com gosto. Essa semana tem no banco um aumento pra vocês. Ele aumentava 50 centavos. Mas aí o povo se agüentava novamente. Quando o povo se assanhava uma coisinha ele aumentava mais 100, mais 50 e assim ficou. Aí, todo mundo [...] eles perguntavam, e o proprietário como é que ta? Disse: ta chegando no que a gente quer, agora ele ta subindo o preço [...] Faz muito bem.

A idéia de que o Governo Estadual, Municipal ou Federal, as instituições públicas como o Exército ou a Polícia estão associados ao grande latifundiário não é percebido pelos trabalhadores rurais. Quando acontece de as instituições públicas apoiarem os mandos privados dos proprietários é que eles não sabem o que está acontecendo, pois estas instituições são do povo estão do lado do povo. Assim, para os trabalhadores rurais, parece que os grandes latifundiários eram opressores e ambiciosos e todas as mazelas pelas quais eles passavam advinham deste fato. Quanto ao Governo, era alheio a, pois ele não sabia o que acontecia, e assim que o Governo soubesse do que estava acontecendo iria repor a justiça e as condições voltariam ao normal. Como podemos observar em diferentes falas.

Mas deixa que avançaram. Não esperaram. Que quem espera com paciência um dia é feliz. Quem espera com paciência como num cozinhado. A gente bota uma panela no fogo, atíça o fogo e espera que ele cozinhe bem cozinhadinho. Quem não tem paciência bota no fogo, ferve aquilo e come cru. Foi o tempo que abafaram o fogo, comeram cruzinho de uma vez, não tiveram tempo. Eu disse: Agora o pau vai quebrar e cantou, cantou, muito. Mas quando o pessoal alvoroçado tocou fogo na coisarada, acendeu o fogo e a labareda cobriu tudo. Aí se acabou o sindicato, acabou-se posto, acabou-se doutor, acabaram-se tudo. Aí foi quando eu cheguei e disse assim: tem o tempo por pouco tempo, o bom tempo por pouco tempo. Se eles tivessem deixado do jeito que ia, tinha ficado que nem a gente queria e eles todos queriam. .. o secretário, esses doutores. Mas o povo assanhou demais. Pegou fogo duma vez. Era pra ir queimando devagar. Rapaz, lá onde a gente mora também ta bom demais e numa faz questão ta manso e a gente

¹³³ O agave é uma planta também conhecida como sisal. É resistente aos problemas causados pela seca, bastante comum no Nordeste brasileiro. O agave do tipo “Piteira Gigante” (*Gourcraja Gigantea*) foi cultivada extensivamente no estado de Pernambuco, daí segundo as mudas para demais estados do sul, sudeste. No estado do Paraíba surgem as primeiras plantações no século XX, nos primeiros anos da segunda década. O início da plantação foi na região do brejo, depois na caatinga litorânea e nos cariris do estado. A cultura do agave, no brejo da Paraíba, torna-se fraca a partir de 1959, agravando-se a crise de 1969 em diante.

tem que ir levando devagarzinho. Vamos saber levar, vamos moendo devagarzinho. Porque isso a gente tem que ir distorcendo, vai torcendo que quando eles quiser se espantar a gente destroça um pouquinho. Que quando chegar pra perto dele, ele quiser afastar o pé de banda a gente distorce. E, assim, quando ele pensar que não, porque um cipó a gente pega faz uma amaragem, torce uma coisinha, daí a pouco os guarda. Vem de novo, torce, mas quanto o povo foi torcer tudo de uma vez aí distorceram tudinho de lá. Se fosse devagarzinho, o exército tava no meio, ele tava com a gente e a força da gente é com o exército. Quer dizer que as forças armadas tem toda a força. Então, nesse entremeio, o pessoal pegaram a avançar então quando encontravam no nó no caminho. Diziam, vamos atacando? Vamos. Vamos pra fazenda do fulano de tal? Rapaz, o que é que tu vai vê lá? Vai muita gente. Hoje é uma união, vai pra lá! Vê o que? É pra brigar, é pra matar, é pra tomar o que? Diz, não nós vamos calçar ele. Isso é o seguinte: calçar ele é pro mode dele pagar caro. Digo: Isso aí ta certo, vamos aumentar o preço do ganho da gente. Então, nos falamos com o proprietário, cada qual se ajunta e fala com o proprietário. Chega lá e fala com ele. Meu patrão, o senhor sabe o ganho ta pouco, num dá, você sabe que ta tudo caro. A carestia ta imensa, então eu queria que o senhor pagasse mais. Porque o senhor ta pagando barato. Ia devagar. Se a gente se unir, a gente diz assim. Vamos junta 10 homens? Pra fazer o que? Limpar o meu roçado. Então iam aqueles 10 homens limpar o roçado. Amanhã os mesmos 10 limpava o roçado do outro. Indo assim, vai se chegando, vai se juntando, todo mundo quer. Quando eles pensarem que não, então ta invadido o mundo em geral, né isso? Mas não, o povo vão pegar de uma vez, pegava o patrão pela perna, balança ele. Se se unisse e pensasse assim, ia pra frente. Hoje em dia, todo mundo era rico. Em todo canto que o freguês chegasse botava um roçado, quer dizer que aquilo ali era todo nosso. E, todo mundo vivia bem.

A miséria do trabalhador rural advém da perda de sua liberdade, que é a posse da terra e tudo o que ela representa. Decorre do fato de ele ter perdido as condições sociais de seu trabalho, a terra para plantar ou a sua vida no roçado. Este ato de expropriação de suas terras, terras de sua sobrevivência impede que a terra produza o alimento fruto de seu trabalho passando a terra a ser de gado. Terra para gado pastar e não mais para produzir alimentos para os trabalhadores rurais e de suas famílias.

Nós somos moradores de uma propriedade com 28 localidades, ficam no município de Salgado de São Félix, e 08 no município de Itabaiana. A propriedade tem mais ou menos 13.000 hectares de terra. O antigo dono de lá, Arnaldo Araújo Maroja, morreu no dia 7 de novembro de 1975. Ele não tinha mulher nem filho. Ficou num testamento para vender o gado e a terra e para repartir o dinheiro com 42 herdeiros. As terras foram vendidas para mais de 10 proprietários. E, assim, começou o desassossego para mais ou menos 700 famílias. Ao todo mais ou menos 4.000 hectares. Todos são nascidos e criados na propriedade. Tem gente nascido e criado com 96 anos. Pagamos o foro todos os anos, todos tem recibo. Então venderam a terra e nós não tomamos conhecimento de quem comprou. Quando é agora, os novos proprietários, Irene Ferreira Brandão Cavalcante, Telêmaco Cavalcante Pessoa, Antonio Galvão Cavalcante Filho, da localidade de Alagamar deram ação de despejo a 5 moradores, só porque

trabalhavam juntos, unidos nas posses. Invadiram nossas posses com cercas, e com cana, foram invadidas 14 sítios dos moradores da localidade de Piácas, do dono José Veloso Araújo. No dia 04 de dezembro de 1977, assistimos uma reunião com o Major Maia Martins, no sindicato de Salgado São Félix. Ele nos deu conselhos mas não deixou nada resolvido e não deixou ninguém falar. Disse que não ouvisse conselho de ninguém de fora, que todos ficassem quietos no seu canto. Nós não podemos ficar quietos, porque temos ameaças, temos que procurar nossos direitos na Justiça e se unir para conversar, trabalhar, para defender a nossa lavoura do gado. Para falar com o proprietário e com as autoridades, para todos respeitar a lei.¹³⁴

Durante o final da década de 1950 são implementadas políticas agrícolas por meio do financiamento rural para a mecanização e modernização do campo. Este processo moldou as estruturas agrárias existentes, excluindo os pequenos agricultores por meio da ausência de crédito agrícola. Estes pequenos agricultores, posseiros, moradores, arrendatários não tinham a posse legal das terras de maneira que não tinham como obter apoio financeiro por meio de órgãos públicos. A política agrícola buscava suprir as fazendas que se dispusesse a atender às cidades que cresciam com o surto inicial de substituição das importações. E, portanto, necessitava de alimentos e matéria-prima para o desenvolvimento da industrialização, sendo o crédito agrícola considerado um dos instrumentos mais eficazes de que dispunha o Estado para a intervenção na agricultura, gerando o desenvolvimento do campo.

A forma tradicional de produção até então era de complementaridade e interdependência no processo produtivo, o campo oferecia os produtos que a cidade precisava, mas com os estímulos da modernização no campo, se desorganiza a forma de produção frente a esta nova demanda do capital e a conseqüente expulsão de trabalhadores do campo. Agora, o campo não somente irá fornecer matérias-primas para a cidade, mas também mão-de-obra para as indústrias que começavam a se instalar nas regiões Centro-Sul do país. Com o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento das vias de comunicação (transistor, o rádio no campo e as pistas, as grandes estradas que começaram a ligar as cidades) propagam-se idéias e mercadorias até pouco tempo desconhecidas, o que transforma o estilo de vida material, os valores e as idéias. Como foi o caso da construção da cidade de Brasília e da rodovia BR 153 que ligaria Belém-Brasília. A capitalização do campo significou

¹³⁴ Carta dos Agricultores de Piácas e Alagamar, estado da Paraíba de 1978 ao Presidente da República.

mudança nas relações de produção e a utilização de insumos modernos, da mecanização que vai atuar nas relações de produção, desde o plantio até a colheita, substituindo a força de trabalho e elevando a produção agrícola. Ou seja, de 1945 a 1964 teremos a instalação do capital monopolista, estrangeiro e dependente no campo e na cidade.

As vias de comunicação como à construção de estradas e rodovias entre as propriedades e os mercados de consumo sempre foram de suma importância para a continuação da produtividade agrícola, pois permitia o acesso mais rápido às cidades maiores e aos grandes centros comerciais e financeiros. Historicamente, a ausência de vias de comunicação acabou conduzindo ao isolamento das grandes fazendas que, entre outros fatores, conduziu à autosuficiência. Este processo expressou uma relação íntima entre a ocupação de fronteira e a construção ou expansão das rodovias estimulada pelo Governo Federal, como é o caso da BR 314 que liga Manaus a Porto Velho, a BR 163-Pará, Rodovia Transamazônica, recurso público utilizado pela ditadura. Estas áreas acabaram apresentando uma ocupação desorientada como foi o caso gerado pela forma de ocupação das terras por meio do desmatamento, gerando vários conflitos próximos às rodovias ou por expulsão dos índios de suas terras. O conflito de terras nestas regiões se referiu em grande parte ao sistema de grilagem¹³⁵ de terras públicas ou terras devolutas. A grilagem é um dos instrumentos de conflito da terra e de desmatamento que resulta no abuso do poder público e do uso ilícito dos instrumentos legais contra a população tradicional. O grileiro possui recursos próprios que lhe permitem estabelecer entraves variados à população pobre do campo, inclusive a utilização de documentos ilegais.

Este movimento de expansão da fronteira agrícola atrelado a da construção das rodovias intensifica o processo de ocupação e do conflito de terras, como observamos nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Este processo se acelerou nos governos militares na localidade da Amazônia Legal.¹³⁶ E, seguiu com as políticas modernizadoras para o campo como o crédito agrícola, a implantação de

¹³⁵ O “grilo” ou a “grilagem” vem da prática de colocar um inseto, o grilo, junto a um documento, a um título de terras ou outro documento fundiário, mas ilícito, e fechá-lo junto com este para que possa se alimentar do papel do documento, depositando suas excrementos sobre o papel, deixando-o amarelo e fornecendo-lhe uma aparência de velho, de antigo, de usado, e possivelmente, de um documento autêntico.

¹³⁶ As áreas de fronteiras agrícolas são expressão de um modelo econômico sustentado por uma produção de *commodities* agrícolas para a exportação que busca a incorporação de novas áreas para ocupação sendo a produção voltada para o mercado externo. E, internamente, com concentração de propriedade de terras nas antigas áreas de ocupação para se iniciar o processo de modernização.

melhoramento da infraestrutura viária, telecomunicações, energia elétrica e grandes extensões de terras públicas a disposição décadas adentro.

Os movimentos migratórios¹³⁷ no Brasil sempre tiveram como propulsão a demanda externa que gerava a busca por novas terras para a produção de mercadorias, numa relação entre a terra e o homem, de menor ônus, com o menor custo e maior aproveitamento do capital. Esta relação assenta-se numa lógica exploratória e predatória que não considera os recursos do meio ambiente, mas é movido pela ânsia do lucro sem barreiras.¹³⁸ Essa mobilidade humana invisível que migra a sabor do capital não é linear, os trabalhadores do campo assentados na fronteira parecem estar em permanente errância, em contínua mudança, pois frente às incertezas da posse da terra e da desocupação das terras estão constantemente com o pé na estrada. Este caráter de errância apresenta algumas conseqüências como baixo nível de capital financeiro e humano expresso na ausência de relações estáveis. Uma relação com o mundo rural e com a agricultura de subsistência e a falta de pertencimento a um lugar, um desenraizamento social, cultural e afetivo.

Desde os seus primeiros momentos, o ato de expropriação é sentido por toda a família como uma calamidade. O que significa dizer que os trabalhadores rurais comparam sua vida até aquele incidente e percebem como ele é um divisor de águas. Pois que não é uma situação isolada, o processo é parecido com o de muito outros trabalhadores rurais. As condições precárias com relação à sua sobrevivência aparecem como uma situação coletiva, do povo, de todas as pessoas. É toda uma gente que “vai ficando sem terra e vivendo na maior miséria nas pontas de rua”. Assim, o que existia antes como exceção, existe agora como uma situação que somada a tudo o que representa a expropriação da terra e do trabalho, o povo percebe como motivo de medo, medo de perder a liberdade que tinha antes.

O povo vai de mal a pior em Lagoa Dantas (Bananeiras). De quem é esse garrote? É seu? É sim Senhor, é meu. Tenho ainda outros bichinhos aí. Pois de agora em diante não pode mais criar bicho aqui. Só peru e galinha e

¹³⁷ Vianna (1957, p. 129), aponta que a marcha como forma de fugir ao cerco da fome e da miséria era algo existente no Brasil desde o período colonial. Como bem coloca o autor acima referido. “Por esse tempo, não há, por assim dizer, outra profissão senão a da exploração da terra. Os que não possuem sesmarias, ou não conseguem adquirir terras, acham-se como que deslocados dos quadros da própria sociedade em que vivem. Emigrar é, então ao mesmo tempo uma fuga à miséria e um meio de classificação”.

¹³⁸ [..] os deslocamentos correspondem aí a ensaios, tentativas, novas experiências, a procura incansável do melhor sistema de vida”. (Prado, 2000, p. 67).

assim mesmo amarrado pra não estragar o capim. Cadê seu filho? Foi na feira de Belém vender umas coisas. Pois de agora em diante, não pode mais. Tem que trabalhar tudo aqui na fazenda. Foi assim, que Lagoa Dantas começou a virar nação de gado em vez de gente. De lá pra cá o povo vai de mal a pior, porque tudo o que tinha deixou lá. 'Ele mandou derrubar todas as casas dos que iam saindo e ninguém carregava nenhum pau. Foi um clamor, homens chorando, deixando as vezes o campo branquinho de algodão. Já se passaram quatro anos e o povo não esquece. Quem esquece uma coisa dessas? Nunca ninguém tomou providência nem ligou para este grande despejo que a ambição de um homem realizou. O povo fala essas coisas com gente de confiança, porque ainda tem medo. Agora, depois de tanto tempo o defunto é desenterrado, porque a situação da maioria dos que saíram de Lagoa Dantas é triste, muito triste. E a mesma agonia está se repetindo agora. Já é tempo do governo acudir o povo, para evitar a calamidade. O povo hoje ainda se arranja com um caldinho de feijão e um punhado de farinha, nas pontas da rua. Mas.. e daqui a cinco anos? De que jeito vai enganar a fome? Este escândalo que acontece cada vez mais na zona rural é mil vezes pior que o escândalo da mordomia que foi descoberto no meio dos ministros. É preciso evitar antes que seja tarde demais. A mordomia são os gastos que os grandes fazem com dinheiro da nação para seu próprio benefício: um pagando 28 empregados só para a família, outra mandando fazer uma piscina com água quente, outro mandando fazer uma casa caríssima. Aqui agora na Paraíba tem muita gente enricando com o suor dos pobres. E, o governador deve acudir, porque não é só Lagoa Dantas, mas em muitos outros lugares o povo vai ficando sem terra e vivendo na maior miséria nas pontas de rua. O que todos dizem é que antes viviam bem. 'Lagoa Dantas era o celeiro de Belém e desses lugares aqui de perto.' Agora, os que saíram de lá tem de dar muito nó no corpo para conseguir levar a vida. 'Se a Igreja naquele tempo falasse que nem hoje, não tinha havido o que houve em 72.' Esta opinião de uma pessoa é preciso considerar para que a Igreja não fique mais só olhando e se compadecendo, mas sendo uma atuação mais direta!

O trabalhador rural percebe que as relações entre ele e o proprietário de terras é na forma de uma opressão, pois ele é obrigado a sair da terra onde planta o "roçado" porque o proprietário de terras rompeu o contrato mantido por costume. E, com isso toda uma seqüência de mazelas sociais se instaura em relação ao trabalhador rural até que ele desiste da posse e junto com sua família abandona a terra em busca de uma outra posse, onde fatalmente, a mesma relação desleal irá acontecer, ou irá para a cidade como assalariado. Como podemos observar nos relatos que seguem:

Quando os proprietários estavam invadindo nossas áreas arrendadas, com as cercas e com o gado, resolvemos tirar a cerca e levar o gado até o cercado dos proprietários. No outro dia, os empregados soltaram novamente o gado nas nossas lavouras. Outra vez, fomos empurrar o gado para o cercado do proprietário. Nesse dia, dia 09 de janeiro de 1978 apareceram vários soldados e tenentes de Guarabira e prenderam quatro dos nossos irmãos agricultores. Foi um sofrimento. A presença dos soldados nas nossas terras arrendadas provocaram muito medo. Todos estavam com medo. Todos estavam com medo de serem presos. As mulheres e as crianças choraram

muito com a prisão de seus maridos. E, os que foram presos passaram horas ruins dentro do carro fechado da polícia e ficaram muitas horas num sol quente. Só saíram de lá porque eles gritaram muito para abrir a porta. Depois foram levados para a delegacia de Salgado São Félix e Itabaiana. E só ficaram soltos no dia 11 porque o bispo D. José Maria Pires falou com o Juiz e pagou a fiança. Porque eles foram presos, Sr. Juiz, se não estavam praticando crime e é direito defendermos as nossas lavouras? Será que só tem Lei em favor dos proprietários para invadir os nossos roçados e nossos sítios? A lei não diz que podemos defender os nossos direitos? Por que a cana continua invadindo as nossas áreas, e os proprietários que invadiram não são presos? Então por que essa prisão? A prisão dos nossos irmãos agricultores foi muito ruim, porque provocou muito medo. Agora, os proprietários estão se sentindo protegidos com esses crimes, que eles praticam e nós é que vamos presos. E, começam a fazer tudo novamente.¹³⁹

O trabalhador rural percebe que sem as condições anteriores que tinha de acesso à terra e ao trabalho que realizava junto com a família ele não vai poder sobreviver. A perda da terra e do “roçado” significa que ele vai viver mal, comer mal e vai cansar o corpo. A liberdade que ele tinha antes não existe mais. No lugar do homem arando a terra, é o boi que agora ocupa o “roçado” que antes era o lugar de seu trabalho e, conseqüentemente, de sobrevivência de sua família.

Nós, moradores de Gurugi, queremos pedir providência aos órgãos competentes como seja o Governador, a Federação e o Sindicato que, desde fevereiro de 1978, dentre 70 famílias vem sendo ameaçadas de despejo. Primeiro, por João Gonçalves de Lima e hoje por Luciano Aníbal Pedrosa de Melo. Estamos com documentos comprovando que a terra é do Estado e não sabemos como estes invasores conseguiram comprar esta terra onde vive pessoas com 70 anos ou mais herdando benfeitorias e posse dos pais e avós. Desde que começou a ação fomos denunciado ao Sindicato, à Federação, ao Jornal. Enviamos carta ao INCRA, ao Governador e ao Presidente da República e à CONTAG por correio e pelo presidente da Federação. Até agora nada foi resolvido. Não foi tomada nenhuma solução. No fim de abril recebemos um bilhete enviado por Firmino, o ex-presidente do Sindicato, comunicando que a terra tinha sido passada para o novo proprietário que era Luciano Aníbal Pedrosa de Melo. No dia 03 de maio tivemos uma grande reunião aqui em Gurugi com o Dr. Caetano do INCRA acompanhado com a Federação, o Sindicato e o novo proprietário. Este deu a proposta que ia plantar cana, que tinha trabalho para todo mundo. Nós não aceitamos porque o nosso trabalho é a agricultura de gênero alimentício. O Sindicato nada falou enquanto o Dr. Caetano do INCRA falou que a gente podia fazer acordo que assim não ia dar trabalho ao INCRA, a Federação, ao Governo e ao Sindicato. A Federação prometeu fazer outra reunião aqui e até hoje estamos esperando. Na última semana do ano 25 famílias foram notificadas de despejo. Novamente, fizemos denúncia. Fomos ao Sindicato, a Federação e ao Jornal. Álvaro disse que encaminha o caso para o Governador e para o advogado entrar com uma ação de contestação. O proprietário, na primeira semana de janeiro, mandou a Dna Severina Lira Ferreira desocupar a sua casa dentro de 24 horas. Voltamos à Federação para informar o acontecido. Quanto voltamos

¹³⁹ Carta dos Agricultores de Alagamar e Piácas ao Juiz de Itabaiana, no estado da Paraíba, 1978.

já encontramos máquinas, trabalhadores e capangas armados. No dia 22 uma comissão de 8 agricultores foi para uma audiência com o Governador, acompanhado com o Presidente do Sindicato e da Federação e com o advogado. Falamos sobre tudo que estava acontecendo, entregamos a notificação e um documento da terra conseguido no Centro Administrativo. Exigimos que as máquinas e os trabalhadores fossem retirados e que os capangas fossem desarmados e que a terra fosse livre como antigamente. O Governador, de boca, garantiu que ia resolver o problema, que despejo não ia acontecer contra nós, que ia juntar todos os documentos para entregar ao Governo Federal para este resolver a situação. Depois desta garantia que o Governo deu houve tiro a noite, andam armados por detrás da cada da gente, houve palavrão e ameaças. Tomam o nome do pessoal a pulso, queriam forçar Dna Silvina de 80 anos a ceder a casa dela para botar trabalhadores. Capangas armados procuram os moradores. As máquinas estão cortando a terra e derrubando fruteiras como mangabeira e mangueira. Juntaram os galhos por cima da lavoura de Dna Eulina. Destruíram a roça e os coqueiros de José Severino. Passaram com a Mercedes depois na lavoura.¹⁴⁰

A perda do “roçado” significa não só comer comida menos farta e sadia, variada, como sequer “ter o que comer” frente às intempéries da vida. No “roçado” “alguma coisa que planta a gente come”, na troca de salário por trabalho, nem sempre o salário dá para comprar comida. A consequência da fome é a doença, a morte, o desespero. Assim, a luta pela conquista da terra é a luta por direitos sociais. E, não é somente uma luta contra o proprietário de terras, não é apenas uma luta contra a injustiça da justiça, ou contra a violência daqueles que juraram defender, como a polícia e as instituições de defesa nacional. É uma luta que se junta a muitas outras lutas pelos direitos sociais que ainda não são respeitados no Brasil. É uma luta pela liberdade frente à opressão, é uma luta pela efetivação de direitos.

Nós, os moradores de Gurugi (também conhecido por Pitanga II), Conde, Paraíba, já denunciemos nossos problemas muitas vezes, em cartas acompanhadas de fotografias, denunciemos na imprensa, rádio e jornais. E, em audiência com o Governador e o INCRA. Na audiência com o governador, ele disse para a gente que lá em Gurugi não ia haver despejo; em uma inauguração que ele foi fazer lá em Gurugi, disse pra todos nós que até quando fosse governador da Paraíba em Gurugi não ia haver despejo contra. Nós, porque antes disso acontecer, ele ia tomar providências imediatas. Quando estamos vendo tudo acontecer ao contrário: as máquinas continuam invadindo cada dia mais nossas posses e devorando nossas fruteiras. Os capangas continuam nos ameaçando cada dia mais, como foi o caso do último domingo, di 14 de fevereiro de 1982, quando 5 capangas armados quiseram assassinar o companheiro Alcino, pensando que era seu irmão, Domingos, onde ele (Alcino) mora em João Pessoa. Só não aconteceu a morte dele porque várias pessoas tomaram a frente enquanto ele fugia. Na segunda-feira, dia 20, os capangas e o proprietário

¹⁴⁰ Carta ao Governador da Paraíba e aos órgãos competentes. Gurugi, 27 de janeiro de 1982. Comissão dos Agricultores de Gurugi.

encontraram o companheiro Paulo Joaquim no ponto do ônibus vindo para a cidade e sem dizer nada a ele o espancaram violentamente, onde o companheiro Paulo é morador da propriedade vizinha sem ter nada a haver com nosso problema. Fato já denunciado e encaminhado exame de corpo delito. No mesmo dia, o companheiro Clovis Lima se encontrava juntamente com outros companheiros tapando sua casa, quando nessa hora chegaram três capangas em um trator, todos armados, querendo levar o companheiro Elias arrastado. Os três não conseguiram sair e foram buscar mais 10 capangas. Daí foi o tempo do companheiro fugir. Invadiram a casa do Clóvis, quebraram tamboretas e tolhas, deram murro nas portas, empurraram uma mulher que estava com uma criança de dois meses e outras ameaças. Mesmo com os companheiros Elias e Nivaldo já foragidos, os capangas passaram o dia todo procurando eles para mata-los já com as armas na mão. Os capangas também foram na casa de Genilda com um facão e com a mão já no revólver para mata-la. Só não aconteceu a morte dela porque nós fomos para lá. No mesmo dia seqüestraram Frei Hermano José¹⁴¹ e o advogado do Centro de Defesa da Arquidiocese, passando com ele três horas preso, lhes ameaçando de morte e acabaram com o carro deles que estavam botando açúcar no motor. Quando aconteceu tudo isso nós viemos a Delegacia de Conde prestar queixas e pedir providências. O delegado passou um rádio para João Pessoa e com o tempo chegou uma viatura da polícia. Só fez chegar no Conde mesmo e recebeu logo ordem para voltar para o ponto zero. Não sabemos o que está por trás disso. Ficamos na delegacia até as 19:00 horas e o delegado sempre nos dizia que estava recebendo ordens superiores para não fazer nada, nem levar os queixosos para as suas casas. Com estas ameaças todas vários companheiros estão fugidos de suas casas com medo de perderem suas vidas, então resolvemos pedir providências a quem nos prometeu e quem tem poder para nos dar; estamos aqui em João Pessoa desde ontem na FETAG. E, hoje, resolvemos vir ao Palácio exigir do Governador: QUE NOSSA TERRA FIQUE LIVRE COMO ANTES; RETIRADA DOS CAPANGAS DA NOSSA TERRA; RETIRADA DAS MÁQUINAS; E GARANTIAS PARA OS QUE LÁ FICARAM SEM PODER VIR POR PROBLEMAS DE DOENÇA E MULHERES GRÁVIDAS.¹⁴²

O medo é a expressão – entre muitas outras razões – do sentimento de perda da liberdade derivado da expropriação da terra do trabalhador rural. Esse sentimento derivado da perda da liberdade impulsiona os trabalhadores rurais a seguirem em frente, pois que o pior já aconteceu.

Em um Relatório da Federação da Paraíba somos informados de que aproximadamente 700 famílias moradoras da Fazenda Alagar, município de Salgado de São Félix, estão sendo ameaçadas de despejo pelos novos proprietários.¹⁴³ Há muitos anos, o antigo dono da fazenda cedeu algumas áreas a essas famílias, mediante contratos verbais de parceria e arrendamento. Com a morte do fazendeiro,

¹⁴¹ O caso do Frei Hermano José e do advogado Loureiro. O Governador Tarcísio de Miranda Burity, que foi governador de estado da Paraíba pela Arena em 1979. Renunciando ao cargo em 1982 para, conforme nota oficial, concorrer a um cargo de deputado na Câmara. Foi eleito com votação significativa, sendo eleito novamente, em 1986, pelo PMDB.

¹⁴² Carta dos Moradores de Gurugi às autoridades responsáveis e ao Governador da Paraíba. João Pessoa, 17 de fevereiro de 1982.

¹⁴³ Boletim da CONTAG, número 09, set/dez de 1978.

porém, os herdeiros estão retalhando e vendendo as terras a terceiros. E, estão interessados em que as famílias desocupem a área, assim vem cometendo todo tipo de ameaça e pressão. Segundo esse mesmo relatório, são 446 famílias, num total de 2. 723 pessoas, muitas delas ali chegaram há mais de 30 anos, sendo que as mais recentes têm no mínimo 10 anos de permanência na terra. De maneira que desenvolveram uma produção bastante expressiva de cereais, legumes, frutas e a criação de animais. A Federação entrou com uma ação de “Interdito Proibitório” na Comarca de Itabaiana, a pedido de 54 trabalhadores rurais que se achavam mais diretamente prejudicados. O Juiz de Direito concedeu a liminar para estes trabalhadores rurais permanecerem nas terras. Mas, para a Federação essa é uma situação provisória, pois somente a “desapropriação da área por interesse social” conforme disposto no art. 18 da Lei 4.504 do Estatuto da Terra de 1964, e que poderá resolver, em definitivo a situação.

Até a morte do Senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda Alagamar sem sofrerem qualquer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora, a coisa mudou. Toda aquela tranqüilidade ruiu ante a radical mudança de sistema. Imperam o desassossego, a ameaça e a opressão, de formas diretas e indiretas. Trabalhadores, antes afeitos apenas ao trabalho da lavoura, vêm-se obrigados a procurar proteção e segurança capazes de lhes devolver o direito de cultivar o solo em paz.¹⁴⁴

Na Fazenda Pitanga, no estado da Paraíba, havia 52 arrendatários com suas famílias, com roçado e lavoura variada há 16 anos, mas que, com a venda de terras, desencadeou se na região todo um processo de expropriação dos trabalhadores rurais por meio de diversos subterfúgios que visam gerar opressão e violência, como a destruição sistemática e sumária das lavouras, destelhamento das casas dos arrendatários, destruição das plantações, etc. Diante disso, os trabalhadores rurais aceitam qualquer quantia e caminham em direção às fronteiras agrícolas, seguem também, por vezes, em direção às cidades ou vivem à margem das rodovias. Alguns conseguem ingressar na justiça e aguardam a decisão do Juiz de Direito. Com a venda de uma outra fazenda, no município de Caapora, mais ou menos 60 famílias foram ameaçadas de despejo. O prefeito da cidade recorreu junto à justiça e fez declarar parte destas terras de utilidade pública afim, de assegurar a resistência

¹⁴⁴ Material de pesquisa cedido pela professora Dra. Vanilda Paiva.

destes moradores, o que não impediu que parte do roçado e da lavoura destas famílias fossem destruídas pelo proprietário. Nenhum inquérito foi realizado. Na Fazenda dos Ribeiros, 20 famílias vivem cercadas por arame farpado, porém os animais do proprietário vivem em pasto solto comendo a lavoura destas famílias há 3 anos, e tirando o sossego por diferentes instrumentos de pressão diretos e indiretos.

No município de São Miguel de Taipu, também na Paraíba, são as usinas que querem as terras dos arrendatários para aumentar a produção. Em alguns casos, o morador tem sua lavoura invadida, o roçado esmagado, a casa destruída. Em outros casos, o advogado representando os usineiros convoca os arrendatários para uma reunião onde é “esclarecida” a situação. Aos poucos, os trabalhadores rurais vão entendendo que é preciso agir, é preciso lutar, é preciso criar união entre os moradores para entrarem todos na justiça pedindo a manutenção da posse. De maneira que a resistência e a luta dos trabalhadores rurais contra a expulsão da terra não somente cria uma maior organização, mas a percepção de todo o processo no qual eles estão envolvidos. Seja por meio do conhecimento de leis que garantem seus direitos, seja pela ideologia do marxismo-leninista e o discurso da Igreja Progressista que passam a organizar os trabalhadores rurais.

A terra não deve ser um meio para escravizar o homem, mas um meio para liberta-lo da opressão, da fome, da injustiça. (MARTINS, 1980, p. 121)

Em 1970, as propriedades rurais com menos de 10 hectares representavam 51,2% do total de terras. Em 1980, era de 52,1% do total de terras. As propriedades de extensão maior do que 1.000 hectares corresponderam a 39,5% do total de terras e, em 1980, a 45,1%.¹⁴⁵ Quanto às políticas agrícolas, a política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM passou a ser um dos instrumentos mais utilizados, pois protegia o setor rural por meio da garantia de um preço mínimo para os produtos do campo, de maneira a assegurar uma constância nos preços. Arelada a essa política agrícola surge a EGF – Empréstimos do Governo Federal – a partir de um contrato de crédito para a comercialização dentro do ano-safra. Todos estes incentivos transformaram a face do campo, introduzindo estímulos modernos além da maquinaria que substituía o trabalhador. O consumo de fertilizantes cresceu no país de 20% ao ano antes de

¹⁴⁵ WWW.IEA.SP.GOV.BR

1965, para 300 mil toneladas, a partir de 1965, e em 1980, para 4 milhões de toneladas. Os subsídios aumentaram bem como as exportações agrícolas como o café e a soja. Com o aumento inflacionário e a crise do petróleo, o governo passou a apoiar a produção de cana-de-açúcar como matéria-prima de produção para o álcool substituindo o petróleo importado. Assim, foram criados o PROTERRA e o Instituto do Açúcar e do Alcool que contribuem para potencializar este processo de penetração do capital no campo.

O Banco do Brasil forneceu também financiamentos variados nesse período. O financiamento rural gerou, por exemplo, mais especulação com terras do que o aumento real na produtividade agrícola (SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965), porque, com a alta da inflação, a propriedade da terra funcionava como uma reserva de valor, o que acabou por gerar um aumento no preço da terra.¹⁴⁶ Em outras palavras, o subsídio de crédito estimulou a especulação financeira da terra mais do que o aumento da produtividade agrícola, o que favoreceu a concentração de terras por parte do Estado brasileiro, transferindo entre outras, as terras públicas para particulares e para as grandes empresas do setor industrial e financeiro. (MARTINS, 1997)

As políticas de colonização públicas ou privadas ativadas pelo Governo Federal tiveram por motivo aliviar as tensões sociais no campo produzidas pela modernização tecnológica que intensificava a pauperização e a expropriação de terras. O que ficou marcado como a forma de trato da questão agrária durante o período militar foi à identificação entre reforma agrária e as políticas de colonização. A preferência pelas áreas de fronteira como resposta aos conflitos no campo, a reedição da “Marcha para o Oeste”, a marcha para os espaços ainda não ocupados pela produção capitalista.¹⁴⁷ Internamente, a nova dinâmica produtiva de fronteira utiliza-se de trabalhadores rurais que vêm do Sul e os encaminham para as áreas de fronteiras – Centro-Oeste e Norte; os trabalhadores rurais do Nordeste são encaminhados para o Sul-Sudeste. Esta nova fronteira tem, no uso da tecnologia, seu

¹⁴⁶ WWW.BNDES.GOV.BR

¹⁴⁷ Em 1938, o governo Vargas lança a Marcha para o Oeste tendo como marcos posteriores a construção de Brasília, a rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a rodovia Transamazônica. O que estava subjacente era a idéia da busca por unidade nacional por meio da ocupação das terras vazias, a integração das fronteiras. Vargas afirmava em seus discursos sobre os males do latifúndio e as vantagens da pequena propriedade para a criação da riqueza, mas somente com a abertura de Belém-Brasília na década de 1960 é que se apresentaram condições reais para uma ocupação mais efetiva. (VELHO, 1976, p. 137-157).

aspecto inovador e elemento central de seu potencial econômico, localizando-se em regiões de áreas de cerrado na Amazônia Legal, Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão. Estas regiões passaram a serem ocupadas, em sua maior parte, por assentamento em áreas de florestas, mesmo ao custo do desmatamento do meio ambiente e da extinção de tribos indígenas e de sua expulsão. Eram os posseiros da Amazônia que na ausência de estímulos fiscais devastaram a floresta para a criação de gado. Na década de 1990, o cultivo da soja, no sul do estado do Amazonas gerou o aumento do desmatamento nessa região.¹⁴⁸ Junto a estas áreas ocorrem as obras de infraestrutura para o escoamento da produção. O novo avanço tecnológico na produção significa baixa utilização de mão-de-obra, com contratação de mão-de-obra qualificada, normalmente vindo, do sul do país.

Nesse período, observamos uma redução na busca do crédito agrícola com o fim do subsídio, pois as possibilidades de ganhos especulativos com a terra se extinguíram, em função da crescente alta da taxa de juros e, por isso, potencializou-se a inflação, como foi o caso, na década de 1980, durante o governo de Figueiredo (1979-1985) com restrições ao crédito por causa da alta de juros. Tais medidas seguem até a década de 1990, mas no final, observamos a retoma do crédito rural.

Durante as décadas de 1980 e 1990, houve um aumento de movimentos sociais tanto no campo quanto na cidade, um processo que significou uma relativa unificação da esquerda no país em diversos setores nacionais na luta contra o fim da ditadura e a favor do processo de redemocratização no país, como foi o caso das “Diretas Já”, do movimento estudantil, do popular, etc. No início da década de 1980, intensificam-se as ocupações de terras geradas pela expropriação do capital no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge nesse período, em 1984. E, ao longo destas décadas até hoje suas atuações políticas têm contribuído não somente para intensificar a reforma agrária como também em colocar na pauta do Governo Federal esta questão e os subsídios para o setor, por meio, não somente das ocupações, mas das marchas e outras formas de atuação desta organização.

O critério para ser membro desta organização é, conforme o *corpus*, somente o de “indignar-se com as injustiças cometidas contra os trabalhadores rurais” e contribuir de forma prática na luta de classes em prol da classe trabalhadora. Portanto, a sua origem, se é do campo ou da cidade, não é empecilho para fazer parte

¹⁴⁸ WWW.AMAZONIA.ORG.BR

do movimento, muito menos morar em acampamento ou em assentamento. Este fato aponta para a mudança da base social do MST que, na década de 1980, era essencialmente de trabalhadores rurais, mas que a partir de meados da década de 1990 tem se verificado a presença de trabalhadores urbanos também, derivados da situação precária de vida de baixos salários e subempregos nas grandes cidades que encontram nos acampamentos uma possibilidade de melhora de vida e busca por condições mais estáveis de sobrevivência.

Em 1985, 1.500 famílias de trabalhadores rurais participaram da ocupação da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, montando acampamento neste latifúndio improdutivo, uma terra de especulação imobiliária aguardando a decisão do Governo Federal em relação à posse das terras. O processo de desapropriação da Fazenda Anoni durou 14 anos. Atualmente, são 420 famílias assentadas que produzem anualmente uma renda que movimenta a economia e o comércio da região norte do estado. Existem 6 (seis) escolas que atendem a mais de 400 crianças, filhas e filhos de assentados. Para este movimento, a ocupação tornou-se um marco na formação do MST no que se refere às formas de luta e resistência pela conquista da terra, em âmbito nacional e pelas estratégias que foram utilizadas. Este acontecimento foi o tema do filme “Terra para Rose” da diretora Tetê de Moraes e que foi retomado em 2006 para contar o que aconteceu com as famílias depois de passados 19 anos desde que foi rodado este filme. Este fato acabou gerando um outro filme, “Sonho para Rose”. No primeiro documentário, Rose e sua família eram uma das muitas famílias presentes na ocupação. Ela morreu antes de terminar o filme em 1987. Esta película compõe-se de cinco momentos entre os anos de 1985 e 1987, “A promessa”, “A espera”, “O confronto”, “O Sonho” e “A trégua”. Rose é a primeira mulher a contar a sua história para o documentário. Ela chegou ao acampamento grávida, e seu filho nasceu ali, Mário Tiaraju.¹⁴⁹ Podemos analisar a trajetória de Rose como a de muitas famílias que sofreram o processo de expulsão, e o conseqüente despojamento e separação do trabalho direito na terra. O interesse só se mostra eficaz quando transformado em representação, quando encontra um canal de expressão de idéias e crenças que revestem essa conquista pela terra como uma busca legítima seja por meio da apropriação de idéias religiosas cristãs seja pelo ideário marxista-leninista

¹⁴⁹ Sepé Tiaraju foi um índio guerreiro guarani, considerado um santo popular brasileiro e tido como herói nacional guarani-missionário rio grandense pela Lei Estadual 12.366. É atribuída a ele a expressão: “Essa terra tem dono!”. Ele ficou imortalizado no poema de Basílio da Gama O Uruguay (1769) e com Érico Veríssimo, no romance o Tempo e o Vento.

ou pela noção de direitos. Os quadros de referência, as normas e os valores que reorientam a vida cotidiana, integram e compensam, em termos deste novo quadro de referência (religioso, marxista-leninista e de direitos), os desequilíbrios e as assimetrias sociais. Portanto, formam uma representação do mundo e de si mesmo.

A representação da posse da terra se traduz num tipo de liberdade diante da decisão de seu tempo e de seu trabalho, o que expressa uma concepção de bem e de bem viver, atrelada à tradição e relacionada à independência em relação ao próprio tempo na forma de uma organização do trabalho, diversa daquela do assalariado rural. Essa relação entre a terra e o homem é uma relação que não separa as relações materiais, sua situação objetiva, de sua relação social, sua situação subjetiva, mas a desnudam numa interdependência recíproca. A posse da terra é também liberdade, na medida em que na sua ausência o trabalhador rural sofre diferentes processos de destituição social, da miséria total à fome parcial, derivada da má alimentação, do trabalho sazonal à eliminação do roçado pelos capangas do proprietário da terra. Ser dono do próprio tempo de trabalho é ter um certo poder decisório. As incertezas da vida são derivadas da intensificação da produção a partir da capitalização no campo, da introdução de novas formas capitalistas de extração do excedente econômico nos trabalhadores rurais e do avanço de novas tecnologias no campo. De maneira que a posse da terra foi a principal condição para que o trabalhador rural pudesse negar ao proprietário de terras e ao mercado sua venda de força de trabalho. Portanto, elemento balizador das formas de insubordinação e que aponta para as contradições entre o social e o político, o mínimo de transformações sociais para assegurar o máximo de permanência das estruturas tradicionais políticas.

A relação do homem com a terra assegura à sobrevivência da família, a continuidade das relações, a participação em grupos de vizinhança e a possibilidade de participação, de decidir sobre os assuntos comuns. Esta relação constrói uma visão de mundo, no mesmo momento em que possibilita ao trabalhador rural efetivar uma imagem de si mesmo. Foreiro, meeiro, morador, posseiro, sitiante, parceiro é o vínculo com a terra que vai nortear as suas outras formas de representação. A forma de relação com a terra é, ao mesmo tempo, econômica, social e política.

A terra como meio de produção e aglutinador da força de trabalho sempre possibilitou o aumento e o estímulo do capital no campo. O que gera uma mudança na forma de relação com a terra e da organização do trabalho. Com isso, o

trabalhador rural passa a produzir não somente para viver, mas para vender e comercializar seus produtos. (MARTINS, 1986) Deixa de produzir cada vez mais uma agricultura de subsistência, mudando para novas formas de organização do trabalho que convivem com as velhas formas de trabalho e de relação com a terra. Isto gera um enfraquecimento dos laços de solidariedade social baseados no trabalho de associação familiar ou e de solidariedade de vizinhança, pois a forma de organização do trabalho e da relação de produção ao se transformar, traz em seu bojo uma mudança na forma de ocupação e trato da terra, vista como meio de produção. (IANNI, 1973)

Os movimentos sociais da terra tentam, numa barganha política, recolocar os limites das fronteiras sociais, como o local de reprodução do capital e o destino de trabalhadores rurais expulsos de suas terras por grileiros ou latifundiários em áreas de desenvolvimento do capital. Mas, também, desempregados e marginalizados do sistema social, tanto da cidade quanto do campo, que engrossam nos últimos anos a Frente de Massa do MST para ocupação de terras.

Entendemos que o MST reatualiza os processos de fronteira, porém a favor dos trabalhadores rurais, ao contrário do que ocorreu, tradicionalmente, com a fronteira enquanto instrumento de políticas públicas utilizado pelo Estado. E, com isso, contribui para a distribuição de renda, na medida em que, atrelado à posse da terra, outros tipos de investimentos públicos caminham como créditos, cursos de capacitação e orientação técnica. As terras ocupadas questionam os limites das fronteiras sociais, áreas de conflito em disputa pela posse da terra, por demanda política de desapropriação social por parte do Estado. Estes espaços de ocupação são também áreas de fronteiras sociais quando as sociabilidades envolvidas neste processo não são somente de conflito, mas de limites entre a indignação social e a sobrevivência, entre a autonomia relativa do trabalho e o subemprego, entre o desenraizamento social e a reconstrução de laços sociais. As fronteiras não se localizam, na atualidade, somente na Amazônia, mas pelas características de nossa modernização do campo, que é precária, ela se espalha em todo o território nacional, fronteiras em movimento.

O movimento de fronteiras é a história de destruição, de resistência e de sonho. A sociabilidade característica da fronteira, sendo de conflito, reatualiza processos históricos, como é o caso dos numerosos relatos de confronto violento, ataques a acampamentos, tribos indígenas seguidas de lutas, mortes e expulsão da

terra, não necessariamente nessa ordem. A busca pela terra e por tudo o que ela representa e encarna recoloca um sistema de paisagens sociais baseadas no limite entre o bem e o mau, a vida e a morte, o início e o fim. São limites que se interpenetram, produzindo, numa particularidade histórica e pessoal, a busca da terra prometida ou do sonho de liberdade livre da opressão do capital e do medo da indigência social, da fome e da miséria.

Martins (1997) relata que a história contemporânea dos deslocamentos de fronteira é de luta étnica e social, referindo-se as fronteiras agrícolas em terras indígenas. Na disputa pela posse da terra, a fronteira é definida como uma área não somente de conflito social, porém de esperança e de sonho de liberdade. O movimento de fronteiras pode ser entendido como uma tentativa de escapar das mazelas do sistema econômico e social de exclusão e marginalidade. Tais movimentos parecem se caracterizar por um baixo nível tecnológico, apoiado na utilização da terra e da mão-de-obra, numa oscilação entre agricultura de subsistência e de mercado, como tem sido tradicionalmente ocupadas estas áreas. A ocupação de fronteira parece se constituir de pequena propriedade, de caráter provisório à medida que se liga à agricultura capitalizada da grande propriedade. Como afirma Silva (1981, p. 114), a fronteira é do ponto de vista do capital e não necessariamente uma região distante ou de pouca densidade demográfica. A consequência social disso é que os movimentos de fronteira são os destinos dos trabalhadores rurais expulsos das regiões mais desenvolvidas ou em desenvolvimento. Assim, como um instrumento social, político e econômico por parte do Governo Federal de resolver as tensões no campo sem modificar as suas estruturas sociais tradicionais. Tradicionalmente, estes foram espaços em que se mantiveram a aliança entre os grandes latifundiários e a burguesia industrial, pois as relações sociais e de produção na fronteira são relações mediadoras da reprodução do capital. Já os movimentos de fronteira que o MST reatualiza é em sentido inverso, pois trás para a cena política a reprodução do capital, mas não atrelada ao grande capital, porém as classes mais subalternas do campo, na medida em que o desenvolvimento do capital se dá nos assentamentos por meio de cooperativas, de agricultura e do mercado direto.

Neste processo de expropriação da terra, os trabalhadores rurais encontraram respostas para os problemas derivados da penetração e intensificação do capital no

campo. E, com essas respostas fizeram e fazem mudanças nas paisagens sociais, fronteiras sempre em movimento.

A organicidade, embora seja o oposto da espontaneidade, no movimento de massa convive com ela sem dificuldades; pois é através da luta espontânea e desqualificada que as pessoas entram para o movimento, que aos poucos vai lhes apresentando a estrutura orgânica, onde cada família tem o seu lugar e procurará evoluir em sua participação na medida que compreender e assimilar os objetivos que a coletividade estabelece para serem alcançados. Assim, quando mais organizado o movimento estiver, menos espontaneidade de massa vai existir e quanto mais organizado estiver mais próximo de uma 'consciência política'. (BOGO, 1999, p. 134)

O MST, pelo grau de organização e socialização que apresenta, pode ser entendido como uma instituição social que mobiliza uma dimensão simbólica, um mundo próprio que tenta construir novas significações sociais que dizem respeito ao desejo da terra para trabalhar e morar. Desejar, neste processo, é outra coisa, além de trabalhadores rurais sem terra e excluídos do sistema. A proposta desta organização é que, nos acampamentos, as pessoas sejam levadas a lembrar e narrar sobre sua trajetória de vida.¹⁵⁰

Que a Reforma Agrária está no papel, mas na mão nossa não está, nós ainda só está satisfeito, quando nós fizer reforma agrária com a terra a nossa mão. Porque a terra de Deus, terra do povo. Eles não compraram terra. Eu pergunto: Qual foi o documento que Jesus deixou nessa terra pra ele ser dono? Dono dessa terra somos: primeiramente Deus e segundo nós.

Esta narração do passado acontece mediante uma direção do olhar a partir de um corpo de ideologia marxista-leninista e de um centralismo democrático expresso as assembléias nos acampamentos e assentamentos com base na luta de classe. Os enfrentamentos de lutas porque passam seus membros são interpretados e demandam uma atividade de formação da consciência de classe. O início dessa atividade de formação acontece pelo sentimento de “revolta” como apontado por Bogo (2000) liderança do movimento e pela indignação. As experiências de sofrimento como de despejo, de desapropriação da terra, da casa, de exploração do trabalho, de morte, de violência são transformadas em sentimentos de indignação,

¹⁵⁰ Os movimentos sociais que surgem a partir da mediação da Igreja encontram no discurso religioso, valores e conhecimento que reinterpretados e internalizados serviram de guia e inspiração para a contestação da realidade de expropriação da terra para os trabalhadores rurais.

de recusa às injustiças, pelo respeito à vida, à dignidade humana na construção de uma consciência de classe.¹⁵¹

O questionamento das normas sociais pressupõe a utilização de um corpo de idéias e teorias que justifique e corrobore tal postura de crítica, questionamento das normas sociais e reivindicações de direitos baseados num novo fomento de idéias e princípios. Pois que conhecer significa determinar, isto é entender que o objeto é necessariamente o conjunto de suas determinações. Ao entender as causas da injustiça, os trabalhadores rurais passam a fazer uma ruptura das normas sociais vigentes, “quando as pessoas perguntam se uma função social específica necessita ser realmente desempenhada”. (MOORE, 1987)

Ou seja, utilizamos a reforma agrária como um instrumento para alcançar um objetivo estratégico maior, que é a eliminação da pobreza e a busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Se o processo de reforma agrária e distribuição das terras não conseguem fazer avançar rumo aos objetivos estratégicos, significa que estamos fracassando no instrumento utilizado. Devemos compreender que o nosso território de ação é o assentamento com um todo. É a organização social daquela comunidade. E não se comprometer com a idéia de que a propriedade privada individual pode resolver os problemas e alcançar nossos objetivos estratégicos. Pois não conseguirá compreender quais as condições objetivas, de produção, de recursos naturais, de mercado que existem em cada assentamento. Transformar sob a luz do conhecimento científico a natureza social do camponês e a natureza do meio ambiente que o cerca. Para que ele avance na sua consciência social e deixe de ser camponês tradicional.¹⁵²

A unidade que o MST pretende é um encadeamento de ‘causação’, de ‘influência’, de ‘interação’ que tenta estabelecer uma pertença comum, ou seja, uma representação identificatória. A organização política MST precisa estabelecer uma unidade de fora para dentro que é a forma como se constitui e se institui. Essa unidade busca uma finalidade que é o seu existir enquanto organização e este fazer dos trabalhadores não pode ser captado em sua unidade, mas no seu sentido expresso no seu ato de fazer. A unidade não pode ser atribuída pela identidade dos indivíduos que o compõem, nem pela similitude das condições objetivas em que se encontram situados, ou seja, não é uma unidade que se expressa por meio de uma forma. Se uma unidade for possível, independentemente de relações autoritárias e de diferentes mandos, ela seria pela similitude dos resultados obtidos pelo fazer dos

¹⁵¹ As formas de violência são desencadeadas a partir da contestação individual e coletiva por parte dos trabalhadores rurais a dominação vigente que é parte integrante do padrão tradicional de dominação na história brasileira como foi o caso da situação de resistências coletivas como Canudo e de Contestado. (MEDEIROS, 1996, p. 126-141.

¹⁵² Caderno de Cooperação Agrícola no. 07, 1998, p. 28.

trabalhadores rurais e de buscar nestas atividades as significações análogas. De maneira que só podemos entender o que é o MST pelas suas atividades sócio-históricas que somente se tornam compreensíveis por referência aos sentidos atribuídos que esse fazer encarna e realiza e que podem ser lidos. Assim, a organização política na medida em que se identifica como um projeto de transformação social, com um tipo de poder, um tipo de ação e uma ideologia, passam a considerar o fazer do proletariado a uma determinada interpretação e a uma determinada finalidade.

Internamente, o movimento criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos. Friso que não inventamos nada. Aprendemos com a experiência histórica de outras organizações de trabalhadores e achamos que aí está o segredo da organização e da sua perenidade. (BOGO, 1999, p. 86)

O MST realiza um “trabalho de base” em favelas, comunidades, periferias que consistem em reuniões com os trabalhadores antes de acontecer a ocupação de terras e em explicar a conjuntura nacional, a questão da reforma agrária e o que é o MST. Este “trabalho de base” foi inspirado nas CEB’s, para conseguir arregimentar trabalhadores para as ocupações e, também é onde se inicia o processo de formação. Tal processo inicia-se quando as famílias participam das ocupações de terras, levadas pelo sonho da terra própria, de um pedaço de terra para trabalhar e morar. Mas durante a espera do governo em liberar as terras para a reforma agrária, o acampamento vai aos poucos se tornando o espaço de formação, de organização e de resistência. Acredita-se que é a partir deste momento que o trabalhador começa a ter consciência do processo no qual está envolvido por meios de cursos ministrados dentro e fora do acampamento e quem por objetivo fornecer uma leitura da situação na qual se encontram e que diz respeito à luta de classes. A luta pela conquista da terra é insuficiente sendo necessário um outro projeto de sociedade. Na medida em que ocorrem os enfrentamentos, como ações desencadeadas pelo MST, vão se desenhando os apoios sociais, as forças sociais e políticas, que são a favor de sua luta, e as forças contrárias.

[...] a luta espontânea tem estas características de aparecer e refluir. A luta que segue princípios e pretende desenvolver valores morais, tende a permanecer e solidificar-se como alternativa para outras questões sociais. (BOGO, 1999, p. 44)

Como o MST é formado por pessoas de diferentes locais, do campo e da cidade com experiências de vida diversas, faz-se necessário estabelecer um cimento comum que permita estabelecer laços a partir de uma vivência homogênea. Quando as pessoas no acampamento começam a acreditar que podem conseguir um pedaço de chão pra viver, ocorre o início do processo de formação, ou seja, o desejo pela terra, o sonho de liberdade, que o MST qualifica como “consciência de protesto”. Assim, além dos diferentes enfrentamentos porque passam as pessoas nos acampamentos, existem os cursos de formação como instrumentos para a formação pedagógica e política dos trabalhadores rurais do MST. Os cursos são organizados pelo Setor de Formação que tratam da realidade nacional e internacional e tentam combinar o estudo com os enfrentamentos pela conquista da terra.

[...] quando eu tenho a minha roça, tendo ou não tendo a terra, mas tendo a minha roça, ali é o lugar do meu trabalho, do meu trabalho livre. Eu levanto a hora que quero, capino na hora que quero, ali eu cuido da planta na hora que quero. O trabalho em minha terra é um trabalho dignificante. O trabalho por um salário é degradante, eu trabalho por necessidade.¹⁵³

Para uma das lideranças encarregadas da formação dentro do MST, as lutas das massas possuem um caráter espontâneo, pois residem numa busca por respostas imediatas frente a um problema como o da terra, por exemplo. A demanda por uma necessidade econômica, social e política que se traduz num processo de reivindicação individual e coletiva. Porém, essa demanda por necessidades somente irá assumir um caráter de formação de consciência se houver uma permanência na luta para além da satisfação da necessidade em questão. Lênin em seu livro “Que fazer?” nos fala que a luta das massas é espontânea na medida em que reivindica a satisfação de uma necessidade econômica. Mas, se a organização política estabelecer uma formação de consciência que permita ir além das reivindicações materiais, analisando interferindo na realidade a partir do ponto de vista da luta de classes, ela pode contribuir para o avanço da consciência política. (LÊNIN, 1986) A luta econômica não deve dirigir a luta política, mas o seu contrário.

Depois que o pessoal começou a fazer teatro a mística melhorou cem por cento em qualidade de interpretação, de evolução, de ritmo, de voz, de canto, de efeitos especiais. [...] E, uma vez quando fomos fazer uma mística sobre a privatização das águas, esta aparecia cercada e a mãe chegava com a criança; a criança morria de sede na frente da fonte de água cercada por

¹⁵³ Mineirinho: entrevista concedida..

guardas [...] A angústia da mãe se dava porque ele (o filho) estava morrendo. O bom da mística é o impacto que ela causa; é uma seqüência em que o ponto forte é a morte da criança. Depois a criança morta ressurgia quando as pessoas da arquibancada avançavam sobre o palco, juntando os guardas que libertavam e pegavam a criança e a enfiavam inteira na água para, em seguida, retirar-la da água, viva, pingando água. ¹⁵⁴

Para o MST o sentimento de revolta é o que conduz as pessoas a se avolumarem nos acampamentos e este seria o primeiro momento da manifestação da consciência que ocorre durante a ocupação e em outras formas de enfrentamento. Neste processo de formação de consciência política e pedagógica, é necessário que os trabalhadores transformem a luta econômica e luta política e que a sua reivindicação seja coletiva e não somente individual. Existem vários níveis de participação dentro do MST e isso corresponde o nível de consciência de cada um de seus membros, pois a organização é formada por pessoas de lugares e experiências muito diferentes. Assim, se faz necessário, para a organização, que alguns elementos sejam considerados para que possa haver a passagem de um luta econômica para uma luta política. De maneira que não existe uma diferença entre a formação da consciência e a formação política pedagógica (ideológica) necessária para que haja a manutenção de uma unidade comum regida por normas e princípios que norteiam as ações dentro da organização. O que pressupõe que não é somente o Setor de Formação que é encarregado da formação política e pedagógica da organização, mas todos os setores do MST devem estar envolvidos nesta formação.

Na época, que essa fazenda foi decretada de interesse social foi decretada mais de 20, 21 com essa 22 e as duas únicas que foi desapropriada foi essa daqui com uma luta de já com 8 anos em cima e uma [...] a Rio Paraná também uma luta de 10 anos em cima, uma luta dura de sofrimento de muito desgaste, barraco de lona[...] ¹⁵⁵

Essa metodologia da organização da luta é o que constitui a formação política pedagógica da organização e que diz respeito a um processo de socialização e de produção cultural, pois a produção da cultura passa a ter um papel decisivo na formação da consciência, para uma cultura da mudança.

¹⁵⁴ Mineirinho: em entrevista concedida.

¹⁵⁵ Geraldo José da Silva. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Vídeo: Dois Assentamentos. 1997.

3.4. Conclusão

Observamos que os trabalhadores rurais passam de reivindicações pela conquista da terra, pelo atendimento das necessidades prementes da vida a uma luta pela transformação social, a luta por um outro projeto nacional, uma luta política. O processo de adesão acontece pelo desejo pela terra diante da conscientização dos sujeitos coletivos passam a responder pela bandeira de luta histórica. A mediação entre o Estado e a sociedade civil foi realizada pelo PCB, pela Igreja Progressista, e outros sujeitos coletivos até o Golpe de 1964 e depois no processo de redemocratização são os novos movimentos sociais que os realiza.

Nesse sentido, as reivindicações e a percepção da exclusão social conduzem à busca por direitos humanos e por participação política de trabalhadores rurais. Porém, esta contestação é relegada a planos menores pelos partidos comunistas de maneira que o desejo, à vontade e a intenção destes homens acabaram por ser mobilizadas para a instauração de uma luta maior, a dos trabalhadores rurais como classe revolucionária juntamente com o operariado da cidade, em que pese, como afirma Martins (1980), a diferença de conduta e consciência entre o trabalhador rural e o operariado.

O tema da participação popular para além das estruturas limites dos grupos militantes, dos procedimentos ideológicos ou da retórica política é uma questão que está sendo formulada. Esta problemática pode nos conduzir para a análise dos espaços públicos de participação, de negociação e de representação que podem não ser somente a efetivação ou a materialização de princípios políticos e itens programáticos. Estas noções políticas têm sido redefinidas a partir das experiências de gestão dos governos locais, que produzem por meio de práticas determinadas fatos e acontecimentos novos que escapam as noções estabelecidas da política. (NAVARRO, 2003) Com estes atos desencadeam uma outra prática que coloca desafios inusitados que exigem invenção e criatividade política. (PAOLI, 2000)

Novos significados e práticas desalojam a cultura dominante ao questionar seu *status* de imutabilidade social, subvertendo hierarquias simbólicas que colocam os trabalhadores rurais em lugares subalternos e excludentes ao impor critérios de reconhecimento igualitários e de justiça social. (LEFORT, 1987) Portanto, o conflito atualiza as categorias de igualdade e de justiça, pois colocam em negociação estes

princípios nas relações sociais.¹⁵⁶ Portanto, discursos e relações sociais de uma nova forma de sociabilidade política que coloca em conflito o padrão tradicional das relações políticas autoritárias, patronal e burocráticas. A mediação entre as instâncias de poder e a sociedade civil acontece pela formação de espaços públicos que fornecem visibilidade aos conflitos fazendo ecoar as demandas sociais ao mesmo tempo em que estes sujeitos coletivos se constituem como interlocutores reconhecidos na validade de seus interesses e legitimidade dos direitos reivindicados, colocando em cena pública a agenda de seus interesses.

Para o MST, a questão da participação envolve a formação política e pedagógica que diz respeito não somente ao Setor de Formação, mas a toda a organização política, como veremos no capítulo 4 (quatro). O papel histórico que a Igreja Progressista teve na formação deste movimento, bem como as Ligas conduziram a uma forma de organização de centralismo democrático, mas que frente as outras influências de formação deste movimento encontrou no marxismo-leninismo de suas lideranças, a ideologia necessária para sua organização. Se, por um lado, a combinação de luta por direitos e religião conduziu a uma formação político-religiosa, por outro lado essa mesma luta pela conquista da terra não somente levanta a problemática da propriedade da terra, mas e, principalmente, pela forma com que acontece historicamente o desenvolvimento nacional e seu custo social e político, que somente será quitado frente a um outro tipo de desenvolvimento social e econômico - socialismo.

O movimento surge como um movimento atrelado à questão agrária e aos subsídios para manter o homem na terra. Para Melucci (1994, p. 152)

[...] os movimentos sociais são, simultaneamente, fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre as representações da vida das pessoas e da política. Eles estão ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos na sociedade moderna, tais processos de interferência na estrutura biológica do ser humano, nas formas de organização da natureza e nas formas de comunicação entre os homens e na própria definição de cultura.

¹⁵⁶ Para Dagnino (2000, p. 15-60), os [...] sujeitos coletivos abrem-se a horizontes de possibilidades que não se deixam encapsular nas suas singularidades de classe, gênero e etnia, pois a conquista e o reconhecimento de direitos tem o sentido de invenção de regras de convivência pública e de princípios reguladores de uma sociabilidade democrática”.

A contestação, o enfrentamento do medo, da perda da liberdade, a exclusão social é o elemento que fornece a liga que assenta a possibilidade de formação política e ideológica dentro do MST. Não é atoa que, para uma das lideranças desta organização, a revolta é o elemento pelo qual a contestação do *status quo* e a possibilidade de conquista da terra é levantada. Esse processo é ambíguo e varia conforme as diferenças de posições em que cada um se encontra na forma de trato com a terra, pois são distintas as atuações. A questão da ausência da liberdade e da autonomia relativa do trabalhador rural significa a redução de trabalhador a proprietário exclusivo de sua força de trabalho, significa também a separação do trabalhador de seus instrumentos de trabalho. A posse da terra é liberdade na medida em que sem ela o trabalhador rural passa dificuldades e diferentes processos de destituição social.

Por último, a modernização expulsa o trabalhador rural do campo, mas não o transforma numa classe social, por ainda existir formas alternativas de recriação da autonomia e da liberdade relativa do trabalho e a expansão das fronteiras físicas. Os processos de fronteira que o MST atualiza dizem respeito a distribuição de renda e aos questionamentos dos limites das fronteiras sociais.

4. CAPÍTULO IV: HORIZONTE DE FRONTEIRAS

Introdução

As fronteiras em movimento são as que dizem respeito à mobilidade dos limites da exclusão e da marginalidade social por meio da redistribuição de terras para a Reforma Agrária. Tais medidas geram uma redistribuição de renda quando atribui a terra desapropriada para Reforma Agrária uma função social juntamente com créditos e incentivos sociais que são liberados diante da propriedade da terra. Mesmo que estes insumos sociais não venham imediatamente, significa possibilidade de autonomia de trabalho e de sobrevivência para o dono da propriedade seja pelo Sistema de Cooperativas como no caso do MST, seja como lavrador independente da terra. Com a posse da terra e a partir dos incentivos federais liberados pela função social de terras para Reforma Agrária uma redistribuição de renda parece se efetivar. Este processo de fronteiras em movimento não é um dado territorial cujos efeitos sociais se fazem sentir, mas um dado sociológico que ganha configuração territorial. Portanto, um lugar de ambigüidades que somente pode resolver-se por um esforço de contextualização. (SLATER, 2000) A fronteira é um espaço de não-lugar, uma marca possível de ser investida de diferentes sentidos conforme a apropriação simbólica de que seja objeto. (AUGÉ, 2002) Não existe abolição das fronteiras, mas sua redefinição, pois os processos sociais de produção de fronteiras acontecem mediante uma lógica de construção de outro dependente de uma lógica de construção de si mesmo. (SANTOS, 1993)

Nessa perspectiva a revolta, o medo, a resistência aos processos de expropriação social e cultural pelos quais passam os trabalhadores que participam dos acampamentos do MST são interpretados pela chave de leitura da luta de classe quando passam a viver nos acampamentos e assentamentos. Os enfrentamentos variados que são conduzidos seus membros pelas lideranças do movimento, das marchas às ocupações, colocam na pauta política a liberação de terras para Reforma Agrária pelo mecanismo interno adotado pelo Governo de priorizar as terras em conflito para desapropriação e função social. (SANTOS, 2008) E, por gerar pressão sobre os organismos públicos o movimento estabelece-se como mediador entre a sociedade civil e o Estado. A presença de sujeitos coletivos como mediadores em relação ao Estado têm sido apontado em diferentes estudos, como resultado de

processos de luta coletiva pela expansão dos direitos sociais. Estudos têm demonstrado que apesar dos conflitos de terra colocar em pauta o processo de desapropriação para função social, estes assentamentos não alteraram radicalmente o quadro da concentração de terras no país. (MEDEIROS, 2008) Porém, a experiência de luta pela terra, não somente de movimentos como o MST, mas de outros movimentos do campo e associações acabaram por produzir um importante aprendizado sobre a relevância das formas organizativas e suas capacidades de produzir demandas. Tendo a demanda por terra atendida dentro do MST, a partir da liberação dos assentamentos e os instrumentos de incentivos federais, o que geraria a permanência de trabalhadores no movimento se a luta pela terra não mais existe?

A capacidade de organização do movimento aconteceu ao longo do tempo, e com ela a necessidade sempre presente da formação de quadros para a permanência na luta política e ideológica. Se, no momento de sua organização em 1986, as lideranças buscavam se organizar para atender as demandas por terras e por necessidades básicas de sobrevivência. No decorrer das décadas seguintes, demandas já existente por parte de suas lideranças passaram a ser enfatizadas por meio de projeto político e ideológico marxista-leninista que interpretou os processos de luta por reconhecimento de direitos sociais que vão se constituindo em torno da questão da terra, como expressão da luta de classe.

Esses processos de luta são contraditórios, pois ao mesmo tempo, que move a fronteira da desigualdade social, pela propriedade da terra para o acampado, reproduz também, novas desigualdades no momento mesmo em que acredita romper estas exclusões. Como é o caso, quando interpreta a realidade social e vivida do acampado pela leitura da luta de classe. Se fôssemos observar os processos pelos quais passou o MST desde a sua formação em 1986, na Fazenda Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul, até a sua organização nacional na atualidade poderíamos aventar o quanto se organiza e se firma cada vez mais a necessidade de formação de quadros na organização. Nesse sentido, o movimento representa suas bases sociais quanto à demanda por terra, mas quanto à forma da política se faz necessário a formação de quadros para a permanência na luta histórica.

4.1. A cerca da exclusão

O MST tornou-se um sujeito histórico pela visibilidade que fornece aos conflitos pela terra, trazendo a cena política fragilidades sociais pelas quais ainda vive uma parcela da população pobre do país. A pressão social e política que exerce e a capacidade de mobilização social faz dele um agente coletivo capaz de disputar os recursos estatais no que refere à propriedade da terra e seus instrumentos de incentivos agrícolas, bem como a verbas federais para educação e cultura. Tal organização, reatualiza os processos de ocupação das fronteiras, quando transforma a marcha e a ocupação de terras em instrumentos que fazem mover as fronteiras entre a exclusão e a marginalidade social por meio de terras liberadas pela desapropriação do Governo Federal.¹⁵⁷

Estas terras caracterizam-se de pequeno porte, com baixo nível tecnológico, apoiado na utilização da terra e na mão-de-obra familiar, numa oscilação entre agricultura de subsistência e ou do mercado, por vezes se utilizando de cooperativas. Atualmente, a oportunidade da agricultura orgânica tem sido um caminho viável e procurado por este segmento. Para Silva (1984, p. 114), a fronteira existe do ponto de vista do capital e não é necessariamente uma região distante ou de pouca densidade demográfica. A consequência social disso é que as fronteiras em movimento são os destinos dos trabalhadores empobrecidos, marginais e/ou desempregados que busca na migração a possibilidade de uma vida melhor.

O processo de formação humana para o movimento se inicia no primeiro contato do trabalhador com o movimento venha este, futuramente ou não, a fazer

¹⁵⁷ A busca pela terra e por tudo o que ela representa e encarna. E, por se encontrar nos limites do humano, da condição humana, que a situação de fronteiras em movimento recoloca e reatualiza um sistema de referência baseado no limite da idéia de confronto entre o bem e o mal, a vida e a morte, o início e o fim. Extremos que se interpenetram e que produzem na área de fronteiras ma particularidade histórica e pessoal a busca pela Terra Prometida. Os movimentos messiânicos ocorreram nas frentes de expansão, nas diferentes temporalidades históricas em que se expressam o déficit social e político. O deslocamento da fronteira sempre foi a história da destruição, do sonho e da resistência. Como afirma Martins (1997, p. 150), a história contemporânea da fronteira em movimento é de luta social e étnica. De 1968 a 1987 tribos de etnias variadas da Amazônia sofreram no mínimo registrados 92 ataques ministrados por grandes latifundiários seguidos de milícia armada particular. De 1964 a 1985 quase 600 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos na região amazônica por mando de latifundiário na disputa pela terra. Martins define a fronteira no Brasil como uma área de conflito social, mas não somente de conflito, mas de esperança e de sonho e de liberdade, o “lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si”.

parte do acampamento ou a “integrar a organização” por meio de esclarecimento do que seja o MST, a reforma agrária no Brasil e o sistema econômico, político e cultural vigente. (PERICAS, 2001) O movimento é um instrumento capaz de gerar pressão de demanda por terra e é nesse reconhecimento por parte dos trabalhadores que estes participam, em sua maioria, desta organização.

Nesse primeiro momento, o trabalhador e a sua família no acampamento são levadas, pela falta de perspectiva no campo ou na cidade, e pelo desejo de terra, a compreender e interpretar os acontecimentos de sua vida atual e pregressa pelo olhar da luta de classe. O “processo de conscientização” vai refletir sobre a imbricação entre o desejo de terra do trabalhador e o projeto político de luta de classe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A permanência na organização, mesmo depois de conseguida a terra, nos parece ser demonstrativo de que o desejo anterior pela conquista da terra, pela propriedade privada da terra, migrou, agora, para a transformação da sociedade. Essa vontade mobilizada, a mística para a luta de classe é parte inerente de uma formação política e pedagógica e, principalmente, observada na socialização dos seus membros dentro do movimento.

Essa busca pela permanência na luta de classe é um dos objetivos perseguidos da organização. Santos (2007, p. 147) afirma que “[...] ou bem o pacto fundador da sociedade resulta de voluntário compromisso ou não é um pacto, mas uma sentença”. O MST organiza a classe trabalhadora em torno da luta pela conquista da terra, tendo por premissa que as transformações sociais, econômicas e políticas geradas pela Reforma Agrária somente serão possíveis num Estado doutrinado pelo marxismo-leninismo e tem como parte indutiva deste processo a “formação de quadros-dirigentes”.

Paralelo ao processo de organização dos trabalhadores para a demanda por terra se dá também o processo de formação de consciência dos seus membros, partindo das necessidades concretas destes trabalhadores como a questão da sobrevivência, interpela estes acontecimentos por meio de uma compreensão da realidade que desvende as causas sociais das injustiças, da pobreza, da miséria social. A prática que deve resultar dessa formação política e social tem que conciliar o trabalho individual e coletivo de satisfação das necessidades nos acampamentos e assentamentos com o estudo visando uma coincidência entre o conhecimento e a

realidade. Do “desvelamento da consciência”, como ponto de partida, uma consciência que deve ser trabalhada de fora para dentro pelas lideranças começando com as necessidades reais e interesses concretos destes trabalhadores para a interpretação da realidade por parte das lideranças, numa tensão dialética entre o predomínio da prática e a necessidade de aprofundamento teórico. Mesmo que as noções aprendidas sejam vagas, de alguma forma elas mudam as condutas, mas o que irá determinar o avanço ou não destes conteúdos será as práticas envolvidas dos trabalhadores. Entre as concepções doutrinárias do movimento e a prática concreta destes trabalhadores. (WANDERLEY, 1984, p. 122)

O trabalho de base é o principal instrumento da organização, pois busca integrar membros para a ocupação, Setor de Frente de Massa, para isso realiza reuniões nas comunidades, nos bairros para explicar o que é o MST, a reforma agrária e a necessidade de ocupações e pressões políticas. Num primeiro momento é o desejo pela conquista da terra que mobiliza os trabalhadores e as famílias a entrar no movimento. Mas, no desenrolar do acampamento, dos enfrentamentos políticos a socialização política acontece possibilitando a resistência, a legitimidade da luta, a organização, a participação, na forma de uma pedagogia diretiva. A formação política é para todos os membros do movimento, porém, dentro destes um “quadro-dirigente”, que seria o membro mais “consciente” destes sem-terra, fará parte da organização, e irá tentar com seu trabalho, melhorar o acampamento ou assentamento, fazendo a reflexão de luta de classe, oferecendo elementos para “elevar o nível” do MST. Isto porque, a Reforma Agrária que a organização pretende instaurar é de classe, de caráter socialista. O membro mais consciente deve ser aquele formado política e ideologicamente de acordo com a doutrina do movimento.

A caminhada ajuda o pessoal e a mim. Essa caminhada agora vai ser ocupação, não vou dizer como, mas vai sair. Isso é uma formação que nós estamos dando para o povo. Estou ajudando o povo nesse sentido que é: estar chamando a atenção do pessoal. O meu trabalho é esse. Vir numa caminhada dessa, ajudar o pessoal na luta pela terra ou pelo bem social. A gente trabalha com pessoas que encontra, põe algumas colocações, dá uma lição para o pessoal, ensinando como a vida é melhor. (Liderança de acampamento entrevistada)

O pedagogismo de vanguarda, dentro do MST, atribui um papel de liderança e de destaque ao intelectual orgânico. Não é nosso intuito nos debruçarmos sobre este

conceito que já foi objeto de estudo aprofundado como Pécaut (1990), Lukacs (2003), mas entender a permanência de trabalhadores no movimento a partir do atendimento da demanda por terra. Os militantes assumem uma postura de liderança e orientação frente ao povo que possuem uma “consciência ingênua”. Esta consciência simples se manifesta por meio de uma mistificação da realidade, com forte teor emocional, mas que deve ser esclarecido por parte das lideranças pela formação de uma “consciência crítica” da realidade. (PAIVA, 2000, p. 175) Esta é formada pela doutrina marxista-leninista sobre a realidade social de luta de classe. O pedagogismo de vanguarda é autoritário tem por bases princípios diretivos e indutivistas parece um conteúdo progressista, com recusas aparentes à manipulação das massas, pois que acredita que é na “vida cotidiana do sem-terra” que provem a formação de sua consciência, não sendo imposto a ele, sem-terra, na medida em que se convertem estes trabalhadores da terra a refletir sobre si mesmo e seus problemas e as desigualdades pelas quais viveu até hoje. E, que pode assim, exprimir sua autenticidade de classe, de trabalhadores rurais. Cabendo as lideranças fornecerem forma a essa autenticidade na medida em que se identifica, emocionalmente, com eles, em que se origina deles ou vive entre eles. Esta ideologia se entrevê nos escritos de Caldart (2000, 1987) sobre a pedagogia do movimento e em outros materiais deste setor. Por outro lado, é evidente no *corpus* do movimento a presença da doutrina marxista-leninista.

Podemos observar o lugar de ambigüidades que permeiam as idéias e as práticas deste movimento em algumas entrevistas sobre enfrentamentos em que a posição das lideranças é de confronto, mas alguns dos sem-terra decidem pela ausência de enfrentamentos, seja com a polícia estadual ou municipal, seja com as milícias privadas. A decisão para o enfrentamento é sempre de cunho pessoal, mas a formação política e pedagógica que o movimento propaga, principalmente, pela figura do “lutador do povo”, como herói, pelo “culto e homenagem a aqueles que tombaram na luta” ressalta os elementos de enfrentamento e luta na formação da consciência de seus membros.

A interpretação do passado dos seus membros, sua trajetória pessoal, seu nomadismo e desenraizamento social e afetivo é interpretado com o olhar de sofrimento e martírio sofrido pelo “povo de Deus”, pelo “calvário de Cristo” induz a idéia de sacrifício, de martírio, de renúncia. Concomitante, a interpretação religiosa, essa trajetória é compreendida também pelo olhar político da luta de classe. Os

limites entre estas interpretações são contraditórias. Atualmente, a compreensão religiosa cristã veio a se somar a Evangélica que passou a ter maior penetração nos acampamentos e assentamentos. Os diferentes rituais de comunhão cristã e evangélica passam por um processo, dentro do MST, de resignificação. Agora, essa comunhão do membro com a organização coletiva será sentida por meio da mística vivida em diferentes momentos de encontro do coletivo como forma de motivação para se continuar na luta pela terra e pela transformação social, de maneira que para as lideranças não pode haver revolução sem mística. (BOGO, 1998)

A gente conseguiu ocupar a fazenda com 250 famílias. Isso porque também elas tinham confiança em nós! De ir... Por exemplo, se faz aquele trabalho de base e, no dia da ocupação, o dirigente não está de frente para ir, o povo não vai! E aí ele desperta aquela confiança! Estando de frente, a massa acompanha, o povo vai... o povo está junto! E a gente está ali, conduzindo o povo também. Como Moisés, de quem fala a música [...] Moisés, através da terra prometida: o povo acompanhou mesmo! A mesma coisa o dirigente, conscientizando, e o povo seguindo ele e conquistando a terra. (Ojefferson, Bahia). ¹⁵⁸

É dentro desta perspectiva que a atividade de formação humana estará na base da construção da organização e da formação da consciência dos trabalhadores e das famílias que aderem às ocupações de terra. O acampamento é considerado como o primeiro espaço de formação, de organização e resistência em que se inicia o “trabalho em conjunto” que se referem às dificuldades inerentes a ausência de estruturas básicas de sobrevivência (ausência de água potável, alimento, esgoto, habitação, etc). O trabalho coletivo se estrutura para suprir as deficiências de uma vida precária e sem suportes. Aos poucos, vai se constituindo dentro do acampamento os coletivos de higiene, de educação, saúde, segurança, alimentação, negociação e outros conforme a necessidade. Os cursos de formação têm início nos acampamentos e por objetivo esclarecer a consciência dos trabalhadores rurais das mazelas a que estão envolvidos e do reconhecimento das opressões que lhe são impingidas, pois para o movimento a luta direta com o latifúndio é somente uma das frentes de luta e não deve se perder de vista o verdadeiro processo de luta.

Uma das lideranças do MST aponta a questão das deliberações dentro dos acampamentos. (PERICAS, 2001) Afirma que as assembléias nos acampamentos

¹⁵⁸ (SANTOS, 1998: 72).

deve decidir sobre as ações coletivas como as de resistência, de permanência nos acampamentos ou nas lutas de enfrentamento, de infra-estrutura. Existem normas nos acampamentos que devem ser seguidas e qualquer transgressão a estas normas é passível de julgamento e no caso de reincidência significa a expulsão deste trabalhador. É desta organização física, coletiva e pessoal que se origina o processo de formação política para o movimento que é “[...] da prática de luta do próprio povo dá-se o processo de aprendizagem mais rico do movimento”. (IDEM, IBIDEM) Este processo de formação implica em reuniões, cursos, seminários e a participação efetiva dentro do movimento que tem por objetivo esclarecer que o problema que está colocado não diz respeito somente à conquista da terra, mas refere-se ao modelo econômico e político adotado pelo Estado. Com isso a luta pela conquista da terra passa a cada vez mais a se caracterizar como uma luta política. De maneira que encontramos nesse momento inicial do acampamento um fator que será o tempo todo ressaltado dentro do processo de formação política deste movimento que será a união do estudo com o trabalho. A articulação entre o estudo e o trabalho, entre a teoria e a prática é necessário na medida em que a luta pela terra é a demanda original, mas que no movimento se associa também a luta histórica pelas transformações sociais e por uma outra Reforma Agrária.

Existe um jeito de fazer as coisas que se relacionam com uma determinada prática social sendo que esta é à base do processo formativo. A educação no interior da organização têm como princípio o processo de capacitação para a realidade social, para o enfrentamento de classe.

O processo do trabalho como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para apropriação do natural para satisfazer a necessidades humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (MARX, 1985, p. 153)

Para que o processo de formação dentro da organização seja “massivo, completo e permanente” esta atividade passa a ser desenvolvida por todos os setores do MST. Assim, todos os setores têm que trabalhar a formação política e ideológica realizando cursos nacionais e estaduais com a participação de todos os setores e de todos os estados e municípios onde o MST possui bases de acampamento e

assentamento. Além disso, a base de formação da militância é uma pedagogia desenvolvida a partir de uma “metodologia de organização de luta de classe”. Com influências de Paulo Freire, Anton Makarenko e Pistrak cujas teorias, conforme o *corpus* do movimento tratam a educação como parte de uma ação política. O Setor de Educação desenvolveu uma *Pedagogia do Movimento Sem-Terra* baseada numa pedagogia de luta social, de modelos de lutas, de organização coletiva, da terra, do trabalho, da produção, da cultura e uma pedagogia da história. Todas essas pedagogias reforçam-se mutuamente visando o fim da formação política e pedagógica visada pelo movimento. É importante ressaltar que essas pedagogias se inserem na realidade cotidiana do campo, suas sazonalidades, problemáticas e temas específicos. É nesta categoria que o MST inova ganha reconhecimento e credibilidade pela educação no campo que pratica.

O princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento, que junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto. A pedagogia do MST hoje é mais do que uma proposta. É uma prática viva em movimento. É desta prática que vamos extraíndo as lições para as propostas pedagógicas de nossas escolas, cursos, seminários.

159

A organização segue uma educação visando formação para a transformação social, voltada para o trabalho coletivo ou em cooperativas com “valores humanistas e socialistas”. Para o MST, a superação da “consciência econômica” acontece com o início da formação política e ideológica que permitirá a resistência e a permanência no acampamento e, conseqüentemente, na luta de classe.¹⁶⁰ A organização percebe que para uma grande parte da população do campo e da cidade que vive em condições de extrema pobreza a margem da sociedade, a organização representa um “bastião de ressocialização”. Com isso pode oferecer aos trabalhadores rurais e da cidade uma alternativa para as mazelas que viveu até agora, possibilitando ser outra coisa do que foi até o momento em que entra no movimento. Com isso, a perda da dignidade, a opressão sofrida, o desenraizamento social, a miséria sentida são o

¹⁵⁹ ITERRA, 2002, p. 19-33.

¹⁶⁰ A questão da superação da “consciência econômica” diz respeito a afirmação da luta pela conquista da terra, que deve ser superada para uma “consciência de classe”, uma luta por um outro projeto político e social.

combustível pelo qual começa a se processar a formação política.¹⁶¹ Transformando esse sentimento de indignação, de recusa a injustiças, de busca por direitos o primeiro momento de consciência¹⁶² destes trabalhadores. Nesse sentido, Bogo (1994) afirma que “a revolta é fruto do instinto, embora saibamos que o ponto de partida para se chegar a consciência seja a revolta”.¹⁶³ Para o processo de formação política e pedagógica é fundamental a formação de consciência de classe sendo o estudo do marxismo um dos pontos chaves deste andamento.¹⁶⁴ (BOGO, 2000b) Para Paiva (2000), quando a busca por desenvolver nos trabalhadores uma “clarificação ideológica” para que eles possam despertar para uma “consciência de classe” coloca os trabalhadores numa finalidade definida de antemão a de luta de classe, e o que se faz, neste momento, é promover uma “falsa consciência”.

O marxismo não é uma filosofia que desemboca no economicismo, mas vai além na superação do capitalismo com a implantação do socialismo. Logo, o marxismo deve ser utilizado e desenvolvido com este objetivo”. (IDEM, IBIDEM)

A formação é pensada dentro da construção de uma identidade individual submissa a organização e aos seus princípios com novos valores, novas significações sociais, e de uma vontade e desejo que devem ser mobilizadas na e pela ação de luta por um novo projeto social. A questão da atividade de formação política pedagógica dentro da organização é algo que mobiliza todos os setores e com especial ênfase a dimensão simbólica como na “pedagogia da história”, a educação por modelos, encarnação de valores e modos de ser e existir que passam a ser exemplos de conduta. Esses são os “lutadores do povo” que é aquele sem-terra que assume a sua identidade como sujeito histórico visando transformar a sociedade e que demanda

¹⁶¹ O passado cristalizado em instituições sociais não permite apresentar os aspectos subjetivos, os sentimentos, desejos, vontades que impulsionaram e que estiveram na raiz da construção histórica. A não elucidação destes sentimentos, manifesta-los, afirma-los são empecilhos para a afirmação política, quando não é possível se interrogar sobre seu destino individual e coletivo. (HAROCHE, 2001, p.333-349).

¹⁶² Com isso, o processo de construção da consciência se difunde por meio da formação político ideológica unificando as consciências para a unidade imprescindível da luta de classes.

¹⁶³ Estes sentimentos de impotência, de opressão, de ressentimento podem ser entendidos como uma resposta do inconsciente a angústia de ser ignorado e relacionado aos sentimentos ameaçadores da negação da existência humana. E que podem tornar-se um “desvio” dos princípios democráticos por derivar de mecanismos e formas complexas de relação entre as coletividades e os indivíduos em seus comportamentos e sentimentos que precisam ser elucidados, reconhecidos e manifestados.

¹⁶⁴ Aqui, a idéia prevaente é a de que a formação de uma consciência adequada da realidade vai depender do reconhecimento da base econômica como o fator determinante da consciência, que com isso se libertaria da ingenuidade que a fazia antes inadequada, uma “consciência ingênua”.

um “espírito de sacrifício”, pois o “lutador do povo” vive mais em prol da coletividade do que de seus interesses privados, podendo em função disso ariscar a própria vida. Poderíamos chama-los de militantes, revolucionários, quadros-dirigentes, lideranças seriam aqueles que se arriscam a favor do coletivo e fazendo...

[...] tremer os torturadores que pensam que através da dor conseguem retirar informações da consciência de pessoas tão dignas, que bebem energia nas virtudes e valores que acreditam. É nesta fonte que bebem e buscam forças para resistir. (BOGO, 2000, P. 51)

Estes “lutadores do povo” são considerados imortais pela obra que realizam e que servirá de modelo para as gerações futuras. A formação dentro do MST deve ser ao mesmo tempo teórica, prática, política e ideológica, pois essa organização entende que não há como separar o processo de socialização política da questão ideológica de caráter classista, de uma ideologia proletária contra uma ideologia burguesa. Assim, a organização faz a opção por incorporar a teoria marxista-leninista como passo fundamental para “elevar” o nível de consciência de sua base, da militância e de seus dirigentes de uma “consciência em si” para uma “consciência para si” sendo este processo descontínuo e longo, contraditório e desigual, portanto sujeito a recuos e avanços.¹⁶⁵ Existem vários níveis de consciência, e conseqüentemente, de adesão que devem ser considerados dentro da organização, e que diz respeito a percepção das diferenças existentes no conjunto de trabalhadores que fazem parte da organização, visto que não são somente trabalhadores de origem rural, mas urbana também, de diferentes estratos sociais e escolaridade. Este é um dos desafios para a formação político e ideológico de sua base e militância. Estes “quadros-dirigentes” devem assumir sua responsabilidade perante a defesa da classe trabalhadora, bem como se envolver com os trabalhos dos variados setores e ou coletivos da organização.

O MST não acredita num progresso que irá chegar e que justifique uma passividade diante da realidade e de suas condições brutais de sobrevivência. Pelo que se faz necessário à revolução para instaurar o bem para a coletividade. Existe um modo de representar, de categorizar o mundo, uma estética e uma lógica, um modo de valorizar instituído pela organização que se contrapõe a idéia de uma “cultura

¹⁶⁵ As referências a esta passagem estão presentes em diferentes obras de Karl Marx como: “A ideologia alemã” (1987), “O 18 do Brumário” (1980), “Manifesto Comunista” (2001) e são até hoje conceitos de intenso debate, cujo exame não é objeto desta pesquisa.

dominante”. Esta “cultura dominante” se apresenta portadora de elementos culturais prejudiciais ao processo de conscientização implementado pelo movimento como às relações individualistas, o espontaneísmo, o clientelismo, o consumismo, a indiferença, etc.¹⁶⁶ Para o MST, esses elementos culturais perniciosos, inseridos em quadros mais amplos de referência histórico-político nacional, referem-se a práticas arraigadas na cultura política brasileira que coíbem relações mais democráticas e igualitárias.¹⁶⁷

Este processo de “fazer-se” por meio do trabalho é o que Thompson (1987) nomeou como uma experiência histórica e cultural dos indivíduos nos processos de luta, de constituição de consciência, de sentimentos compartilhados. Este é um processo contínuo de experiências de enfrentamento e de luta social formadora, pois a “classe” se constrói na luta sendo o conceito de experiência fundamental para este autor. Esta é uma das referências teóricas utilizadas por Caldart (2001), uma das lideranças encarregada do Setor de Educação, enfatizando a unificação destas experiências de enfrentamento e de luta na construção de uma formação política a partir da aprendizagem que esta experiência proporciona. Ressaltamos que a unificação das experiências de enfrentamento é enfatizada no processo de formação política e pedagógica pela leitura marxista-leninista da luta de classe. O que nos conduz a interrogação sobre a possibilidade de se efetivar uma formação humana que considere a singularidade e a capacidade do homem de si dizer de variadas e outras formas como uma questão não considerada por esta organização visto que a formação é totalmente voltada para uma pedagogia diretiva e não autônoma.

É importante ressaltar o inegável processo de ressocialização que acontece por diferentes procedimentos no MST desde o resgate da dignidade humana do acampado lhe devolvendo ao convívio social, a voltar a sonhar até a participação nos cursos, em escolas, e nos diferentes coletivos e setores que lhes atribui “papéis” no acampamento. (MARTINS, 1998, p. 230)

¹⁶⁶ A “cultura dominante” diz respeito a “cultura camponesa” e a “cultura de massa” e estas possui elementos que devem ser combatidos por representarem uma cultura de dominação. As populações rurais tradicionais possuem um modo de vida próprio tal como estudado por vários autores QUEIROZ (1977), CANDIDO (2001). Um modo de vida que pressupõe além de uma relação estreita com a natureza como condição básica de sua sobrevivência, um conjunto de representações pautadas em crenças, simbolismos e conhecimentos advindo do mundo natural. (BOGO, 2000).

¹⁶⁷ No *corpus* do movimento existem certos elementos da “cultura camponesa” que são caracterizados como vícios. São eles o individualismo, o personalismo, o aventurismo, o imobilismo, o sectarismo, o liquidacionismo, a auto-suficiência, etc. Todos estes elementos junto com a “cultura de massa” compõem o que o movimento qualifica como elementos de uma “cultura dominante”. (IDEM. IBIDEM).

4.2. Um mais um são dois ou não

O modelo de formação política e pedagógica pretendido pelas lideranças do MST segue os valores que estão determinados nos “princípios organizativos” divulgados pelos setores e coletivos, principalmente, o de educação. A “pedagogia da história” é para a organização o instrumento de divulgação dos modelos de conduta.¹⁶⁸ Os valores que estes modelos de conduta divulgam como o amor à coletividade, o sacrifício, etc. não se sustentam em sua totalidade na vida cotidiana dos assentamentos e acampamentos. Por isso, a “necessidade da aprendizagem por modelos” se fazer presente dentro da organização, considerando que existem diferentes níveis de desenvolvimento da consciência, se fazendo necessário haver metodologias variadas para desenvolver esta consciência em diferentes espaços de formação.

Os espaços como os acampamentos, os assentamentos, as cooperativas, as escolas e as secretarias, os materiais de divulgação como agendas, calendário, datas comemorativas são momentos de referência, divulgação e afirmação destes modelos. E, principalmente, as lideranças devem encarnar estes valores bem como, seguir os “princípios organizativos”. A atividade de formação se insere em toda a estrutura organizacional do movimento na tentativa de construção de um “novo homem” e de uma “nova sociedade”. É neste sentido, que a atividade de formação é uma obra política e social.

Estes valores, normas, práticas e ideais que o movimento pretende efetivar não é produto de uma comunidade, como podemos observar em um dos cadernos de educação, que afirma a idéia de que o homem não se educa sozinho, mas em comunidade. Esta intenção não apresentaria problema se estes valores e práticas fossem expressões da dimensão coletiva, de uma comunidade, que delibera sobre seu próprio destino. A questão é que não o são e possuem sua origem num corpo de teoria. Estes valores e princípios se instauram pela força de um dogma, definindo o

¹⁶⁸ A pedagogia da história se refere ao culto da memória e da compreensão histórica como luta de classe. Por isso, em seu processo de constituição o MST trabalha o seu resgate histórico por meio de lutas de classes passadas como foram os embates históricos sobre a questão da terra. Além disso, diz respeito também ao fato de que não é possível querer transformar a história sem conhecê-la.

modo de ser da organização sendo a afirmação, a manutenção e a continuidade deste dogma o que garantirá a permanência desta organização social.

O MST ao contestar a realidade e suas normas sociais seja pelos cânones cristãos seja pela teoria da luta de classe não conduz estes questionamentos para as referências dos quais se utiliza não fazendo uma autocrítica de suas escolhas e deliberações. O que é demonstrado pela aparente ausência de fóruns permanentes de contestação onde estes procedimentos possam ser instituídos. O que passa a existir no momento seguinte a essa contestação inicial é o fechamento de significações sociais. Uma outra forma de crença se estabelece e passa a direcionar o olhar sobre a realidade. A contestação em relação aos procedimentos sociais instituído sofre um reducionismo indo ao encontro do dogma da Igreja Progressista ou da teoria de luta de classe. Em outras palavras, abdicar da idéia de que haveria nas coisas mesmas um sentido já fornecido *a priori*, já determinado para o conhecimento e para as práticas humanas aguardando tão somente o seu deciframento. Conceber a consciência unicamente como expressão das condições objetivas de uma realidade contraditória implica negar toda possibilidade de constituição por parte do próprio sujeito de contestações e questionamentos a realidade vivida.

O questionamento das normas sociais pressupõe a utilização de um corpo de idéias e teorias que justifique e corrobore tal postura de crítica, questionamento das normas sociais e reivindicações de direitos baseados num novo de idéias e princípios. Pois que conhecer significa determinar, isto é entender que o objeto é necessariamente o conjunto de suas determinações. Ao entender as causas da injustiça passam a haver uma ruptura das normas sociais vigente, “quando as pessoas perguntam se uma função social específica necessita ser realmente desempenhada”. (MOORE, 1987, p. 687) É justamente deste enfrentamento de valores, normas, práticas e idéias que os trabalhadores do MST buscando romper a exclusão no qual estão inseridos questionam a forma e os canais pelos quais se exercem a política tradicional e, nesta prática instaura a alteridade em todo tecido social desfazendo a idéia de uma “comunidade ideal” sem conflito e reconciliada consigo mesma. (LEFORT, 1987)

Se uma sociedade democrática faz suas instituições e leis e os indivíduos são livres e iguais em possibilidades efetivas de participação no poder político e de um comportamento subjetivo de deliberação em que medida isso ocorre dentro do MST?

A contestação das significações sociais equivale aos questionamentos das determinações sociais, dos papéis e das normas sociais e também das determinações que regem os indivíduos sociais. Estas novas significações conduzem aos questionamentos, à revolta e a contestação dos sentidos das relações tradicionais. Mas, para que de fato observemos uma mudança de comportamento é necessário que as antigas lealdades sociais atreladas às relações sociais tradicionais sejam dissolvidas, sofram rupturas para que aos poucos deixem de ter a força coercitiva de atitudes e comportamentos e uma outra formação social seja cristalizada e possa se afirmar. Em texto recente, uma das lideranças do Setor de Educação afirma que o MST educa por meio de suas práticas de luta, resistência e permanência na luta. Neste caso, esta organização seria a dimensão coletiva por excelência, que formaria a todos, ao encarnar-se cotidianamente, nas práticas política, culturais e produtivas. A repetição dos valores e princípios organizativos efetiva uma formação por um modelo, previamente escolhido, como expressão destes valores e idéias. Ao enfatizar a “pedagogia da história” por meio da descrição dos modelos de conduta pretende fazer com que todo sem-terra possa ser um modelo de conduta, de comportamento e costume cujo exercício contínuo levaria a encarnação viva destes valores. O que vai ao encontro da tentativa da organização de afirmar a unidade e disciplina como elementos fundantes de sua existência como organização social.

As escolas, os cursos, seminários, os convênios e demais setores buscam estabelecer uma atividade de formação comum voltada para os problemas da realidade do campo e de transformação social.¹⁶⁹ Se a educação e a formação são os instrumentos privilegiados para o projeto político do MST, principalmente em seus acampamentos e assentamentos, pode ser porque se acredita que a razão sendo inerente a todos os homens se for desenvolvida por meio das luzes – luta de classe – todos poderão por fim liquidar as três cercas que prendem o homem ao seu estado de minoridade e exclusão: a cerca do latifúndio, do capital e da ignorância. Aqui, observamos o quanto para esta organização à questão da transformação social e econômica se assenta sobre a ascensão da educação como forma de transformação social na confirmação de um ideário iluminista e na crença na razão como desvelamento do mundo.

¹⁶⁹ Os convênios podem ser tanto estaduais como federais e o que muda entre um e outro são os atores envolvidos, universidades públicas, instituições sociais como o INCRA, os sindicatos. Além disso, conta também com o apoio da CPT e outras entidades nacionais e internacionais.

Cabe a educação, a efetivação da “revolução cultural” que irá instaurar a possibilidade de transformação social por colocar a atividade formativa como algo determinante em todos os setores da organização visando à construção de uma “consciência política” para a “nova sociedade” e para o “novo homem”. Os aspectos culturais nacionais são compostos de elementos não democráticos para o movimento e devem ser modificados, por uma pedagogia diretiva executada pelas lideranças do MST. (LÊNIN, 2003) Paiva (2000, p. 199) observando as transformações sociais pretendidas pelo pedagogismo dos anos de 1960, baseados numa mudança de uma “consciência ingênua” para uma “consciência crítica” dos trabalhadores afirma:

“O homem deve ganhar consciência, interpretar corretamente a realidade, conquistar o direito de ingerência na vida política. Mas o conteúdo da consciência, as conclusões da análise, bem como a forma e os limites da ingerência já estão dados por intelectuais iluminados: este é um jogo de cartas marcadas, cuja pedagogia serve à sua ‘adequada’ distribuição. Ela pretende fazer do homem ‘agente de sua própria recuperação’, ajuda-lo a ajudar-se, a rejeitar o assistencialismo, o paternalismo, a assumir suas responsabilidades perante a sociedade, a participar. Tudo isso, porém, dentro de uma ‘senso de perspectiva histórica’, aceitando as restrições impostas pela ‘fase’ histórico-social, ‘ideologizando-se’, ou seja, aceitando a ideologia do desenvolvimento nacional”.

Para o MST os elementos nocivos da “cultura dominante” dificultam a atividade de formação política e pedagógica que estão relacionados aos elementos da cultura popular e da cultura de massa. Pois, estes elementos são “perniciosos” é precisam ser eliminados para que possa se efetivar a participação plena de seus membros. Por outro lado, essa participação é sempre solicitada na tentativa de afirmar que todos possam não somente deliberar sobre os assuntos comuns, como afirmar uma igualdade de todos. Mesmo que essa igualdade de fato, não exista como a própria idéia de um trabalho educativo nos moldes apresentados pelo movimento e de sua atividade de formação de uma “nova cultura” e de uma “consciência crítica”. E, que, portanto, mascaram as desigualdades concretas que existem dentro da organização.

A ênfase nas desigualdades parece desconsiderar a própria idéia de igualdade de direito entre todos os seus membros, pois a “cultura programada” desta organização bem como seu projeto social não é algo definido e aberto à discussão, mas uma obra política e social de lideranças comprometidas com a causa da luta de

classe, marxista-leninista. Nesse sentido, a igualdade é definida como um fim a ser atingido, como um fato determinado, portanto, um dogma já que é uma idéia de igualdade definida anteriormente, e que elimina, qualquer questionamento deste processo, bem como a participação de seus membros nesta efetivação da discussão dos rumos a serem seguidos, visto que a interpretação da realidade se dá pela teoria da luta de classe.

O desejo de terra não se refere somente ao imaginário social de liberdade e autonomia de gerir o próprio tempo e, com isso, a sua independência. O desejo de terra, principalmente, se refere à possibilidade de barganha na luta pela sobrevivência em um país de distribuição de renda tão desigual. Como porta de acesso ao movimento o desejo de terra é acalentado e alimentado, por ser não somente um movimento do campo, mas, um movimento social que agrega diferentes trabalhadores desempregados e sem perspectivas de futuro em todo o Brasil. O desejo pela terra passa ao longo da ocupação até o assentamento a se revestir de outros elementos sociais que sofreram rupturas ao longo da precariedade de vida e de laços sociais rompidos por seus membros quando de sua chegada ao movimento. Estes novos laços sociais, o “voltar a ter raiz”, as resignificações que são atribuídas ao desejo por terra e que justificam a permanência dos seus membros no MST, bem como e, principalmente, a formação política e pedagógica dentro do movimento, a busca permanente por unidade e disciplina, a formação de consciência como um dos elementos fundamentais para a permanência na luta social.

4.3. Conclusão

Neste capítulo, tentamos abordar alguns aspectos que dizem respeito às fronteiras em movimento que o MST realiza ao romper os limites da marginalidade e da exclusão social para uma grande parcela de trabalhadores assalariados do campo e da cidade que estão em estado de penúria social, econômica e política que se tornam trabalhadores rurais pela posse da terra para trabalho e moradia. A mobilidade das fronteiras sociais assume-se como novas formas de redistribuição ou de re-inserção de parcelas da população excluídas dos processos de modernização. Essas re-inserções somente se tornam possíveis na medida em que este movimento se utiliza dos mecanismos democráticos como os créditos, parceiras, etc disponíveis

pelo governo federal a partir da pressão gerada pelo conflito de terra e da liberação de terra para a reforma agrária, bem como o reconhecimento por parte do estado das políticas sociais que este movimento social implementa como a educação no campo desenvolvida nos acampamentos e assentamentos. A questão da formação política e pedagógica é fundamental para o movimento, pois ao contrário da Ligas Camponesas que estavam diante de uma luta visceral contra o sistema, uma luta armada reforçada por uma conjuntura política e social favorável a estes implementos. A democratização do estado brasileiro e a afirmação destes mecanismos colocam ao dispor do MST novas formas de se conduzir a luta de classe.

A partir de 2000, esta organização não somente tem colocado na agenda política, a criação de espaços públicos alternativos, como possui capacidade de gerar pressão sobre a reforma agrária, estabelecendo as áreas de conflito que sofrem primeiramente, o processo de desapropriação de terras para fins de função social.

O desejo da terra, a revolta pelas fragilidades das condições sociais a que estão submetidos os trabalhadores são mobilizados dentro do MST para a efetivação de uma transformação social a partir de um projeto político e social na passagem de uma “consciência econômica” e “ingênua” para a “consciência política”, portanto para o movimento a consciência para si, a consciência de classe. Essa socialização política acontece de forma massiva por todos os setores e os coletivos e pelas ações estratégicas da organização e de maneira permanente por meio de uma “metodologia de luta de classe”. Estas diferentes pedagogias dentro da organização se referem a percepção interna que a direção e os quadros-dirigentes possuem de que existem diferentes níveis de consciência dentro do MST e isto se relaciona as variadas trajetórias e origens dos trabalhadores rurais e urbanos que engrossam os acampamentos e assentamentos. A união do estudo e do trabalho como o tipo ideal de formação política e pedagógica dentro do movimento expressa que a luta original pelo desejo de terra passa a ser associada também à luta histórica pela transformação social. O estudo tem por objetivo “elevar” o nível de consciência num processo contraditório e ambíguo. O trabalho também é peça chave nessa formação, o trabalho como experiência de enfrentamento, de resistência, de labuta com a terra pois é o momento em que são reformulados os conteúdos que definem o que seja realidade. Daí a importância dos princípios organizativos que irão nortear essa vivência e suas práticas e contribuindo para o desenvolvimento da consciência. A

experiência individual e coletiva fornece assim os sentidos que podem ser interpretados pelos conteúdos da luta de classe.

Esta organização enfatiza por meio de seus intelectuais e dirigentes a experiência de enfrentamento e luta como balizadora na formação política e ideológica de seus membros, cuja leitura e interpretação destes fatos acontecem mediante a teoria de luta de classe. Os membros do MST questionam as opções, as escolhas e as deliberações que realizam o que se verifica nos fóruns de discussão permanente onde estes procedimentos parecem ser institucionalizados, mas todos esses questionamentos acontecem dentro de uma perspectiva de luta de classe. Portanto, a organização não se autoquestiona quanto ao *status quo* e o sentido das ações determinadas pelas suas opções ideológicas. Para este movimento, a fé na razão, no princípio iluminista, irá romper as “três cercas” que mantêm o homem em sua minoridade, a cerca da ignorância, do capital e do latifúndio de maneira a clarificar a “consciência” do povo por meio dos seus princípios ideológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos enfatizar três momentos distintos de formação do movimento social no campo, sem considerar as peculiaridades regionais e nacionais a partir da transformação nas relações de produção do capital. E, considerando em paralelo o desejo pela terra como propulsora da adesão aos movimentos sociais que surgem no campo. Na tentativa de responder a questão acerca da permanência na luta apesar de conquistada a terra no MST. Para entender o processo de adesão ao movimento recorreremos a Liga Camponesa da Paraíba para estabelecermos uma comparação entre esses dois movimentos sociais do campo.

O primeiro momento se relaciona ao período pós-1930 quando o capital industrial passa a ser hegemônico no processo de acumulação do capital, o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância do capital industrial. Apesar disso, os grandes proprietários de terras que sustentavam o processo de acumulação do capital na etapa anterior não são excluídos totalmente do sistema econômico em função de sua importância política e ainda econômica. Enquanto os laços tradicionais mantiveram-se fortes por meio da troca de favores, do compadrio, das pressões e violências clientelistas, os camponeses permanecerão desarticulados e sem força. Somente a partir de 1950 e que surgem novos canais e mediadores que, rompendo o isolamento da população rural, permitem a organização dos camponeses. A expansão do capitalismo no Brasil, neste período, acontece mediante a introdução de relações sociais modernas em formações tradicionais e a reprodução de relações sociais tradicionais em formações sociais modernas.

Dito de outra forma, uma maior concentração de propriedade, de renda e de poder por meio de uma nova forma de relacionamento entre o capital e o trabalho, que cria as fontes internas de acumulação. É a expropriação da terra e a proletarização do trabalhador rural que expressam a penetração do capital no campo. A ausência de liberdade derivada da perda da terra, o desejo pela terra, as variadas opressões que o trabalhador estava sujeito ao “estar na rua” fazem com que esses trabalhadores rompam o silêncio, se associem e com a orientação

de diferentes sujeitos coletivos presentes no campo, como o PC, a Igreja Progressista, sindicatos, etc, passem a reivindicar direitos. Organizados em associações e depois nas Ligas Camponesas da Paraíba e de Pernambuco passam a fazer aparição na cena política nacional contestando os encaminhamentos dados pelo governo estadual e federal. O que significa dizer que o trabalhador autônomo e independente deixará de sê-lo diante do assalariamento que significa a sazonalidade do trabalho, da renda e de alimentos, perdendo, portanto, a autonomia do trabalho, mesmo que relativa e articulada com a produção capitalista. Os sindicatos, as Ligas, os partidos e as associações rurais tomam formas expressivas na medida em que as contradições entre trabalhador e proprietário rural se fazem presentes.

A concentração de terras também acontece pela permanência, ampliação e combinação das relações de produção do campo e da cidade, da agricultura e do sistema industrial, seja fornecendo contingentes populacionais como força de trabalho do campo para as cidades para as indústrias e serviços, seja fornecendo os alimentos necessários para a manutenção da força de trabalho.

O segundo momento de formação do movimento social no campo aconteceu pós-1964. O que envolvia a construção e o melhoramento da infraestrutura nacional com a hidrelétrica, rodovias, portos, siderúrgicas, juntamente com o avanço da fronteira agrícola externa com obras como a construção da nova capital Brasília, a rodovia Belém-Brasília e a rodovia Transamazônica. O acesso à produção pelas massas é condição para a expansão do capital, mas no Brasil a expansão do capital se caracterizou por uma exclusão que faz deste elemento, condição ímpar para o desenvolvimento do capital no Brasil. O que significa dizer que a luta pelo acesso a melhoria de renda e produtividade por parte das camadas menos privilegiadas transforma-se em mais um ingrediente de contestação ao regime. A crise que se instala tem como causa a desigualdade na distribuição de renda e produtividade. A distribuição de renda no campo é mais desigual do que na cidade e estas bem inferiores se comparadas às camadas mais elevadas do estrato social. Somado à modernização no campo, à diminuição de terras em favor das unidades de produção maiores para a exportação que utilizam dos insumos e da tecnologia disposta pela capitalização do campo. (SILVA, 1982)

Neste momento, as contradições inerentes às relações de produção fazem expressar o caráter político desta situação de dominação. As tensões sociais adquiriram conotações políticas no momento em que os trabalhadores rurais sentem perder renda e produtividade. (IANNI, 1994) A forma utilizada pelo governo foi abrir a expansão das fronteiras para diminuir os conflitos pela terra. Os movimentos sociais do campo são suprimidos e as tensões são eliminadas pela política de migração. Com o fim de o Governo Militar temos o processo de abertura e de redemocratização surgem os novos movimentos sociais que recolocam em cena a participação dos movimentos sociais do campo, juntamente, com outros movimentos sociais da cidade.

As políticas agrícolas privilegiam as grandes extensões de terra e o PNRA não resolve o problema da questão agrária. No estado do Rio Grande do Sul surge um movimento social do campo que orientado pela CPT e por padres progressistas organizam os trabalhadores na reivindicação de terras para quem nela trabalha. Surge o MST que se deslocando da Igreja Progressista busca se organizar a partir da doutrina marxista-leninista. A década de 1980 e 1990 foi um período de muitas lutas sociais pela terra, com enfrentamentos dramáticos em quase todo estado que contava com a presença do MST. A questão da formação política e pedagógica cada vez mais organiza em torno do desejo pela terra mobilizado para as transformações sociais e políticas históricas da luta de classe. Vários acampamentos aguardam pela liberação da terra para reforma agrária por 3 (três), 5 (cinco), 10 (anos). As dificuldades são freqüentes, os enfrentamentos com os aparelhos repressor do estado também.

O terceiro momento pode ser considerado como pós-1990 em que teríamos uma sociedade civil mais organizada e as pressões dos movimentos sociais do campo, como o MST, mais constantes e atuantes junto ao governo pleiteando verbas, incentivos e a liberação da terra para reforma agrária. No Governo Lula a perspectiva do desenvolvimento territorial substitui as políticas públicas para a Reforma Agrária que oferecem diferentes auxílios técnicos e de recursos que objetivam manter a família no assentamento promovendo o desenvolvimento local e o fortalecimento das relações sociais assegurando a reprodução da família pela agricultura familiar ou de cooperativas.

Tentamos responder a temática pesquisada entendendo de que forma o processo de acumulação do capital gerou uma resposta por parte dos

trabalhadores rurais expropriados que encaminharam suas reivindicações em associações e movimentos sociais e que tinham como intenção mobilizada para a ação, o medo resultado da perda da liberdade de dispor de seu tempo de trabalho. Num segundo momento, tentamos mostrar como a luta pela terra assumiu contornos de uma luta por direitos humanos e, posteriormente, sociais na medida em que a adesão as Ligas Camponesas se efetivaram. A bandeira é uma luta pela terra radical, mas que é sufocada pelos mecanismos repressores do governo militar. É a partir das décadas de 1980 e 1990 que o MST se organiza no bojo do processo de redemocratização. Os trabalhadores rurais explicam as circunstâncias de sua vida pelo processo de expropriação da terra e o desejo pela terra como forma de adesão a esse movimento, intenção que passa a ser mobilizada visando à transformação social. A necessidade de formação política e pedagógica do MST é necessária pela ausência de um inimigo visceral, como não foi o caso das Ligas Camponesas, e, também, pela disputa dos recursos públicos para a implementação de uma outra formação política e pedagógica assentada na luta de classe.

6. REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de. Cinema, Quantos demônios? (A relação da Igreja com o cinema). São Paulo, Dissertação em Antropologia. 1990. Pontifícia Universidade Católica.
- ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: USP, 1980.
- AUBERTIN, Catherine (orgs). Fronteiras. Brasília: UNB, 1988.
- AVRITZER, Leonardo (orgs). A inovação democrática no Brasil. São Paulo, 2002.
- AZEVEDO, Fernando. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. Conflitos sociais na Fronteira Amazônica. São Paulo: Papirus, 1996.
- BASSANI, Paulo. Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais. Londrina: UEL, 2009.
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base? São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENEVIDES, César. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BERNFELD, Siegfried. El psicoanálisis y la educación antiautoritaria. Barcelona: Barral Editores, 1973.
- BLOCH, Marc. Apologia da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOFF, Leonardo & Betto, Frei. Mística e Espiritualidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- _____. A trindade e a Sociedade. Petrópolis: Vozes. Petrópolis, 1999.
- _____. O caminhar da Igreja com os oprimidos. Petrópolis: Vozes, 1999
- BONACCHI, GABRIELA & GROPPI, Ângela. O dilema da cidadania. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Ofício de Sociólogo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de Poder, dominação e resistência: organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná. São Paulo, Tese de doutorado em Sociologia. 2000. Universidade Pontifícia Católica.

BRESCIANNI, Stelaa & NAXARA, Marica (orgs). Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados. Revista Scielo. São Paulo. Vol. 15. no. 43. Sept/Dec. 2001.

CALLADO, Antonio. Tempo de Arraes. Padres e Comunistas na Revolução Sem Violência. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965.

CAMARGO, Aspásia (orgs). Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

_____. A questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: Fausto, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. Volume III. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1983, p. 121-294.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. II.

_____. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo Político Brasileiro. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaios de Interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: Dagnino, E. (org). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004: 82-90.

CARDOSO, Sérgio. Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. (org). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

- _____. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- CARONE, Edgar. O PCB de 1964 a 1982. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. São Paulo: Vozes, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do Movimento Operário. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- _____. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados. In: Dagnino, Evelina (org). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994: 19-30.
- CHAVES, Christine de Alencar. A marcha nacional dos sem-terra. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2000.
- COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho & SANTOS, Raimundo (orgs). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- _____. Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- DAGNINO, Evelina (orgs). Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- _____. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- DECCA, Edgar de. 1930. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- _____. Rebeldia e Revolução na História Social. In: Bresciani, Maria Stella (orgs). Jogos da Política. Imagens, representações e Práticas. São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 13-31.
- DETIENNE, Marcel. Comparar o Incomparável. São Paulo: Editora Idéias & Letras, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DONZELET, Jacques. L'invention du social. Essai sur l  des passions politiques. Pare. Éditions du Seuil, 1997.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Volume I e II. São Paulo: Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris (org). O Brasil Republicano. Volume III. Sociedade e Institui es (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. A revolu o de 1930. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

_____. O Brasil Republicano. Volume III. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Editora Difel, 1983.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A forma o do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. A revolu o burguesa no Brasil. São Paulo: Editora  tica, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FRANK, André Gunder. Acumula o Dependente e subdesenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FREIRE, Gilberto. Cana e Reforma Agrária. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1970.

FURET, François. A revolu o em debate. Bauru: EDUSC, 2001.

FURTADO, Celso. Forma o Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional. Publifolha, 2000.

_____. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2003.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Nordeste e a Saga da SUDENE. São Paulo: Contraponto, 2009.

FUCHTNER, HANS. Os Sindicatos Brasileiros. Organiza o e fun o política. São Paulo: Graal, 1980.

GONTIJO, Cláudio. A revolu o agrícola no Brasil: Singularidade do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura do Capitalismo na

Agricultura Brasileira (1850-1930). Campinas, Unicamp, 1984, Dissertação de Mestrado.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1981.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Juarez Rocha; STARLING, Heloisa Maria Murgel & PAULA, Delsy Gonçalves. Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de República. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão! São Paulo: UNESP, 2002.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: Brescianni, Stella & Naxara, Márcia. (orgs). Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p.333-349.

HEREDIA, J. Reforma Agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Trabalhadores rurais, agricultura e organização sindical. In: Revista Fundação SEADE. Brasil Agrário. V. 11, no. 2, abr/jun 1997: 65-72.

_____. CINTRÃO, Rosângela; PALMEIRA, Moacir; MEDEIROS, L. & LEITE, Sérgio. Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: NEAD/UNESP, 2004.

HOBSBAWN, E. J. Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. Volume III. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. O Brasil Monárquico. Volume II. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

_____. Visões do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

- IANNI, Octavio. A idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____. O colapso do populismo no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.
- _____. A luta pela Terra. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- _____. Dialética e Capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- _____. O colapso do populismo no Brasil. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1994.
- _____. O pensamento social brasileiro. Bauru: Editora EDUSC, 2004.
- _____. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- JULIAO, Francisco. Cambão (Lê joug) La face cachée du Brésil. Paris: François Maspero, 1968.
- KAUTSKY, KARL. A questão agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.
- KRISCHKE, Paulo José. A igreja e as crises políticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1993.
- LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. As formas da história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- LEHER, Roberto (orgs). Pensamento Crítico e movimentos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- LEITE, Sérgio. Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos de JK. Florianópolis. UFSC, 2006.
- LÊNIN, V. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Global, 1982.
- _____. Que fazer? A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEMOS, Francisco de Assis. Nordeste o Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o Golpe de 64. Londrina: UEL, 1996.

MACEDO, Ubiratan Borges. A liberdade no Império. São Paulo: Editora Convívio, 1977.

MACHADO, Arlindo (org). Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACPHERSON, C. B. A democracia Liberal. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MANHEIM, K. O Problema de uma sociologia do conhecimento. In: Palmeira, Moacir. Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 13-81.

MARSON, A. Lugar e identidade na historiografia dos movimentos sociais. In: Bresciani, Maria Stella (orgs). Jogos da Política. Imagens, representações e práticas. São Paulo: Editora Marco Zero, 1992:31-49.

MARTINS, José de Souza (org). Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Florestan: Sociologia e Consciência social no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.**

_____. Introdução Crítica a Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta. 2a. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. 5^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. Expropriação & Violência. A questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. O cativo da Terra. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____. Reforma Agrária o impossível diálogo. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. As lutas de Classes na França (1848-1850). São Paulo: Global, 1986.

_____. Manifesto Comunista. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

_____. O capital. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

_____. O capital. Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Serrolo. Dimensões políticas da violência no campo. In: Revista Tempo. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. V. 1, Abril/1996: 126-141.

_____. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: Santos, Raimundo. Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 149-165.

_____. Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELUCCI, A. Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Novos Estudos CEBRAP. Número 40. nov. 1994. pp. 152-166.

_____. Por uma sociologia Reflexiva. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. A invenção do Presente. Petrópolis: Vozes, 2001.

MESZAROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MICELI, Sergio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2001.

MINC, Carlos. A Reconquista da Terra. Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política. Transições Políticas na América Latina. Março de 1989, n. 016, 47-86.

MOORE JR, Barrington. Injustiça: as bases da obediência e da revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983.**

MORAIS, Regis. Os Bispos e a Política no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Editora Ática, 1980.

MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da Terra. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOURIAUX, René & BEROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de movimento social. In: Leher, Roberto (orgs). Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 159-173.

NABUCO, Joaquim. O Absolutismo. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

NAVARRO, Zander & Avritzer, Leonardo. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NOVAES, Regina. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: Paiva, Vanilda. Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Vozes, 1981.

_____. Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OAKESHOTT, Michel. Educação Política. In: King, Preston. O estudo da política. Brasília: UNB, 1980, p. 71-91.

PAIVA, Vanilda. Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista. São Paulo: Graal, 2000.

_____. Igreja e a questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir & GARCIA, Afrânio. Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: Transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs). Brasil. Um século de transformações. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2001, p. 40-77.

_____. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, Vanilda. Igreja e a questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985, p. 43-52.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: Dagnino, E. (orgs). Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000, p. 103-148.

PASQUETTI, Luis Antônio. A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST. Dissertação de Mestrado em Administração. 1998. Pontífice Universidade Católica de São Paulo.

PECAULT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Luis C. Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

QUEDA, Oriowaldo & Szmrecsányi, Tamás. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (org). Sociologia Rural. São Paulo: Zahar Editores, 1969.

_____. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

RANCIERE, Jacques. O desentendimento. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROSENFELD, Denis L. A democracia ameaçada. O MST, o teológico-político e a liberdade. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2006.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. In: Boracchi, Gabriella & Groppi, Ângela. O dilema da cidadania. Direitos e deveres de mulheres. São Paulo: UNESP, 1995, p. 107-128.

RODRIGUES, Leôncio. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difel, 1966.

_____. Industrialização e atitudes operárias. Estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairos, 1979.

SACHS, Ignacy (orgs). Brasil – um século de transformações. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2001.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 25, ano 9, jun/1994: 26-37.

SANTOS, Andréa; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza (orgs). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. Os novos movimentos sociais. In: Leher, Roberto (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 174- 197.

_____. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O paradoxo de Rousseau. Uma interpretação democrática da vontade geral*. São Paulo: Editora Rocco, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, Ana Maria. *A desobediência civil: um estudo sobre a questão da terra no Brasil*. In: Mimeo. 2007.

SIGAUD, Lygia. *A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento*. In: Camargo, Aspásia. *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989, p. 163-180.

_____. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes. Nacionalismo em crise – 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SORJ, Bernardo & MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio Latino-Americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Jessé (org). *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2006.**

- SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *Classes Populares e Igreja nos caminhos da história*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes. Nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Maria Antônia. *As relações entre o Movimento dos Sem Terra – MST e o Estado: Encontros e Desencontros na Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos Rurais*. In: Dagnino, E (org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 187-228.
- SOUZA, Jessé. *A construção Social da Subcidadania*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TARROW, Sidney. *Power in Movement*. Cambridge University Press. NY. 1998.
- TAVARES, Maria Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Volume I*. São Paulo: Record, 2000, p. 217-238.
- _____. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa. A árvore da liberdade. Volume I*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: L&PM, 2007.
- TISCHLER, Sérgio. *A forma classe e os movimentos sociais na América Latina*. In: Leher, Roberto (org). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 116-125.
- TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- TOURAINE, Alain. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- TUMULO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.
- VAKALOULIS, Michel. *Antagonismo social e ação coletiva*. In: Leher, Roberto (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 126-140.

- VAZ, Henrique de C. Lima. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. *Cristianismo e Consciência histórica*. São Paulo: Loyola, 1963.
- VELHO, Octavio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Editora Difel, 1976.
- VEIGA, José Eli de. *A emergência socioambiental*. São Paulo: SENAC, 2007.
- _____. *Desenvolvimento Sustentável. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais. Volume I*. Rio de Janeiro: Livaria José Olympio Editora, 1957:
- VINHAS, Maurício. *Problemas Agrários – camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar: educação popular – Igreja católica – política no Movimento de Educação de Base (MEB) – 1961-1965*. São Paulo, Tese de doutorado em Sociologia. 1982. Universidade Pontifícia Católica.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais. Volume I*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.
- WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). *Camponeses brasileiros. Volume I*. São Paulo: UNESP, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ZIBECHI, Raúl. *Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios*. In: Leher, Roberto (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 198-207.

MATERIAL DO MST

CONSULTA POPULAR no. 06. 1999.

CONSULTA POPULAR no. 11. 2001.

CONSULTA POPULAR . no. 09. 2000.

CONSULTA POPULAR. no. 10. 2000.

BOGO, Ademar. Lições da luta pela terra. Memorial das Letras. Salvador. 1999.

_____. A arte de formar quadros. Mimeo. 2000b.

_____. Arquitetos de sonhos. Mimeo. 20003.

_____. Cadernos de Formação no. 26. A vez dos valores. RJ. 1998.

_____. Cadernos de Formação no. 34. O MST e a cultura. RJ. 2000.

_____. Política dos quadros. Mimeo. 1994.

_____. Cadernos de Formação no. 27. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. 1998b.

BRANDAO, C. R. História do menino que lia o mundo. Veranópolis. ITERRA. 2001.

CARDALT, Roseli. Pedagogia do movimento sem terra. Vozes. Petrópolis. 2000.

_____. Sem terra com poesia. Vozes. Petrópolis. 1987.

MORAIS, Clodomir Santos. História da Ligas Camponesas do Brasil. Bahia: Edições Iattermnd, 1997.

PERICÁS, L. Capitalismo e a luta política no Brasil na virada do milênio. São Paulo. Xamã. 2001.

SANTOS, Clodomir

SECRETARIA NACIONAL. A história da luta pela terra e o MST. Expressão Popular. São Paulo. 2001.

_____. A mística dos sem terra: razão da persistência. Mimeo. 2001.

_____. Agenda do MST. 1999.

_____. Calendário Histórico do MST. 1999.

_____. Caderno de Educação no. 08. Princípios da educação do MST. 1999.

_____. Fazendo a Escola no. 03. 2000.

_____. Fazendo a Escola no. 06. 2000.

_____. Pra Solettrar a Liberdade no. 01. 2000.

_____. Pra Solettrar a Liberdade no. 02. 2001.

São Paulo. 1996.

SETOR DE ASSENTAMENTO. Caderno de Cooperação Agrícola no. 07. 1998.

SETOR DE EDUCAÇÃO. Boletim de Educação no. 08. Pedagogia do Movimento sem terra. 2000.

PERIÓDICOS DO MST

Jornal Sem Terra ano XIX, XX

Revista Sem Terra ano I, II,III,IV.

SITE

WWW.AMAZONIA.ORG.BR

WWW.IEA.SP.GOV.BR

WWW.BNDES.GOV.BR

WWW.MTE.GOV.BR

WWW.NEAD.GOV.BR

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)